

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO**

Faculdade de Serviço Social

A trajetória política da organização dos estudantes de
Serviço Social, 1978 – 2002.
E a sua relação com o projeto de Formação Profissional

Ailton Marques de Vasconcelos

São Paulo – 2003

Ailton Marques de Vasconcelos

A trajetória política da organização dos estudantes de
Serviço Social, 1978 – 2002.
E a sua relação com o projeto de Formação
Profissional

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social
apresentado à Faculdade de Serviço Social – PUC/SP,
para obtenção do título de Assistente Social, sob a
orientação da Prof^a M^a Rosângela Batistoni

São Paulo – 2003

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO**

Faculdade de Serviço Social

A trajetória política da organização dos estudantes de
Serviço Social, 1978 – 2002.
E a sua relação com o projeto de Formação Profissional

Ailton Marques de Vasconcelos

São Paulo – 2003

Ailton Marques de Vasconcelos

A trajetória política da organização dos estudantes de
Serviço Social, 1978 – 2002.
E a sua relação com o projeto de Formação
Profissional

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social
apresentado à Faculdade de Serviço Social – PUC/SP,
para obtenção do título de Assistente Social, sob a
orientação da Prof^a M^a Rosângela Batistoni

São Paulo – 2003

I ENESS

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

O SERVIÇO SOCIAL



E A REALIDADE BRASILEIRA

29 - 30 - 31 / OUTUBRO / 1978

LONDRINA PR

*Soubemos que na Alemanha
Nos dias da peste marrom
No telhado de uma indústria de máquinas, subitamente
Uma bandeira vermelha tremulou no vento de novembro
A proscria bandeira da liberdade!
Em pleno novembro cinza, do céu
Caiu uma mistura de chuva e neve
Mas era o dia sete: dia da Revolução!
E olhem: A bandeira vermelha!*

*Os trabalhadores nos pátios
Protegem os olhos com a mão e olham
Para o telhado, em meio à chuva de neve.*

*Então passam os caminhões com tropas de choque
E empurram para o muro quem está vestido como trabalhador
E atam com cordas os punhos que têm calos
E das barracas, após o interrogatório
Saem cambaleando os espancados, ensangüentados
Nenhum deles revelou o nome
Do homem sobre o telhado.*

*E assim levam embora todos os que calam
Os outros já tiveram o bastante.
Mas no dia seguinte ondulou novamente
No telhado da indústria de máquinas*

*A bandeira vermelha do proletariado. Novamente
Ressoam pela cidade quieta
Os passos das tropas de choque. Nos pátios
Não se avistam mais homens. Há somente mulheres
Com rostos de pedra: as mãos protegendo os olhos
Olham para o telhado, em meio à chuva de neve.*

*E o espancamento começa de novo. Interrogados
As mulheres dizem: Esta bandeira
É um lençol no qual transportamos
Alguém que morreu ontem.
Não temos culpa pela cor que ela tem.
É vermelha do sangue do homem assassinado, vocês devem saber.*

(Bertolt Brecht)

A VIAGEM APENAS COMEÇOU...

Finalmente chegamos ao final de nossa viagem...

Viagem dura e trabalhosa...

Consumiu madrugadas e madrugadas...

Viagem longa compartilhada com a militância estudantil...

Enfim estamos prontos para a próxima viagem!!!!

Não posso deixar de mencionar a minha passagem na universidade “quem diria um garoto da periferia da região metropolitana de São Paulo na universidade”. A minha militância estudantil, as lutas que encapamos na PUC/SP contra seu processo de elitização, os companheiros e companheiras que construímos, o CASS – Centro Acadêmico de Serviço Social; - foi lá que tudo aconteceu. A turma da sala de aula, o corpo docente da faculdade de Serviço Social em especial Lucia Barroco, Rosângela Batistoni, Socorro e a Bia. Tenho orgulho dessas professoras que foram sujeitos da renovação do Serviço Social brasileiro e são eternas apaixonadas pelo sentimento de transformação social.

A equipe do Projeto “ORIENTE-SE” - formação de educadores e agentes sociais multiplicadores de ações de educativas, preventivas no uso e abuso de drogas, DST/AIDS, sexualidade e gravidez na adolescência, coordenado pelas professoras; Rosalina Santa Cruz, Sueli Gião e Márcia Accorsi. Onde realizei o meu último estágio, experiência esta gratificante no processo da minha formação profissional.

O companheiro Elvis Vasconcelos (SP) amigo nos momentos difíceis; - meu amigo não sabe você o valor de sua militância, mesmo que alguns (mas) o fizeram pensar diferente. Eu sempre acreditei em você.

Ítalo Marcos (SP) um verdadeiro socialista, a nossa militância na universidade e no MESS deixou marcas profundas na minha formação política e profissional, boa parte da minha formação se deve a você. Valeu cara!

Não posso deixar de agradecer os companheiros (as) que contribuíram para esta viagem:

Marcelo Sitcovisk (PE) e Charles Toniolo (RJ); vocês contribuíram muito para minha reflexão neste trabalho (valeu pelos toques) e não esquecerei a nossa militância no MESS.

Tatiana Bittencourt (RJ); não esquecerei jamais aquele dia, quando a indecisão tomou conta. Foi fundamental sua palavra para continuar nesta viagem.

Angelina Carvalho (PA); valeu pela dica, quando não sabia por onde começar a viagem.

Lorraine Vigo (RJ), Valeria Regina (RJ) e Rosangela Pereira (RJ); valeu pela ajuda com os materiais.

Regiane Aparecida; minha colega de turma, que me assessorou na minha péssima gramática.

A ENESSO gestão “Compromisso e Resistência” 00/01; sem a permissão de vocês, este trabalho provavelmente não teria sido realizado.

A memória não apagara os companheiros (as) da militância do MESS, pautados na construção de novos valores e de uma nova ordem societária sem dominação e exploração, principalmente companheiras como; karlene Sampaio - Kau (SE), Andréia Everton (MA), Paula Kapp (RS) e Kátia Custódio (ES).

Os companheiros (as); Agostinho Belo (PA), Alison Tadeu (SE), Aiane Rocha (BA), Gilselene Santos (BA), Andrew José (PE), Leornado Borges (PE), Daline Souza (RN), Erica Melo (RN), Michele Alves (RJ), Verônica Lopes (RJ), Bruno José (RJ), Ana Paula (RJ), Moara Paiva (RJ), Ciro Andrade (RJ), Yara Regina (PI), Daniela Araújo (MA), aos mineiros Joel Américo (MG) e Ronan César (MG), Haideé Rodrigues (RS), Ana Paula (PR), Myrna Mendes (ES), Grazielle Rodrigues (ES), Luciano Azevedo (ES), Gabriela Gilles - Bia (ES), Márcia Meirisse (Franca/SP), Fran Tobias (Franca/SP), Andréia Rocha (Franca/SP).

As meninas de Lins/SP que com garra e coragem, organizamos o 1º ENESS (2000) em SP.

As meninas do Centro Oeste; acho que aprendemos muito uns com os outros; Juliana Cosac (GO), Gisely Silva (GO), Leile Silva (GO), Fernanda Fernandes (DF), Ludmila Suaid (DF) e Vânia Lima (MT).

Aos novos companheiros (as) Wagner Hosokawa (SP) Luisa Gabriela (SP) que continuam a empenhar as bandeiras de um movimento que ao longo de sua história deixou e deixa marcas em nossos corações e almas.

Não poderia deixar de mencionar, negar, omitir a minha vinculação ao “Movimento Eu Quero é Mais”, com quem muito aprendi e construí a minha vivencia no movimento.

A minha companheira Adriana Oliveira que acompanhou esta viagem por sua “paciência” e nossa militância; - eu aprendi muito com você.

A Minha Mãe; sem duvida uma guerreira, meu irmão Anderson jovem prodígio, que assessorou nas dificuldades com o computador.

As cidades de Aracaju/SE e Belém/PA ficaram no meu coração.

Se me permitam tomo emprestado um trecho de Gonzaguinha utilizado por Sâmya Ramos;

“Há muito tempo eu sai de casa

há muito tempo eu cai na estrada

há muito tempo eu estou na vida

foi assim que eu quis

assim sou feliz

principalmente por poder voltar a todos os lugares

onde eu já cheguei...”

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo I – A Reforma do Ensino Superior na era FHC	05
1.1. A reorganização do Capitalismo na Contemporaneidade.	05
1.2. "Que Transformação Silenciosa foi esta?"	13
1.3. A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR: apontamentos para uma reflexão na formação profissional do assistente social.....	32
Capítulo II - A renovação do serviço social brasileiro na ruptura com o conservadorismo profissional.	38
2.1. "O que nos diz o projeto profissional"	38
2.2. Os caminhos da construção do projeto de formação profissional	46
Capítulo III A reorganização política do movimento estudantil em Serviço Social.	52
3.1. "Na contramão da ditadura militar"	52
3.2. "Uma trajetória de lutas"	56
3.3. As respostas do Movimento Estudantil em Serviço Social: a reforma do ensino superior.....	89
3.4. Movimento Estudantil em Serviço Social: um balanço necessário ...	99
3.5. A organização política dos estudantes de Serviço Social e sua relação com o debate da formação profissional: "Caminhos e descaminhos"	108
Considerações	118
Bibliografia	120
Apêndice	139

01 - Unidades de Ensino de Serviço Social, 2003	139
02 – Mapa: Escolas de Serviço Social dividida nas 7 regiões da ENESSO 203.....	144
03 - Encontros Organizados pelo Movimento Estudantil em Serviço Social 1978 - 2003	145
04 - Coordenações Nacionais e Regionais SESSUNE/ENESSO, 1988-2003	162
Anexos	149
01 - Relatório I ENESS 1978	149
02 - Relatório II ENESS 1979.....	153
03 - Proposta de Estatuto UFES.....	170
04 - Estatuto SESSUNE, 1992	172
05 - Estatuto ENESSO, 1993.....	176
06 - Estatuto ENESSO, 2001	179
07 - Jornal das Entidades	186
08 - Capacita.....	187
09 - Ofício UNESP aprovação para realização do ENESS 97 em SP.....	192
10 - Cartazes, folders, campanhas SESSUNE/ENESSO	194

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca traçar a trajetória da organização política dos estudantes de Serviço Social de 1978 a 2002 e a sua relação no debate da formação profissional. A necessidade dessa temática partiu da inquietação, do fato de possuímos uma quantidade limitada de produções, ocasionando uma lacuna na história da organização estudantil.

Dessa forma buscamos entender; O que é esta relação produziu? Como se constituiu esta relação? Quais foram as contribuições ou implicações?.

Para esta tarefa no primeiro capítulo pontuamos o significado da Reforma do Ensino Superior na década de 90 que responde as mudanças societárias do capitalismo. E quais foram seus impactos na formação profissional dos assistentes sociais.

No segundo capítulo tratamos da constituição do projeto do profissional, que expressa a renovação do Serviço Social brasileiro na ruptura com o conservadorismo profissional e o debate da formação profissional que culminou com a aprovação das diretrizes curriculares na década de 90.

Tratamos no terceiro capítulo sobre o movimento estudantil geral e do surgimento do Movimento Estudantil em Serviço Social, o que ele produziu neste período, como se constituiu sua estrutura organizativa, qual é a sua relação com o debate da formação profissional e suas lutas.

O movimento estudantil ao longo de sua trajetória veio a denominar-se como um movimento social¹. A respeito disso é necessário pontuar que a categoria “movimentos sociais”, ganha relevância na literatura sociológica, depois da 2ª Guerra Mundial. Antes desse período segundo Scherer-Warren (1987:03) *“Na Sociologia acadêmica o termo “movimentos sociais” surgiu com Lorenz Von Stein, por volta de 1840, quanto este defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como do movimento proletário francês e do comunismo e socialismo”*.

¹ Sabemos que esta temática é polêmica devido as linhas torcidas que se processou ao decorrer da história, no entanto mesmo com o risco de cair em equívocos analíticos, achamos necessário pontuar algumas questões.

O principal autor e pioneiro na construção da categoria movimentos sociais, foi o sociólogo francês Alain Touraine defensor de uma sociologia para os movimentos sociais, destacando-se a sua obra publicada em 1965, intitulada “Sociologie de L’ Action”, ou seja, “por uma sociologia da ação coletiva”.

“Convém voltar à primeira definição do objeto da Sociologia. Se se trata das relações sociais, são estas que precisamos observar. O que, se é uma verdade incontestada, é bem difícil de aplicar e mesmo explicar. Que quer dizer, estudar as relações de classes? Significa em primeiro lugar ter em conta comportamentos coletivos e isolar, dentre eles, comportamentos conflitantes cujo móvel é a orientação da sociedade e da sua capacidade de definir seus fins, comportamentos esses a que chamamos movimentos sociais. As entrevistas de indivíduos, o exame das negociações e dos confrontos políticos da ação sindical, por exemplo, podem trazer-nos muitas informações, mas não podem ocupar o lugar central” (Touraine, 1976:43). Depois da 2ª Guerra Mundial esta categoria será incorporada nos meios acadêmicos, nas organizações e nos movimentos políticos.

No Brasil segundo Almeida (1992:15) *“... esse tipo de análise, que não toma como parâmetro o sindicato, o partido ou a eleita classe revolucionária para estudar os movimentos...”*. Tem início no final da década de 70 e segundo Fenelon (apud Almeida, 1992:15) *“Foi somente a contestação recente à herança leninista de partido e sobretudo a partir de uma valorização dos movimentos sociais e populares como forma de construção do contrapoder popular, que tem sido possível a compreensão do significado destas diferentes formas de resistência que os trabalhadores encontram para se contrapor às diversas estratégias de controle e dominação política exercidas pelo capital”*.

Ao longo da década de 80 houve o debate sobre os “Novos Movimentos Sociais - NMS”, que busca entender a ação dos indivíduos em suas determinações micro da sociedade. Segundo Foweraker (apud Gohn, 1997:124) *“.. .uma das principais afirmações da tese dos Novos Movimentos Sociais é que eles são novos porque não tem uma clara base classista, como nos velhos movimentos operários ou camponeses...”*

Neste debate não podemos deixar de mencionar a análise de Harvey (1999:319-320) *“A nova esquerda preocupava-se com uma luta para libertar-se das*

algemas duais da política da velha esquerda, particularmente em sua representação por partidos comunistas tradicionais e pelo marxismo “ortodoxo”, e dos poderes repressivos do capital corporativo e das instituições burocratizadas (o Estado, as universidades, os sindicatos etc.). Ela via a si mesma, desde o começo, como uma força cultural e político-econômica, tendo ajudado a produzir a virada para a estética que o pós-modernismo representava.

*Essa linha de ação, no entanto, teve conseqüências não pretendidas. A entrada na política cultural era mais compatível com o anarquismo e com o liberalismo do que com o marxismo tradicional, levando a nova esquerda a se opor a atitudes e instituições tradicionais da classe trabalhadora. Ela abraçou **novos movimentos sociais** que eram eles mesmos agentes de fragmentação da política da velha esquerda. Na medida em que esta última era, na melhor das hipóteses, passiva, e, na pior, reacionária (no tratamento das questões de raça e de gênero, da diferença, e de problemas dos povos colonizados e das minorias reprimidas e das questões ecológicas e estéticas), algum tipo de mudança política da espécie proposta pela nova esquerda por certo se justificava. Mas, ao fazer esse movimento, a nova esquerda tendia a abandonar a sua fé tanto no proletariado como instrumento de mudança progressista como no materialismo histórico enquanto modo de análise”, (grifo nosso).*

*Pensar o movimento estudantil como um movimento social como este se denominou só é possível pela caracterização de Hobsbawm (1985:260) “Vale a pena fazer duas observações gerais a respeito dos movimentos jovens/estudantis. A primeira é a observação trivial, mas ainda assim significativa, de que tais movimentos são, por sua natureza **descontínuos e transitórios**. (...) Por conseguinte, os movimentos políticos jovens ou estudantis não são comparáveis aos movimentos cujos membros podem permanecer neles por toda sua vida, como os da classe operária (a maioria dos quais continua sendo operária até se aposentar), de mulheres ou de negro, todos pertencentes à sua respectiva categoria desde o nascimento até a morte. (...) Mas a rotatividade de seus membros é necessariamente de 100% ao fim de alguns anos, e quanto mais exclusivamente tais movimentos se definem por critérios não permanentes, isto é, pelo que os separa dos adultos, tanto mais difícil é para eles, manter a continuidade da atividade, da organização e talvez, inclusive, do programa e da ideologia, diferentemente do que*

ocorre com o estado de ânimo ou com a semelhança dos problemas que cada nova geração enfrenta” (grifo nosso).

Para realizar o nosso trabalho os caminhos não foram fáceis, visto que até hoje não houve nenhuma publicação impressa referente à temática, temos somente um artigo publicado na revista da ABESS nº 07 (1997).

Neste sentido reconstruir esta trajetória só foi possível através de documentos, textos, jornal, teses, etc, dos arquivos da ENESSO² e de um número significativo de Trabalhos de Conclusão de Curso, e principalmente a dissertação de mestrado de Sâmya Ramos (1996).

As longas citações no interior deste trabalho foram organizadas no sentido de preservar os acontecimentos na sua originalidade, bem como elemento para comprovação das análises. Neste mesmo caminho as longas notas de rodapé como elemento de informações complementares.

Este resgate ainda possui limites devido à fragmentação dos documentos do Movimento Estudantil em Serviço Social, o número restrito produzido sobre esta temática e por se inserir no contexto de um Trabalho de Conclusão de Curso.

Porém o produto final desse trabalho não expressa nada mais que um resgate coletivo dos diversos autores (as) que se debruçaram nesta temática, constituindo assim um trabalho de dimensão coletiva.

² A gestão da ENESSO 2000/2001 “Compromisso e Resistência”, permitiu-me pesquisar os arquivos da ENESSO, possibilitando copilar os documentos que são as fontes desse trabalho.

CAPÍTULO I – A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NA ERA FHC.

1.1 - A reorganização do capitalismo na contemporaneidade

A década de 90 apresenta uma nova configuração societária no plano nacional e internacional, devido à crise inaugurada em meados da década de 60 e início da década de 70. Esta crise caracteriza-se pela limitação do fordismo/taylorismo que expressa o padrão de acumulação predominante do século XX, baseado na produção em massa de mercadorias em alta escala, a custos mais baixos para o consumo, estruturado numa produção homogeneizada e verticalizada, através do trabalho parcelado e fragmentado. A característica básica desse processo produtivo é a produção em série fordista com o cronômetro e gerenciamento taylorista, do qual se instala por toda a indústria automobilística e depois para todos os ramos de atividades industriais e para o setor de serviços, formando um operário padrão semi-qualificado e criando um novo modo de ser da classe trabalhadora.

Segundo Anderson (1995:10) esta crise atingiu “... *todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação*”. O resultado disso é que este modelo entra numa crise estrutural, com a queda da produtividade e da lucratividade, ficando mais evidente a incapacidade do fordismo/taylorismo de conter as contradições inerentes do capitalismo, além das mudanças nos meios de produção os governos das economias capitalistas mergulham em problemas fiscais do Estado. Este processo se deu devido à rigidez dos investimentos da produção em massa e nas contratações e uma forte organização dos sindicatos. Sustentado pelos governos com os compromissos na política Keneynsiana, através das políticas de seguridade social e proteção ao trabalho. A única flexibilização estava na emissão de moedas para estabilizar a economia do qual gerou uma onda inflacionária, (Harvey, 1996). A este cenário se soma à decisão da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), durante a guerra árabe-israelense em 1973 com a decisão de aumentar o petróleo e embargar as exportações para o ocidente.

A resposta do capital à sua crise estrutural se deu através da *acumulação*

flexível na definição de Harvey (1996:140); “A *acumulação flexível* como vou chamá-lo, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. O binômio fordismo/taylorismo será substituído pelo Toyotismo³ ou ohnismo, (de Ohno, engenheiro que originou o modelo na Toyota empresa automobilística japonesa). A respeito desse debate alguns teóricos empregaram o termo “reestruturação produtiva”, no entanto, Lessa (2000)⁴ nos chama a atenção; “... o nome já é complicado porque se a gente for mais a fundo e nada mais é do que uma intensificação da exploração dos trabalhadores pelo capital, de uma forma ainda mais total, mais violenta, mais intensa dos trabalhadores, então a terminologia reestruturação produtiva dá a impressão de algo técnico-administrativo, neutra entre a relação das classes sociais, (...) Na verdade se refere ao movimento através do qual, a sociedade capitalista intensifica a exploração da força de trabalho, é disso que se trata concretamente (...) os termos não são neutros eles trazem em si uma carga ideológica, que tem, ao meu ver, cumprido um papel de não colocar em primeiro plano que deveria estar em primeiro plano”.

Antunes (1998:23) nos oferece alguns elementos para entender o processo da *acumulação flexível* através da “... introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas, segunda a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores, terceira a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao Kanbam”.

Apresentamos uma síntese das características da *acumulação flexível* pela experiência do toyotismo, sustentadas em Antunes (2000).

³ O processo produtivo a partir do Toyotismo é umas das experiências bem sucedidas da *acumulação flexível*, no entanto, há experiência que mescla a rigidez fordista com a flexibilidade toyotista, dessa forma queremos assinalar que o ponto principal da *acumulação flexível* e a flexibilização no processo produtivo.

⁴ Palestra no XXII ENESS – Lins/SP, 2000. Fita Cassete sonora

- É uma produção vinculada à demanda que ao contrário do fordismo é variada e bastante heterogênea sendo conduzida para suprir o consumo, pois este determina o que será produzido.
- Organiza o trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, exigindo um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional e polivalente, com a operação simultaneamente de várias máquinas, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo.
- Caracteriza-se pelo o *just in time*, com o melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque).
- Funciona segundo o sistema *KAMBAM* placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque; no toyotismo, os estoques são mínimos, quando comparados ao fordismo.
- As empresas do complexo produtivo Toyota, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalização fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção. Esta última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada teoria do foco) e transfere a terceiros grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas “terceirizadas”, acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores.
- Cria os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento.
- Este processo é acompanhado pela implementação de mudanças tecnológicas, robotização e informatização na produção

Um outro elemento que vem configurando a *acumulação flexível* é a relação

com o capital financeiro, ou mais precisamente a especulação financeira que assume um poder coordenador. Isso significa que a potencialidade de formação de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes é muito maior do que antes, apesar de o sistema financeiro ter mais condições de minimizar os riscos através da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas, regiões e setores em decadência para empresas regiões e setores lucrativos.

Esses elementos incidem diretamente na forma de ser da classe trabalhadora e suas organizações (os sindicatos) devido e a diminuição quantitativa do trabalhador industrial, visto que a *acumulação flexível*, é acompanhada pela flexibilização dos direitos trabalhistas, a cooptação dos sindicatos reivindicatórios pelos sindicatos de empresa. Disto decorre o astronômico número de desempregados em todos os continentes e o crescimento numérico de trabalhadores temporários e subcontratados.

Essas mudanças na base material da sociedade são acompanhadas no plano da superestrutura, com a instauração do projeto político e ideológico neoliberal. O neoliberalismo surge depois do pós-guerra, sustentado no pensamento de Hayek e seus discípulos⁵, cujo alvo principal é o Welfare State, indicando ser este, contra a própria lógica capitalista, ou seja, as liberdades econômicas e políticas para o capital. Consideram “... a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si – pois disso precisavam as sociedades ocidentais...” (Anderson, 1995:10).

O neoliberalismo está associado à crise econômica e a do Welfare State. Este por sua vez se propôs a humanizar as relações entre capital e trabalho, através do pleno emprego, da multiplicação das políticas sociais, para impedir as crises cíclicas do capital sustentado no pensamento keynesiano. Este modelo é abortado pela própria lógica capitalista devido às transformações das relações de trabalho.

De outro lado, também à derrocada do socialismo real, que proporcionou uma economia planificada com igualdade social, gerenciada por um Estado centralizador,

⁵ Em 1944 Friedrich Hayek publica sua obra “*O Caminho da Servidão*”, na qual expressa seus ideais sobre o liberalismo e sua defesa contra o Estado de Bem-Estar-Social na Europa e o New Deal americano. Em 1947 Hayek organiza um encontro de intelectuais e ideólogos liberais e fundam a sociedade Mont Pèlerin. A partir da década de 70 com início da crise do capitalismo, os ideais liberais de Hayek e seus discípulos ganham força.

burocrático sem as liberdades civis e políticas, vinculado a um partido único atrelado ao Estado (Netto, 1993).

As impossibilidades desses projetos societários; Welfare State e o Socialismo Real de se constituírem como uma alternativa global à humanidade. Constituíram-se componentes para o avanço dos ideais liberais conforme a análise de Netto (1993).

O cenário sócio-político para a concretização do neoliberalismo dá-se a partir da década de 70 com a crise do capital. Para os neoliberais esta crise é resultado da generosidade do Estado e do poder dos sindicatos com suas reivindicações e conquistas por salários e ampliação das políticas sociais. Os elementos principais do ideário neoliberal são; a estabilidade monetária, através de uma disciplina orçamentária e a contenção dos gastos sociais. Com um Estado mínimo restringindo-se a assistência mínima aos mais necessitados

A partir da década de 80 estas idéias começaram a ser efetivar nos governos de Reagan (EUA) e Thatcher (Inglaterra). Nesses países as medidas neoliberais proporcionaram a contração da emissão monetária, privatizações das estatais, leis anti-sindicais e aumento da taxa de desemprego. Os demais governos da Europa, de cunho socialista logo se viram sem caminhos para resistir ao projeto neoliberal, devido às pressões do mercado impulsionado pelo imperialismo norte-americano. No leste europeu, governos ex-comunistas são tomados por governos radicalizados na proposta neoliberal (Anderson, 1995). As políticas neoliberais na Europa, de início, responderam efetivamente a crise da década de 70 no sentido da estabilidade econômica, combate à inflação e a perda de lucros, no entanto, criou-se nível alarmante de desemprego e desigualdades sociais.

Na América Latina o projeto neoliberal expressou-se através do Consenso de Washington, sendo o Chile o país que aplicou o receituário neoliberal com: desregulação das políticas sociais, desemprego massivo, repressão sindical e privatização de bens públicos. Foi o primeiro país a implementar os ideais neoliberais, através de uma ditadura militar de Pinochet. Os demais países da América Latina iniciaram suas políticas neoliberais a partir da década de 80, no México com Salinas, na Argentina com Menem, na Venezuela com Andrés Perez, no Peru com Fujimori, no Brasil com Collor.

O Consenso de Washington como analisa Batista (1994), é a aplicação do

neoliberalismo, idealizado a partir da reunião em Washington em 1989, na qual funcionários do governo americano, FMI – Fundo Monetário Internacional⁶, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento ⁷, e BIRD - Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)⁸ e especialistas em assuntos latino-americanos, organizaram um encontro de cunho acadêmico sem caráter deliberativo. As elites da América Latina prontamente aderiram ao diagnóstico das propostas neoliberais seguindo o coro homogêneo da grande mídia, difundindo o Estado como incapaz e ineficiente de formular políticas macroeconômicas e transferindo aos organismos internacionais esta responsabilidade, aprofundando a dependência da América Latina ao imperialismo norte-americano.

O Consenso abrange dez pontos “... *disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos reforma tributaria, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual*”. (Batista, 1994:26) O Consenso apresenta outras orientações: descentralização ao máximo do Estado através da municipalização dos recursos oficiais, mobilização das organizações não-governamentais (ONGS's) para as políticas sociais; equilíbrio das finanças públicas e combate a inflação; privatização a propósito de enfraquecimento do Estado, pela transferência dos setores estratégicos como energia, telecomunicações, etc.

O Brasil como já sinalizamos iniciou a implantação dos ideais neoliberais no governo de Fernando Collor de Mello. Vale ressaltar que a base central do projeto neoliberal é a reestruturação do Estado, ou seja, a sua minimização. Neste sentido a implementação do neoliberalismo dá-se principalmente pela reforma do Estado, e se aprofunda a partir de 1994 com a posse de Fernando Henrique Cardoso – FHC, que

⁶ FMI – Fundo Monetário Internacional criado em 1945 em uma Conferência das Nações Unidas, devido a dois acontecimentos: a grande depressão da década de 30 e a II Guerra Mundial que ocasionou a destruição das economias de alguns países envolvidos na guerra. Tem como objetivo promover a cooperação e a estabilidade econômica internacional, estimula o crescimento econômico e fornece assistência financeira temporária para países em crise, conta hoje com 184 países-membros e somente países membros podem fazer parte do Banco Mundial.

⁷ BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento foi criado em 1959 por iniciativa dos países da América Latina tem como objetivo de apoiar programas sociais, no desenvolvimento de instituições econômicas, sociais, educacionais e de saúde, na promoção da integração regional e no apoio direto ao setor privado.

⁸ O BIRD – Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento ou conhecido como Banco Mundial foi criado em 1945, com o principal objetivo “a promoção do progresso econômico e social de seus membros” que conta com 184 países, através de projetos de financiamento a melhoria da produtividade e as condições de vida de seus membros.

teve como carro chefe de seu governo essa reforma que foi uma das mais profundas e rápidas operadas pelo Estado brasileiro (Netto, 2000).

O objetivo da reforma do Estado foi adequar o Brasil à modernidade, visto que, o modelo herdado pela ditadura militar era considerado ineficiente. Uma dessas primeiras tarefas foi o reajuste monetário com o plano real visando a estabilidade financeira, que rompeu o ciclo da inflação galopante. O Estado passou a ser orientado pela ótica da eficiência e eficácia seguindo parâmetros do gerenciamento empresarial, via privatização das estatais ou adequação dos setores governamentais à ótica do mercado.

Para tal tarefa de reorganização do Estado foi criado em 1995 o Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, o qual teve como mentor, o ministro Bresser Pereira⁹. Para ilustrar melhor apresentamos pontos do Plano Diretor da Reforma do Estado, através da síntese de Serra (2000:113-115).

Setores definidos para a Reforma do Estado;

1) Núcleo Estratégico: *Corresponde ao governo, em sentido lato. É composto dos poderes legislativos e judiciário, do Ministério Público e do Poder Executivo (presidente da República, ministros e seus auxiliares, responsáveis pelo planejamento e formulação das políticas).*

2) Atividades Exclusivas: *É o setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar. São os serviços ou agências com o poder de regulamentar, fiscalizar e fomentar. São exemplos: a cobrança e fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, o serviço de desemprego, o subsídio à educação básica, controle do meio ambiente etc.*

3) Serviços Não-Exclusivos: *Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder*

⁹ O documento Plano Diretor da Reforma do Estado – MARE segundo Serra (2000:113) “...nega a adoção da doutrina neoliberal, mas afirma um princípio da mesma, o da complementariedade do mercado pelo Estado”.

de Estado. São exemplos desse setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus.

4) Produção de Bens e Serviços para o Mercado: É caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro que ainda permanecem no aparelho do Estado como, por exemplo, as do setor de infra-estrutura.

No que diz respeito ao item 3, a peculiaridade é “a qualidade e o custo dos serviços prestados aos cidadãos. O princípio correspondente é o da eficiência (...) logo, a administração deve ser necessariamente gerencial” e não a da administração pública burocrática que é a que rege o Estado atual...

Retomando os objetivos os que se definem para esses serviços Não-Exclusivos são:

a) Transferir para o setor público não-estatal esses serviços, por meio de um programa de “publicização”, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do Poder Legislativo para celebrar contrato de gestão com o Poder Executivo e assim ter direito à dotação orçamentária.

b) Lograr, assim uma maior autonomia, e conseqüentemente, maior responsabilidade para os dirigentes desses serviços.

c) Lograr adicionalmente um controle social direto desses serviços por parte da sociedade por intermédio dos seus conselhos de administração...

d) Lograr, finalmente uma maior parceria entre o Estado que continuara a financiar a instituição, a própria organização social e a sociedade a que serve e que devera também participar

minoritariamente de seus serviços via compra de serviços e doações.

e) Aumentar, assim a eficiência e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor..

Em síntese, tais serviços não-exclusivos caracterizam-se como públicos não-estatais, e sob a administração gerencial.

No capítulo sobre emendas da administração pública, evidenciam-se as decisões de flexibilização das relações de trabalho dos servidores públicos....

a) o fim da obrigatoriedade do regime jurídico único, permitindo-se a volta da contratação de servidores coletistas;

b) a flexibilização da estabilidade dos servidores estatutários;

c) limitação rígida dos proventos da aposentadoria e das pensões ao valor equivalente percebido na ativa;

d) possibilidade de se colocar servidores em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviços como alternativa à exoneração por excesso de quadros;

e) elimina a isonomia como direito subjetivo...

1.2 - “Que transformação silenciosa foi esta?”

As transformações societárias situadas incidem na Reforma do Ensino Superior, ou seja, é a sua base sócio-política e sócio-econômica. Assim a universidade vai ser instrumentalizada a produzir conhecimento na perspectiva da *acumulação flexível*.

Apontaremos aqui os principais elementos que caracterizam esta reforma¹⁰, que segundo discurso oficial foi uma “**transformação silenciosa**” encabeçada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC, tendo como principal ator o Ministro da Educação Paulo Renato, e se configurou uma das maiores e mais rápidas da história educacional desse país. Tal reforma flexibilizou a educação brasileira atendendo a uma exigência posta pela *acumulação flexível*, num contexto de amplo desemprego estrutural, precarização e flexibilização das relações de trabalho. De outro lado, o governo brasileiro procurou sanar o déficit educacional que é um dos mais altos da América do Sul; vejamos alguns indicadores apresentados por Bock (2001:20); “*A porcentagem de matriculados no ensino superior em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12%, na Argentina esse índice é de 40%; no Chile, 20,6%, Venezuela, 26% e Bolívia 20,6%*”.

Antes, queremos chamar atenção para o processo sócio-histórico que vem constituindo a universidade¹¹. Este processo segundo Trindade (1999) pode ser caracterizar em quatro momentos:

Primeiro: do seu surgimento a “Universidade Medieval” a partir do século XII em plena Idade Média, vinculada exclusivamente ao poder da Igreja Católica em uma visão teocêntrica.

Segundo: a partir do século XV a “Universidade Renascentista” em plena ascensão do capitalismo mercantil e os ideais humanistas numa visão antropocêntrica.

Terceiro: no século XVII a “Universidade Iluminista” regida pelos ideais iluministas da qual será influenciada pelas Revoluções burguesas, industrial e francesa.

Quarto: no século XIX a “Universidade Moderna”. Com a consolidação da sociedade capitalista torna-se necessário à especialização adequada à nova divisão social do trabalho, tornando-se um poderoso instrumento técnico e econômico para o modo de produção capitalista.

¹⁰ Só iremos por propósito desse trabalho analisar os principais elementos que incidem no ensino superior, Chauí nos chama atenção que a universidade vem assistindo a destruição do ensino médio e fundamental, aonde o modelo educacional público vem produzindo um grande número de analfabetos funcionais.

¹¹ A primeira universidade surge na Europa em Bolonha, (1108) a partir da junção de escolas isoladas e são herdeiras do legado sócio-cultural do mundo greco-romano.

Conforme Catani e Oliveira (1999:186); *“A universidade é uma instituição social, científica e educativa, cuja identidade está fundada em princípios, valores, regras e formas de organização que lhe são inerentes. Seu reconhecimento e sua legitimidade social vinculam-se, historicamente, à sua capacidade autônoma de lidar com as idéias, buscar o saber, descobrir e inventar o conhecimento. Nesse processo, ela interroga, reflete, critica, cria e forma, exercendo papel fundamental no avanço e na consolidação da democracia”.*

Segundo Wanderley (1984:37) *“... desde tempos remotos a universidade teve por fim cultivar e transmitir o saber humano acumulado, missão que ela cumpriu com persistência. Sacudida pelas transformações históricas, tendo que acompanhar as inovações que os homens iam inventando em seus processos e estruturas sociais, ela foi tentando se adaptar em seus processos e estruturas sociais, ela foi tentando se adaptar constantemente as diferentes realidades.”.*

A concepção de universidade na América Latina teve como marco a reforma do ensino superior, em 1918, em Córdoba na Argentina, em um contexto impulsionado pela 1ª guerra mundial, com a disputa por projetos socialistas e capitalistas, que através da forte pressão de estudantes, professores e funcionários instituiu um padrão de universidade que permeou toda a América Latina, criando um perfil dessa instituição conferido-lhe um papel social vinculado a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, a universidade é um elemento constitutivo próprio do movimento da sociedade, inserido no interior das lutas de classes, na qual setores progressistas buscam imprimir um caráter de qualidade e democracia a serviço da sociedade e da maioria da população.

Tal processo inerente à universidade vem sendo descaracterizado pelos ideais neoliberais, através de uma ótica empresarial, ou seja, tratar a educação na perspectiva do mercado, sendo a função básica da educação, somente preparar as pessoas para o trabalho ou mais precisamente para a competitividade do mercado, com habilidades para que as pessoas atuem competitivamente num mercado de trabalho altamente seletivo e restrito. Segundo Silva Tomaz (1995:14) *“Esse processo faz com que noções tais como igualdade e justiça social recuem no espaço de discussão pública e cedam lugar, redefinidas, às noções de produtividade, eficiência, “qualidade”, colocadas como condição de acesso a uma suposta*

“modernidade”...”.

Na análise de Silva Tomaz (1995:23) *“... não se trata apenas de privatizar – isto é, de entregar a educação à iniciativa privada – mas de fazer a educação pública funcionar à semelhança do mercado, algo um tanto diferente. Assim a idéia é que a educação não seja financiada diretamente pelo Estado...”*.

Para Gentili (1995:157) os ideais da educação neoliberal não se diferenciam dos critérios empresariais; *“Até aqui, nada distingue os critérios de qualidade no campo educacional do modo como estes se formulam no mundo empresarial: adaptabilidade e ajuste ao mercado, competitividade, produtividade, rentabilidade e mensurabilidade”*. Aliada a isto a educação na perspectiva neoliberal e tomada por conceitos como; *“... “eficiência”, “produtividade”, “produto educativo”, “rentabilidade”, “custo da educação”, “competição efetiva”, “excelência”, “soberania do consumidor”, “cliente-aluno”, etc. não são um produto alucinado de nossa exagerada crítica ao mundo dos negócios. Trata-se simplesmente do vocabulário que compartilham aqueles que professam sua fé nesta nova retórica”*. A predominância desses conceitos veio substituir os discursos da democratização da educação típico das sociedades pós-ditatoriais pelo discurso da produtividade-eficiência.

Um dos primeiros países a implementar a educação neoliberal foi o Chile, com impacto sobre os países vizinhos, Brasil e Argentina. *“A posição produtivista mais consistente parece estar concretizada hoje no sistema escolar chileno (...) O sistema combina engenhosamente gratuidade, e, portanto universalidade, com privatização do ensino, pois mesmo as escolas municipais acabam se portanto como escolas privadas”* (Giorgi, apud Singer, 2001:55).

Giorgi (apud Singer 2001:53-54) aponta que o debate da educação no Brasil e no mundo é feita por educadores, educandos, administradores de aparelhos educacionais, políticos e gestores públicos. Apontado em duas tendências a civil-democrática e a produtivista:

A Civil-democrática tem como meta *“ ... centra-se no educando e em particular no educando das classes desprivilegiadas ou não-proprietárias (...) propósito da educação seria proporcionar ao filho das classes trabalhadores a consciência, portanto a motivação (além de instrumentos intelectuais), que lhe permitam o engajamento em movimentos coletivos visando tornar a sociedade mais*

livre e igualitária. (...) habilitação do indivíduo a se inserir de forma adequada na vida adulta: profissional, da futura mãe ou pai de família, do esportista, do artista e assim por diante.”

A Produtivista objetiva “... *incluir e desenvolver faculdades que habilitem o educando a integrar o mercado de trabalho (...) vantagem individual, que se traduz em ganho elevado e outras condições favoráveis...*”

As propostas da educação neoliberal e transmitida pelas instituições multilaterais¹² como Banco Mundial, BID, e o FMI dirigidas principalmente aos países em desenvolvimento. Conforme Iamamoto (2000:39); “... *o diagnóstico da universidade latino-americana, efetuada pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD) e (BID), é altamente desfavorável, esses organismos aliados ao FMI centralizam as mais importantes decisões econômicas políticas e jurídicas planetárias*”. Para podermos analisar um pouco dessas recomendações iremos nos basear na análise de Chauí (2001) referente ao documento do BID¹³.

Tais recomendações não são externas aos países em desenvolvimento como o Brasil, foram organizadas com o aval dos governos que fornece dados solicitados, demonstrando que estão de pleno acordo com essas recomendações, que aliás são organizadas por técnicos brasileiros vinculados ao BID¹⁴.

Estas recomendações são organizadas a partir da realidade dos países sendo assim, não há como se falar em um ingerenciamento, mas sim de um gerenciamento da política educacional. O diagnóstico do BID para educação aponta o seguinte:

- Tem como eixo central à ótica do custo-benefício.
- Aponta que as universidades têm um custo muito alto e um benefício pequeno.
- As universidades são inoperantes, primeiramente devido a qualidade de ensino e pesquisa considerada baixa, apesar de ressaltar que algumas universidades não públicas apresentam alta

¹² As recomendações dos organismos internacionais para a política educacional da América Latina intensificam-se a partir da década de 90, com a produção de relatórios sobre a situação da educação e com recomendações.

¹³ Documento este produzido em 1997 “A educação superior na América Latina e Caribe”.

qualidade de ensino e pesquisa¹⁵; o segundo é devido o altíssimo índice de evasão; e terceiro devido o alto custo de pessoal. Coloca ainda que as universidades são arcaicas, pois trabalham com um número muito pequeno de aluno por professor, pois a relação deveria ser de 50 a 80 estudantes por professor.

- Incapacidade de criação de mecanismos de recompensa pela produtividade e de punição pela improdutividade.
- O ensino superior deve ter dois papéis: **Formação da elite intelectual** com pesquisa e ensino de alto nível, conforme as normas acadêmicas internacionais, sendo esta responsabilidade do Estado. **Formação Profissional** para preparar os alunos para mercados profissionais específicos que exijam formação superior, para este tipo de formação não é exclusivo o financiamento do Estado é desejável a presença do setor privado, essas instituições devem ser gerenciadas nos moldes do mercado. Com um corpo docente que segundo Chauí (2001:21) “*Não se quer um corpo docente de elite. O que se quer é um corpo docente experiente*”. Assim um corpo docente mais técnico do que “teórico” vinculado diretamente ao mercado de trabalho. O “experiente” seria aquele que possui um consultório médico ou de advocacia e de aula na universidade, e tem lógica esse raciocínio, pois para este tipo de formação preconizada pelo BID não é preciso pensar, apenas executar.
- Aponta os currículos obsoletos, com um ensino antiquado, avaliando a necessidade de que os currículos sejam mais flexíveis devido a seu alto custo.
- Para a formação de profissionais ha duas perspectivas a técnica com “*Programas de curta duração com treinamento de*

¹⁴ Conforme Minto (2002:09) “*Entre os que atuam como “balões de ensaio” dessa política, podemos citar Cláudio Moura Castro, economista do BID e colunista da revista Veja.*”

¹⁵ Ao se referir às universidades privadas provavelmente o documento no caso do Brasil esta cometendo um grande engano, pois as instituições estritamente privadas que executam ensino e pesquisa de qualidade são raríssimas salvo algumas como a exemplo a FGV e as instituições comunitárias que não são estas que o BID esta se referindo. De outro lado o BID “esqueceu” de mencionar que são as universidades públicas as responsáveis por toda a pesquisa realizada no Brasil.

habilidades práticas, preparando para ocupações de nível médio no mercado de trabalho” Chauí, (2001:21); e a generalista que qualificam como “... cursos ditos de profissionais, mas cujo mercado de trabalho encontra-se saturado ou mal definido” Chauí (2001:22).

Destacamos também alguns pontos recomendados pelo BIRD¹⁶ - Banco Mundial nos relatórios de 1994 apontados por Cassab e Lima (2002:82) “... diversidade das instituições de ensino (...), universidades públicas, privadas e de instituições não universitárias que incluiriam os cursos politécnicos, os cursos de curta duração e a educação a distância (...), a diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas (...), a necessidade de cobrança de matrículas e mensalidades para os estudantes; o corte de verbas públicas para as atividades “não relacionadas com educação – alojamento e alimentação; a utilização de verbas privadas via doações de empresas e das associações dos ex-alunos ou da elaboração de cursos de curta duração, consultorias e pesquisas através de convênios firmados entre universidades e as empresas mediatizados pelas fundações (...) A redefinição no papel do Estado (...) adequação às diretrizes privatizantes da educação via autonomia administrativa e financeira (...) ênfase numa política de qualidade...”.

Os relatórios do BIRD de 1995, segundo Souza (2001:17) apontam; “Na educação primária, geralmente faz sentido o ensino público gratuito, para fazer avançar a sociedade em geral e dar cobertura aos pobres. Contudo para maioria dos programas de recursos humanos, via de regra não se justifica o ensino gratuito”. Ressalta ainda os relatórios segundo Iamamoto (2000:41); “... as instituições privadas constituem um elemento importante de alguns dos sistemas de educação pós-secundária mais eficazes que existem no mundo em desenvolvimento (...) Os governos podem fomentar o desenvolvimento da educação terciária privada, a fim de complementar as instituições estatais...”.

Essas recomendações apontadas pelo BIRD e BID aos países da América Latina são atreladas a futuros investimentos e empréstimos, no entanto, os governos

¹⁶ O relatório do Banco Mundial de 2000/2001 dá a impressão de se tratar de uma outra instituição, com a preocupação nas áreas sociais, educação, saúde, habitação, etc., principalmente o combate à pobreza, com ênfase na participação, na transparência dos recursos públicos, no respeito à democracia. No entanto, não nos enganemos, pois a lógica central dessa instituição é a política macroeconômica que todos os trabalhadores sentem na pele.

devem ajustar suas políticas educacionais. Conforme Chauí (2001:23) “O BID afirma que está disposto a investir, e bastante, nas universidades da América Latina sob condição de que reformem”. Tal postulados estão em consonância com o FMI (Cassab e Lima, 2002).

No Brasil, uma das primeiras Reformas do Ensino Superior deu sobe o regime da ditadura militar através de convênios do MEC/USAID¹⁷. Podemos aproximar a reforma da década de 70 com a atual, com a discussão da qualidade podendo ser comparada ao discurso do tecnicismo. Segundo Trindade (2001:31) “As políticas dos governos militares estabeleceram uma divisão de trabalho entre universidades públicas e privadas: investiram fortemente em pesquisa e pós-graduação das públicas e estimularam o crescimento das instituições privadas para que estas especializassem no ensino de graduação de massa”¹⁸. Chauí (2001) denomina a de *Universidade Funcional* que, para atender as demandas dos setores da classe média no contexto do pós-guerra, principalmente nos países centrais, resultou na massificação do ensino, rompendo com seu caráter elitista. Esta massificação no Brasil foi operada da seguinte forma “... abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e oligarquias regionais (...) Essa universidade foi àquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho.” (Chauí, 2001:220).

Nos anos 80 temos a *Universidade de Resultados* que mantém os traços da década de 70, introduzindo a idéia de parcerias com a iniciativa privada e finalmente na década de 90 a *Universidade Operacional ou Produtivista* que trataremos a seguir.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394 de 20/12/1996 é a base central da Reforma do Ensino Superior. Segundo Souza (2001:17) “Mas é destacadamente na

¹⁷ MEC/USAID – Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development, acordo assinado em 1965 para assessoramento pelos técnicos americanos aos técnicos brasileiros encarregados de estruturar a reforma do ensino superior.

¹⁸ Tal processo se verifica por meio do antigo CFE - Conselho Federal da Educação que barrou o processo desencadeado desde a década de 50 de federalização de faculdades estaduais e privadas da qual foram reunindo e consolidando as universidades federais gerenciadas pelo Estado. O período que antecede ao golpe militar o CFE e tomado por maioria de dirigentes de instituições privadas que acabou com o processo de federalização e passou a impulsionar o crescimento do ensino privado Cunha (1999). Este é então o primeiro momento de incentivo ao setor empresarial na educação no Brasil visto que, antes estava preso ao controle do poder da Igreja Católica que a partir da década de 30 tem o fim de sua hegemonia.

*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*¹⁹, de 1996, que as prescrições do Banco Mundial se fazem sentir, de forma objetiva”.

Chauí aponta ainda uma homogeneidade de pensamento, pois ao ler o texto do BID, e em seguida da LDB, há uma identificação total da política educacional pelas reitorias e faculdades.

O que nos chama atenção na LDB é a sua generalidade, colocando seu o funcionamento através de portarias via MEC ou pelo CNE - Conselho Nacional de Educação, conselho este que mais serve ao lobby do mercado, do que um conselho da sociedade “*A regulamentação da LDB tem se dado por meio de um acervo de medidas legais, originárias do Executivo, do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e de seu órgão assessor, o Conselho Nacional de Educação (CNE). Materializa-se em conjunto de iniciativas e de instrumentos jurídicos – leis, medidas provisórias, decretos, emendas constitucionais, resoluções e portarias, e pareceres - , que, silenciosamente, vem realizando uma verdadeira reforma (...) o MEC passa a ocupar o papel de principal formulador de políticas e planos para a educação cabendo ao CNE funções normativas e deliberativas consoante um processo de centralização de decisões no poder executivo.*” (Iamamoto, 2000:36).

As recomendações dos órgãos multilaterais BIRD/BID materializadas pela LDB e implementadas pelo governo FHC colocaram as universidades públicas em uma situação de calamidade, como descreve Iamamoto (2000:39) “... *deterioração acelerada da qualidade do ensino e da investigação. O funcionamento precário das instituições de ensino superior e patenteado com a deterioração das instalações físicas, a falta de recursos para livros, laboratórios e materiais didáticos. À redução dos recursos, agrega-se o seu uso ineficiente: a baixa relação aluno/professor a duplicação de programas as altas taxas de abandono e repetição, e a elevada proporção do orçamento destinado aos que são considerados “gastos não-educacionais” ou seja a assistência estudantil (habitação, alimentação e outros serviços subvencionados ao estudantes)*”. Além disso, não podemos deixar de mencionar a situação dos professores e funcionários que amargaram perdas

¹⁹ Da aprovação da nova LDB cabe chamar atenção para um detalhe significativo e crucial, pois a lei aprovada não passou de uma manobra do governo. Através de um projeto substitutivo do senador Darcy Ribeiro, famoso antropólogo, que como alguns pensadores citam cumpriu um “*deserviço*” à educação brasileira. A LDB era discutida por amplos setores da sociedade envolvidos na questão, no entanto, o sr Darcy Ribeiro vai ao

salariais a mais de sete anos, como visto na última greve das Universidades Federais ocorrido em 2001.

Dentre os paradigmas que se instalaram na Reforma do Ensino Superior conforme os postulados internacionais encontra-se a “**diversificação**”; do financiamento, dos cursos, das instituições e do setor público e privado.

Quanto à diversificação do financiamento podemos apontar o seguinte quadro; desde 1995 o financiamento da educação pública vem diminuindo, no ano de 1995 foram gastos R\$ 6,1 bilhões, em 1996 R\$ 5,6 bilhões, 1997 R\$ 5,3 bilhões, 1998 R\$ 4,8 bilhões, 1999 R\$ 5,5 bilhões. Temos assim, um acúmulo de redução de investimento de 95 a 99 de 3,2 trilhões para as universidades federais (Jornal do Plebiscito do Provão/Fórum de Executivas, 2002).

Mas por outro lado, o governo investiu no ensino privado, seja de forma direta através de financiamento de recursos da união como o do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *“Vinte instituições privadas já foram favorecidas com R\$ 194 milhões (...) O BNDES participou com até 100% dos investimentos financiáveis.”* (Iamamoto, 2002:42). Ou indiretos, conforme uma das portarias de 2002 do MEC, que possibilita a qualquer faculdade isolada ampliar suas vagas sem consultar o MEC. Além disso temos investimentos em programas como o FIES²⁰ e a filantropia educacional²¹ que no montante ainda não se sabe o total desses recursos públicos transferidos ao setor privado.

No caso das universidades públicas, além da redução do financiamento o governo federal em 1999 apresentou a PEC 370, desconsiderando os preceitos da Constituição Federal de 1988 nos Art. 205 e 206, que se refere à responsabilidade

gabinete do MEC ou precisamente do governo e junto formula uma LDB totalmente diferente daquela que estava em discussão.

²⁰ FIES – Fundo de Investimento do Ensino Superior, do qual em 1999 veio substituir o CREDUC – Crédito Educativo, com novas normas e regras que vem dificultando o acesso. Este programa não deixa de ser uma forma de transferência de recursos públicos para o setor privado, que aliás, na maioria dos casos possui um ensino de péssima qualidade.

²¹ A filantropia educacional é exercida principalmente pelas instituições confessionais denominadas Universidades Comunitárias representadas pela ABRUC – Associação das Universidades Comunitárias. Em grupo de discussão no IV CONED, 2002, SP apontou-se que a chamada filantropia educacional possui isenções de taxas e impostos concedidas pelo poder público. Até aquele dado momento não se sabia sobre o montante acumulado de recursos indiretos do setor público transferido a filantropia educacional. No entanto, há setores da comunidade acadêmica que justificam e defendem essas instituições por se diferenciarem das “universidades empresariais” por aplicar a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. O que poderíamos qualificar “*ilusões bem fundamentadas*”, pois essas instituições como as demais “universidades empresariais” cobram mensalidades astronômicas, e algumas com mensalidades superiores às “universidades empresarias”.

do Estado com a educação e o Art. 207 que define a Autonomia Universitária, como autonomia didática-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, na indissociabilidade das atividades de pesquisa, ensino e extensão. A proposta da autonomia do governo é orientada pelo MARE, que coloca as universidades públicas como organizações sociais no âmbito dos serviços não-exclusivos do Estado, transformando-as, sob a forma de fundação de direito privado, sem fins-lucrativos, com financiamento público através de contrato de gestão, complementados com a cobrança pelos serviços prestados.

A autonomia via a PEC 370 compromete a produção da C&T – Ciência e Tecnologia, pois sendo financiada pelo empresariado que daria a orientação. Segundo Yamamoto (2000:50) *“Esta proposta de autonomia segue a recomendação do Banco Mundial é clara: a meta é de que as instituições estatais possam gerar rendimentos que financiem aproximadamente 30% de suas necessidades totais de recursos para gastos ordinários”*.

A Associação Nacional dos Docentes - ANDES vem reafirmando a autonomia didática científica, administrativa, com financiamento estatal, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a democratização interna (com liberdade no processo de escolha dos dirigentes, administração de patrimônio, de pessoal e de recursos); e a garantia de funcionamento com dotação orçamentária global. Aqui vale lembrar a análise de Chauí (2001:217); *“... a universidade sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada (...) num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais...”*.

No entanto, pressões da comunidade acadêmica levou *“... o ministro da educação a sublinhar, num documento sobre a política para as instituições federais de ensino superior, o caráter voluntário da conversão das universidades autárquicas ou fundacionais em organizações sociais...”* (Cunha, 1999:44-45). O MEC estabeleceu alguns critérios para o funcionamento tais como: fixação de critérios para distribuição de recursos levando em consideração a avaliação de seu desempenho; a sua eficiência e o atendimento à população; estimula também que as universidades busquem fontes adicionais de recursos à iniciativa privada. A respeito disso Catani e Oliveira (apud Chauí, 2001:185) consideram que *“... como*

não há condições de conceder autonomia ao conjunto das universidades, a fórmula inovadora apresenta uma solução malthusiana: salvar seletivamente do dilúvio algumas grandes universidades federais”.

As fontes adicionais que o MEC sugere criou uma “aberração” estranha à universidade. As Fundações de direito privado, criadas pela lei 8.985 de 1994 e segundo seus defensores “... *elas abrem a universidade para a sociedade, que são mecanismos eficazes de abrir e de dar conhecimentos para sociedade do trabalho realizado pela universidade; que elas captam recursos privados para investir na universidade pública, (...) que permitem mecanismos mais ágeis para gerenciar recursos...*” (Teixeira, 2002:37). Essas não podem utilizar os recursos humanos, ou seja, os contratos trabalhistas que regem docentes e funcionários da universidade em suas atividades.

As experiências com as fundações no interior das universidades públicas demonstram um outro rumo, criando conflitos e distorções, como o caso da Universidade Federal de Uberlândia – UFU onde, “*As cinco fundações privadas amargam déficits tão grandes que inviabilizam as demais atividades desenvolvidas pela instituição. Conforme o reitor da UFU, Arqueides Diógenes Cilone são R\$ 21 milhões em dívidas, não é segredo para ninguém que as fundações estão hoje não como fundações de apoio, e sim na condição de fundações apoiadas.*” (Cadernos Populares – Adufmat, 2001:05).

Mas o caso mais gritante é o da Universidade de São Paulo – USP que possui 32 fundações que acabaram se transformando em uma espécie de “caixa-preta”, que conforme Teixeira (2002:38) “... *no momento em que começamos a ter acesso a esses dados, que estavam no Ministério Público, verificamos que, ao contrário do propalado, na verdade as fundações captam grandes quantidade de recursos públicos e repassam esses recursos para o setor privado.*”. Ou seja, utilizam patrimônio público, como a infra-estrutura, o nome da instituição, funcionários e docentes que o setor público treinou e deu formação e contratam em moldes de contratos via assessoria ou orientação, para obtenção de lucros ou prestação de serviços especificamente ao mercado.

Os serviços dessas fundações acabam favorecendo uma pequena parcela, principalmente as grandes corporações empresariais com “... *cursos pagos dos ditos*

MBA's, Master and Business Administration, mestrados profissionalizantes, etc., (...) colocando a serviço de um pequeno setor da sociedade, que pode pagar taxas de até 30 mil reais por ano..." (Teixeira, 2002:40).

As fundações abrem caminho para a privatização por dentro da universidade e conseqüentemente anulam a concepção da autonomia universitária, colocando a universidade, seu patrimônio público e sua função pública voltada ao interesse de grupos ligados ao mercado empresarial e não ao interesse do conjunto da sociedade.

Podemos verificar a "diversificação" do ensino superior entre o setor público e privado através dos dados produzidos pelo MEC na tabela abaixo.

Tabela 1.

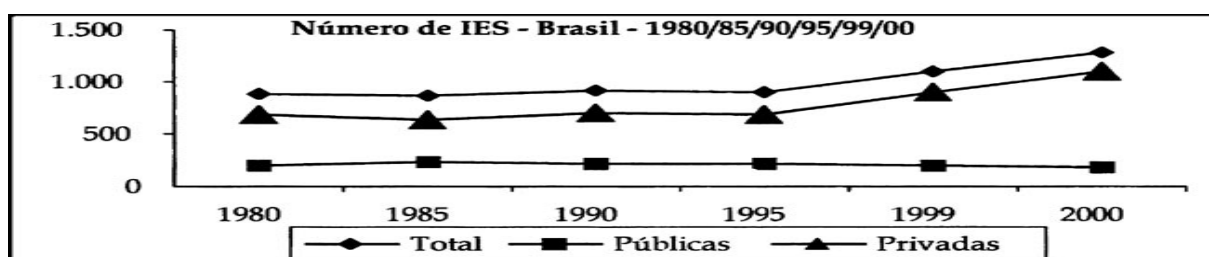
Instituições de Ensino Superior – Brasil – 1999/2000

Ano	Total	Públicas	Privadas	Capital	Interior
1999	1.097	192 (17,5%)	905 (82,5%)	37,3%	62,7%
2000	1.280	181 (14,1%)	1.099 (85,9%)	36,2%	63,8%

Fonte: MEC/INEP/SEEC e SIED_Sup 2001 (Dados preliminares)²²

Observa-se na tabela acima a disparidade entre o setor público e privado, mas há duas décadas tínhamos uma considerável equivalência entre as instituições como podemos ver no gráfico abaixo;

Gráfico 1.



Fonte: MEC/INEP/SEEC e SIED_Sup 2001 (Dados preliminares)²³

²² Informações (ABEPSS, 2001:68).

²³ Informações (ABEPSS, 2001:69).

Tabela 2.

Distribuição dos alunos por dependência administrativa [1972 –82-92]¹, [1994]², [1996]³ (24)

Nível de Ensino	Anos	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total (X 1.000)
Superior	1972 ¹	23,8	10,4	4,6	61,2	688
	1982 ¹	22,7	9,1	3,8	62,2	1.203
	1992 ¹	21,9	14,0	5,7	58,4	1.661
	1994 ³	21,9	14,0	5,7	58,4	1.661

Fontes: ¹IBGE: Anuário Estatísticos, 1972, 1982, 1992/ ²IBGE: Anuário Estatísticos, 1972, 1982, 1992/³MEC/INEP: Sinopse Estatístico, 1996.

Observe-se que a partir de 1995 temos uma explosão do ensino privado no Brasil, período este entre 1994 com o início do governo FHC e 1996 com a regulamentação da nova LDB; de lá pra cá este crescimento não parou.

O crescimento do ensino superior privado é acompanhado pelos números de matrículas, da qual a maior parte é absorvida pelo setor privado, conforme Ferreira (2000:84) *“Em relação ao segundo aspecto, o número de alunos matriculados em 1998 correspondia a 2 milhões e 125 mil, sendo que destes, 1 milhão e 321 mil (63%) em instituições privadas e 804 mil (37%) em instituições públicas. (...) de 1994 para cá, este aumento correspondeu a um percentual de 36%, contra apenas 12% nas instituições federais, 18% nas estaduais e 27% nas municipais”*. A expansão do ensino privado é incentivado, pelo MEC através de portarias, decretos, etc.; fato constatado em matéria da Revista Exame “NOTA ALTA”, 03 de abril (2002:37) *“É exatamente na educação superior que o ensino particular está crescendo. No fundamental e no médio, é o setor público que ganha espaço. “Isso aconteceu porque o atual governo optou por concentrar seus esforços na educação básica, deixando a superior para à iniciativa privada”, diz Éfren Maranhão, ex-presidente do Conselho Federal da Educação...”*.

A expansão do ensino privado vem colocando a educação superior como um dos maiores setores lucrativos do país, superando o setor de energia e telecomunicações, *“... a educação já movimentava 90 bilhões de reais por ano no Brasil e deve ser o setor que mais crescerá no mundo nas próximas duas décadas.”* (Revista Exame “NOTA ALTA”, 03 de abril, 2002:35). Atraindo investidores estrangeiros como a Apollo Internacional, maior grupo empresarial da educação nos

²⁴ Dados do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública “Caderno do III CONED”, Brasília, novembro de (2000:21).

EUA com escolas na Holanda, Alemanha e Brasil; desde 2001 é sócia do Pitágoras, de Minas Gerais, um dos maiores grupos de ensino no Brasil. Setores empresariais brasileiros também investem em educação, “... o caso mais ilustrativo é o de Eduardo da Rocha de Azevedo, ex-presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, que deixou o mercado financeiro e se tornou sócio de uma faculdade de economia e administração em Campinas.” (Bok, apud Jornal Folha de S. Paulo, 28/12/98, 2001:21).

Os dados acima demonstram a real “transformação silenciosa” na educação brasileira, ou seja, acabar com sua gratuidade e com o caráter público da universidade, transferindo aos setores lucrativos do mercado. Essa “diversificação” vem criando o que Minto (2002) chamou de Universidades: “a poucos”, com ensino, pesquisa e extensão (Centros de Excelência) e “a muitos” somente ensino. Aos Centros de Excelência estariam reservados o papel de formar as elites com financiamento público. O restante do sistema de ensino superior das instituições públicas receberiam conforme sua produtividade, e as demais instituições particulares, cabe o papel de meros “Escolões” do 3º grau, destinado ao ensino ou ao “aulismo”.

A “diversificação” entre o setor privado e público é acompanhada pela “diversificação” das instituições de ensino conforme o decreto nº 2.306 de 1997; que “*Estabelece que as instituições de ensino superior podem assumir os seguintes formatos: 1) universidades, 2) centros universitários, 3) faculdades integradas, 4) faculdades e 5) institutos superiores da educação...*” (Muranaka, 2002:11). Segundo Ferreira (2000:86) “*Em 1998, as instituições privadas com estatuto de centros universitários eram apenas 18; elas saltaram para 33 em 1999...*”. O decreto de 1997 considera para as universidades e os centros universitários a indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão, no entanto, apenas as universidades realizam a indissociabilidade.

Os centros universitários acabaram incentivando o setor privado, possuindo normas mais flexíveis na abertura de cursos, na definição de grades curriculares, enfim na gestão da universidade, dessa forma acabaram por ter uma “autonomia” como as universidades públicas.

A “diversificação” das modalidades de cursos foi introduzida devido ao

paradigma da empregabilidade, ou seja, para uma situação de desemprego estrutural, a idéia de capacitação permanente e continuada se torna uma estratégia de marketing de consumo do “produto” educação. Esta noção passa primeiramente pelas diretrizes curriculares da LDB, que substituiu os currículos mínimos. Toda a comunidade acadêmica há muito tempo desejava substituir os currículos mínimos por algo mais atualizado que atendesse as realidades regionais e a diversidade de ensino. No entanto, “... as diretrizes curriculares devem ser vistas assim, inseridas na política educacional mais ampla desse governo” (Bok, 2001:23). A autora ainda chama atenção para a idéia de que as diretrizes curriculares não são ruins, mas na ótica global da privatização do ensino nos moldes do mercado significa uma insuficiência ou desqualificação na formação acadêmica, na qual cada unidade de ensino pode definir que tipo de ensino irá vender ao mercado ou melhor “ao consumidor”. Isto porque a centralidade das diretrizes curriculares segundo o MEC está em sua flexibilização, permitindo as “universidades empresariais” flexibilizar ao máximo esses currículos.

A criação dos cursos seqüenciais é parte desta proposta da “diversificação” dos cursos; promulgada por portaria do MEC que trata do Art. 44 da LDB, inspirado nos “Community Colleges” norte-americanos, em substituição da noção de área de conhecimento por campos de saber, que significa pequenas totalidades interdisciplinares e multidisciplinares.

A atual legislação apresenta duas modalidades de cursos seqüenciais; a) complementação de estudos de destinação coletiva ou individual; b) formação específica, “Na primeira, os cursos superiores de complementação de estudos, de destinação individual, são propostos pelos candidatos e tem duração variada. Já os de destinação coletiva têm sua carga horária e prazo de integralização definidos pela instituição que os oferece. (...) Esses cursos de complementação de estudos fornecem certificados e devem estar relacionados a um ou mais cursos de graduação reconhecidos e regularmente ministrados. A segunda modalidade são os cursos superiores de formação específica, com carga horária mínima de 1600 horas ou 4000 dias letivos. Objetivam assegurar formação básica em um campo do saber e fornecem diplomas, embora não dêem grau. Todos os cursos seqüenciais de formação específica também se encontram sujeitos a fiscalização e ao reconhecimento por parte do MEC. Existe a possibilidade de seu aproveitamento nos

cursos de graduação, desde que o aluno submeta-se previamente aos processos seletivos de ingresso à universidade, Nesse sentido podem representar um degrau para a graduação” (Iamamoto, 2000:54-55). Os cursos seqüenciais são uma das recomendações dos organismos internacionais na formação de técnicos ou tecnólogos para responder às necessidades do mercado de forma mais barata.

Sintonizado com essa perspectiva foram também criados os Mestrados Profissionalizantes na pós-graduação, regulamentado pela portaria 080 de 16/12/98 da CAPES – Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior visando a formação de profissionais pós-graduados aptos a elaborar novas técnicas e processos, com desempenho diferenciado. Essa modalidade de mestrado foi criada para atender o déficit educacional da pós-graduação, considerando o Art. 66 da LDB, que prevê o exercício do magistério superior, mediante mestrado e doutorado. E ainda o Art. 52 da LDB que estabelece pelo menos 30% do corpo docente com titulação em pós-graduação, no entanto, pela insuficiência dessa titulação e seu alto custo, a solução encontrada pelo governo foi à criação dos mestrados profissionalizantes com desempenho diferenciado, procurando também atender as exigências de um mercado de trabalho competitivo e escasso.

O Mestrado Profissionalizante diferentemente do Mestrado Acadêmico possui uma carga horária menor, sem a de apresentação de dissertação, sem aprofundamento dos conhecimentos e são autofinanciados, pois não admite bolsas de pesquisa. Segundo Iamamoto (2000:59), *“O receio é de que haja um rebaixamento na qualidade acadêmica dos cursos da pós-graduação, informada por uma concepção simplificadora e pragmática”*.

Os cursos à distância²⁵ alinhados também na perspectiva da “diversificação” dos cursos, regulamentado pelo Art. 80 da LDB. Possibilitou a criação em 2000 da Unirede – Universidade Virtual Pública do Brasil²⁶, Fundação de direito privado sem fins-lucrativos *“... cujo propósito é desenvolver cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu, treinamento operativos e programas de educação*

²⁵ A experiência dos cursos à distância, principalmente pela expansão significativa da internet no Brasil, não obteve tanto êxito como esperava seus idealizadores, primeiro devido a uma grande resistência de professores e alunos; segundo devido à situação de um país que ainda registra níveis altos de analfabetismo, onde o acesso à internet é uma realidade muito distante, pois segundo os dados do último do IBGE apenas 4% da população tem acesso a internet, configurando assim o que vem sendo denominado de “exclusão digital”.

²⁶ Mais informações www.unirede.br.

continuada.” (Iamamoto, 2000:60). De outro lado criou-se também a UVB – Universidade Virtual Brasileira²⁷ uma associação formada por dez universidades privadas com objetivo de pesquisar cursos à distância e vem sendo um dos negócios promissores dos empresários da educação “*A grande promessa de revolução no ensino – e nos negócios ligados a ele – está educação a distancia especialmente quando se fala em utilização de novas tecnologias (...) colocando o aprendizado nas mãos do aluno e aumentando como nunca a produtividade no ensino.*” (Revista Exame “NOTA ALTA” abril, 2002:44).

Segundo o Jornal Folha de São Paulo²⁸ até 2002 existiam 13 cursos de graduação à distância “... sete são de pedagogia ou de formação superior de professores. O motivo é a exigência da LDB (...), que todos os professores da rede pública de ensino tenham nível superior até 2007...” (Jornal FSP, 09 de maio de 2002:04). Há também universidades que diversificam sua grade curricular, através de disciplinas à distância “... a Universidade Anhembi-Morumbi, que em 2000 passou a criar disciplinas à distancia para alunos...” (Jornal FSP, 09 de maio de 2002:05). Verificamos pelos sites da Unirede e da UVB que ambas oferecem cursos principalmente na área de especializações, treinamentos de cunho técnico; na maioria dos cursos não há critérios para inscrição, ou seja, qualquer interessado pode inscrever-se nesses cursos. Na Unirede há cursos pagos e gratuitos que variam em média de R\$ 200,00; no caso da UVB são cursos exclusivamente pagos que podem chegar a R\$ 900,00. No caso da Unirede é inadmissível a cobrança de qualquer taxa ou mensalidade visto que se trata de uma instituição pública.

Cursos à distância vinculados à internet não são uma idéia ruim em si, no entanto, é inaceitável modalidades de cursos que sejam destinadas à pós-graduação, graduação²⁹ ou algumas disciplinas, porque a educação à distância substitui a educação presencial por uma forma de ensino que elimina a indispensável relação professor-aluno e o convívio sadio que propícia à comunidade acadêmica, colocando em jogo a qualidade de ensino.

²⁷ Mais informações www.uvb.br.

²⁸ Jornal Folha de São Paulo “Privadas e Públicas oferecem graduação e disciplinas a distancia”, 09 de maio de 2002.

²⁹ No caso dos cursos à distancia de Pedagogia para a formação de professores é necessário uma reflexão mais aprofundada.

O II CONED – Congresso Nacional da Educação³⁰ trata a educação à distância da seguinte forma; *“E inegável que os avanços científicos e tecnológicos que resultaram num acervo de conhecimentos (...) devam ser colocados à disposição da área educacional (...) Entretanto, as metas evidenciam que a concepção de educação á distancia e de tecnologia educacional, enquanto meios auxiliares, é substituída por clara concepção de fim em si mesmo...”*

A “diversificação” ou mais precisamente a flexibilização do sistema de ensino superior é organizada/padronizada pela qualidade/produktividade neoliberal e para isto criou-se um sistema de Avaliação Institucional, no qual um dos instrumentos é o Exame Nacional de Cursos, conhecido como “Provão”, instituído por uma medida provisória pela lei 9.131/1995, posteriormente incorporado à nova LDB.

Estas medidas foram implementadas pela necessidade de criar mecanismos verificadores da capacidade de produção das universidades, tendo em vista o interesse de não destinar recursos igualmente para as diversas instituições de ensino superior.

O “Provão” consiste em um instrumento de avaliação que se dá através de uma prova elaborada pelas Comissões de Especialistas e representantes do MEC. É aplicada em 4h; aos estudantes em seu último ano de curso, outro elemento é o ACO – Avaliação das Condições de Oferta, que se refere ao projeto pedagógico, o corpo docente e discente, condições de infraestrutura, etc.

Estes são os elementos com quais o MEC propôs a avaliar as universidades. No entanto, por traz disso está configurado uma avaliação meramente tecnicista, transformando as universidades em meros “escolões” de ensino superior, pois, não leva em conta os elementos que constituem uma projeto de universidade e o seu papel social; a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. O “Provão” está colocado na ótica do ensino voltado às necessidades do mercado, já que a pesquisa e extensão não são avaliadas.

A avaliação é uniformizada sem considerar as diferenças regionais das universidades, hierarquizando os cursos através do ranquiamento de notas que vão de A, B, C, D e E. Os cursos que tirarem por 3 vezes consecutivamente nota baixa

³⁰ O II CONED – foi realizado em 1997 em Belo Horizonte/MG, do qual resultou o documento “Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira”.

serão descredenciados pelo MEC. No entanto, até a vigência do “Provão” nenhum curso foi descredenciado. No caso das instituições públicas este método se colocou como uma contradição, visto que, o próprio governo federal reduziu o financiamento das universidades públicas, interferindo diretamente na qualidade dos cursos.

O “Provão” caracterizou-se por sua obrigatoriedade, ou seja, uma avaliação compulsória para as universidades e estudantes, pois as instituições de ensino foram obrigadas a enviar ao MEC a lista dos estudantes que estarão em seu último ano, sob pena de sanções pedagógicas e de financiamento. Os estudantes foram obrigados a comparecerem no exame sob pena de não receberem seu diploma.

Na perspectiva de avaliação na ótica qualidade/produktividade foi criado em 1998 a GED - Gratificação de Estímulo a Docência, para avaliar o corpo docente das universidades públicas, que necessariamente não é um instrumento de avaliação institucional das universidades, mas sim da produtividade da docência para medir quantitativamente a produção dos docentes. Segundo Cardoso, Lopes, Abreu (2000:119), “... o processo avaliativo que fomenta competitividade entre docentes, a secundarização da pesquisa e da extensão e a supervalorização da sala de aula...”. A GED coloca os docentes em uma situação desconfortável, pois sem reajuste há mais de 7 anos ela pode significar, segundo Ferreira (2000) um aumento de 60% a 70% em cima do salário. Sendo assim, alguns docentes estão vinculando toda a atividade docente à pontuação da GED, pois o que dá pontuação são; artigos publicados, orientação de monografia, número de hora aulas em sala de aula. Palestras e cursos de extensão não entram na pontuação, dessa forma a atividade docência fica presa na pontuação da GED.

A reforma do ensino superior, como já descrevemos, vem significando colocar a educação na ótica do mercado. A seguir analisamos os desdobramentos desta reforma na formação dos futuros assistentes sociais

1.3 - A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR: apontamentos para uma reflexão na formação profissional do assistente social

Com a Reforma do Ensino Superior na década de 90, o Serviço Social se viu

obrigado a debater as implicações dessa reforma na formação profissional, expresso no Seminário Nacional “*A Política do Ensino Superior no Brasil. A Regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social*”, organizado pela ABEPSS em 1999 constituindo o posicionamento político das unidades filiadas.

Os debates desse seminário são publicados na revista *Temporalis* nº 1 (2000), constituindo-se em um importante momento de reflexão teórica e política referente à reforma do ensino superior e seus desdobramentos no Serviço Social.

Como já tratamos a tônica da Reforma do Ensino Superior concretiza explicitamente a privatização do Ensino Superior no Brasil e como sinaliza Ferreira (2000) colocando a educação como mercadoria, estimulando as formações específicas em detrimento das formações generalistas e estimulando processos avaliativos como mecanismos de competitividade.

A educação como mercadoria é incompatível com o projeto profissional dos assistentes sociais, que sinaliza para a “... *ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras*” (Bonetti, org, 1998:218). Expressando assim a defesa dos direitos sociais de caráter público e gratuito a população.

A privatização do ensino constitui implicações na consolidação das diretrizes curriculares; primeiro pelo crescimento do setor privado regido pela ótica empresarial e segundo pelo sucateamento das universidades públicas. Em um contexto de 125 Unidades de Ensino de Serviço Social, dos quais 76% são privadas. Conforme as tabelas (3 e 4);

Tabela 3.
Cursos de graduação em Serviço Social, por região e dependência administrativa. Brasil, 1994.

Região	Total		Dependência administrativa			
			Públicas		Privadas	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Norte	3	4,2	2	8,0	1	2,0
Nordeste	13	18,0	10	4,0	3	6,3
Centro Oeste	4	5,5	2	8,0	2	4,2
Sul	16	22,3	3	12,0	13	28,0
Sudeste	36	50,0	8	32,0	28	59,5
Total	72	100,0	25	100,0	47	100,0

Fonte: MEC/SESu. Catálogo das Instituições de Ensino. Dados Globais das IES, 1994 (ABESS/CEDPESS, 1997:82)

Tabela 4.**Cursos de graduação em Serviço Social, por região e dependência administrativa. Brasil, 2003.**

Região	Total		Dependência administrativa			
			Públicas		Privadas	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Norte	8	6,4	2	6,7	6	6,3
Nordeste	17	13,6	10	33,3	7	7,4
Centro Oeste	7	5,6	3	10	4	4,2
Sul	34	27,2	7	23,3	27	28,4
Sudeste	59	47,2	8	26,7	51	53,7
Total	125	100,0	30	100,0	95	100,0

A tabela³¹ de 2003 foi organizada a partir das informações da página da ENESSO www.enessomess.hpg.com.br, os dados INEP/MEC julho de 2003 “*Cadastros das Instituições de Educação Superior*” www.educacaosuperior.inep.gov.br/curso.stm e pelo Relatório Final da Gestão 2001-2002 da ABEPSS. Das 125 unidades de ensino, 83 estavam filiadas a ABEPSS, conforme o Relatório da Gestão 2001-2002.

Podemos observar nas tabelas que entre 1994 a 2003 há um crescimento elevado de unidades particulares, principalmente nas regiões sudeste e sul do país. No sudeste destaca-se o Estado de São Paulo e Minas Gerais. O interessante é a região sul que ao mesmo tempo em que apresenta um crescimento de unidades particulares principalmente pela abertura de novos campos e a região do Brasil onde ocorreu o maior crescimento de unidades públicas, este crescimento não está ligado à construção de novas instituições públicas, mas sim pela abertura de cursos de Serviço Social aonde não havia, concentrado-se no Estado do Paraná.

Na região nordeste o quadro das unidades de ensino (público e privado) não ocorreu alterações significativas, prevalecendo o local com o maior número de escolas públicas de Serviço Social no Brasil. As regiões norte e centro oeste nota-se um pequeno crescimento patrocinado pelo setor privado.

Na Oficina Nacional da ABEPSS realizada em 06 e 07 de junho de 2002, que resulta da publicação da revista *Temporalis/Suplemento*, demonstra o conjunto das

³¹ Apêndice 01.

discussões e os relatórios das vice-presidentes da ABEPSS³², que apresentam o estado da implantação das diretrizes curriculares e os desdobramentos da reforma do ensino superior. Que iremos tratar.

Conforme Diniz³³ (2002:66); “... dada a realidade das instituições privadas que vêm se ampliando como oportunidades de negócio, nas quais o ensino pago e as relações acadêmicas são regidas por finalidades lucrativas...”. O ensino é desvinculado da pesquisa e da extensão; “Primeiramente, é importante destacar o número significativo de faculdades isoladas na região, as quais, somando as centros universitários, configuram um padrão de desenvolvimento do ensino superior no Brasil, principalmente na última década, determinante na predominância de um ensino desvinculado da pesquisa e da extensão” (Diniz, 2002:66).

Sem realizar a pesquisa e a extensão, o ensino em Serviço Social perde em qualidade, já que as diretrizes curriculares aprovadas em 1996, têm na pesquisa como um dos componentes centrais, pois é ela que contribui no desvelamento das múltiplas expressões da questão social, matéria-prima pela qual se debruça o trabalho profissional, pois “... a realização de pesquisas sobre os fenômenos com os quais lida o Serviço Social, tanto para compreendê-los como para formular respostas profissionais enraizadas na realidade e capazes de acionar as possibilidades nela contida” (ABESS/CEDEPSS, 1995:152). Neste sentido a extensão significa “... atividades desempenhadas pelas universidades voltadas à transmissão de conhecimentos (via cursos, conferências, etc.) à prestação de serviços (assistenciais, consultorias, etc.) à difusão cultural (realização de eventos artísticos e culturais) (...) uma mediação necessária entre a instituição universitária e a sociedade, estimulando a sua democratização. Possibilita soldar vínculos entre conhecimento e realidade e oxigena o processo de aprendizagem” (Iamamoto, 2000:71).

Nas unidades de ensino particular os contratos dos docentes são regidos por hora/aula, o que não possibilita a dedicação integral ao ensino, conforme a vice-presidente da regional leste da ABEPSS (2002:59); “Nas instituições privadas de ensino, a questão volta-se para a consolidação de um quadro que possa responder

³² As regionais da ABEPSS estão divididas; Regional Norte, Nordeste, Centro Oeste, Leste (MG, RJ, ES), Sul I e Sul II (SP).

³³ Vice-presidente região sul II.

com qualidade às demandas da formação profissional, em função da grande rotatividade dos professores (vínculos contratuais precários, com remuneração exclusiva pelo trabalho docente realizado em sala de aula)...”.

O despotismo da “*empresa universidade*” impossibilita o próprio convívio no interior da universidade, pois sem democracia regida pela pluralidade de idéias, não há espaço para a produção de conhecimento e a organização política como sinaliza Diniz (2002:69), “... *primam pelo controle organizacional e econômico, onde os questionamentos não têm lugar (como exemplo, pode-se citar a dificuldade que os alunos enfrentam na relação institucional para formar centros acadêmicos)*”.

O sucateamento das universidades públicas vem dificultando a articulação do debate das diretrizes curriculares conforme sinaliza Rocha³⁴ (2002:17) “... *a Região Norte vem enfrentando maiores dificuldades para garantir a articulação e a participação de todas as unidades de ensino (...) Tais dificuldades inserem-se em primeiro lugar, no quadro de agravamento da crise das universidades públicas brasileiras e da redução dos recursos das IFES...*”. De outro lado atinge o corpo docente “... *resultando no afastamento de significativo número de professores para a pós-graduação e a redução do quadro docente face às aposentadorias, sem a contrapartida da realização de concursos para preenchimento das vagas existente.*” (Rocha, 2002).

A falta de abertura de concursos públicos vem sendo solucionada pela contratação de professores substitutos, questão esta levantada pela vice-presidente da região leste da ABEPSS (2002), através de contratos precários e instáveis. Este quadro se torna ainda mais preocupante devido a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ter criado por uma portaria em 1998, o estágio de docência obrigatório aos bolsistas. Não temos informações desses estágios nos cursos de Serviço Social, mas eles abrem a possibilidade dos bolsistas substituírem professores, contribuindo assim para a flexibilização do ensino na graduação. Esta portaria prejudica a qualidade do ensino e precariza o trabalho docente.

A pesquisa como sinalizamos fonte de produção de conhecimento para o desvelamento da questão social, sofre cortes como sinaliza Ferreira (2000:90) “A

³⁴ Vice-presidente da região norte.

tendência que vem sendo sinalizada é a de redução de investimentos provenientes de recursos públicos e a ampliação de investimentos empresariais: em 1990, o governo federal financiava 73% das pesquisas realizadas no país, sendo que a iniciativa privada financiava 22%; em 1997, os investimentos governamentais foram reduzidos para 64%, enquanto os empresários aumentaram para 32% (MEC/Inep, 1999)”.

Em relação aos mestrados profissionalizantes, ensino de baixa qualidade, produzindo um corpo docente desqualificado. Se incorporado no ensino de Serviço Social pode significar o esvaziamento da produção intelectual no Serviço Social que constituiu-se a partir da década de 80 o qual contribuiu para o aprofundamento teórico, político e ético da profissão.

No caso dos cursos seqüenciais a categoria profissional agiu rapidamente através do parecer jurídico nº 31/99 emitida pelo CFESS “... todos os CRESS e entidades do Serviço Social deverão estar atentos e preparados para o enfrentamento jurídico-legal da questão, propondo ação judicial que vise a sustação imediata da implantação de curso, que pretenda formar e qualificar qualquer interessado para o exercício técnico de atividades e funções privativas do assistente social”. Parecer este enviado as Unidades de Ensino de Serviço Social, que por conseqüência inibiu estes cursos ate dado momento.

Em relação a GED esta vem criando alguns constrangimentos, conforme relato de um estudante “... [em reuniões] com os professores (...) estavam se limitando [a GED] como orientação e a monografia...” (Intervenção de estudante, XXII ENESS Lins/SP 1999 – fita cassete).

Os elementos da Reforma do Ensino Superiores no ensino de Serviço Social podem significar “... um “esvaziamento” das diretrizes curriculares discutidas e construídas coletivamente a partir de [93], já que existe uma contradição entre a proposta de formação das diretrizes curriculares e a proposta de formação subjacente à reforma do ensino superior” (Ferreira, 2000:95).

CAPÍTULO II – A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA RUPTURA COM O CONSERVADORISMO PROFISSIONAL.

2.1- “O que nos diz o projeto profissional”

Trataremos do Projeto Profissional, que se expressa na prática profissional, na organização política da categoria, na produção teórica e nas lutas por projeto societário sem dominação de classe, gênero e etnia, que ora tem como instrumento normativo o Projeto de formação profissional, o Código de Ética e a lei de regulamentação da profissão. Segundo Netto (1999:95); *“Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas...”*.

A partir da década de 60, em escala mundial, ocorreu a renovação do Serviço Social, proporcionado pelas transformações econômico-sociais, políticas e ideoculturais (Netto, 1998).

Esta renovação incidiu-se diretamente no Serviço Social “tradicional”. No Brasil, segundo Netto (1998) o aprofundamento da erosão do Serviço Social “tradicional”, se dá a partir de meados dos anos 50 até o golpe militar, estando ligado ao avanço das forças democráticas da sociedade rebatendo no Serviço Social, por diversas mediações *“... primeiro remete ao próprio amadurecimento de setores da categoria profissional, na sua relação com outros protagonistas (profissionais: nas equipes multiprofissionais; sociais: grupos da população politicamente organizados) (...) O segundo refere-se ao desgarramento dos segmentos da Igreja Católica em face do seu conservadorismo tradicional (...); O terceiro é o espraiar do movimento estudantil que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social (...) O quarto é o referencial próprio de parte significativa das Ciências Sociais do período imantado por dimensões críticas e nacional-populares...”* (Netto, 1998:139-140).

No entanto, a partir de 1964 com o golpe militar, com a instalação da autocracia burguesa, essas bases são abortadas modificando, o cenário político brasileiro, “... primeiro pela neutralização dos protagonistas sóciopolíticos comprometidos com a redemocratização da sociedade e do Estado, cortou com os efetivos suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista à crise em andamento no Serviço Social “tradicional”...” (Netto, 1998:141).

Na América Latina este processo se expressa pela realização do I Seminário Regional Latino-Americano, realizado em Porto Alegre em 1965 e estende-se por quase uma década, conhecido como Movimento de Reconceituação³⁵.

Movimento este que tem como base à crítica societária ao modelo de dependência dos países latino-americanos, principalmente ao imperialismo norte-americano e a intervenção profissional marcada pelo traço funcionalista, às teorias importadas, a prática profissional desvinculada da realidade latino-americana, o questionamento de seus fundamentos ídeo-teóricos e sociopolíticos e a denúncia do Serviço Social “tradicional³⁶”, como a busca de uma identidade do Serviço Social Latino-Americano.

Este processo tem como sujeitos principais a ALAETS e as publicações das editoras do grupo ECRO-Esquema Conceptual Referencial Operativo, que surgiu em 1965 e a Humanitas ambas argentinas, que ira agregar os principais intelectuais da renovação do Serviço Social e a realização dos Seminários Latino-Americanos. O saldo do acúmulo desse debate se evidencia entre 1968 a 1972, com grupo chileno que inaugura uma nova fase ao movimento, num momento pelo qual a sociedade chilena tem a experiência de um modelo democrático-popular cristão, evidenciando-se no Seminário Latino Americano realizado no Chile em 1969 “... abordava quatro grandes temas com seus respectivos sub-temas. Esses grandes temas centrais – alienação e práxis do Serviço Social; novos instrumentos do Serviço Social; novas

³⁵ Não podemos nos esquecer do papel fundamental que exerceu a Associação Latino Americana de Escolas de Serviço Social (ALAETS) criada em 1965 e o Centro Latino-Americano de Serviço Social (CELATS) criado em 1975. São estes os dois principais organismos da América Latina que expressam o Movimento de Reconceituação, seja na organização dos seminários Latino-Americanos ou na publicação de textos e documentos na vertente de ruptura.

³⁶ O Serviço Social “tradicional” conforme Netto (1998) desenvolvia uma prática empirista, paternalista, paliativa e burocratizada, que os agentes realizavam em especial na América Latina, utilizando uma ética liberal burguesa, numa perspectiva funcionalista, objetivando a correção do indivíduo.

idéias para o marco conceitual do Serviço Social, e Serviço Social em perspectiva ...”
(Barbosa, 1997:34).

A reconceituação do Serviço Social só é possível no interior dos países com espaços democráticos e o fim desse movimento se dará por volta de 1975, devido à ascensão dos regimes militares principalmente nos países que expressavam este debate como Chile, Argentina e Uruguai (Netto 1998). A continuidade desse debate nos anos seguinte estará vinculada pela direção da CELATS com sede em Lima/Peru

A expressão do debate no Movimento de Reconceituação no Brasil se dará através da experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais³⁷, conhecido como o “Método de BH”³⁸, entre o período de 1970 a 1975, que segundo Netto (1998) um dos fatos marcantes foi o jovem grupo de docentes que vinham acompanhando o debate Latino Americano do Movimento de Reconceituação, do qual em 1969 no encontro em Caracas/Chile, segundo Barbosa (1997:41); *“...ao regressar os professores chegavam a Belo Horizonte trazendo um documento chileno denominado Método Básico, elaborado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Chile (..) o Método Básico mostra que o grupo chileno, partindo de uma análise da realidade social que vivia o país, apresentava uma crítica ao papel do Assistente Social frente aquela sociedade (...) Assim o Assistente Social deveria cumprir sua função básica, atuando junto às organizações populares com as quais deveria desenvolver sua ação através de assessoria a projetos específicos, contribuindo para que tomassem consciência de sua situação.”*

A experiência do “Método de BH” irá se encerrar em 1975, devido aos limites colocados no contexto do regime militar e por equívocos do qual criou conflitos entre professores e alunos. Conforme relata Barbosa (1997:60), os estudantes sem espaços institucionais para fazerem estágio na perspectiva do “Método de BH”, organizaram uma greve. A direção da faculdade e o corpo docente pediram demissão coletiva, pois entendiam que os acordos e a proposta pedagógica haviam sido rompidos.

No cenário da renovação do Serviço Social brasileiro assumiu três direções;

³⁷ Hoje Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A primeira direção é a perspectiva modernizadora, que particularmente dominou todo o período do regime militar constituindo-se em, *“...um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco das estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos socio-políticos emergentes no pós-64”* (Netto, 1998:154). As expressões desta perspectiva são apresentadas nos seminários de teorização³⁹ de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), que significam uma “modernização” do Serviço Social “tradicional”, modificando pequenos traços e modernizando outros, tendo como base o neopositivismo e o neotomismo.

A segunda direção é a “reatualização do conservadorismo” emergente no final do regime militar do qual *“... trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana”* (Netto, 1998:157). Esta perspectiva expressou-se pelos seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista, (1984) promovidos pelo CBCISS numa tentativa de atualizar as bases conservadoras do Serviço Social, devido ao movimento questionador em fins da década de 70 no interior da profissão.

Para isso irá lançar mãos em bases teóricas da fenomenologia e a apropriação de algumas categorias da tradição marxista, desconectado da totalidade da teoria social de Marx. Outra referência é o positivismo, que não é novidade, pois esta perspectiva teórica sempre esteve presente na produção do Serviço Social “tradicional”.

A terceira direção é a “intenção de ruptura” legado do Movimento de Reconceituação, conforme Iamamoto (1999) é um fenômeno tipicamente latino-americano, no Brasil este processo vai se dar tardiamente, pela própria dinâmica da sociedade brasileira dominada pelo regime militar. Instalando-se em fins do regime

³⁸ Este inspirado no “Método Básico”, elaborado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Chile.

³⁹ Ambos organizados pelo CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviço Sociais.
A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978 – 2002.
Ailton Marques de Vasconcelos

militar que “... ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (Netto, 1998:159).

O “Método de BH” foi o primeiro contato com o legado do Movimento de Reconceitualização no Brasil, constituindo-se a emergência do Serviço Social brasileiro na perspectiva da vertente de ruptura. Perspectiva esta que rebate em alguns centros universitários, conforme Netto (1998:264); “... São Paulo, Rio de Janeiro, Campina Grande – vai se gestando uma nova massa crítica cujo desdobramento repõe na ordem do dia a crítica substantiva ao tradicionalismo profissional...”. Momento este em que a perspectiva de ruptura se consolida academicamente.

O espraiamento desta perspectiva⁴⁰ penetra os espaços organizativos da categoria profissional como no III CBAS⁴¹ - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o “Congresso da Virada”⁴², sintonizando no final da década de 70 com a crise do regime militar, o crescimento das lutas sociais pelas liberdades

⁴⁰ Além da produção teórica a organização política da categoria, a perspectiva de ruptura rebate timidamente devido à repressão em alguns espaços de intervenção profissional, um desses exemplos e a experiência de INOCOP em São Paulo.

⁴¹ O CBAS se realiza a cada três anos, o primeiro CBAS se realizou em 1973 no Rio de Janeiro, com o seguinte propósito “O CFAS (Conselho Federal da Assistência Social), ao organizar este Congresso, o fez com o propósito de reunir os colegas para os contatos mais íntimos, para uma troca de experiências salutar e proveitosa, benéfica para todos, a fim de oferecer a oportunidade do debate de problemas que afligem a classe e que carecem de pronta e cabal solução” (Anais I CBAS, 1974:05). Neste sentido os congressos configuram-se como espaço de reflexão da categoria, referente a sua prática e a conjuntura, não sendo um espaço de deliberativo das entidades da categoria.

⁴² O III CBAS é um marco na profissão, neste congresso as entidades sindicais se organizaram através da CENEAS (Comissão Nacional de Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais) previamente para intervir no congresso. A crítica destacou o caráter elitista do encontro, com o custo que inviabilizava a participação, a cota restrita de participação apenas de dois estudantes por escola; mesas anti-democráticas com debates setorizados fragmentando a política social, ausência da socialização das mesas além de homenagens aos representantes da ditadura militar.

As entidades sindicais canalizam as indignações dos participantes, organizando assembléias que modificaram o CBAS no decorrer do evento. Os estudantes se organizaram e apresentaram uma moção de repúdio ao caráter elitista do congresso durante a assembléia que ocorreu no terceiro dia do congresso, no final os estudantes apresentaram um texto colocando as lutas gerais da sociedade e da universidade, ou seja, ocorrendo uma ação conjunta entre profissionais e estudantes. Este CBAS finaliza-se com uma grande faixa feita de papel homenageando “Todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas” (Abramides e Cabral, 1995:173). Para uma melhor análise procurar os Anais do III CBAS disponíveis nos Conselhos Regionais de Serviço Social e em algumas universidades. E a produção de Abramides e Cabral (1995).

democráticas e a abertura do regime. Não podemos negar o papel crucial que este congresso tem na trajetória política da categoria como um marco divisor da profissão que adentra a perspectiva de ruptura com o conservadorismo. Os quadros progressistas da categoria profissional que estavam na clandestinidade e até mesmo adormecidos, frutos do debate do início da década de 60, abortados pelo regime militar, irão surgir para dar as rédeas da direção social do Projeto Profissional. A organização sindical⁴³ da categoria profissional tem importância fundamental na ruptura com o Serviço Social “tradicional”, visto que as entidades da categoria o CFAS⁴⁴ - *Conselho Federal de Assistentes Social* e a ABESS⁴⁵ - *Associação Nacional de Ensino em Serviço Social* representavam o conservadorismo profissional, com a criação da ANAS⁴⁶ - *Associação Nacional de Assistentes Sociais* em 1983 as entidades da categoria são pressionadas a incorporar as novas demandas que os setores populares e do movimento democrático colocam para a profissão (Silva Ozanira, 1995).

⁴³ Em 1978 realiza-se o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, com a presença de quatro entidades: Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo, Goiás, Bahia e o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais, conforme Abramides e Cabral (1995).

⁴⁴ A ABAS - Associação Brasileira de Assistentes Sociais, criada em 1946, e uma das primeiras entidades da categoria de âmbito nacional, com objetivo de fortalecer a profissão e lutar pelo seu reconhecimento. A partir da regulamentação da profissão em 15/05/1962, com o decreto 994, que disciplina a Lei 3.252 de 1957, é criado o conjunto CFAS/CRAS (Conselho Federal de Assistência Social e Conselho Regional de Assistência Social). Nesse processo a ABAS perde o seu significado deixando de existir, do qual tinha o papel semelhante ao conjunto CFAS/CRAS, esta foi responsável por três Congressos Nacionais de Serviço Social.

O conjunto CFAS/CRAS passa a se denominar CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social) a partir da publicação da Lei Federal nº 8.662 de Junho de 1993, como entidades de fiscalização e garantia do exercício profissional.

⁴⁵ A ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, foi criada em 1946, (inicialmente com a denominação Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) para criar um padrão mínimo para a formação profissional dos estudantes de Serviço Social do Brasil, a vinculação à entidade se dá pelas unidades de ensino, através da adesão voluntária.

⁴⁶ A partir de 1979 no III ENESAS - Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais cria-se o CENEAS - Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais, como mecanismo de articulação e construção das entidades sindicais, pré-sindicais e associações profissionais, que encaminhassem as lutas nacionais.

Em 1983 o CENEAS tem atividades encerradas, pois atinge os seus objetivos, cria-se então a ANAS - Associação Nacional Pro-Federação dos Assistentes Sociais. A organização dos Assistentes Sociais teve como marco a discussão do novo sindicalismo, principalmente aquele apontado pelo pólo cutista combativo, na perspectiva de uma nova estrutura sindical; com sindicalismo de base, democracia interna e rompendo as amarras da CLT. A partir do IV ANAS iniciou-se a transitoriedade que constituiu a implantação da proposta da estrutura sindical, deliberada no 2º CONCURT-Congresso da Central Única dos Trabalhadores, que indicou aos trabalhadores a organização por ramo de atividade econômica e não por categoria profissional. A transitoriedade se encerra no VI ANAS em 05 Setembro de 1994, com a extinção da ANAS. Para maiores informações consultar “O Novo Sindicalismo e o Serviço Social”, Abramides e Cabral (1995).

Neste “... momento de efervescência e de mobilização política, na qual se dá a instituição da ruptura no contexto de uma luta intensa pela hegemonia, no interior das entidades nacionais do Serviço Social, especificamente da ABESS e do CFAS” (Silva Ozanira, 1995:103). Disputa esta que se intensificou depois do III CBAS, liderados pelos setores combativos da profissão.

A ANAS até 1994 foi no plano organizativo uma das principais entidades na direção de parcelas profissionais, na perspectiva da renovação do Serviço Social na sua vertente de ruptura⁴⁷. Somou-se a esta perspectiva a organização dos estudantes com a realização do I ENESS – Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social em 1978.

A perspectiva da intenção de ruptura irá estender-se ao longo da década de 80, no contexto da abertura democrática do país, o fim do regime militar, a campanha das diretas já e a nova Constituição de 1988, com o crescimento das mobilizações sociais e a reorganização das classes trabalhadoras. Segundo Netto (1999:100) “*A luta pela democracia, na sociedade brasileira, fazendo-se ecoar na categoria profissional, criou o quadro necessário para quebrar o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura inscreveu-se a primeira condição, a condição política, para a construção de um novo projeto profissional*”.

Como uma das manifestações deste cenário haverá a criação da revista Serviço Social e Sociedade em 1979 conforme Silva Ozanira (1995:102) “... verifica-se que o CBCISS – que publicava a revista *Debates Sociais* e a coleção *Temas Sociais (...)* não são suficientes para subsidiar as novas inquietações...”. Temos ainda a aprovação do currículo de 1982 e do Código de Ética de 1986.

E somente neste cenário de ruptura com o conservadorismo que a categoria profissional conseguiu instalar o pluralismo político na profissão no âmbito organizativo da profissão e na produção intelectual. Segundo Netto (1999:96) “... o pluralismo é um elemento factual da vida social e da profissão mesma, cabendo o

⁴⁷ Este dado pode se constatar a partir do IV CBAS ao VII CBAS, organizados principalmente pela direção da ANAS. A partir da extinção da ANAS o CBAS passa a ser organizado somente pelas entidades CFESS/CRESS e ABPESS, deste então o que se percebe é o desaparecimento do debate sindical. No VIII CBAS a discussão se rebate à reforma do Estado neoliberal, destacando a greve dos petroleiros. Entre o VIII e o IX CBAS percebe o aprofundamento da discussão da formação profissional. A partir do VIII CBAS, os congressos perderam as características anteriores, centrando-se em questões institucionais.

máximo respeito a ele, respeito, alias, que é um principio democrático". Que não pode ser confundido com ecletismo situado no campo do confronto de idéias, respeitando as hegemonias legitimamente conquistadas.

Neste momento de intenso debate no Serviço Social brasileiro e de redefinição de sua ação profissional, haverá alguns equívocos conforme levanta Silva (1995:39); *"Se, num primeiro momento, esse esforço confunde a ação profissional com uma ação política-partidária, levantando, inclusive, a necessidade de abandonar os espaços institucionais, a partir de 1978, por influencia de Gramsci (...) procura se orienta por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes. A partir daí, começa a se desenvolver um esforço no sentido de fortalecer a prática institucional, vista na sua articulação com os movimentos sociais populares organizados, passando a se configurar a possibilidade de uma dissociação entre os objetivos institucionais e os da prática profissional"*.

No âmbito da academia temos a criação e o desenvolvimento da pós-graduação com a criação em 1981 do curso de douramento em Serviço Social na PUC/SP, lembramos que na década de 70 temos a criação dos mestrados no Serviço Social. Constituindo assim condições para a consolidação da produção acadêmica no Serviço Social.

Na década de 90 expressa a consolidação da perspectiva de ruptura e a construção de um projeto profissional, o qual veio a se denominar **"Projeto Ético Político Profissional"**. Este hegemônico expressando-se na produção teórica, na formação profissional, nos fóruns e nas entidades da categoria representando a vontade da parcela organizada da categoria nas diferentes instancias nacionais CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. Isto não significa afirmar em sua plenitude, visto que a ruptura com o conservadorismo não suprimiu tendências conservadoras e neoconservadoras no campo profissional.

Este projeto expressa os anseios democráticos de ampla parcela profissional que acompanhou a década de 80, significando o amadurecimento teórico-metodológico e ético-político da profissão. Materializando-se nas diretrizes

curriculares 1996, o Código de Ética de 1993⁴⁸ e a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei 8662/93⁴⁹. No entanto este projeto enfrenta os desafios contemporâneos instalados em meados da década de 90 com as transformações do mundo do trabalho e a instalação das políticas neoliberais, antagônicos ao projeto profissional. A afirmação desse projeto depende da ação dos sujeitos profissionais aliados as lutas sociais dos segmentos organizados da sociedade, na perspectiva da garantia das liberdades democráticas e dos direitos sociais ameaçados pela ofensiva neoliberal.

2.2 - Os caminhos da construção do projeto de formação profissional

Em meados da década de 70⁵⁰ no contexto da renovação do Serviço Social brasileiro ganha relevância a temática da formação profissional conforme, Silva

⁴⁸ **Princípios fundantes do Código de Ética:** **1-** Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; **2-** Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; **3-** Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; **4-** Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; **5-** Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; **6-** Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; **7-** Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; **8-** Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; **9-** Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; **10-** Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; **11-** Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

⁴⁹ **Competências do Assistente Social:** **I** - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; **II** - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; **III** - Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e população; **IV** - Vetado; **V** - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; **VI** - Planejar, organizar e administrar benefícios sociais; **VII** - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; **VIII** - Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; **IX** - Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividades; **X** - Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; **XI** - Realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades

⁵⁰ Aguiar (1984:06) nos apresenta as regulamentações do ensino em Serviço Social; “Em 1953 temos a lei 1.889, de 13 de junho. Essa lei regulamenta a profissão do Assistente Social e apresenta os objetivos do ensino de Serviço Social no Brasil. O Decreto 35.311 de 8 de abril de 1954, estabelece normas sobre o ensino de

Ozanira (1995:207); “*Nas convenções de 1975 (Piracicaba), 1977 (Belo Horizonte), 1979 (Natal) e 1981 (Vitória) cuja temática central é a construção de um projeto de formação profissional que expresse o esforço de ruptura...*”.

Na Convenção da ABESS em 1977, “... segundo a Profa. Nadir Kfourri, em palestra proferida na XX Convenção da ABESS, o currículo mínimo⁵¹, aprovado em 1970, embora dentro do contexto da reforma Universitária, já nasceu defasado por não refletir o esforço da reconceituação do Serviço Social...” (Pereira, 1984:17). Nesta mesma Convenção foi apontada a necessidade de “... discutir e refletir em vigor nos Cursos de Serviço Social e seu conteúdo programático; propor uma estrutura curricular a ser encaminhada como sugestão o Conselho Federal de Educação para o estabelecimento de um novo Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social” (Pereira, 1984:17).

Na XXI Convenção Nacional da ABESS de 1979, aprova-se um novo currículo mínimo “... na convicção do homem como ser histórico de uma realidade, na visão globalizante da sociedade em superação à visão fragmentada, e na relação teoria-prática, destacando o contexto social. A realidade da clientela, o objeto e a objetividade da intervenção do Serviço Social” (Pereira, 1984:17-18). Homologado pelo Conselho Federal de Ensino em 1982.

Na década de 80 o debate da formação profissional situou-se no momento da transição democrática do regime militar, expressando os esforços de setores da categoria profissional comprometidos com a democracia e um projeto de formação profissional que contemplasse o movimento contraditório e dinâmico da sociedade.

Assim a medida em que a sociedade organiza-se na luta pela democracia, cresceu a consciência pela cidadania, pelo reconhecimento por parte do Estado de dar respostas às demandas da classe trabalhadora, na perspectiva de conquistas de

Serviço Social e, dentre elas, estabelece um currículo mínimo. (...) Em 1970, temos um novo currículo mínimo, através do Parecer nº 342, de 13 de março de 1970. (...) Em agosto de 1982 tivemos o parecer nº 42/82, que instituiu um novo currículo para as escolas de Serviço Social.” Em 1996 na Assembléia da ABESS/CEDEPSS aprovou-se as diretrizes curriculares, aprovadas pelo MEC em 2001, pelo decreto CNE/CES 492/2001. Entre 1996 a 2001 as escolas iniciaram sua reorganização curricular por esforços da ABEPSS.

⁵¹ Até 1996 havia os **currículos mínimos** que orientavam os principais parâmetros da formação nas diversas profissões, sendo as referências matriciais, às quais todas as unidades de ensino deveriam se adequar para ter seu funcionamento autorizado. Dessa forma, as unidades de ensino organizavam seus **currículos plenos** em base do currículo mínimo. No entanto, esta autonomia de organização curricular só era permitido as Universidades e no caso das Faculdades isoladas, deveriam seguir o currículo mínimo.

direitos sociais. Dessa forma, o avanço do debate do projeto profissional só foi possível no contexto da abertura democrática.

O debate do projeto de formação profissional foi amplamente assumido pela ABESS, principalmente após a aprovação do currículo de 1982. Segundo Silva este currículo expressa (1995:208) *“... no âmbito da formação profissional os avanços teóricos e políticos vivenciados pela profissão, a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social: a busca de solidez científica e a expressão de um evidente compromisso de classe, significando um avanço para a profissão...”*. A ABESS realizou uma pesquisa nacional denominado *“Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social do Brasil”*⁵². Apontando que *“... o novo currículo mínimo para o curso de Serviço Social, aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer 412/82, cujo prazo máximo para implantação está previsto para agosto de 1984. Neste momento de revisão curricular, para que esta não se limite a um mero processo técnico-burocrático, torna-se fundamental não só um balanço rigoroso da formação que vem sendo ministrada nas Unidades de Ensino, como a explicitação das questões de fundo, norteadoras do processo de formação profissional que se pretende efetivar”* (ABESS, 1984:104-105).

O documento aponta que historicamente constitui-se duas visões de formação profissional; a visão mecanicista em que a formação profissional esta atrelada às demandas patronais, do mercado de trabalho; e a visão idealista que entende a formação profissional independente de suas condições objetivas numa perspectiva voluntarista.

O currículo de 1982 propunha formar um profissional distante da concepção funcionalista, visto somente como executor das políticas sociais descomprometidas com os sujeitos de sua intervenção. Marcando assim o processo de adensamento e da busca da ruptura com o conservadorismo profissional. Neste debate avança na concepção do significado do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, na produção e reprodução das relações sociais da sociedade capitalista, apontando para a construção de uma direção social que oriente a ação profissional.

No entanto, este currículo apresentou traços do conservadorismo em um contexto como já apontamos da renovação do Serviço Social e como aponta Netto

(1999) com a quebra do monopólio do conservadorismo. Destaca-se a crítica de alguns pontos desse currículo pela Faculdade de Serviço Social PUC/SP na implantação do currículo mínimo, conforme Yasbek, (1984:39); “ *E, neste sentido a proposta apresenta ambigüidades, contradições, que bem expressam esta realidade do meio profissional...*”. A base desse currículo, segundo Netto (1984:05), expressou traços fortes do ecletismo; “*Parece-me muito problemático discutir um aspecto deste Currículo Mínimo sem vinculá-lo à sua lógica global (ou, mais exatamente, ao ecletismo que presidiu à sua ordenação formal)...*”.

Na década de 90 houve a revisão curricular situada no contexto das transformações do mundo do trabalho, o advento da *acumulação flexível*, o reordenamento do capitalismo, as políticas neoliberais, a reforma do Estado e o agravamento da questão social. No âmbito da profissão temos a aprovação do novo Código de Ética em 1993 e a lei de regulamentação da profissão.

Em 1993 na XXVII Convenção da ABESS/CEDEPSS, estabeleceu-se como prioritário a revisão do currículo conjuntamente com as entidades CFESS e ENESSO, preservando os “... *avanços do currículo de 1982, bem como do Código de Ética aprovado em 1993, tomando como ponto de partida o patamar teórico-metodológico e ético-político construído pela categoria profissional, em sua trajetória; a convivência democrática entre as diferentes concepções ético-metodológicas que perpassam a formação e a prática profissional; a capacitação e desenvolvimento das unidades de ensino como parte do próprio processo de construção da nova proposta curricular*” (ABESS, 1996:144) .

O debate da revisão curricular estendeu-se até 1996 sobre a orientação da ABESS, através de “... *aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais (...) na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em 1995, foi organizada a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, contendo os pressupostos, diretrizes metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular*” (ABESS/CEDEPSS, 1997:58-59). Em 1996 através da realização das oficinas, com a assessoria de um grupo de consultores foi conduzida a elaboração de um segundo documento intitulado “*Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o*

⁵² Documento apresentado no I Encontro Nacional de Ensino em Serviço Social promovido pela ABESS na

Debate”. Esta Proposta foi aprovada em 1996 na Assembléia Geral da ABESS, realizada no Rio de Janeiro.

As diretrizes curriculares aprovadas em 1996 sinaliza que; “... *A análise da sociedade brasileira é tida, assim como “base para a definição das diretrizes fundamentais da formação profissional” (...). A direção social é tratada, pois, a partir das demandas postas pelo movimento da sociedade brasileira, visando promover “rearticulação efetiva com um projeto social das classes subalternas em suas relações com as forças atualmente dominantes” (...). as propostas foram balizadas pelos limites da ação profissional, privilegiando-se a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia....*” (ABESS, 1996:146).

A questão social é o elemento central das diretrizes curriculares, pois é ela matéria prima da intervenção profissional. Segundo Iamamoto (1999:262) “... *a questão social a base de fundação do Serviço Social, a construção de propostas profissionais pertinentes requer um atento acompanhamento da dinâmica societária, balizado por recursos teórico-metodológico, que possibilitem decifrar os processos sociais em seus múltiplos determinantes e expressões, ou seja sua totalidade. Exige uma indissociável articulação entre profissão, conhecimento e realidade, o que atribui um especial destaque às atividades como dimensão constitutiva da ação profissional*”. Dessa forma a pesquisa e a investigação das expressões da questão social constitui-se elementos necessários no sentido de apontar respostas profissionais.

A profissão é entendida nas relações sociais de produção e reprodução da vida social situada na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo na sociedade capitalista.

Destaca-se nas diretrizes curriculares os núcleos de fundamentação: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, articulados entre si.

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; busca compreender os elementos que constitui os componentes da vida social, do ser

social inserido na dinâmica da totalidade das relações sociais dos processos históricos da humanidade.

Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; este remete ao estudo do processo da formação da sociedade brasileira em seus aspectos; sociais, políticos, econômicos e culturais. Na formação do Estado, o desenvolvimento do capitalismo, as desigualdades sociais e das classes sociais.

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional; analisa os elementos constitutivos do Serviço Social na sua trajetória histórica, teórica, metodológica, ético-político e seus instrumentos e técnicas de ação profissional.

Procurando formar um perfil profissional capaz e enfrentar as situações complexas das relações sociais da sociedade capitalista com as mudanças que vêm ocorrendo nas políticas sociais, no Estado, no mundo do trabalho e nas condições de sobrevivência das classes trabalhadoras.

As diretrizes curriculares de 1996 sinalizam o acúmulo e o amadurecimento do debate da formação profissional nas décadas de 80-90. Estando contemporâneo de seu próprio tempo, a partir da questão social que lhe informa a realidade que atuara o profissional, orientado através de valores e princípios humanitários, democráticos, libertários, de igualdade e justiça social.

CAPÍTULO III – A REORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL.

3.1 – “Na contramão da ditadura militar”

Para situar a organização dos estudantes de Serviço Social inicialmente em linhas gerais, apresentaremos aspectos da trajetória do Movimento Estudantil brasileiro, através da UNE - União Nacional dos Estudantes⁵³. A organização dos estudantes brasileiros, se dá a partir do final da década de 30, pois antes deste período havia uma representação caótica e dispersa. A fundação da UNE em 13 de agosto de 1937 foi o momento da constituição de uma entidade única, com o objetivo de unificar e centralizar a representação estudantil através da Comissão Executiva, auxiliada por uma secretária, nacional com sede na capital federal, e secretarias estaduais. A criação da UNE teve como objetivos, sua inserção política no cenário brasileiro, como categoria representativa e divulgadora dos interesses estudantis.

Da década de 40 até metade de 1960 a UNE se destacou pela organização de manifestações nacionais e por reivindicações por reformas universitárias, em um processo de politização do movimento estudantil e seu envolvimento no cenário político brasileiro, destacando-se a oposição ao eixo nipo-nazi-facista na 2ª Guerra Mundial, a oposição à ditadura de Vargas, a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo, a criação da UNE-volante e do CPC – Centro Popular de Cultura e pelas reformas de base.

A partir de 1964, após forte ebulição social os militares instalaram a ditadura através de Golpe Militar destituindo o governo de João Goulart, e impondo uma derrota às lutas sociais através da repressão às entidades e movimentos organizados como a UNE, Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais Estudantis, através da “Lei Suplicy” nº 4.464 11/1164, que estabelece; “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou

⁵³ Este texto é apenas uma síntese, que foi elaborada em trabalhos da disciplina Classes e Movimentos Sociais. Para um maior aprofundamento procurar Poerner, “O Poder Jovem - História da participação política dos estudantes brasileiros”, 1995.

propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”.

Na ditadura militar teve início a reforma universitária através dos acordos MEC-USAID, como já descrevemos no capítulo anterior, o ensino brasileiro é gerenciado pelo modelo norte-americano, no discurso das autoridades “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, o movimento estudantil fomentou diversas lutas contra este projeto.

Em 1968 foi um dos marcos na luta contra o regime militar, ocorrendo algumas greves operárias (Osasco/SP, Contagem/MG) na luta contra o arrocho salarial, base de sustentação da política econômica do governo. Temos ainda a passeata no enterro de Edson Luis assassinado pela polícia em manifestação estudantil e a Passeata dos Cem Mil exigindo liberdades democráticas, ambos no Rio de Janeiro. Estas lutas de contestação fizeram com que o regime militar instituiu-se o AI – 5⁵⁴, intensificando a repressão aos setores da sociedade que exigiam liberdades democráticas. Temos ainda o Congresso de Ibiúna que foi duramente reprimido, o exercido militar capturou 920 pessoas e prenderam todas as lideranças do movimento, acabando-se com o pouco que havia de organização da UNE e do movimento estudantil.

Sem condições de se organizarem nos colégios e universidades e de manifestarem nas ruas, alguns setores do movimento estudantil passaram a integrar organizações de esquerda que aderiram à luta armada.

⁵⁴ **Ato Institucional nº 5:**

1- Fechar o Congresso Nacional, bem como inúmeras Assembléias Legislativas dos Estados e Câmaras de vereadores dos municípios.

2- Transferir ao poder Executivo as principais funções ainda conservadas pelo legislativo.

3- Decretar a intervenção federal em muitas cidades.

4- Voltar a intensificar os decretos de suspensão de direitos políticos de opositoristas pelo prazo de dez anos (foi nessa ocasião que até mesmo o falecido governador do Estado de Guanabara, Carlos Lacerda, um dos líderes civis do movimento militar de 64 foi atingido), e de cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (o que significou novo expurgo no Congresso).

5- Impedir a apreciação dos atos presidenciais de punição pelo poder judiciário (houve um ato destes ainda nos poucos dias que restavam de 68, alcançando 13 pessoas, e 28 atos punitivos foram anunciados em 69, atingindo 662 pessoas).

6- Suspender as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos.

7- Suspender a garantia de Habeas Corpus nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica, social e a economia popular.

A reorganização do movimento estudantil só ocorreu a partir de 1977 com passeatas e manifestações pelas liberdades democráticas, aliadas a outros setores da sociedade. Temos ainda a organização clandestina do 3º ENE – Encontro Nacional dos Estudantes na tentativa de reconstruir a UNE, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e foi reprimida com a invasão da policia chefiada pelo Coronel Erasmo Dias. Em 1979 os estudantes articulados com outros movimentos iram organizar o Congresso da Reconstrução da UNE em Salvador/BA, no contexto da crise do regime militar e abertura, com o crescimento das lutas pela democratização, sendo a UNE a primeira entidade organizativa de âmbito nacional a se reorganizar.

Nas décadas de 80/90 a UNE voltou a ser reconhecida como entidade representativa do conjunto dos estudantes universitários do país reconhecida na Lei 142 de 1985. O debate do movimento estudantil na UNE caracterizou-se por mudanças de orientação à sua pratica, as discussões ressaltavam a necessidade de formular novas estratégias. Neste contexto temos no país a abertura política e partidária, impulsionando a disputa ideológica na UNE. Neste processo a UNE perde as características da década de 60.

Um dos fatos marcantes neste período são os chamados “caras-pintadas”, os estudantes saíram às ruas para reivindicarem o Impeachment do presidente Fernando Collor em 1992.

A década de 90 foi nas palavras de Lessa (2001); um momento altamente *contra-revolucionário*. Nunca houve nenhum período na historia da humanidade no qual o capital tornou-se tão hegemônico e homogeneizado que a humanidade comporta-se, como se não houvesse alternativa, tal fato veio a incidir diretamente no seio da classe trabalhadora em suas organizações e nos movimentos sociais e políticos.

Neste cenário o movimento estudantil geral na década de 90, representado pela UNE, depois de sua reconstrução em 1979 e a criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores⁵⁵, do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra⁵⁶ e do PT

⁵⁵ A CUT – Central Única dos trabalhadores nasce em 1983, como expressão do novo sindicalismo.

⁵⁶O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi fundado em 1984, no momento da redemocratização da sociedade brasileira. Para entender sua historia é preciso resgatar os conflitos de terras desde o período colonial e os demais movimentos organizativos na luta pela terra contra o latifúndio, dessa forma o MST é herdeiro

A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978 – 2002.

Ailton Marques de Vasconcelos

– Partido dos Trabalhadores⁵⁷, acabou perdendo o papel de vanguarda nas lutas sociais, desempenhado nas décadas de 60-70. De outro lado também a hegemonização da UNE pela corrente UJS⁵⁸ – União da Juventude Socialista segmento do PCdoB⁵⁹, que há mais de 10 anos dirige a entidade, com uma política de conciliação de classes e de colaboração ao Estado como no caso dos governos de Sarney e Itamar.

Esta política gerenciada pela direção majoritária da UNE, colocou a entidade em total paralisia, soma-se isso; a falta de democracia interna a disputa maniqueísta, irracional dos partidos e organizações pela entidade e a lógica esquizofrênica dos Congressos, sem discussões, com fraudes, compra de delegados, etc.

Esta lógica segundo os opositores foi construída pela UJS, no entanto, estes mesmos acabam participam indiretamente desde processo, além disso a UNE se constituiu como aparelho central do PCdoB “*a velha e boa correia de transmissão*”, como no caso da fabricação das carteirinhas⁶⁰ (meia-entrada) estudantis de acesso ao transporte e eventos culturais aos estudantes.

E neste cenário que temos o fortalecimento do Fórum de Executivas e Federações de Curso⁶¹ em especial devido à organização do Plebiscito do Provão

principalmente das experiências acumuladas pelas ligas Camponesas, as Federações de Trabalhadores Rurais, as FETAG's e pelas Comunidades Eclesiais de Base. Na década de 90 foi o movimento social mais importante no Brasil, devido sua forma de organização e sua ampla base social, que acabou se constituindo como no principal catalisador e impulsionador das lutas sociais, tornando-se assim referência para os demais movimentos sociais. Para uma análise de fácil acesso e didática consultar o livro “*Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*” de João Pedro Stedile e Bernardo Mançano Fernandes, 2000.

⁵⁷ O PT nasce em 1983 no contexto da abertura do regime militar e vai aglutinar diversos setores que estavam na luta pelas liberdades democráticas.

⁵⁸ A diretoria da UNE é proporcional e a UJS e vem se constituindo enquanto direção majoritária da UNE, desde 1991.

⁵⁹ O **PCdoB** – Partido Comunista do Brasil surge em 1962 de dissidência do PCB – Partido Comunista do Brasil de 1922, que na década de 50 passara a se denominar Partido Comunista Brasileiro. Os dissidentes romperam como PCB devido divergências em relação linha política que este adota pós-20º Congresso do PC Soviético que segundo eles significou o revisionismo da linha política do PCB. Em 1984 criaram a **UJS** - União da Juventude Socialista, política e ideologicamente identificada com o PCdoB. Mais informações consultar o site do Pcdob, www.vermelho.org.br.

⁶⁰ Em 2002 em decreto do MEC retirou-se o monopólio da fabricação das carteirinhas de meia-entada da UNE, tornando-se opcional a sua fabricação pela UNE, pois basta a apresentação de documento que comprove a situação de estudante para ter acesso a meia-entrada estudantil.

⁶¹ O Fórum de Executivas e Federações de Curso que não é uma entidade, mas sim o fórum aberto e plural onde qualquer Executiva/Federação adere as ações propostas, a partir de suas deliberações de seus encontros. Um fórum que busca o consenso de ações conjuntas.

(2002)⁶² e outras atividades⁶³. Transformando-se em um pólo alternativo do movimento estudantil, em relação ao movimento geral representado pela UNE,

Nesta conjuntura a UNE vem sofrendo uma crise de identidade, legitimidade e imobilismo, colocando o movimento de área como uma alternativa à organização estudantil, pois nos encontros de área os estudantes têm a possibilidades de refletir e dialogar as questões de sua formação profissional, a conjuntura, a política educacional e a organização estudantil. Este novo cenário ao movimento de área intensifica-se a partir de 2000 e começa a exigir desses movimentos⁶⁴ a cumprir tarefas do movimento geral.

3.2 - “Uma trajetória de lutas”

Em relação à organização política dos estudantes de Serviço Social iniciou-se na década de 60, mesmo não havendo registros específicos sobre esta temática. O trabalho de Silva (1991), através do depoimento de Assistentes Sociais⁶⁵, que participaram da organização estudantil⁶⁶ há referências de que em 1961 já ocorria os ENESS's – Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social e em 1963, foi fundada a ENESS – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, em encontro realizado na cidade de Porto Alegre/RS. Conforme sinaliza os depoimentos a ENESS tem suas atividades até 1968.

⁶² Que trataremos adiante.

⁶³ A realização do II CEPCT – Congresso Estudantil e Popular de Ciência e Tecnologia (2001) e do I ENU – Encontro Nacional Universitário 2001 (organizado pelo MST e Executivas/Federações de curso) e o abaixo assinado por um CONEB – Conselho Nacional de Entidade de Base da UNE (2001-2002).

⁶⁴ A este processo algumas discussões no interior do Fórum de Executivas/Federações apontaram a possibilidade da criação de uma Confederação de Executivas/Federações de curso, como forma de se contrapor à direção majoritária da UNE, no entanto, este apontamento só ficou refletido em alguns debates do Fórum, o que acabou chamando a atenção da diretoria da UNE, com a possibilidade da perda de sua hegemonia. De outro lado, também com o fortalecimento do Fórum, as Executivas/Federações começaram a atrair os partidos/tendências e forças políticas do movimento estudantil, assim correndo o risco de se transforma na lógica aparelhista do movimento geral.

⁶⁵ Os depoimentos colhidos pela autora que referenciam à organização estudantil em Serviço Social são de: Maria Helena Lacerda Godinho, Ana Maria Quiroga Fausto Netto (vice-presidente da ENESS em 1967-1968), Eva Terezinha Silveira Faleiros (vice-presidente da primeira gestão da ENESS) e Marta Silva Campos (coordenação regional de São Paulo em 1964).

⁶⁶ *É necessário lembrar como aponta Netto (1998:140) “... o movimento estudantil nas escolas de Serviço Social, durante toda a década de sessenta, foi inteiramente dominado pela esquerda católica (primeiro, a Juventude Universitária Católica/JUC; em seguida, a Ação Popular/AP)”.*

O trabalho de Oliveira (1993:36-37) apresenta a mesma informação indicando a organização estudantil em Serviço Social, já existente na década de 60. Vejamos; *“Em reunião datada de 30/11/63 (...) Houve no período, uma série de encontros de estudantes que eram regionais ou Congressos da ENESS (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social)”*. Sinaliza ainda que naquele período havia uma estrutura organizativa de movimento estudantil igual à atual ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social⁶⁷ assim registrada; *“Como havia um coordenador por região (e a Bahia estava compondo a região III juntamente com Sergipe e Alagoas) e a coordenadora da Região III (...) de Salvador, foi abordado também os encaminhamentos do encontro regional, a se realizar em abril/66, em Sergipe (...) No que se refere à ENESS, o tema só foi tratado novamente na reunião de 15/10/66: a secretaria adjunta da ENESS (...) passou os informes de que o presidente e o secretário geral da Executiva foram ao encontro das coordenações regionais e também entregou as teses do Congresso”* (Oliveira, 1993:40).

Devemos lembrar que todas as organizações estudantis como a ENESS foram *“... desmanteladas pela ditadura no Congresso de Ibiúna em outubro de 1968”* (Abramides, depoimento em Labigalini: 1995:12-13). No entanto, na documentação da entidade, não há registros acerca da organização dos estudantes de Serviço Social a partir da década de 60; *“É uma pena a gente não ter material da ENESS”* (Maria Helena, depoimento em Silva: 1991:242). O que temos são os sujeitos que participaram dessas lutas serem os "documentos vivos", pois no período da ditadura militar, os documentos dos movimentos sociais foram queimados e extraviados. Oliveira (1993) lembra que devido à, censura alguns pontos de pautas de reuniões não eram registradas em Atas das entidades estudantis.

Estas informações contribuem para uma recuperação da trajetória histórica do Movimento Estudantil em Serviço Social⁶⁸. A organização na década de 60 irá

⁶⁷ ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, que foi intitulada com este nome a partir de 1993, pois antes se designava SESSUNE – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE. A estrutura atual da ENESSO é formada por uma coordenação nacional e sete coordenações regionais; Região I – Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Maranhão e Piauí; Região II – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Região III – Alagoas, Sergipe e Bahia; Região IV – Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais; Região V – Minas Gerais (exceto triângulo mineiro), Espírito Santo e Rio de Janeiro; Região VI – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Região VII – São Paulo. Apêndice 02.

⁶⁸ Vale lembrar que as produções referentes à organização estudantil dos estudantes de Serviço Social mencionam esta organização a partir de 1978.

contribuir para o Serviço Social, na produção de sujeitos políticos que serão importantes no momento da “intenção de ruptura” ao conservadorismo profissional, conforme Maria Helena (depoimento em Silva 1991:242); *“Mas eu penso que a ENESS durou pouco... [Mas] ela dá frutos porque ela conserva. Essas pessoas são pessoas que com a redemocratização vão refluir disso que está aí. Mas elas vão ficar adormecidas, todas as pessoas que estavam a essa época, como que elas ficam em banho Maria...Em latência, né? Participando de grupos políticos aqui e ali, mas enquanto profissão mesmo, elas não conseguem. Só com a redemocratização. Acho que com a redemocratização elas refluem, dentro do processo de redemocratização”*.

Em 1978, com a reorganização do movimento geral, os estudantes de Serviço Social, talvez marcados pela própria interrupção imposta pela ditadura, realizaram um encontro definindo-o como o I ENESS⁶⁹ – Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social, realizado na Universidade Estadual de Londrina, este é o marco da reorganização do Movimento Estudantil em Serviço Social. Segundo Ramos (1996:81) a organização estudantil por cursos ou conhecido por área “... são entidades que estão próximas às áreas de interesse profissional dos (as) estudantes, possibilitando-lhes a discussão de questões concretas acerca da organização curricular, do papel social do (a) profissional...”. Conforme Barbosa (1995:10) acrescenta que a “... meta específica e a Formação Profissional dos Estudantes de Serviço Social, sendo assim suas ações estão voltadas para o objetivo da Formação Profissional, sem esquecer a sociedade como um todo...”.

Na reorganização do Movimento Estudantil de Serviço Social, tem relevância a preocupação com a formação profissional como podemos averiguar nos Anais do I ENESS⁷⁰; *“Foi colocado à pretensão do Assistente Social. Enquanto agente transformador um provocador de mudanças. Essa colocação foi criticada, do ponto de vista que, essa prática transformadora depende de um engajamento político,*

⁶⁹ O ENESS – Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social são realizados anualmente, organizados pelos estudantes através da ENESSO e a escola sede do encontro, neste encontro se realiza debates a partir de cinco eixos conjuntura, universidade, formação profissional, movimento estudantil e cultura em plenária final e encaminhado as deliberações do encontro, ou seja, suas lutas estudantis, bem como a sede do próximo ENESS, CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social, SMNFPMESS - Seminário de Formação Profissional e Movimento Estudantil (a partir de 1991) e a eleição da diretoria da ENESSO (a partir de 1988). Apêndice 03.

⁷⁰ ANEXO 01.

junto às mobilizações populares que surgem independente de nossa atuação (...) Partindo-se da necessidade de unificação de um currículo mínimo para as escolas de Serviço Social, embasado na realidade brasileira...” (Relatório I ENESS, 1979. Grupo de discussão).

O processo de reorganização dos estudantes de Serviço Social sintoniza-se com o debate da renovação do Serviço Social na sua vertente de ruptura com o conservadorismo e com a dinâmica da organização sindical da categoria profissional com o I Encontro Sindical em 1978. A expressão dessa efervescência no Serviço Social culminou no III CBAS o “Congresso da virada”, no qual estudantes e profissionais contestaram a direção política e os rumos que as entidades da categoria⁷¹ assumiram. As intervenções estudantis expressaram-se através do *“Repúdio à participação restrita de apenas dois estudantes de Serviço Social, porque entendemos que não é legítimo estabelecer a separação entre estudante e profissional de Serviço Social, uma vez que compreendemos ambos como parte de uma mesma categoria, possuindo objetivos e anseios comuns, lutando juntos pela transformação do Serviço Social”* (Anais III CBAS, 1979:253).

No período de 1978 - 1988, a rearticulação dos estudantes de Serviço Social, se deu através dos ENESS's. No I ENESS foi aprovada uma comissão para a organização do II ENESS e outra para a discussão do currículo mínimo. Em 1979 realizou-se em Salvador/BA o II ENESS, definindo a estrutura organizativa do Movimento Estudantil em Serviço Social, ou seja, temos a volta da organização estudantil destruído no período da ditadura militar. Neste ENESS foi criada a Secretaria Executiva Nacional, composta pela escola sede do próximo ENESS e por um representante de cada região Pequeno (1990). Ao que tudo indica pelo material analisado entre 1979 à 1987, a organização dos estudantes de Serviço Social se deu através da Secretaria Executiva Nacional, composta pela escola sede do próximo ENESS e as representações regionais de cada região, conforme distribuição organizada no II ENESS, onde cada região elegia uma representante em forma de rodízio. Esta Secretaria teve como órgão de deliberativo o CONESS. Sendo assim a organização estudantil se deu num modelo de uma Federação de regiões.

⁷¹ As entidades da categoria que representavam o conservadorismo do Serviço Social naquele momento eram o CRAS – Conselho Regional de Assistência Social, e CFAS – Conselho Federal de Assistência Social.

Conforme o documento Pro Dia Nascer Feliz⁷²; “... nesse contexto que os estudantes de Serviço Social avançam nas suas discussões acerca do currículo mínimo da questão do ensino de Serviço Social e da organização estudantil, onde foram criadas novas instâncias deliberativas: O CONESS⁷³ – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social...”.

A respeito da criação das regionais da ENESSO em 1979 encontramos informações desconhecidas o documento Pro Dia Nascer Feliz coloca que estas foram criadas no Rio de Janeiro. Porém, o relatório do II ENESS no seu regimento interno aponta que a divisão das regiões se efetuou neste encontro; “... a-centralizar informação sobre os encaminhamentos dos problemas de âmbito geral e encaminhamentos das lutas tiradas no ENESS para as sete regiões:..” (Relatório II ENESS, 1979. Regimento Interno⁷⁴). Conforme o relatório do I ENESS, as duas comissões criadas neste encontro não tinham caráter de organização do Movimento Estudantil de Serviço Social. Desta forma, tendo como base que os ENESS,s são os fóruns máximos de deliberações, fica a dúvida sobre as informações da criação das regionais no Rio de Janeiro, visto que o II ENESS realizou se na Bahia.

O desencontro dessas informações com base na análise dos documentos, abre possibilidades para interpretação de que as comissões da encaminhadas no I ENESS somente indicaram a criação das regiões e a organização dos ERESS's⁷⁵ – Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social em cada região.

Para Barbosa (1995:45) somente “...em 1979 (...) temos as primeiras ações para a formação de uma entidade verdadeiramente forte e representativa e de

⁷² Este documento registra sinteticamente a historicidade do MESS de 1978 a 1993, organizado pela ENESSO e apresentado pela gestão 94/95 com aprovação em plenária de ENESS. Conforme Matos (1996:91) este documento e um desdobramento “... de um trabalho de mestrado da UFPE apresentado pela aluna Sâmya Ramos – assessora dessa gestão, é de extrema importância pela qualidade e demonstração rara de um movimento social com a sua própria história”.

⁷³ O CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social além de realizar debates das questões conjunturais e da formação profissional tem como função principal definir a pauta do ENESS.

⁷⁴ ANEXO 02.

⁷⁵ “Art. 8º O Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social – ERESS, é a instância máxima de deliberação em cada região, que tem por objetivo reunir, anualmente, os estudantes de toda a região em torno de temas referentes à conjuntura, universidade, movimento estudantil, formação profissional, cultura e outras questões específicas de cada região previamente definidas pelo CORESS, aprofundando a discussão das prioridades da Coordenação Regional da ENESSO” (Estatuto da ENESSO 2001). Aqui cabe um detalhe curioso em relação ao ERESS, pois atualmente acompanha a edição nacional somente os ERESS's das regiões I e II não acompanham a edição nacional. Porém esses encontros serão realizados depois de 1979 conforme o relatório do II ENESS, neste sentido as edições dos ERESS's estariam incorretas.

âmbito nacional...”. A realização dos dois primeiros ENESS’s foi marcada também pela luta pela democratização da sociedade, dessa forma, juntamente com demais movimentos organizados na luta pelo fim do regime militar.

Verificamos pelo trabalho de Barbosa (1995) e o documento Pro Dia Nascer Feliz, que os primeiros Encontros Nacionais tratavam principalmente da discussão da formação profissional e a conjuntura⁷⁶. No final da década de 70 o Serviço Social brasileiro encontra-se em pleno debate de uma direção social crítica ao conservadorismo. Esta disputa teve suas ressonâncias no Movimento Estudantil de Serviço Social, conforme relata Pequeno (1990:55) ao citar a moção de repúdio do IV ENESS, 1981, devido à realização do I Congresso Brasileiro de Estudantes de Serviço Social *“... promovido pela Associação Cristã de Moços – RJ – Organização de direita que recebia verba dos EUA e encontrava-se muito distante dos objetivos defendidos pelo Serviço Social Reconceituado. A mesma usando o nome dos estudantes de Serviço Social para promover o evento, não consultou nenhuma organização estudantil”*.

Em 1988 o X ENESS no Rio de Janeiro foi um marco de grande relevância na organização estudantil em Serviço Social, com a criação da SESSUNE – Subsecretária de Estudantes de Serviço Social da UNE⁷⁷, tem-se agora uma entidade para representar e impulsionar as bandeiras de luta dos estudantes de Serviço Social, o que responde um saldo qualitativo no movimento.

O debate em torno da criação da SESSUNE tem sinais desde 1981, registrado no documento Pro Dia Nascer Feliz e Barbosa (1995:48-50); *“... Formalizou-se a sub-secretaria de Serviço Social na UNE nesse CONESS. (Relatório de São Paulo CONESS – 1981). Segundo esse relatório, a SESSUNE*

⁷⁶ Analisando a programação dos ENESS’s nesse período, os temas pontuam o debate da formação profissional; III ENESS, 1980 “Serviço Social: Formação Profissional e intervenção na realidade”, IV ENESS 1981 “Reconceituação do Serviço Social na realidade brasileira”, V ENESS 1982 “O Estado e a Política Social e Intervenção do Serviço Social”, VI ENESS 1983 “Movimento Político atual e a Formação Profissional”, VII ENESS 1984 “Relação de Poder do Serviço Social na sociedade Capitalista”, VIII ENESS 1985 “Reforma Universitária e Organização Estudantil”, IX ENESS 1986 “Novas Propostas Políticas dos Estudantes de Serviço Social Frente a Atual Conjuntura”. Os ENESS,s a partir do IX ENESS passou a ser realizado de 3 a 5 dias, segundo o documento Pro Dia Nascer Feliz *“.... realizar com 5 dias (...) com atividades culturais, com mais tempo para as discussões, com cursos (...) antes nada disso havia. Por trás dessa proposta havia uma crítica à forma com o Movimento Estudantil vinha se organizando”*. Em 1987 não houve a realização do ENESS devido às dificuldades enfrentadas pelo Centro Acadêmico da UFRN.

⁷⁷ A SESSUNE foi criada exatamente em 05 de agosto de 1988 no X ENESS/RJ. Apêndice 04.

A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978 – 2002.
Ailton Marques de Vasconcelos

teria sido criada em 20 de junho de 1981, mas realmente só foi efetivado em 1988, como veremos mais adiante”.

Ramos (1996) sintetiza este processo, destacando que em 1985 um grupo de estudantes do Rio de Janeiro propôs a criação da SESSUNE, esta mesma proposta foi apresentada em 1986 no IX ENESS/RJ, mas não foi aprovada. Para alguns estudantes era necessário aprofundar o debate antes da criação da entidade; para outros a criação de uma entidade iria burocratizar o Movimento Estudantil em Serviço Social. Segundo Pequeno (1990:68) *“O grupo defensor da entidade foi acusado de autoritário e manipulador por trazer pronto o estatuto e por defender que as lideranças ali presentes representavam as bases..”.*

Com a criação da SESSUNE, houve alterações na dinâmica do Movimento Estudantil em Serviço Social, centrando a preocupação na organização política estudantil, tendo como tarefa inicial das primeiras gestões a divulgação acerca da nova entidade.

Segundo o documento Pro Dia Nascer Feliz, no XI ENESS de 1989 houve a aprovação do primeiro estatuto da SESSUNE. Esse estatuto, ao que tudo indica é resultado de propostas apresentadas pelos estudantes da UFES⁷⁸. Consta que estas propostas foram também à base do estatuto redigido em 1992⁷⁹. Ramos (1996) observa que a cada ENESS se reformula o estatuto da ENESSO. Entendemos ser este um instrumento jurídico importante para orientar a organização estudantil, mas é necessário pontuar que o fundamental da organização estudantil é a aglutinação dos estudantes em suas reivindicações. Neste mesmo ano a SESSUNE passou a compor comissão organizadora do VII CBAS realizado em Natal em 1989, o que era uma das reivindicações estudantis desde o III CBAS.

Ramos (1996) aponta que a SESSUNE em seus primeiros passos estava preocupada com a articulação com as entidades da categoria, o que se verifica em um trecho de uma correspondência da coordenação nacional a uma coordenação regional de 02/08/89 *“... proponha que o discurso coloque a importância da organização da categoria. Do ME de Serviço Social e da articulação necessária entre o ME e da categoria”.* A construção dessa articulação se apresenta também

⁷⁸ ANEXO 03.

⁷⁹ ANEXO 04.

em convites para a participação da IV Assembléia da ANAS - Associação Nacional dos Assistentes Sociais. A busca dessa articulação expressou-se, por exemplo, na produção do Jornal Nacional das Entidades de Serviço Social⁸⁰ (ANAS, CFASS, ABESS e SESSUNE).

Em 1991 houve a criação de mais uma instância do Movimento Estudantil em Serviço Social o SNFPMESS - Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social⁸¹, que tem sua primeira edição realizada na cidade de Recife/PE. O seminário nacional veio colocar em prática o que algumas regiões da SESSUNE já estavam realizando, conforme podemos averiguar em trecho de uma correspondência à coordenação nacional pela coordenação da região I de 10/31/89 “*I Encontro Maranhense de Serviço Social a ser realizado no período de 10 a 15 de dezembro e neste período vão aproveitar para fazer o Seminário Regional e vão convidar alguém da executiva*”; e a coordenação da região VII de 28/08/89 “*... do II seminário de formação profissional da VII Região SESSUNE sobre: Projeto pedagógico em São Paulo a ser realizado em Santos nos dias 20 e 21 de outubro*”.

Neste mesmo ano a SESSUNE participou da Convenção da ABESS em Belo Horizonte/MG, ampliando a participação estudantil no encontro “*Queremos ressaltar que a SESSUNE “... com muita luta” conseguiu ampliar o número de participantes (...) de três para seis alunos por unidade...*” (Documento Região VII, Franca 18 de Setembro de 1991).

No debate da reformulação do Código de Ética profissional (1991-1993) contou com a participação da SESSUNE nos Seminários Nacionais de Ética⁸² organizados pelos CFESS. Segundo Bonetti (1998:161) “*Parece claro, portando, que no seio da categoria impõe-se uma urgente revisão do instrumento de 1986, a qual foi ratificada nos fóruns profissionais mais recentes: Seminário Nacional de Ética (1991); XX Encontros Estaduais; 7º CBAS (1992); XII ENESS (1992); XX Encontro*

⁸⁰ ANEXO 07.

⁸¹ Os seminários nacionais e regionais não são encontros deliberativos, mas sim de formação e de organização política estudantil “*Esses Seminários se constituem numa instância de discussão e proposição acerca da formação profissional, do movimento estudantil e em especial, da formação político-pedagógica dos estudantes e de suas entidades representativas*” (Estatuto da ENESSO, Brasília 2001).

⁸² Foram organizados dois Seminários; I Seminário Nacional de Ética em 1991, São Paulo e o II Seminário Nacional de Ética em 1992, Curitiba/PR.

Nacional CFESS/CRESS (1992). Ao nosso ver, portanto, o Código atual exige sérias modificações e acréscimos, incorporando já o acúmulo de reflexões feitas pela categoria e pelas suas entidades representativas – CFESS, ABESS, ANAS, e SESSUNE”.

A SESSUNE no período de 1991-1993 consolidou a sua representação nacional emergindo as disputas políticas em torno da entidade.

Em 1992⁸³ realiza-se o XIV ENESS em Salvador e conforme o documento Pro Dia Nascer Feliz “... *tal encontro vem marcar a história do Movimento Estudantil em Serviço Social tanto pela expressiva participação dos estudantes de Serviço Social do Brasil, como discussões acadêmicas políticas que tanto enriqueceram e deram ao encontro em caráter de seriedade e compromisso político com o processo de amadurecimento da organização política*”. Este ENESS demonstrou o amadurecimento e a organização do Movimento Estudantil em Serviço Social com a apresentação de teses e chapas concorrentes à direção da executiva nacional.

Registramos a publicação do caderno de teses⁸⁴ ao ENESS, pela primeira vez na história do Movimento Estudantil em Serviço Social, expressando a disputa política de projetos e concepções sobre os caminhos do movimento⁸⁵. Se de um lado demonstra a diversidade no interior do movimento, de outro, coloca o acirramento e a preocupação com a entidade. Analisando o caderno de teses a

⁸³ Na gestão da SESSUNE 92/93 teremos a produção de textos que buscam organizar o debate no Movimento Estudantil em Serviço Social e suas tarefas verificamos uma quantidade expressiva de materiais, como 2 jornais e textos; “Que SESSUNE estamos construindo”, “Relatório da gestão Pro Dia Nascer Feliz”, “ME um rápido histórico”, “Pela efetiva organização estudantil nas escolas pagas de Serviço Social”, “SESSUNE e os desafios postos ao ME” e o “Documento Pro Dia Nascer Feliz”.

⁸⁴ Segundo Matos (1996) apresentaram-se quatro teses “Mosca na Sopa” – assinada pelo CA da UFRJ e estudantes da UFF-Niterói, UERJ e UFRJ; “Tese ao XIV ENESS” – assinada pelo CALSS-UNESPA e estudantes da UFPA; “A Gente não quer só canudo” – assinada por 03 membros da coordenação nacional, estudantes da UFPA, UFJF, UECE e Faculdade Espírita de Curitiba; e “Alguma coisa está fora da ordem” – assinada pelo CA da UNICAP. Foi a primeira vez na história do MESS, que ocorreu a disputa de chapas para a entidade e conforme Matos (1996) uma por São Paulo denominada “Sem Tesão não há solução” respaldada pela “Tese ao XIV ENESS” e outra do Ceara “Pro dia nascer feliz” numa articulação das 03 outras teses apresentadas.

⁸⁵ Os primeiros sinais de divergências no interior do Movimento Estudantil em Serviço Social aparece em meados de 1981 “*O CONESS se realizou em 19 e 20 junho de 1981 (...) temos então a primeira evidência, do enfrentamento entre forças políticas opostas. O ENESS foi promovido pelo C.A que fazia parte da força política hegemônica, enquanto o CONESS foi promovido pela oposição...*” (Barbosa, 1995:46-47). As primeiras divergências se da em torno da organização dos ENESS’s “*Em 1984, os alunos do Estado de São Paulo (...) tentaram novamente mudar a característica do encontro, tinha como objetivo que o ENESS encaminhasse seus trabalhos a partir dos interesses dos estudantes como um todo, e não de uma minoria*” (Barbosa, 1995:55).

preocupação, esta nas questões relacionadas aos rumos do Movimento Estudantil em Serviço Social, principalmente com a direção da entidade.

Segundo Ramos (1996:140) a partir do ENESS de 1992, expressou-se a organização de grupos políticos no interior do MESS. *“Identificamos (...) a presença dos três grupos políticos mais atuantes na oposição à direção do Movimento Estudantil em Serviço Social no período em análise: Viração (tendência do PCdoB), grupo dos Independentes e os (as) militantes da tendência Convergência Socialista que depois entraram no PSTU⁸⁶”*.

Temos ainda o grupo que se tornou hegemônico, o PDP - Projeto Democrático Popular⁸⁷, que veio a se apresentar com esta denominação a partir de 1994. Conforme seus documentos, em meados da década de 70, *“O PDP de forma geral teve início na década de 70, com as Comunidades Eclesiásticas de Base – CEB’s (...) um projeto coletivo e participativo baseado na luta e construção de uma sociedade pautada nos valores da democracia, da ética, do pluralismo, da justiça e equidade sociais”* (Documento Projeto Democrático e Popular, 2000), vinculando-se no Movimento Estudantil em Serviço Social Serviço a partir de 1978, *“... no processo de organização dos estudantes, este grupo político encontrou um amplo espaço...”* (Pré-Tese, Projeto Democrático e Popular, 2001).

O grupo Viração atuou nas três primeiras gestões da SESSUNE, no entanto, não chegou a apresentar tese aos ENESS’s, pois segundo Ramos (1996:140) *“... uma vez que a idéia da socialização das teses só foi concretizada no ENESS de*

⁸⁶ A **CS - Convergência Socialista** tem sua origem a partir de 1974 foi uma das fundadoras do PT. Em 1992 divergências com a direção majoritária do PT (Articulação), resultou na “expulsão” da CS do PT. Este processo é questionável, pois na verdade aponta-se que a própria CS a exemplo do POR – Partido Operário Revolucionário (dissidência da Causa Operária expulsa do PT em 1991), que saiu do PT em 1990 tinha a pretensão de deixar o PT. A CS com a aglutinação de mais 5 organizações (Liga Democrática, Democracia Operária, Núcleo de Independência Proletária, Movimento Socialista Revolucionário e o Partido da Frente Socialista) fundou o **PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados** em 1994, do qual é ligado a LIT - Liga Internacionalista dos Trabalhadores, organização está trotskista. As organizações trotskistas têm como referencia a IV Internacional – QI, fundada por Leon Trotsky um dos principais líderes da Revolução Russa, expulso pelo Stalinismo da Rússia. Em 1938 funda a QI, depois de sua morte em 1940 por um agente stalinista no México, a QI se vê em um grande processo de disputa interna do qual irá se dividir em várias facções (Silva, s/d).

⁸⁷ Segundo o trabalho de Solange da Silva Moreira, Trabalho de Conclusão de Curso, realizado na UFRJ intitulado “O Projeto de Formação Profissional nos anos 90 e o papel do Movimento estudantil em Serviço Social” coloca que; *“Desde a sua criação até 1988, a SESSUNE/ENESSO foi dirigida por um grupo político denominado “Projeto Democrático e Popular”, à juventude do Partido dos Trabalhadores (...) era o grupo hegemônico até 1998”* (Moreira, 2002:03). Vinculação esta com a corrente interna DS - Democracia Socialista, fundadora do PT, tem sua origem em 1979 com a denominação ORM-DS (Organização Revolucionária Marxista

Salvador (1992), momento que coincide com o processo de desarticulação desse grupo no âmbito do Movimento Estudantil em Serviço Social”.

O grupo político denominado Independentes⁸⁸ criticava a inserção dos partidos políticos no Movimento Estudantil em Serviço Social ao considerar “... a luta estudantil como essencialmente política, mas ressaltamos a diferenciação que se faz necessário entre esta e a luta partidária. Não podemos admitir que o militante de um partido político transponha mecanicamente as bandeiras da luta partidária para o movimento” (Tese “É Tempo de Ser...”, 1993). Questiona a direção hegemônica do MESS por não respeitar a diversidade “Só podemos conceber a hegemonia que respeite as diversidades...” (Tese “É Tempo de Ser...”, 1993).

O grupo ligado a Convergência Socialista questiona o Movimento Estudantil em Serviço Social pela ênfase as lutas institucionais; “Com a queda da ditadura, a burguesia necessitava de mecanismos que freiam as lutas dos trabalhadores e da sociedade em geral, forçando-a adotar uma política de deslocamento do movimento do campo da luta para o terreno institucional da democracia burguesa..” (Tese “As bases Vão à Luta na SESSUNE”, 1992). Sendo assim acusa a SESSUNE de seguir o mesmo caminho e critica a direção política da executiva pela “... centralização do poder e falta de democracia na prática do diretores da SESSUNE...” (Tese “As Bases Vão à Luta na SESSUNE”, 1992).

Ainda neste ENESS houve a mudança do processo eleitoral das coordenações regionais. Segundo Ramos (1996:107) “A partir de 1992, no ENESS de Salvador, a coordenação nacional era eleita por todos (as) estudantes das escolas presentes no encontro, enquanto os (as) coordenadores (as) regionais eram eleitos (as), em bancadas, por região, as quais se realizavam na plenária final do ENESS” e ainda aprovou-se dois coordenadores regionais por região, com um coordenador e um vice-coordenador.

– Democracia Socialista). Em 1988 assume o caráter de tendência interna do PT, do qual compõem a Quarta Internacional – Secretariado Unificado.

⁸⁸ A Denominação Independentes, ao que tudo indica, foi uma caracterização aos estudantes da região VII, pois “.. .um modelo que foi construído historicamente, mas que não consideramos como sendo positivo ou não, apenas aceitando a posição de independente.” (Documento Região VII, Franca, 28 de Março de 1996/Coordenação Regional). Esta denominação foi criada por não terem nenhuma vinculação partidária.

Houve também a realização da campanha do Ante-Projeto pela Formação Profissional⁸⁹ (Ramos, 1996:131) na qual “... os estudantes decidiram propor uma Campanha Nacional pela Formação Profissional, tendo como tema “A gente não Quer Só canudo”. Na gestão seguinte 92/93, a campanha toma corpo e se materializa na elaboração de um anteprojeto da campanha nacional pela reestruturação da formação profissional do(a) assistente social no Brasil, que foi aprovado em 1992”.

No XV ENESS em 1993 houve a mudança do nome SESSUNE para ENESSO que segundo Barbosa (1995:62) “... representou um avanço no que diz respeito a autonomia da entidade”, a mudança de nome não significava apenas uma mudança terminológica, mas expressava o descontentamento que os estudantes viam tendo com a UNE⁹⁰ “Essa mudança refletia a realidade das executivas de curso que questionavam a UNE por sua falta desarticulação com o movimento de área...” (Ramos e Santos, 1997:160) .

Neste ENESS foi criado, na diretoria da ENESSO, o cargo da Secretaria de Formação Profissional que aproximava as representações estudantis em ABESS, na estrutura da ENESSO. Conforme Ramos (1996:105) “01 (uma) secretaria de formação profissional formada pelo CA da região sede da ENESSO, pelo Coordenador Nacional de Representantes Estudantis da ABESS, que será eleito pelos próprios representantes estudantis da ABESS na Convenção da ABESS”. Este

⁸⁹ Não foi possível encontrar o documento final da campanha do Ante-Projeto pela Formação Profissional, no entanto, iremos reproduzir as questões utilizadas pela região VII “*Questões: 1. Qual a concepção de Serviço Social apreendida no curso?; a) para que serve? (função, papel); b) A quem atende? Para quem trabalha? c) No que se diferencia das outras profissões?; d) Que objetivo quer alcançar?; e) Intervem na realidade? Se sim. Para quê?; 2. Qual o perfil do assistente social aprendido na sua formação?; a) Que características tem esse profissional?; b) O que é preciso ter para ser um bom assistente social?; 3. O curso de Serviço Social, no seu entender, deve privilegiar uma referência teórica? Se sim, qual? Se não, por que?; a) Você percebe isso no seu curso?; 4. O que você considera necessário estar contido em um projeto de Formação profissional?; 5. O seu curso forma um bom profissional? Por quê?*” (Relatório das discussões acerca do “Ante-Projeto da Campanha Nacional pela Reestruturação da Formação profissional do Assistente Social no Brasil”, Região VII SESSUNE-SP, 1993).

As questões acima foram aplicadas no IV Seminário Regional em Franca, o documento ainda sinaliza que foi delimitado a metodologia para aplicação do Ante-Projeto em reunião com a Executiva da SESSUNE “...a) Até outubro as faculdades devem organizar grupos de estudo e seminários para discussão de temas referidos à formação, sistematizando-os em forma de relatórios; b) Os relatórios devem ser encaminhados à Coordenação regional, que fará a sistematização da região, da qual será enviado e socializado a nível nacional; c) A executiva Nacional terá a função de com estes subsídios, elaborar o projeto pela reestruturação da Formação profissional do Assistente Social no Brasil”. No entanto, não sabemos se as questões apontadas no material da região VII foi utilizada nacionalmente, ou seja, se a metodologia da campanha do Ante-Projeto foi padronizada para todas as regionais da ENESSO.

⁹⁰ Segundo Matos (1996) nunca houve nenhuma vinculação da SESSUNE a UNE.

novo cargo teria como função coordenar as atividades das representações estudantis regionais da ABESS, conquistado em 1981 em Vitória/ES na Convenção⁹¹ da ABESS⁹² “... os estudantes garantiram a mudança da estrutura da entidade que contaria, a partir de então, com um vice-presidente docente e um estudante por região” (Documento Pro Dia Nascer Feliz).

O estreitamento político do Movimento Estudantil de Serviço Social com a ABESS no debate da formação profissional culminou que em 1994 no V SNFPMESS, a presidente da ABESS, prof^a Marieta Koike “... declarou não conceber mais ABESS sem ENESSO e a ENESSO sem ABESS” (Barbosa, 1995:69).

Foi criado também no ENESS de 1993, as subs-regiões⁹³ da região VII, o que se processava na região desde 1992, conforme relatório do V CORESS de 06/0/92.

Conforme Barbosa (1995:61) “... tal evento expressou o amadurecimento do Movimento Estudantil em Serviço Social, visto que as colocações feitas pelas forças políticas em suas teses agora tinham uma direção clara...”. Neste encontro foram apresentadas 3 teses; “Enquanto a Chama arder” assinada pelo Projeto Democrático e Popular; “É tempo de ser’ pelos Independentes e “Resistência: Acredite nas lutas” pelo grupo vinculado ao PSTU. No entanto apenas o Projeto Democrático e Popular apresentou chapa a diretoria da ENESSO, como registra Matos (1996).

Neste mesmo encontro, a Região VII⁹⁴ apresentou-se para sediar o próximo ENESS, no entanto “... somente depois que a região VII manifestou interesse de sediar tal evento a mesa se manifestou de forma que houvesse mais tempo para as outras escolas se manifestarem (...) Um evento de tal porte em São Paulo

⁹¹ A ABESS realiza bianualmente Convenções Nacionais periódicas desde 1951, este é o espaço pelo qual a entidade delibera a sua política e elege sua diretoria.

⁹² Antes desse processo só tinha poder de voto os diretores das escolas de Serviço Social, além da representação dos estudantes na entidade esta se torna paritária com representação de delegados de docentes e discentes por escolas nas Assembléias da ABESS.

⁹³ As Subs-Regiões atualmente são compostas da seguinte forma; **SUB-REGIÃO A** - Marília, Bauru, Presidente Prudente, Lins, Botucatu; **SUB-REGIÃO B** – Franca, São José do Rio Preto, Votuporanga, Ribeirão Preto, Santa Fé do Sul, Ilha Solteira; **SUB-REGIÃO C** – Limeira, Piracicaba, Americana, Campinas, Aguai; **SUB-REGIÃO D** - São José dos Campos, Taubaté; **SUB-REGIÃO E** - São Paulo (capital), Santos, São Caetano do Sul e Mauá . Do qual cada região tem seus sub-coordenadores. Suas competências estão descritas no artigo 19º do Estatuto da ENESSO e segundo o “ Art 35 - O Sub Coordenador de cada região será eleito pelo conjunto de estudantes reunidos em ERESS de cada região, tendo suas competências descritas no Artigo 19, alíneas a, b, c, d e e” (Estatuto da ENESSO, Brasília 2001).

⁹⁴ É necessário lembrar que desde a reorganização do Movimento Estudantil em Serviço Social em 1978 onde todas regiões haviam organizado um ENESS, São Paulo, que compõe a região VII da ENESSO nunca tinha organizado um evento deste porte.

representava o risco da perda da hegemonia, visto que das sessenta e quatro faculdades do país, vinte e duas se encontravam em São Paulo, que sempre representou a força política de oposição (movimento independente). Sendo assim, a força política da situação se articulou de forma que o ENESS não se realizasse em São Paulo (...) Os argumentos da situação afirmavam que São Paulo não tinha nenhuma faculdade com estrutura para a realização de um evento como o ENESS, e que um evento realizado na UNICAMP (Universidade que já tinha aceitado sediar o ENESS) não seria legítimo, pois aquela Universidade não possuía faculdade de Serviço Social. A delegação da região VII se pintou de “palhaço” para mostrar sua indignação com tal fato, que já tinha ocorrido outras vezes” (Barbosa, 1995:62-63).

Segundo Matos (1996:78) mesmo reconhecendo a disposição e a expectativa de São Paulo em sediar um ENESS a opção “... não foi uma escolha contra São Paulo, e sim contra o movimento que se intitulava independente, a escolha da escola sede foi demarcada pela defesa de um projeto político”.

É importante destacar que entre 1992-1993, os estudantes de Serviço Social acompanharam a luta pela regulamentação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social⁹⁵, juntamente com as entidades da categoria e da sociedade. Identificado nos debates e fóruns do movimento, na produção da ENESSO e nas teses apresentadas aos encontros nacionais.

No período de 1994 a 1998 aprofundou-se a disputa em torno da direção política do Movimento Estudantil Serviço Social. As divergências expressam-se também no interior da ENESSO com as coordenações regionais, como a Região I; “UMA ENESSO de luta e realmente participativa, não pode jamais se curvar diante de interesses individuais, posições personalistas e sectárias (...) esta que não vem apresentando compromisso algum com os estudantes...” (Boletim ENESSO, Coordenação Regional I 93/94 “Rasgando o Verbo”). E da Região II uma das regiões núcleo central⁹⁶ do PDP “Há seis gestões a corrente petista assume a Executiva

⁹⁵ A LOAS foi regulamentada em 07 de Dezembro de 1993, constituindo um dos pontos positivos da Constituição Federal aprovada em 1988, que ficou seis anos esperando regulamentação para entrar em vigor.

⁹⁶ Utilizamos esta definição “núcleo central”, a partir da análise de Ramos (1996:130) “... construção da hegemonia do PDP na direção do MESS (...) o C.A da UFRJ (...) C.A da UECE ...” a UECE que pertence a Região II da ENESSO compôs praticamente a totalidade (ver tabela 05, página 101 deste trabalho) das gestões da coordenação nacional da ENESSO. A UFRJ pertencente à Região V, esta região organizou (ver tabela 06, página 101 deste trabalho) a maior parte dos encontros do MESS, a UFRJ constituiu-se também parte central do núcleo do PDP.

Nacional e tem procurado implementar suas verdades como ponto de referência (...)
Já é tempo das discussões extrapolarem as lideranças iluminadas e ter uma amplitude maior. Seria interessante por fim a esse jogo de cúpulas...” (Documento Coordenação Regional II 93/94, “Avaliação da ENESSO”). O documento ainda critica a UECE; “... isso só seria possível se o objetivo de todos fosse o crescimento político da região e não a efetivação dos desejos de Alguns; SANTA UECE: Ora pro nobis,

Mãe daqueles que nunca desejam cargos,

ROGAI POR NÓS

Senhora dos bem intencionados

ROGAI POR NÓS” (Documento Coordenação Regional II 93/94, “Avaliação da ENESSO”).

No XVI ENESS, em 1994, conforme Matos (1996) apresentaram-se 3 teses: “Indignação” – PSTU; “Se muito vale o já feito, mas vale o que será” – Independentes e “Nosso próprio tempo” - Projeto Democrático e Popular. No qual apenas este último apresentou chapa a direção da ENESSO.

Em 1995⁹⁷ houve a apresentação da pesquisa do perfil⁹⁸ dos estudantes de Serviço Social que foi apresentado em 1994 no ENPESS⁹⁹ - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, e entregue a ABESS no XVII ENESS, Natal/RN. Este documento foi organizado a fim de contribuir com processo de revisão curricular.

As divergências em torno da direção política da ENESSO estavam visíveis no XVII CONESS em 1995 em Londrina “... e parecia que uma nova força política de oposição estava surgindo” (Barbosa, 1995:65). Isto expressava a insatisfação dos setores da oposição a direção do Movimento Estudantil em Serviço Social.

⁹⁷ Na gestão 94/95 a produção do jornal da ENESSO ganha em qualidade na sua estética e seu conteúdo, sendo uma das melhores produções até aquele dado momento.

⁹⁸ Segundo Matos (1996) foi utilizado na pesquisa do perfil dos estudantes, questões organizadas pela região VII que aborda os seguintes temas; *sexo, idade, religião, naturalidade, estado civil, local de residência, meio de transporte, renda familiar, valor da mensalidade no caso das escolas pagas, motivo da escolha do curso, qual entendimento sobre a profissão, direção social do curso, sobre o currículo, participam de alguma representação acadêmica, participação em movimentos sociais, situação política brasileira, sobre o estagio, atividades de lazer e projeto de vida.* Não foi possível encontrar o resultado nacional da pesquisa do perfil do estudante.

Assim, no XVII ENESS, em 1995, as forças de oposição se uniram para compor uma chapa, apresentando-se duas teses; “Contribuição do Projeto Democrático e Popular” - PDP e “Não dá mais pra segurar...” unificação dos Independentes e do grupo vinculado ao PSTU, segundo Matos (1996). Esta foi a segunda vez que houve a disputa de chapas à direção da ENESSO; à chapa do Projeto Democrático Popular “Vamos nos permitir” composta pelos estudantes da UECE e da oposição unificada, “Não dá mais pra segurar” composta por estudantes da UNAMA e UFPA. Neste mesmo evento, a região VII colocou-se novamente para sediar o próximo ENESS e mais uma vez perdeu a disputa.

Ainda no XVII ENESS, em 1995 foi desvinculado o cargo da Secretaria de Formação profissional da ENESSO, com as representações estudantis em ABESS o que é analisado por Barbosa (1995:73-74); *“Na plenária final, quando estava prestes a começar o debate as chapas para a coordenação da ENESSO se deu conta de um erro cometido pela direção hegemônica do movimento.*

A representante em ABESS, escolhida por eles para ser membro da Secretaria Nacional de Formação Profissional, junto com o C.A/D.A da escola sede, se formou no mês de julho e a gestão da ABESS iria até o final de 1995. Como não havia suplente o cargo corria o risco de ficar vago até a convenção da ABESS.

Não querendo assumir o erro que cometeu, a direção do movimento propôs extinguir a Secretaria Nacional de Formação Profissional e em seu lugar criar um cargo biônico, o de Secretaria Nacional de Formação Profissional, que não teria vínculo com a ABESS, proposta essa defendida com veemência pela representante, que dias antes se orgulhava da representação estudantil da ENESSO dentro da ABESS”. Para Barbosa (1995) significou um retrocesso para os estudantes.

No entanto, Ramos (1996:106) coloca que o desvinculo se deu devido “... o problema de a eleição ser realizada na convenção da ABESS, que ocorre a cada biênio, enquanto o ENESS acontece anualmente. Além disso, um cargo da diretoria da ENESSO não poderia ser eleito em outro fórum de deliberação, se não durante o ENESS. Outra questão que dificulta a atuação da Secretaria refere-se ao fato de o (a) Coordenador (a) Nacional de Representações Estudantis da ABESS não ficar,

⁹⁹ Data-se de 1983, o I Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social realizado em São Luiz/MA pela ABESS, o II Encontro em Salvador/BA (1984) e o III em Campinas/SP em 1987. A partir de 1989 teve início os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) organizados bianualmente.

necessariamente, na mesma região que os quatro cargos da coordenação nacional, dificultando, assim, um trabalho conjunto da ENESSO (...) os estudantes introduzem no lugar da Secretaria de Formação Profissional o cargo de Secretário (a) de Formação Profissional”.

A partir de 1996, não encontramos produções sobre o Movimento Estudantil em Serviço Social. Os trabalhos de Matos (1996) e Ramos (1996) analisam a trajetória da organização estudantil até 1995. Dessa forma, de 1996 em diante, o nosso trabalho é baseado principalmente dos arquivos da ENESSO. Entre 1996 a 1997 encontramos um número restrito de materiais, o que não quer dizer que não foram produzidos, pois, jornais da ENESSO encontrados tinham referência à 4º ou 5º edição.

Entre 1996 - 1998 a disputa em torno da direção política da ENESSO entra numa nova fase. A partir de 1996¹⁰⁰, foi criado o Curso de Capacitação Política à Distância¹⁰¹, conhecido como o “Capacita”, surgido “... *no intuito de investir na capacitação político-profissional dos dirigentes das entidades estudantis, bem como os estudantes de Serviço Social em geral. O curso tem como finalidade, contribuir no processo de organização estudantil, possibilitando um embasamento teórico-metodológico...*” (Curso de Capacitação Política a Distância. ENESSO Gestão: Remando Contra a Maré, 96/97). Este curso era realizado pela ENESSO, C.A's e D.A's operacionalizado através de módulos com cinco eixos; conjuntura, universidade, formação profissional, movimento estudantil e cultura.

No XVIII ENESS, 1996 em Blumenau/SC na FURB, houve somente uma chapa a disputar a coordenação nacional da ENESSO. A disputa neste encontro, mas uma vez centrou-se na questão da escola sede do próximo ENESS. A Região VII se preparou mais uma vez para sediar o próximo ENESS “*Talvez há possibilidade de estar cedendo o Campus de Guaratinguetá da UNESP para o ENESS/ 97 e que por isso deveremos fazer os seguintes esforços..*” (Documento

¹⁰⁰ No período mencionado encontramos um texto sobre a discussão de assessoria do Movimento Estudantil em Serviço Social ex-militantes da ENESSO docentes da UFRN (Marylucia Mesquita, Sâmya Rodrigues e Silvana Mara), onde coloca a necessidade de assessorar os ME “*nas atividades de assessoria que desenvolvemos, procuramos integrar com os (as) atuais militantes no sentido de tecer ações solidárias que permitam acompanhar os ritmos dos processos e, assim refletir sobre a ação política dos (as) estudantes, considerando a sua trajetória histórica...*” (Por que assessorar o M.E ? As razões e as implicações dos (des)encontros, ENESSO Gestão: Remando Contra a Maré, 96/97, Natal, Março de 1996).

¹⁰¹ ANEXO 08.

Região VII, Franca, 28 de Março de 1996/Coordenação Regional). A região prepara um projeto para o ENESS, argumentado que *“Desde 1978 (I ENESS) até então, São Paulo nunca obteve a oportunidade de sediar tal evento...”* (Documento projeto ENESS/97, Coordenação Regional, s/d).

Houve uma articulação das escolas da região para a realização do evento com 16 escolas a favor; *“Nós entidade e órgão colegiados do Movimento Estudantil em Serviço Social de São Paulo, vimos através do presente documento assegurar a posição favorável e positiva para a realização do ENESS (...) 1997...”* (Documento Região VII, Bauru, 05 de Maio de 1996). A direção do campus da UNESP de Guaratinguetá se coloca a favor; *“Como sugestão encaminhamos o período de 20 a 27 de julho de 1997, para a realização do referido evento...”* (OFICIO¹⁰² Nº 559/96-FEG/DIR. Guaratinguetá, 01 de junho de 1996).

No entanto, esta articulação da região VII perdeu a disputa em votação para a PUC-BH. Em um processo de votação semelhante ao de 1993 já mencionado. Neste encontro a disputa pela coordenação da região I criou divergências, pois as duas chapas concorrentes, em processo de votação empataram e a coordenação nacional da ENESSO propôs o “voto de minerva” gerando polêmica, solucionada com a fusão das duas chapas

Depois desse ENESS ocorreu o esgotamento do grupo político denominado independentes e o grupo ligado ao PSTU *“... No ano seguinte, os quadros do PSTU se omitem de participar da disputa política. E isto acaba prejudicando a região VII, hegemônica pelo PSTU, que deixou de participar dos fóruns de Serviço Social. Desta forma, a região VII ficou a margem da organização estudantil de Serviço Social. No que diz respeito a CST¹⁰³ os quadros se formaram e estavam presentes no estado do Pará”* (Documento, *“Movimento de área”*, Ádila Kariny, s/d).

No XX CONESS em 1997, Maceió/AL, a PUC-BH colocou que não poderia sediar o XX ENESS devido à realização de diversos eventos na cidade, de porte nacional como da UNE e da SBPC - Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ciência entre outros.

¹⁰² ANEXO 09.

¹⁰³ A CST – Corrente Socialista dos Trabalhadores no período da “expulsão” da CS (1992-1993) do PT, opera-se divergência do qual um segmento irá construir a CST, no entanto, os motivos desse racha são internos a própria CS e não esta diretamente ligado a “expulsão” da CS do PT.

O que gerou uma revolta por parte da representação dos estudantes da PUC/SP conforme descrito; *“É demasiado repugnante o modo descarado, vil, pérfido com que a digníssima Executiva Nacional – que existe para manter a unidade das regiões camufla a verdade dos fatos e através de conchavos que mancham o movimento e afastam ainda mais o estudante criam “possibilidades únicas” sem levar em conta a coletividade. No último ENESS realizado em Blumenau/SC duas escolas se candidataram para sediar o próximo encontro; uma foi a UNESP, com o campus de Guaratinguetá e a outra a PUC-MG. O campus de Guaratinguetá era dotado de toda a infra-estrutura para realização de um evento desse porte, sem citar que os estudantes da região VII estavam sedentos por sediar um ENESS, que em 19 anos de existência nunca aconteceu no Estado de São Paulo...”* (Informativo do CONESS. Secretaria do Movimento Estudantil, CASS/PUC - São Paulo, 02 de Junho de 1997). Um dos motivos do teor furioso desse documento foi devido ao comunicado da PUC-BH ocorrer 2 meses antes do ENESS e a escola que havia perdido a disputa não ter sido comunicada antes.

O acúmulo das tensões com a direção política da ENESSO explodiram no XIX ENESS 1997 em Campos/RJ. Pelo material analisado pode se afirmar que até hoje foi o ENESS mais tenso da história do Movimento Estudantil em Serviço Social e um dos motivos foi à apresentação de uma tese denominada “Eu Quero é Mais” conhecida como a contribuição de Campos, sem lançar chapa. Este foi o embrião de um novo grupo político no interior do movimento.

A contribuição de Campos¹⁰⁴ aponta os seguintes aspectos:

“Não estamos aqui nos propondo a grandes teorizações, queremos mais... Queremos mostrar nossa cara e refletir se estamos construindo o Movimento

¹⁰⁴ Esta contribuição foi apresentada pelos estudantes da UERJ, depois da contribuição de Campos alguns os estudantes da Região V mais precisamente das escolas (UFRJ, UERJ, UFS, UFF-Niterói e UFF-Campos). Em 1998 no XX CONESS Caxias do Sul/RS apresentam uma pré-tese do qual *“... se aglutinaram (...) além dos estudantes das referidas escolas da Região V, estudantes da UFPA, UFRN, UERN, UFPE, UCSAL, UFS e UCS. Lá decidiu que esse grupo escreveriam uma tese para o ENESS...”* (br.groups.yahoo.com/group/eqmais/files/ "Historia EQM", 2002). Uma das principais críticas desse novo grupo está na concepção de hegemonia da direção ENESSO *“... essa cultura da hegemonização a qualquer preço, passando por cima de tudo e de todos...”* (br.groups.yahoo.com/group/eqmais/files/ "Historia EQM", 2002). Do qual se apresentava através de encontros como o caso da Região VII onde em *“... 1996 se propôs a sediar o Seminário Nacional de Formação Profissional de 1997, e também perdeu. E isso aconteceu mesmo não tendo a região VII se colocado como força política”* (br.groups.yahoo.com/group/eqmais/files/ "Historia EQM", 2002). Além disso, colocam a desarticulação de algumas regionais da ENESSO *“... observamos uma desarticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social, como exemplo a não participação da regiões IV e VII nos fóruns...”* (Documento,

Estudantil que desejamos: realmente democrático, ético, propositivo, comprometido, gostoso, criativo, definitivamente orgasmático !!! Queremos fugir do horror da fogueira das vaidades, da disputa medíocre de cargos, da falta de compromisso cotidiano, da hipocrisia presente na luta “do poder pelo poder”.

Queremos combater a apatia que assombra nossos dias, o individualismo que permeia nossas ações, a falta de coragem de romper com o instituído, queremos propor...” (Tese XIX ENESS. Eu Quero é Mais, 1997).

Neste encontro a disputa pela coordenação da região V gerou divergências, pois uma das escolas não tinha quitado sua anuidade¹⁰⁵, ficando sem direito a voto. Em plenária regional, com o consentimento de uma das representantes da coordenação nacional, acordou-se que esta teria direito a voto. Porém, uma das chapas concorrente entra com recurso na plenária nacional, que acabou por anular a eleição realizada em plenária regional, deliberando que a região teria que fazer nova eleição, sem a escola que estava em débito com a ENESSO.

Este fato deixou a plenária sem controle e direção, alguns chegaram a rasgar o Estatuto da ENESSO em protesto; os insatisfeitos, com base no próprio estatuto, alegaram que a eleição da coordenação regional é realizada em plenária regional no ENESS. Com todo esse clima, o ENESS teve seu encerramento por volta das seis da manhã.

Em 1998 tivemos a continuidade do “Capacita”; *“A atual Coordenação Nacional da ENESSO tirou como prioridade para sua gestão a FORMAÇÃO POLÍTICA (...). A proposta inclui tanto a realização de cursos nos CORESS e no CONESS (...) O programa do curso estará sendo enviado para todas as Coordenações Regionais da ENESSO, que por sua vez se encarregarão de enviá-los para os C.A’s e D.A’s...” (Jornal ENESSO. Gestão Um Convite à Rebeldia 97/98. Fevereiro de 1998).*

"Movimento de área", Ádila Kariny, s/d). No caso da Região IV em 96/97 ficou sem Coordenação Regional e sem realizar seu ERESS.

¹⁰⁵ Segundo o estatuto da ENESSO “§ 3º Só terá direito a voto no ENESS o estudante da escola que estiver quite com as finanças da Executiva de acordo com as alíneas a e b do artigo 21 desse estatuto” (Estatuto da ENESSO, Brasília 2001)

No XX ENESS 1998 Maceió/AL comemorou-se¹⁰⁶ os 20 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social e 10 anos da ENESSO¹⁰⁷, com a produção de camisetas, adesivos e uma mesa comemorativa; *“As marcas da história nos 20 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social e 10 da ENESSO são rastros que guiarão sempre outras trilhas na luta pela emancipação humana e nos impulsionam a enfrentar significativos desafios no processo de compreensão da realidade sócio-econômica e na afirmação do nosso compromisso ético-político-profissional”* (Jornal ENESSO. Gestão Um Convite à rebeldia 97/98. Julho de 1998).

Neste ENESS¹⁰⁸ o grupo político PDP perdeu a posição de direção da entidade, na qual esteve por 10 anos. O grupo EQM¹⁰⁹ apresentou uma chapa denominada “Nos Queremos Mais”, composta por estudantes da região V, das escolas; UFF-Niterói, UFRJ, UFS.

¹⁰⁶ Além das comemorações do Movimento Estudantil em Serviço Social comemorou-se os 150 anos do Manifesto Comunista, 30 anos do Maio de 1968 e os 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos

¹⁰⁷ Os 10 anos da ENESSO, ou seja, de uma entidade do MESS é contabilizada desde a criação da SESSUNE, em 1988 que em 1993 vira ENESSO.

¹⁰⁸ Neste ENESS acaba-se com o cargo de vice-coordenações regionais, substituído por duas coordenações regionais, eliminando uma possível hierarquia das coordenações regionais, pois, em dados casos, as vice-coordenações desempenhava o mesmo papel da coordenação regional.

¹⁰⁹ O surgimento do nome “Eu Quero é Mais”, surgiu “... *por brincadeira, a companheirada que estava organizando a contribuição em Campos, em dado dia reunidos, vislumbraram uma situação extremamente difícil e alguém acabou lançando “eu quero é mais que.....” ou seja o próprio nome do movimento “Eu Quero é Mais” expressa a indignação que os estudantes estavam acumulando .”* (Documento Contribuição ao Seminário Nacional “Eu Quero é Mais”, 2002).

A EQM¹¹⁰ indiretamente expressou toda a disputa política iniciada a partir de 1992. Contrapondo-se a direção política da ENESSO; “... a única resposta que podemos dar e que o PDP, não estava mais dando respostas ao Movimento Estudantil em Serviço Social suficientemente ou significativamente aos estudantes de Serviço Social. Desta forma a partir do momento que se colocou uma contra proposta os estudantes aderiram, as propostas prontamente do movimento “Eu Quero é Mais” que ate hoje legitimam como sua direção política.” (Documento Contribuição ao Seminário Nacional “Eu Quero é Mais”, 2002).

No período de 1999 - 2002, a ENESSO passou por modificações, visto que foi pela primeira vez os setores da oposição conquistaram a direção da entidade. A primeira gestão 98/99 priorizou suas atividades como; o ingresso no Bloco de Esquerda de Oposição à Diretoria da UNE¹¹¹, a realização do I Fórum Nacional

¹¹⁰ Os militantes de partidos que compuseram a “Eu Quero é Mais” segundo o Documento, “Movimento de área”, Ádila Kariny (s/d) das correntes do PT, são **Articulação de Esquerda, Força Socialista, Unidade na Luta** e o PSTU. Alguns militantes do PDP também vieram a compor a EQM, devido a um racha interno em 1997 “Lembrar que foi do próprio PDP que surgiu vários membros da EQM...” (Lista de discussão, “eqmais@yahoogroups.com.br”, 2001). Os estudantes da Região VII “... São Paulo que embora não defendendo, estiveram em nossas plenárias...” (Lista de discussão, “eqmais@yahoogroups.com.br”, 2001). Aqui se refere na gênese da Eu Quero é Mais. A Eu Quero é Mais inicialmente irá ter como núcleo central as regiões II, III e V, no entanto, não havendo nenhum destaque de escolas.

A **Força Socialista** como uma das correntes internas do PT tem como legado o MCR – Movimento Comunista Revolucionário fundado em 1985 da junção MEP - Movimento pela Emancipação do Proletariado, AV – Ala Vermelha, OCDP – Organização Comunista pela Democracia Proletária e a APLM – Ação Popular Marxista-Leninista. O MCR constitui-se numa organização que agrega partes das organizações marxistas sobreviventes da época da ditadura militar. De 1985 a 1989 houve um intenso debate em relação ao PT, ocorrendo um direcionamento de se transforma em tendência interna do PT. Neste debate acabou-se dissolvendo a organização, no entanto, uma parcela manteve o projeto de construção de tendência interna. Assim em 1989, no 6º Encontro Nacional do PT, a Força Socialista se apresenta como tendência interna.

A **Unidade na Luta** uma das tendências internas do PT identificadas como o setor majoritário do PT denominado Articulação, veio a se constituir como tendência a partir de 1983, principalmente por sindicalistas, setores ligados a igreja, intelectuais, ex-militantes da ALN – Ação Libertadora Nacional e dissidentes da corrente o Trabalho (tendência do PT trotskista ligada a QI-CIR de Lamber). Na década de 90, a Articulação se viu em processo de desarticulação com divisão em vários grupos, dentre os principais a Democracia Radical “direita do PT” e a **Unidade na Luta** “centro do PT”.

No processo de divisão da Articulação na década de 90, em 1993 será criada a **Articulação de Esquerda**.

¹¹¹ O Bloco de Esquerda de Oposição à Diretoria da UNE, se constituiu em 1998, um dos principais motivos foi devido à greve das universidades federais conforme em relatório da ENESSO de 22 de janeiro de 1999 “Mas foi durante greve das Universidades Federais de 1998 que a UNE mostrou sua total falta de legitimidade frente ao ME nacional. Enquanto o ME das Federais se somava à brava luta – em conjunto dos docentes e dos técnicos-administrativos – em defesa da Universidade Pública, a UNE se recusou a construir a unidade nacional na greve junto da ANDES e da FASUBRA”. A ENESSO teve um papel central na organização desse Bloco, não cabe aqui fazer comentários sobre o Bloco e demais divergências mais sim o papel da ENESSO. A inserção ao Bloco está referendada em resolução da plenária final do ENESS de 1998.

sobre o Provão¹¹² em Serviço Social, a rearticulação do Fórum de Executivas “Dias 10 e 11 de abril de 1999, em Piracicaba/SP, foi realizado o IX Encontro Nacional de Executivas e Federações de curso - ENEX; dentre elas a ENESSO, o ENEX teve por objetivo retomar a articulação entre as organizações do movimento estudantil de área, que desde 1996 não se realizava...” (Jornal Mural da ENESO nº 04 ENESSO-Gestão 98/99).

Nesta gestão, verificamos nos arquivos da ENESSO, a maior publicação de material de divulgação de todas as gestões da SESSUNE/ENESSO até o presente, com; boletins, ofícios, textos, jornais, relatórios, etc. Ao nosso ver significando o aprofundamento da democracia interna, pois entendemos ser pela política de informação e comunicação um dos pilares da democracia. Há uma relevante intervenção política da executiva centrada em três pontos; formação profissional, movimento estudantil geral e conjuntura. Cabe lembrar neste período, movimentos de setores organizados pelo FORA FHC/FMI.

Em 1998 houve a modificação na estrutura da ABESS que passou a se denominar ABEPSS¹¹³ - Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social, com a fusão com o antigo CEDEPSS¹¹⁴; “A unificação fortaleceu a concepção da universidade baseada na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, contribuindo no fortalecimento de nossa categoria e nosso projeto de formação profissional” (Documento “Aos CA’s, DA’s e Estudantes de Serviço Social em Geral”, Representação Discente Nacional de Graduação em ABEPSS, 1999).

Na Assembléia da ABEPSS em 1998 os estudantes conquistaram a participação na executiva nacional da ABEPSS, com o cargo da Representação

¹¹² O Provão é um dos instrumentos da avaliação institucional, organizado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, como descrevemos no capítulo anterior, a ENESSO foi uma das pioneiras neste debate desde 1997 mesmo sem realizar o Provão. Em 1998 no IX SNFPMESS foi realizado o I Fórum Nacional sobre o Provão, sendo publicado no documento “I Fórum nacional sobre o Provão em Serviço Social. Niterói/RJ Novembro de 1998. Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social: Gestão “Nos Queremos Mais 98/99”.

¹¹³ Nos dias 10 e 11 de Dezembro de 1998, ocorreu na UNB a Assembléia da ABESS/CEDEPSS, do qual ocorreu a unificação das entidades ABESS/CEDEPSS passando a se denominar ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Segundo o documento da ENESSO “A proposta da ABEPSS não emergiu em 1998, e já vinha sendo debatida em outros fóruns da entidade anteriores a assembléia...” (Coletânea de Textos sobre Formação Profissional, RJ, ENESSO/1999).

¹¹⁴ Em 1987 foi criado o CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social vinculado a ABESS, que tinha como intenção acompanhar à produção científica no interior do Serviço Social. A necessidade desse órgão se deu devido ao crescimento da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, que teve início na década de 70.

Discente Nacional de Graduação¹¹⁵ e de Pós-Graduação. Isto demonstra o amadurecimento político e o aprofundamento da democracia interna da entidade, bem como o espaço para os estudantes apresentarem suas reivindicações, participando diretamente das questões relacionadas ao projeto de formação profissional.

No VI ENPESS, 1998 os estudantes através da ENESSO reivindicaram o direito de publicação de trabalhos¹¹⁶ conforme relato; *“... A começar pelo fato de ter sido vetada a apresentação de trabalhos de estudantes no ENPESS. Apesar do esforço do movimento estudantil, que há vários anos reivindicava esse espaço, a Comissão Organizadora tomou a decisão. Para nós, essa decisão era contraditória a concepção que defendemos de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A proposta dos estudantes, a princípio, restringia a participação dos alunos bolsistas de iniciação científica pelo vínculo que estes possuem com as agências de fomento de pesquisa no país. No entanto nem mesmo essa proposta foi aceita..”* (Coletânea de Textos sobre Formação Profissional, RJ, ENESSO/1999). A ENESSO se manifestou através de uma panfletagem na forma de uma carta de repúdio¹¹⁷, a decisão da comissão organizadora.

No XXI ENESS em São Luiz/MA 1999, tivemos **um fato histórico; pela primeira vez, a Região VII São Paulo conquistou a organização do encontro nacional**, demonstrando a reorganização da democracia interna no movimento e também uma vitória dos estudantes, principalmente de São Paulo, que há anos vinham fazendo esta reivindicação.

A disputa política pela direção do movimento estudantil travou-se acirradamente nas plenárias e no debate de chapas. Foi até o presente o encontro, onde assistimos a tensão entre os grupos políticos. O setor que havia conquistado a direção da ENESSO cresceu significativamente no interior do movimento. Neste ENESS apresentaram-se duas chapas uma representada pelo Movimento Eu Quero é Mais e outra pelo Projeto Democrático e Popular, vencendo a primeira chapa.

¹¹⁵ A representação estudantil em ABEPSS veio a sanar um déficit no MESS que ficou desde 1995 com a extinção da Secretaria de Formação Profissional da ENESSO.

¹¹⁶ Esta reivindicação só foi se concretizar no VII ENPESS na UNB, 2000.

¹¹⁷ Carta esta aprovada do IX Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social em 1998/RJ.

O PDP agora oposição à direção política da ENESSO argumenta que a ENESSO não mais priorizava a discussão da Formação Profissional¹¹⁸ *“A nossa Executiva de curso – que agora completa seus onze anos – até seus dez anos de história teve um papel fundamental na discussão e construção de um projeto político de formação profissional”*. (Tese XXI ENESS, Projeto Democrático e Popular, 1999).

Entre 1999 a 2000, foi central na agenda do movimento a discussão do “Provão”, debatido no I Seminário de Avaliação Institucional em maio de 2000, organizado pelas Executivas e Federações de curso.

O encaminhamento do Movimento Estudantil em Serviço Social para o enfrentamento ao “Provão” teve como orientação à proposta do “Nota Zero¹¹⁹”. A ABEPSS tinha como orientação do seu Seminário Nacional que; *“Caso o Serviço Social tenha de realizar o Provão, indica-se que a ABEPSS, CFESS e ENESSO interfiram no processo de elaboração, fiscalização e avaliação das provas, com o objetivo de assegurar o projeto de formação profissional construído pela categoria, inclusive indicando os nomes para compor a comissão de elaboração das provas, se necessário”* (ABEPSS, 2000:176).

As ações diferenciadas para o enfrentamento do “Provão” ocasionaram a pressão estudantil para que a ABEPSS, posiciona-se pela proposta do “Nota Zero”, perpassando nos encontros regionais e no XXII ENESS Lins/SP 2000, na mesa sobre Avaliação Institucional, com a participação das entidades nacionais do Serviço Social. Segue abaixo alguns trechos desse debate no XXII ENESS:

“... a posição da ABEPSS em relação ao NOTA ZERO (...) [Temos] que respeitar o posicionamento e a especificidade de cada entidade; as entidades não são iguais, tem papéis diferenciados, elas têm posição diferenciadas, elas têm atribuições diferenciadas. Eu acho que definir que os alunos não vão fazer a prova e

¹¹⁸ No XXI CONESS 1999 em Mossoró/RN apontaram que o Movimento Estudantil em Serviço Social estava ficando muito político *“... o PDP argumenta que o ENESS estava ficando muito político, e a formação profissional estava perdendo espaço...”* (Documento, “Movimento de área”, Ádila Kariny, s/d).

¹¹⁹ A proposta do “NOTA ZERO” foi aprovada no XX ENESS São Luis/Maranhão, *“Construir no cotidiano das escolas uma campanha massifica de esclarecimento e mobilização dos estudantes para o enfrentamento ao Provão, tendo como indicativo a tática do “NOTA ZERO”, como forma de construir uma derrota à política de avaliação do MEC, com a participação dos três segmentos.”* (Deliberações do XX ENESS, 1999). Esta proposta consiste em; o estudante comparece no dia da prova e entrega em branco. Esta foi uma das estratégias que principalmente o movimento de área (Executivas e Federações de curso) encontraram para enfrentar o Provão. Um dos cursos que obteve um bom resultado com esta tática foi o Jornalismo através da ENECOS – Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação.

uma estratégia do movimento discente a gente tem que respeitar essa autonomia de cada movimento. Isso não significa que a gente não seja contra o Provão, mas a ABEPSS não é uma entidade de movimento docente, por exemplo como é o sindicato (...) agora se a estratégia não ao Provão, ZERO ao Provão, prova em branco ao Provão, é dos estudantes e a gente pode apoiar. A ABEPSS não pode, enquanto ABEPSS que congrega as unidades de ensino, dizer às unidades não envie a relação dos alunos para o MEC, nos não podemos fazer isso, por que? Porque primeiro as unidades vão se desfiliar da ABEPSS...” (Presidente da ABEPSS¹²⁰, XXI ENESS Lins/SP, 2000 – fita cassete).

“... a representante da ABEPSS falou, a respeito de respeitar autonomia das entidades eu concordo (...) eu acho que esse negócio de cada um ficar defendendo sua autonomia, enfraquece o movimento, porque o que acontece, cada um fica na sua defesa de autonomia, e não há apoio (...) se o movimento estudantil adota o NOTA ZERO...” (Intervenção de estudante, XXI ENESS Lins/SP, 2000 – fita cassete).

“... tomar a decisão pela NOTA ZERO ou qualquer outra decisão, para barrar o provão; qual é o peso dessa decisão para as categorias? Se a gente vai ter todo o apoio, como é que se da esta junção? Porque eu acredito que a gente não pode (...) a gente não tem pé, para estar carregando uma coisa sozinho, a gente tem que ter a união, ABEPSS, CFESS e ENESSO...” (Intervenção de estudante, XXI ENESS Lins/SP, 2000 – fita cassete).

“... ABEPSS não pode tomar uma ação que não é da ABEPSS enquanto instituição, é isso que eu quis dizer quando eu falei em autonomia das instituições, então eu quero que isso fique bem claro. Acho que existem coisas que são do âmbito de cada entidade e eu acho, por exemplo, que é muito complicado, o colega falou que não há apoio das entidades (...) as decisões dos estudantes, eu acho muito complicado (...) porque isso pode gerar coisas que eu ouvi na semana do Assistente Social, quando estive por ai [como:] a ABEPSS é favorável ao Provão; a ABEPSS aderiu ao Provão. Esse tipo de afirmação são afirmações muito

¹²⁰ Gestão da ABEPSS 1998/2000, presidente Ivanete Boschetti Ferreira.

descuidadas para não dizer levianas...” (Presidente da ABEPSS, XXI ENESS Lins/SP, 2000 – fita cassete)¹²¹.

Neste ENESS, há uma mudança no sistema de votação, depois de 21 anos, rompendo com o voto por escola, aprovando na leitura do Regimento Interno¹²², que o sistema de votação do encontro seria regido pelo voto universal.

A respeito disso é necessário resgatar que no II ENESS o processo de votação iniciou da seguinte forma “*art. 14 - Nas plenárias todos os estudantes de Serviço Social terão direito a voz. § ÚNICO - Cada escola terá direito a 3 (três) votos*” (Regimento Interno II ENESS 1979, Salvador/BA). Ao que tudo indica é a partir desse ENESS que se constitui o processo de votação nos ENESS’s, através do “Voto por Escola”; em que os estudantes realizam a votação, através da regra de três, para computar os três votos que a escola tem direito.

O regime de votação foi durante anos uma das divergências centrais entre os grupos políticos. O PDP sempre defendeu “*O VOTO POR ESCOLA OU VOTO PARITÁRIO garante: possibilidade de igualdade entre todas as escolas debate interno de propostas esclarecimentos e liberdade de exposição dos estudantes. O voto universal ao nosso ver não possibilita hoje uma participação efetiva e qualificada no ME.*” (Tese XXIV ENESS, Projeto Democrático e Popular, 2002).

Os setores da oposição¹²³, defendiam o voto universal “*... onde todos os estudantes de Serviço Social tem direito a voto (...) É importante ressaltar que os estudantes presentes no ENESS participam por conta própria, e não são escolhidos por suas bases, desta forma se torna incoerente um estudante votar por alguém que não o legítimo*”. (Barbosa, 1995:66). É necessário lembrar que na organização política da classe trabalhadora e dos estudantes sempre haverá a luta pelo processo democrático, no entanto, nessa perspectiva não podemos falar que há um modelo a ser seguido. A construção da democracia interna de cada movimento social,

¹²¹ Neste ENESS, os estudantes mantiveram a proposta do “NOTA ZERO”; “*Dar continuidade à política de esclarecimento sobre o Provão nas escolas, construindo a campanha do Nota 0, como forma de enfrentamento do Provão no Serviço Social; buscando articulação com as entidades da categoria e com as demais entidades do Movimento Estudantil (DCE’s CA’s/DA’s, Executivas/Federações, UNE) e assessoria jurídica.*” (Deliberações do XXII ENESS, Lins/SP 2000)

¹²² Em todos os encontros deliberativos do Movimento Estudantil em Serviço Social é feita a leitura do Regimento Interno do qual descreve/determina como irá reger/funcionar o encontro, sendo que este regimento aprovado e válido até o próximo encontro.

entidade ou organização se constrói a partir da realidade, das experiências e fundamentalmente pela opção que cada base social de um movimento escolhe.

Na revisão do estatuto da ENESSO, criam-se duas novas coordenações; a Coordenação de Movimentos Sociais e Coordenação de Relações Internacionais¹²⁴. Segundo os estudantes que fizeram a proposta “... incluir sete coordenadores, não apenas cinco, pois somos sete regiões e tendo cinco coordenadores fica até difícil a locomoção dos cinco coordenadores...” (Intervenção de estudante, XXII ENESS Lins/SP, 2000 – fita cassete). O que passou a vigorar a partir do XXIII ENESS 2001.

Neste ENESS, apresentaram-se duas teses “Mudar é querer sempre mais” – Eu Quero e Mais e “Indignação” – Projeto Democrático e Popular, no entanto apenas a Eu Quero e Mais apresenta chapa para a diretoria da ENESSO.

O Projeto Democrático e Popular aponta que os estudantes de Serviço Social perderam referência em sua entidade, apontando que o movimento Eu Quero é Mais, despolitizou o movimento; *“Há mais ou menos dez anos nós estávamos na direção da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social e durante todo este tempo nossa executiva era referência para todos os estudantes de Serviço Social todos sabiam o que era uma executiva e ela se fazia presente no cotidiano das escolas.*

Hoje a história é bem diferente, e não é só porque não estamos mais na executiva, com certeza há uma onda de despolitização da sociedade que é muito grande e com isso as pessoas se tornam cada vez mais individualistas, porém a força política que está hoje em nossa executiva contribui para aumentar esse processo de despolitização e desorganização de nosso movimento.” (Tese XXII ENESS, Projeto Democrático e Popular, 2000).

¹²³ Em relação à polêmica questão do sistema de votação nos encontros a Eu Quero é Mais “*Vale ressaltar que nosso movimento não é unânime em nenhum dos votos.*” (TESE XXI ENESS, Eu Quero é Mais, 1999).

¹²⁴ Segundo o estatuto da ENESSO, art 17e 18, **Compete ao Coordenador (a) de Movimentos Sociais:** a) garantir a articulação do Movimento Estudantil de Serviço Social com os demais movimentos sociais; b) ampliar e reforçar a importância da participação dos estudantes de Serviço Social em movimentos sociais; c) garantir que os movimentos sociais sejam um dos âmbitos de luta do Movimento Estudantil de Serviço Social; d) organizar e acompanhar a participação da ENESSO e entidades de base junto aos fóruns e entidades desses movimentos sociais. **Compete ao Coordenador (a) de Relações Internacionais:** a) articular o Movimento Estudantil de Serviço Social com outros movimentos estudantis e de trabalhadores da América Latina e de demais países; b) buscar formas de enfrentamento junto aos estudantes de outros países, ampliando as possibilidades de luta do Serviço Social, garantindo a perspectiva de totalidade; c) incentivar a participação nos fóruns internacionais de estudantes e da categoria do Serviço Social. (Estatuto da ENESSO, Brasília 2001).

No debate de chapas argumentam que, “... não uma Executiva que está só na entidade e não tem sua base para estar respaldando as decisões, a gente vem se indignando já há duas gestões (...) importância da nossa executiva nesse papel de estar no cotidiano, para a gente poder estar se capacitando, estar intervindo de forma capacitada e estar tendo acesso às informações, que muitas vezes acaba ficando encastelada, onde um único grupo a tem...” (Debate de chapas, XXII ENESS, Projeto Democrático e Popular, 2000 - fita cassete).

Em 2001 houve a re-discussão da questão sindical no Serviço Social, coincidindo com o surgimento da FENAS - Federação Nacional de Assistentes Sociais¹²⁵. Os estudantes debateram esta questão nos encontros “...na Revisão do Planejamento Estratégico da ENESSO, em Goiânia-GO (3 e 4/ fevereiro/2001), quando, com a colaboração de uma das integrantes da última gestão da ANAS - Associação Nacional dos Assistentes Sociais, discutimos o Tema. O mesmo procedeu no ERESS/ 7ª região, em abril/2001, SP; no XXIII CONESS, em maio/2001, Aracaju-SE; e no próximo XXIII ENESS, jul/2001, Brasília-DF...” (Jornal da ENESSO 3º edição, julho de 2001). E ainda temos a publicação de um artigo especial no jornal da ENESSO, 2º edição de maio de 2001

Este debate criou tensões entre a ENESSO¹²⁶ e principalmente com o CFESS¹²⁷, visto que desde o VII CBAS o grupo dos cinco sindicatos, coloca que estavam sendo alijados e excluídos da discussão da categoria nos encontros nacionais CFESS/CRESS. Este debate estendeu-se até o X CBAS¹²⁸.

¹²⁵ No final de novembro de 2000, realizou-se uma Assembléia Nacional Sindical Pró-federação dos Assistentes Sociais, com a presença de cinco sindicatos de Assistentes Sociais (Alagoas, Rio de Janeiro, Ceará, Caxias do Sul e Rio Grande do Sul) com a participação de menos de 100 pessoas e 40 delegados, nesta Assembléia foi criada a FENAS – Federação Nacional de Assistentes Sociais.

¹²⁶ A este debate os estudantes de Serviço Social no XIII ENESS deliberaram que; “Fomentar junto aos estudantes o debate sobre o Serviço Social e Sindicalismo, garantindo a discussão sobre a polêmica sindicalismo por ramo X sindicalismo por categoria na perspectiva classista, bem como o surgimento da FENAS. Não reconhecimento da FENAS como entidade que representa e organiza sindicalmente os Assistentes Sociais, dadas às condições políticas e de legitimidade pela qual foi construída. Porém entendemos que a FENAS contribui para o debate sobre a organização política e sindical dos Assistentes Sociais” (Deliberações do XXII ENESS, Brasília 2001, eixo Formação Profissional).

¹²⁷ Em relação à construção da FENAS o CFESS “Em respeito a esse debate pensamos que um movimento numa outra direção merece uma construção mais coletiva e representativa no âmbito do projeto ético-político da profissão” (Carta do CFESS a Assembléia Nacional Sindical Pró-federação dos Assistentes Sociais, novembro de 2000).

¹²⁸ No X CBAS foi organizado uma mesa para discutir a questão do sindicalismo no Serviço Social, a mesa foi composta pela FENAS, por uma representante da CNTSS – Confederação Nacional dos Trabalhadores em

Na organização do X CBAS aprofundou-se o conflito entre a ENESSO e o CFESS, pois a ENESSO questionava o valor¹²⁹ do congresso principalmente para os estudantes e no XXIII CONESS 2001 este debate agitou o encontro, resultando em ofício do CRESS 18ª ao CFESS;

“... a coordenadora geral da ENESSO e duas outras estudantes da UERJ compõem a comissão organizadora. As mesmas esclareciam à platéia sobre o processo de organização do evento argumentando que o alto custo do mesmo, refletido no valor da taxa de inscrição, era devido a opções da comissão organizadora, relativos a itens da infra-estrutura. Diziam que por ocasião destas definições a ENESSO enquanto representante dos interesses dos estudantes – tentava argumentar no sentido de diminuir os custos para baratear o valor da inscrição, mas que era sempre voto vencido porque a comissão organizadora é composta de 03 entidades representadas por profissionais e 01 por estudantes (...) em votação duas propostas 1) que a ENESSO encaminhe um abaixo-assinado em repúdio ao valor da taxa de inscrição; 2) que a ENESSO organize um “acampamento” dos estudantes no CBAS. A primeira proposta foi aprovada, a segunda foi remetida para discussão no próximo ENESS (julho) (...) Ao final deste relato gostaria de relatar duas questões. A primeira delas diz respeito a omissão da ENESSO diante de afirmações como está e outras que não presenciei, mas que me foram relatadas por estudantes...” (Ofício nº028/2001 CRESS 18ª Região/SE, Aracaju, 29 de maio de 2001).

Neste momento consolidou-se a “Campanha Pela Redução das Mensalidades”, devido o aumento abusivo das mensalidades nas universidades particulares, política em curso desde o XIX ENESS 1999. Acenando reivindicações específicas das universidades/faculdades particulares e a defesa do ensino público e gratuito. Em 2001¹³⁰ esta luta cresce com a organização de textos no jornal da ENESSO e nos debates dos encontros estudantis.

Seguridade Social e pela prof. Maria Beatriz Abramides, o debate se transformou em uma disputa entre a FENAS e o CFESS, do qual acabou esfriando o debate caloroso que estava se processando.

¹²⁹ No XXIII ENESS realizado em julho de 2001, os estudantes deliberam; *“Contra o alto custo das inscrições nos Fóruns da Categoria Profissional, (CBAS, ENPESS, etc.) que impedem a participação expressiva dos estudantes e profissionais em Serviço Social. Pela ampliação da participação dos estudantes e profissionais nestes Fóruns!”* (Deliberações do XXII ENESS, Brasília 2001, eixo Formação Profissional).

¹³⁰ No XXIII ENESS temos as seguintes deliberações; *“Não ao FIES! Verbas públicas para universidades públicas. Encampar a luta pela bolsa-doação financiada pelas próprias universidades privadas; Pela defesa dos estudantes inadimplentes. Que suas dívidas sejam negociadas com as universidades e não com empresas*

A política de comunicação da ENESSO passou por uma reorganização e ampliação com a publicação dos jornais, que ganham qualidade gráfica e de conteúdo, criação de adesivos, camisetas das bandeiras de lutas, a produção de relatórios e material didático e a criação de uma lista de discussão na internet, (executivamess@yahoogrupos.com.br¹³¹), ampliando assim a base de comunicação da ENESSO.

No XXIII ENESS 2001 apresentaram-se duas teses; Projeto Democrático e Popular e Movimento Eu Quero é Mais. Sendo somente a última a apresentar chapa, formada pelos estudantes da UNB, UFMT e UCG. Na revisão do estatuto, devido à polêmica no ENESS de 2000, em relação à aclamação de chapa única foi incluído no estatuto¹³² o *“Parágrafo Único – Caso a chapa não obtenha 50% mais um (01) dos votos, será submetido à plenária o novo processo de eleição dos inscritos presentes.”*.

Em novembro de 2001 aconteceu o X CBAS e os conflitos em torno do valor da inscrição, foram retomados durante o evento, através de abaixo assinado¹³³ pela internet, apresentado à comissão organizadora do X CBAS. Durante o encontro, um pequeno grupo de estudantes denunciou o valor da inscrição, através de uma panfletagem e cartazes. A ENESSO por sua vez seguiu a deliberação de seu Planejamento Estratégico; *“... a executiva deverá mediar as discussões, porém cabe a base sustentar e encaminhar a discussão”*.

terceirizadas; Revogação da Lei de Mensalidades (Lei 9870/99) que autoriza o aumento das mensalidades. Fim do convênio da UNE com o PROCON: MOVIMENTO ESTUDANTIL NÃO SE FAZ DE PORTAS FECHADAS! Redução Já !! Educação não é Mercadoria!” (Deliberações do XXII ENESS, Brasília 2001).

¹³¹ O grupo surgiu como uma deliberação do Planejamento Estratégico Nacional da ENESSO Gestão: COMPROMISSO E RESISTÊNCIA 00/01. Existem atualmente na internet vários grupos de discussão, que funcionam da seguinte maneira; são cadastrados os e-mails dos estudantes. Quando um estudante envia um e-mail para o executivamess, todos os estudantes cadastrados recebem automaticamente a mensagem. A criação desta lista vem facilitando a organização do Movimento Estudantil em Serviço Social em três sentidos; primeiro e um espaço de debate virtual; segundo as informações sobre as atividades e encontros são disponibilizadas na lista de discussão economizando tempo, dinheiro e terceiro facilitou a organização estudantil em um país que tem dimensões continentais.

¹³² Na revisão do Estatuto ocorreu mais uma alteração *“Art. 3 Este Estatuto será revisto a cada 3 anos, salvo mediante solicitação de pelo menos 1/3 das Escolas ou pela ENESSO, extraordinariamente.”* (Estatuto da ENESSO, Brasília 2001). Esta alteração foi incluída devido ao prolongamento da plenária final dos encontros.

¹³³ *“...Com base das questões levantadas acima, nos dirigimos à comissão organizadora do X CBAS (composta pelas entidades: CFESS, ABEPSS, ENESSO e CRESS 7ª região) para que possamos contribuir com esses debates, mas é necessário discutimos à participação dos estudantes e isso diz respeito ao valor do qual já mencionamos, ele não é o mais importante, porém se configura como impedimento para a participação. Pensamos que para o X CBAS os estudantes poderiam participar sem nenhum custo...”* (CARTA - MANIFESTO DOS ESTUDANTES À COMISSÃO ORGANIZADORA DO X-CBAS, OUTUBRO DE 2001).

Entre 2001 a 2002, uma das principais atividades foi à organização do Plebiscito do Provão¹³⁴ organizada pelas Executivas e Federações de cursos; no qual a ENESSO¹³⁵ “... compondo a Coordenação Nacional (...) esteve presente em todas as reuniões da Coordenação Nacional do Plebiscito, apesar das dificuldades” (Serviço de Comunicação da ENESSO-2º edição / Março de 2002 - Gestão 01/02 “Na Luta Pela Transformação Não Há Limite”).

A relação com as entidades da categoria sobre o “Provão” tornou-se amena, visto que, a gestão da ABEPSS 2001-2002, abriu um diálogo respeitando a autonomia estudantil. Na realização do Fórum Nacional Sobre Avaliação Institucional dos Cursos de Serviço Social a ENESSO participou na mesa do debate; “Os convites a ENESSO, ao INEP/MEC vêm nesse sentido, de abrir arenas políticas para que os sujeitos envolvidos nesse processo possam surgir, em suas diferenças,

¹³⁴ “A idéia de um plebiscito sobre o Provão vem sendo construído desde 2000, e tomou fôlego e formato a partir de maio de 2001 onde se realizou o ENEX – Encontro Nacional de Executivas e Federações em Botucatu/SP, e a partir de setembro com o I Fórum Nacional de Articulação do Plebiscito do Provão na UFF-Niterói o plebiscito já estava mais que consolidado a sua idéia e aí se partiu para os fóruns regionais para a articulação do plebiscito do provão.” (Serviço de Comunicação da ENESSO-2º edição / Março de 2002 - Gestão 01/02 “Na Luta Pela Transformação Não Há Limite”). Onde foram feitas 03 questões; Você concorda com a política do MEC de desobrigação do Estado da educação pública e gratuita?; Você concorda que as instituições de ensino superior sejam avaliadas dessa forma?; Você concorda com a vinculação do recebimento do diploma à obrigação de comparecer ao provão? Os resultados do plebiscito demonstram a rejeição pelos estudantes ao Provão, segundo dados fornecidos pela coordenação nacional, 96,3% dos votantes não concordam com a política do MEC de desobrigação do estado da educação; 87,5% não concordam que as universidades sejam avaliadas dessa forma e 92,6% não concordam que o recebimento do diploma esteja vinculado ao comparecimento ao provão.

¹³⁵ Neste mesmo ano, no jornal da ENESSO é publicado um artigo que sintetizava a trajetória do MESS contra o Provão “... no ano de 1998 onde no IX Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social se realizou o I Fórum Nacional sobre do provão, do qual em 1999 no XXI ENESS – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social no Maranhão os estudantes apontaram a tática do “NOTA ZERO” que consiste em o estudante comparecer no dia da prova e entrega-la em branco.

Em 2000 este debate continuou no XXII ENESS em Lins/SP com a realização de uma mesa específica sobre a avaliação, com a presença das entidades da categoria CFESS – Conselho Federal de Serviço Social e a ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social do qual evidenciou posições diferenciadas de enfrentamento ao provão das entidades profissionais, no entanto comum acordo da necessidade de uma avaliação que realmente atendesse a sociedade e a universidade.”

Em 2000 ainda foi realizado o X SMNFPMESS em Vitória/ES que privilegiou a temática do provão no sentido de aprofundar o debate e apontar alternativas ao provão, em 2001 no XXIII ENESS em Brasília/DF os estudantes mais uma vez ratificaram sua posição ao provão e colocando a estratégia do “NOTA ZERO” como enfrentamento ao provão e apontando a construção do Plebiscito Nacional em conjunto com as demais Executivas e Federações de curso, dessa forma os estudantes de Serviço Social através de sua entidade a ENESSO vem buscando e acumulando reflexões à temática do provão, e uma posição de enfrentamento através da “NOTA ZERO” (Serviço de Comunicação da ENESSO-2º edição / Março de 2002 - Gestão 01/02 “Na Luta Pela Transformação Não Há Limite”).

como interlocutores capazes de darem direção e formularem rumos para a avaliação institucional.” (Cassab¹³⁶, 2001:63).

Os estudantes entre 2002¹³⁷ ganham mais uma mecanismo de comunicação com a criação da página da ENESSO (www.enessomess.hpg.com.br), consolidando a política de comunicação.

O XI SNFPMESS em 2001, realizado na UFSC com o tema “As diretrizes Curriculares e a Formação Profissional do Assistente Social para o mercado de trabalho”, com os trabalhos voltados para a discussão das diretrizes curriculares¹³⁸, aprovada pela ABEPSS em 1996. A representação estudantil em ABEPSS teve papel fundamental nesse encontro, demonstrando que a criação dessa representação constituiu parceira fundamental nas atividades da ENESSO¹³⁹.

Historicamente a política financeira da ENESSO sempre foi precária; pois é baseada pelo superávit dos encontros e principalmente pelo pagamento das anuidades das escolas¹⁴⁰. A gestão 2001/2002 passou por profundas dificuldades;

¹³⁶ Presidente da ABEPSS gestão 2001-2002.

¹³⁷ Chamamos atenção que a partir da gestão 2001/2002 a comunicação da ENESSO começa a ficar boa parte pela internet, sabemos das dificuldades que as gestões tem de enviar documentos, relatórios, etc, no entanto, podemos estar assistindo o "esvaziamento" dos documentos da entidade. Mesmo que esses documentos possam ser resgatados no grupo de discussão "executivamess", que dá um enorme trabalho. Porém correremos um risco, pois não sabemos se o grupo de discussão possa ser extinto da internet.

De outro lado também além material que é enviado ao grupo de discussão não sabe-se se os CA's e DA's, estão imprimindo e arquivando, e o que teremos serão arquivos pessoais, só que isto trará um prejuízo aos demais estudantes que venham a procurar fazer qualquer tipo de pesquisa e consulta. Sendo assim além de um possível esvaziamento dos arquivos da ENESSO teríamos também o esvaziamento dos acervos dos D.A's e C.A's.

¹³⁸ Neste ano a aprovação das diretrizes curriculares da ABEPSS completava cinco anos

¹³⁹ A relação política da ENESSO com as representações estudantis em ABEPSS resultou em seu reconhecimento no estatuto da ENESSO. Na revisão do estatuto em 2000 no “**Art. 33** As representantes estudantis em ABEPSS são colaboradores políticos permanentes na Comissão Organizadora dos eventos regionais e nacionais, estando incluídas nas isenções do Artigo 20 e responsabilidades previstas no Artigo 21 desse Estatuto”. E na revisão de 2001 no “**Art. 21 alínea c)** repasse do lucro líquido do SNFPMESS (**alínea d)** SRFPMESS) a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 30% para a ENESSO, sendo 15% para a Coordenação Nacional e 15% para a Coordenação Regional, 10% para a Representação Estudantil em ABEPSS Nacional (**alínea d)** Regional) e 60% para a escola sede;” (Estatuto da ENESSO Brasília, 2001)

¹⁴⁰ A política financeira da ENESSO é definida da seguinte forma “**Art. 21** Compõem as finanças da ENESSO: **a)** uma anuidade, paga pelas entidades de base, preferencialmente, direto a Coordenação de Finanças, no valor equivalente ao salário mínimo vigente no país, da seguinte forma: 50% no ENESS e 50% até o Seminário de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, nacional ou regional, sendo 50% para a Coordenação Nacional e 50% para a Coordenação Regional; **b)** repasse do lucro líquido do ENESS, CONESS e ERESS, a ser feito pela escola sede e divididos da seguinte forma: 40% para ENESSO, sendo 20% para a Coordenação Nacional e 20% para a Coordenação Regional, e 60% para a escola sede, no prazo de 30 dias após a realização de cada evento; **c)** repasse do lucro líquido do SNFPMESS a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 30% para a ENESSO, sendo 15% para a Coordenação Nacional e

“No Brasil temos cerca de 80 escolas de Serviço Social, se todas estivessem em dia com a anuidade a ENESSO não teria problemas de locomoção para os encontros e visitas às escolas, podendo construir nacionalmente a unidade do MESS. Se todas as escolas contribuíssem com anuidade a ENESSO contaria em média com R\$ 14,400 (quatorze mil e quatrocentos reais) que seria dividido entre a Nacional e Regionais, proporcionando uma estabilidade e autonomia financeira. No entanto, está não é a realidade” (Por que pagar a anuidade? ENESSO/ Gestão 01/02 “Não Luta pela Transformação não há Limites”).

Este é um quadro com o qual todas as gestões da ENESSO conviveram; inúmeras campanhas financeiras foram realizadas como; a produção de matérias para venda e o pagamento das anuidades, mas nunca obteve resultado efetivo. Dessa forma, a ENESSO sempre contou com a contribuição financeira¹⁴¹ e material de C.A's, D.A's, DCE's, entidades da categoria¹⁴² CFESS/CRESS e ABEPSS, entidades universitárias como sindicatos, departamentos de Serviço Social, reitorias, etc., porém mesmo neste quadro preservou sua autonomia e independência *“Neste sentido, é preciso entender que a ENESSO não é uma empresa ou instituição com fins lucrativos, necessita da contribuição financeira dos estudantes para poder atuar com autonomia e independência com relação à universidades, empresas ou partidos políticos, tendo seus interesses voltados às demandas estudantis...”* (Jornal ENESSO 3º ed. Julho de 2001).

As disputas em torno da direção política da ENESSO entre 2000 a 2002, ocorreram sem tensões visto que a oposição entende que *“... o Movimento Estudantil em Serviço Social sofre também os mesmos reflexos de toda esta conjuntura que apontamos, vemos a desmobilização no movimento estudantil, que certamente não é responsabilidade somente de uma corrente política que da a direção..”* (Tese XXIV ENESS, Projeto Democrático e Popular 2002).

15% para a Coordenação Regional, 10% para a Representação Estudantil em ABEPSS Nacional e 60% para a escola sede;” (Estatuto da ENESSO Brasília 2001).

¹⁴¹ E até mesmo do bolso dos diretores da SESSUNE/ENESSO.

¹⁴² A relação política da ENESSO com as entidades da categoria ao longo da história vem resultando em ações conjuntas politicamente e também em ajuda financeira principalmente do CFESS, pelo que sabemos a partir de 1997 é criado um convenio financeiro entre a ENESSO e o CFESS na forma de passagens (áreas ou rodoviárias) para a locomoção da ENESSO em suas atividades, no entanto, a partir de 1998 este convenio vem reduzindo seu valor, chegando em 2001 não haver a sua renovação, dessa forma, a gestão 2001-2002 contou apenas com seus recursos próprios proveniente dos encontros, das anuidades e contribuição de C.A's, D.A's.

No XXIV ENESS 2002¹⁴³, Rio de Janeiro, depois de duas gestões da ENESSO sem disputa de chapas, houve a apresentação de duas; “Na Luta e na Ação eu Quero é Mais Transformação”, representada pelo grupo político Eu Quero é Mais e “É Preciso estar Atento e Forte”, representada pelo grupo político Projeto Democrático e Popular, vencendo a chapa “Na Luta e na Ação eu Quero é Mais Transformação”.

3.3 - As respostas do Movimento Estudantil em Serviço Social: a reforma do ensino superior

Como já descrevemos a Reforma do Ensino Superior tem como marco principal à nova LDB de 1996 e seu norte privatista e mercadológico. Seria a nos prepotência analisar “*As Respostas do Movimento Estudantil em Serviço Social: a Reforma do Ensino Superior*”, no âmbito do movimento estudantil, sem considerar a dinâmica geral do movimento estudantil como um todo, no entanto, o título acima expressa somente a tentativa de particularizar as principais ações do Movimento Estudantil em Serviço Social.

Durante o período que se gestou a Reforma do Ensino Superior as respostas da UNE acabaram se transformando em ações sem qualquer expressividade, devido à sua crise de legitimidade que já tratamos. Dessa forma, as respostas acabaram se dando de forma localizada, efetivadas na base concreta do movimento estudantil, através dos C.A's, D.A's e DCE's.

A UNE não conseguiu nem mesmo ser um instrumento sócio-ideo-político educativo para os estudantes, o segmento estudantil que conseguiu expressar este instrumento foram as Executivas/Federações de cursos, como não possuem o “aparelho” ficaram longe da hegemonização dos partidos e da disputa partidária.

¹⁴³ Este ENESS é marcado pelo debate contra a **ALCA** – Área do Livre Comércio das Américas – uma política do imperialismo ianque (EUA), idealizado pelo governo norte-americano, que em dezembro de 1994, durante a 1º Cúpula das Américas da qual participaram 33 países do continente americano, tal proposta de tratado comercial pretende englobar todos os países americanos. Este é um projeto que privilegia os Estados Unidos, em detrimento das economias da América Latina e Caribe, aprofundando o nível de dependência dos países das Américas. Debate este que se inicia desde o XXIII ENESS em Brasília e no XXIV ENESS a ENESSO produz textos e adesivos contra a ALCA, e no ato público em frente da embaixada dos EUA no Rio de Janeiro. Os estudantes de Serviço Social irão se posicionar juntamente com os partidos, sindicatos e movimentos sociais na luta contra a ALCA.

Neste caso a ENESSO devido a sua própria natureza, como as demais executivas, veio a constituir este instrumento educativo. Iremos destacar as deliberações dos ENESS's no período da Reforma do Ensino Superior:

Deliberações do ENESS 1997:

✓ Em defesa da Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade garantindo os interesses e acesso das classes populares.

✓ Construir a luta unificada ente UNE, ANDES e FASUBRA, contra a Reforma Educacional proposta pelo governo (PEC 370, LDB de Darcy Ribeiro e Avaliação Institucional), fomentando uma greve dos três segmentos, articulado a uma greve geral dos trabalhadores.

✓ Construir um processo de eleição alternativo aos 70% (aprovado pela LDB), respeitando a decisão da comunidade acadêmica entre o voto paritário e ou universal, mantendo a consulta historicamente realizada pelos segmentos da Universidade.

✓ Contra o provão de fim de curso e pela anulação dos já realizados, construindo uma avaliação institucional alternativa, eficiente e democrática com outras entidades (ANDES, UNE, ABESS, CFESS...), que leve conta à totalidade da Universidade (pesquisa, ensino, extensão, etc.), denunciando as escolas particulares que privilegiam a capacitação em detrimento do ensino de qualidade.

✓ Lutar pela garantia da política de Assistência Estudantil e sua ampliação para as Universidades públicas e privadas (verbas para moradia, bolsa de estudo, restaurante universitário, etc.).

✓ Contra a privatização das Universidades e a favor do cancelamento das privatizações já em curso.

✓ Exigir que o governo e as entidades organizadas em defesa da educação exerçam uma fiscalização sobre as políticas de bolsa de ensino nas Universidades privadas.

✓ Por uma LDB construída por entidades verdadeiramente

comprometidas com a educação (UNE, ANDES, FASUBRA).

✓ Exigir o acesso público às planilhas de custo para que estas sejam regulamentadas e fiscalizadas pela comunidade acadêmica.

Deliberações do ENESS de 1998

✓ Pela defesa da universidade pública gratuita, democrática, de qualidade e laica.

✓ Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

✓ Autonomia política, científica, financeira, administrativa e pedagógica, garantindo a responsabilidade do Estado pelo financiamento das IES públicas

✓ Articulação com a ANDES e FASUBRA na luta pela implementação da proposta alternativa de avaliação construída pelas mesmas.

✓ Eleições diretas e paritária em todas as instâncias deliberativas da Universidade Pública e Privada (reitoria, departamentos, órgãos colegiados, etc.).

✓ Ensino, pública, gratuito e de qualidade em todos os níveis.

✓ Contra o sistema de avaliação por produtividade (pagamento por tarefas).

✓ Contribuir com a luta pelo fim do ensino privado, reafirmando a defesa, construção e universalização do ensino público, gratuito, democratização e de qualidade.

✓ Criação de mecanismos legais de reajuste das mensalidades.

✓ Ampliação do número de alunos atendidos pelo CREDUC sem utilização dos recursos para o ensino público.

Deliberações ENESS 1999

✓ Pela universidade pública, gratuita, democrática, popular, laica

de qualidade com compromisso social e de acesso a todos.

✓ Pela auto-aplicidade da autonomia universitária aos moldes do artigo 207 da Constituição de 88. Contra as fundações que possuem uma política de captação de recursos não provenientes da união nas instituições de ensino superior.

✓ Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, lutando pela dedicação exclusiva do corpo docente.

✓ Contra a reforma educacional que o governo neoliberal impõe.

✓ Contra a implementação da lei 9192, garantindo consultas democráticas à comunidade acadêmica através do voto universal ou paritário. Que os colégios eleitorais e o MEC respeitem a opção da comunidade “reitor eleito, reitor empossado!”.

✓ Não ao Provão e as políticas neoliberais de FHC, diante de toda a opressão que tais políticas impelem à população brasileira. Por uma ampla articulação das Executivas/Federações de cursos em conjunto com a UNE contra o Provão e pela construção de um projeto alternativo de avaliação construído pelo movimento universitário.

✓ Mais verbas as universidades públicas. Abaixo os cortes!

✓ Contra todo e qualquer processo de sucateamento, depreciação e privatização das universidades públicas.

✓ Não à cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Contra a cobrança de qualquer espécie de taxa. Nós não vamos pagar nada!

✓ Ampliação das vagas nas universidades públicas.

✓ Abertura de concursos públicos para docentes e técnico-administrativos nas universidades públicas. Contra a política de terceirização e precarização das relações de trabalho dos docentes e técnico-administrativo das universidades.

✓ Construção de uma política nacional de assistência estudantil no ensino superior e luta pela mesma, como forma de garantir uma formação profissional de qualidade.

✓ Defesa e ampliação das bolsas de pesquisa e extensão da graduação e da pós-graduação e contra o uso do investimento das mesmas como bolsa de trabalho nas universidades pública e privadas.

✓ Ampliar e fortalecer uma política de extensão universitária continuada no MESS com qualidade e compromisso com os movimentos sociais organizados (MST, negros, mulheres, sem-teto, etc.) tendo por objetivo a transformação social, como o estágio de vivência que já vem sendo implementado e alguns Estados. Política de extensão não é captação de recursos.

✓ Defesa dos estudantes inadimplentes das escolas privadas.

✓ Que as dívidas dos estudantes das universidades particulares sejam negociadas entre as instituições universitárias e o próprio estudante, ou seja, que a tercerização seja proibida.

✓ Redução das mensalidades já! Indicar aos C.A's e D.A's das universidades privadas a abertura das planilhas de custo e a realização de perícia judicial.

✓ Contra a cobrança abusiva de taxas nas universidades particulares.

✓ Contra os repasses dos encargos previdenciários das universidades que perderam o caráter filantrópico para os estudantes.

✓ Substituição do financiamento do CREDUC pelo auto-financiamento da própria universidade privada, com manutenção do crédito aos estudantes que o utilizam até o final de sua formação profissional. Utilizando da verba pública para ampliação do acesso ao ensino superior público. Democratização das verbas da gestão do CREDUC auto-financiado com controle social.

Deliberações ENESS 2000

✓ Pela construção defesa e fortalecimento da universidade pública, gratuita, democrática, laica de qualidade de acesso a todos e

comprometida com os interesses populares. Contra a reforma educacional do governo FHC e os Bancos Multilaterais.

✓ Pela construção e defesa de uma política de extensão universitária continuada, comprometida com os movimentos sociais organizados com a perspectiva de uma sociedade socialista.

✓ Mais verbas para as universidades públicas. Não à cobrança de mensalidades ou qualquer espécie de taxas (serviços, pós-graduação etc.). Abertura de concursos públicos para docentes e técnicos-administrativos. Contra o sucateamento, privatização e terceirização das universidades públicas.

✓ Nem um estudante fora da universidade por inadimplência nas particulares. Que suas dívidas sejam negociadas diretamente com a instituição de ensino, e não com empresas particulares.

✓ Pela Redução Já!! Das mensalidades contra qualquer tipo de taxa para as universidades públicas e taxas abusivas para as universidades particulares.

✓ Não ao Fies! Verba pública para as universidades públicas. Contra o repasse para as particulares. Por uma verdadeira política de bolsa financiada pela universidade. Encampar a campanha da bolsa doação, garantindo a estes estudantes condições de qualidade de ensino e conclusão de curso.

✓ Pela construção de uma política nacional de assistência estudantil e luta pela mesma.

✓ Contra o projeto de autonomia universitária do governo FHC, pela auto-aplicabilidade da autonomia universitária aos moldes do artigo 207 da CF/88.

✓ Contra os ataques às universidades propostas pela nova LDB. Contra os cursos seqüenciais de formação específica e lutar pela paridade nos colegiados e comissões das universidades.

✓ Contra a implementação da Lei 9.192. Eleições diretas para dirigentes e órgãos colegiados das universidades públicas e privadas,

adotando taticamente a paridade, rumo ao voto universal. Respeito às decisões da comunidade.

✓ Não ao Provão. Por uma mobilização do movimento universitário para a construção e luta de um projeto alternativo de avaliação institucional, coma direção teórico-metodológica do curso de S.S.

✓ Criação e ampliação dos cursos noturnos, sem o fechamento de outros turnos e sem comprometer a qualidade da formação profissional.

✓ Contra a reforma da previdência do governo, devido aos seus rebatimentos nas instituições de ensino público, que impõe aposentadoria dos seus profissionais no auge de seu desenvolvimento acadêmico e científico.

✓ Ampliação das vagas nas universidades públicas.

✓ Por uma política de extensão universitária de qualidade e compromisso com os movimentos sociais, na perspectiva de um projeto societário socialista.

Deliberações ENESS 2001

✓ Defesa da função social da universidade e da indissociabilidade do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Contra os cursos seqüenciais Em defesa dos mestrados acadêmicos (com dissertação), contra os mestrados profissionalizantes. Defesa da especialização e residência universitária. Por uma política de extensão universitária comprometida com os interesses dos trabalhadores visando a transformação social. Em defesa do ensino público, gratuito, democrático e de qualidade, comprometido com os interesses dos trabalhadores e segmentos populares.

✓ Desenvolver uma campanha, junto a ABEPSS, de combate aos cursos seqüenciais no Serviço Social.

✓ Em defesa do ensino laico nas instituições de ensino superior, separado do ensino religioso. Em defesa da universidade publica com autonomia didático-pedagógica e com financiamento público.

✓ Contra o projeto de autonomia universitária do MEC, pela auto-

aplicabilidade do art. 207 da CF/1988. Contra a reforma educacional promovida pelo governo FHC, em defesa de uma LDB construída pelos segmentos sociais e populares.

✓ Pela garantia e expansão das bolsas CAPES/CNPq, bolsas estaduais e de iniciação científica, contra a limitação de idade e qualquer outro critério de exclusão para a obtenção das bolsas. Defesa e ampliação dos PET's (Programas Especiais de Treinamento) de bolsas de extensão e pesquisa.

✓ Lutar pela ampliação de bolsas de pesquisa e extensão como meio de proporcionar aos estudantes o estímulo a pesquisa e a prática investigativa.

✓ Construção de uma diretriz nacional de política de assistência ao estudante (bolsa, moradia, alimentação) a todos que necessitem. Nas universidades públicas, financiadas por recursos públicos; nas universidades particulares, pelas mesmas.

✓ Não ao FIES! Verbas públicas para universidades públicas. Encampar a luta pela bolsa-doação financiada pelas próprias universidades privadas.

✓ Pela defesa dos estudantes inadimplentes. Que suas dívidas sejam negociadas com as universidades e não com empresas terceirizadas.

✓ Revogação da Lei de Mensalidades (Lei 9870/99) que autoriza o aumento das mensalidades. Fim do convênio da UNE com o PROCON: MOVIMENTO ESTUDANTIL NÃO SE FAZ DE PORTAS FECHADAS! Educação não é mercadoria!

✓ Contra a avaliação institucional promovida pelo governo FHC, através do Provão. Não ao provão Pela mobilização da comunidade universitária com o objetivo de construir um projeto alternativo de avaliação.

✓ Dar continuidade à campanha "POR UMA AVALIAÇÃO DE VERDADE. PROVÃO SERVIÇO SOCIAL NÃO FAZ", utilizando a tática do Nota Zero como forma de enfrentamento ao Provão no Serviço Social, confeccionando etiquetas com a frase da campanha para serem colocados na

folha da prova. Buscando envolver nesta campanha as entidades da categoria e as demais entidades do ME (UNE, UEE's, DCE's, Executivas/Federações de Curso). Contra a política de premiação de bolsas CAPES mediante o conceito bom no Provão, assim como, a colocação da nota do Provão no diploma. Participação no Plebiscito construído em conjunto com as demais Executivas/Federações de Curso;

- ✓ Buscar assessoria técnica junto a profissionais especializados de modo a construir um ante-projeto de avaliação institucional para o curso de Serviço Social;

- ✓ Combater a política governamental de abertura indiscriminada de novas universidades privadas.

Deliberações ENESS 2002

- ✓ Pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, comprometida com os interesses dos movimentos sociais e populares.

- ✓ Contra a reforma educacional do governo neoliberal. Campanha em defesa da gratuidade do ensino. Fim das taxas. Em defesa do ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade social para todos e em todos os níveis, comprometidos com os interesses dos trabalhadores e segmentos populares.

- ✓ Não ao FIES e aos CREDUC's estaduais! Verbas públicas para universidades públicas. Encampar a luta da bolsa doação financiada pela própria Instituição de Ensino Superior (IES), como alternativa de substituição aos financiamentos estudantis.

- ✓ Contra o projeto de autonomia universitária do MEC, encabeçado pela ANDIFES, pela auto-aplicabilidade do art. 207 da CF/1988, contra o corte de verbas para Universidades Públicas.

- ✓ Não ao fechamento ou privatização das moradias estudantis e RU's. Construção de uma diretriz nacional de política de assistência ao estudante. Nas universidades públicas financiadas por recursos públicos; nas particulares, pelas próprias universidades.

- ✓ Contra o sucateamento, privatização, terceirização e cobrança de taxas e mensalidades nas universidades públicas, mais verbas para as mesmas. Pelo cumprimento do acordo realizado com o governo durante a greve das federais para a contratação de docentes e técnicos administrativos, contra a contratação de professores substitutos e da substituição docente por pós-graduandos.
- ✓ Contra os cursos pagos nas universidades públicas e as fundações privadas e públicas.
- ✓ Contra os mestrados profissionalizantes (sem tese) e pela gratuidade nos cursos de pós-graduação.
- ✓ Contra os cortes das bolsas de pesquisa e extensão. Luta pelo aumento de número de bolsas Capes, Cnpq, PIBIC e Fundações de Amparo à pesquisa e ao ensino. Contra o limite de idade ao acesso às bolsas de pesquisa e qualquer forma de exclusão e discriminação do processo seletivo.
- ✓ Contra o Provão. Por uma avaliação da universidade elaborada em conjunto com entidades profissionais do setor da educação e representantes estudantis, que leve em consideração todo o processo educacional.
- ✓ Manutenção dos PET's (Programa Especial de Treinamento) nos moldes em que foram originalmente criados pela CAPES.
- ✓ Contra o decreto que reduz as verbas das universidades públicas.
- ✓ Dar continuidade à campanha "Por uma avaliação de verdade: Provão, Serviço Social não faz!", utilizando a tática da Nota Zero como forma de enfrentamento ao Provão no Serviço Social. Buscar envolver nesta campanha a entidades da categoria e as demais entidades do ME (UNE, UEE's, DCE's, CA's, DA's, Executivas/Federações de Curso). Que a ENESSO construa junto ao Fórum de Executivas/Federações de Curso e a UNE o Seminário de Avaliação Institucional – SAI – que ocorrerá no Fórum Mundial de Educação.

Podemos verificar que as lutas dos estudantes de Serviço Social contra a Reforma do Ensino Superior que permearam todo este período destacam-se nos seguintes pontos; a defesa do ensino público e gratuito, contra a reforma educacional neoliberal e por uma nova LDB, defesa da autonomia universitária conforme o art. 207 da constituição, indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, contra os cortes nas bolsas de pesquisas, contra o aumento das mensalidades das universidades pagas e pela redução, financiamento de bolsas estudantis auto-financiável nas escolas pagas, contra o provão, que, aliás, foi um dos pontos que mais marcaram este período. Não podemos nos esquecer das duas grandes greves das universidades federais no período da era FHC, 1998 e 2001 sendo o único setor que conseguiu emplacar greves massivas no governo de FHC.

3.4 – Movimento Estudantil em Serviço Social: um balanço necessário

O percurso analisado da SESSUNE/ENESSO coloca que esta entidade vem fortalecendo a organização política dos estudantes de Serviço Social, através de suas lutas e as deliberações dos ENESS's. Apontando para um projeto de formação profissional crítico e comprometido com os direitos sociais das classes trabalhadoras, na defesa da universidade pública de qualidade e gratuita e na construção de um projeto societário socialista.

Através do material analisado, a ENESSO historicamente só pode ser entendida como expressão das atividades realizadas pelos C.A's e D.A's e demais ações estudantis. Neste sentido a ENESSO expressa uma ação que assume conteúdo educativo, político e ideológico, através das bandeiras de lutas deliberadas nos encontros, nos debates dos fóruns estudantis, manifestações e atividades culturais com repercussões no cotidiano acadêmico dos estudantes de Serviço Social.

Essa é a forma fundamental a qual vem materializar-se as ações desenvolvidas pela ENESSO, visto que sua dinâmica não possui um aparato institucional (financeiro, jurídico, físico, etc.). Assim os encontros estudantis principalmente os ENESS's são momentos de reflexão coletiva e socialização das diversas lutas travadas no interior das escolas de Serviço Social do país, momento

também de oxigenação do movimento. As deliberações desses encontros expressam recomendações a todas as entidades estudantis de Serviço Social.

Neste sentido a construção da participação estudantil passa por ações diversificadas e pela diversidade de idéias, conforme aponta Behring (2001)¹⁴⁴ “... há várias formas de participação tem gente que vai dar uma hora por dia da sua existência ou até 15 minutos para uma reunião na hora do almoço, pra o conselho de representante de turma. Esse cara [talvez] nunca participe do C.A, talvez ele não vá a nenhum encontro. Então, tem que ter esse espaço, esse canal; nesse sentido [é preciso] ter uma política de fortalecer a organização nas escolas e criar essas instâncias intermediárias. Qual e a política que o movimento estudantil tem para os alunos que estão envolvidos em pesquisa? Como e a inserção desses alunos? Os alunos que estão envolvidos em extensão? Os alunos que não estão conseguindo pagar suas mensalidades? Enfim tem várias questões, concretas que a gente pode pegar [para] produzir políticas, para trazer o estudante que não estão envolvidos.

Tem gente que nunca vai se inserir no movimento estudantil, mas ele esta no MST, no movimento popular, [então] convida esse cara para falar da experiência política dele envolvendo-o no processo do movimento estudantil, acho que a gente tem que ser mais criativo...”

Porém, na trajetória desse movimento ao meu ver, criaram-se diferenças conforme demonstra as tabelas (05 e 06) praticadas entre as regiões, o que resultou no fortalecimento de algumas e o não crescimento de outras e inclusive com o isolamento de algumas. Pelos dados às regiões I, IV e principalmente as regiões VI, VII, foram mais prejudicadas, não participando das contribuições ao conjunto do movimento.

Há uma significativa diferenciação quanto à participação estudantil por regiões da ENESSO, demonstrando as suas particularidades o acúmulo nas experiências políticas e as próprias fragilidades internas do movimento em torno de pequenas disputas.

Tabela 05:
Encontros realizados por região da ENESSO 1978 – 2003

Encontros	Regiões da ENESSO						
	I	II	III	IV	V	VI	VII

¹⁴⁴ Palestra no XXII ENESS – Lins/SP, 2000. Fita Cassete Sonora.

ENESS	02	03	04	03	08	04	01
CONESS	02	03	05	04	04	03	03
SNFPMESS	02	02	01	01	04	02	00
Total	06	08	10	08	16	09	04

Tabela 06:
Regiões sedes das entidades ENESSO e ABEPSS/ nacionalmente 1988 -2003

Entidades	Regiões da ENESSO						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
ENESSO	02	06	02	01	04	00	00
Repr. Estud. ABEPSS	01	02	00	00	02	00	01
Total	03	08	02	01	06	00	01

Quanto à organização dos grupos políticos no Movimento Estudantil em Serviço Social acarreta uma disputa interna, levando-nos a uma indagação – Que disputa é esta?

Para responder a esta indagação é necessário compreender que a organização de grupos políticos é inerente a esfera da política¹⁴⁵.

As disputas dos grupos políticos no movimento centraram na disputa do processo de votação e a sede dos próximos encontros, expressando questões organizativas e da democracia interna.

Na trajetória analisada apresentaram-se cinco grupos. Analisando as teses e os documentos de três grupos; Viração, PSTU e os Independentes, esses não se constituíram de forma orgânica e com expressão nacional. No caso do grupo Viração não há como analisar, pois não produziram documentos; o grupo ligado ao PSTU e a CST tinham somente inserção na Região I e os Independentes apenas na Região VII analisados anteriormente.

As divergências entre esses grupos se expressaram nos encontros estudantis, através das teses apresentadas. O principal ponto de divergência situava-se em questões referentes ao Movimento Estudantil em Serviço Social. Nas questões relacionadas à conjuntura, universidade e formação profissional há pequenas diferenças.

¹⁴⁵ A exemplo no Brasil no decorrer da trajetória da esquerda tivemos vários grupos políticos, conforme demonstrou a análise de Silva (s/d) em seu trabalho “*História das tendências no Brasil; origens, cisões e propostas*”.

Destacamos que a vinculação partidária de alguns grupos, não significou a ingerência das organizações políticas no Movimento Estudantil em Serviço Social, mesmo que em alguns momentos, houvesse tentativas nesta linha como Matos (1996:71), lembra de uma destas situações ocorridas no III SNFPMESS; *“Esse foi um encontro muito difícil na história da Executiva, a hegemonia da comissão organizadora era formada por simpatizantes e militantes do PSTU e por isso segmentos desta tendência tentavam “aparelhar” o encontro. Exemplo disto, é o símbolo do PSTU, uma mão cerrada tendo ao fundo o mapa da América Latina, que foi estampado nos cartazes e folderes do Seminário. Além disto, houve denúncia de que em algumas pastas do Seminário estavam vindo panfletos do PSTU ou da CST...”*

A disputa entre os grupos partidários no Movimento Estudantil em Serviço Social não se deu como na UNE, com conflitos entre grupos na disputa da entidade. Aqui há apenas o reconhecimento da participação dos estudantes independentes de sua filiação, ou seja as organizações partidárias não se organizaram para disputar a entidade. A presença do partido se deu de forma individualizada de seus militantes.

As tentativas de ingerências foram rejeitadas pelos estudantes, visto que desrespeitavam e desconheciam a tradição e o acúmulo do Movimento Estudantil em Serviço Social, transportando mecanicamente suas bandeiras de lutas e suas formas de organização para o movimento.

Os grupos políticos Eu Quero é Mais e o Projeto Democrático e Popular ao longo da trajetória do MESS se constituíram de forma orgânica e com expressão nacional intervindo especificamente no interior do MESS.

Os pontos principais que ao longo dos anos vieram a constituir a política do Projeto Democrático e Popular são:

Referência teórica no pensador italiano Antonio Gramsci *“Com isso repercute em nível nacional a configuração de um papel inovador ao ME na universidade e conseqüentemente na sociedade. Tal papel teve grande influência teórica do pensador marxista Antonio Gramsci...”* (Documento Projeto Democrático e Popular, 2000).

Para este grupo o debate da formação profissional é prioritário; *“A conseqüência desta concepção se dá em diversos níveis. A nível das Executivas de*

Curso corresponde a uma elaboração mais aprofundada da formação profissional. O M.E deve lutar para a formação de profissionais que tenham consciência crítica de sua intervenção na sociedade e que estejam comprometidos com a defesa da democracia e com os interesses das classes populares.” (Tese XVI ENESS, “NOSSO PRÓPRIO TEMPO”, 1994).

Para estes estudantes, a questão da cultura é entendida como instrumento fundamental; *“Grupos de discussão sobre diversidade cultural da juventude, sexualidade, aborto, drogas, religiosidade, gênero, raça/etnia, nas unidades de base” (Tese XXI ENESS, Projeto Democrático e Popular, 1999).* Destacando a sua intervenção nas questões de gênero; *“A luta contra a opressão das mulheres é fundamental para a emancipação social, o que implica no direito absoluto das mulheres sobre seus corpos. (...) Todavia, em diversas regiões do planeta, os homossexuais, bissexuais, transexuais..., têm se organizado na defesa de seus direitos e contra a violência cotidiana e a repressão de manifestações de seu desejo e de sua sexualidade.” (Tese XXIV ENESS, Projeto Democrático e Popular, 2001).*

Ainda defendem que o Movimento Estudantil em Serviço Social Serviço tenha uma intervenção capacitada, ou seja, *“... devemos ser militantes com qualidade, não e só quantidade; a gente não tem que ir a uma movimentação com números (...) mas sim ir sabendo o por que e o que está acontecendo, pra isso a gente tem que ir cada vez mais se qualificar, procurar fazer uma análise de conjuntura fazer uma leitura para desenvolver o que esta se colocando” (Debate de chapas XXII ENESS, Projeto Democrático e Popular 2000 - fita cassete).*

O Movimento Eu quero é Mais¹⁴⁶ vem se expressando através das seguintes propostas:

Articulação política de todas as regiões da ENESSO *“Rearticulação de regiões que durante vários momentos estiveram isoladas politicamente. Ex: Região I, Região IV e Região VII. O ENESS de 99 e o CONESS de 2002 ocorreram na Região I, o CONESS de 2000 e o ENESS de 2001 ocorreram na Região IV, o ENESS de 2000, pela primeira vez na história do Movimento Estudantil em Serviço Social,*

¹⁴⁶ Em relação a vinculação teórica posicionou-se da seguinte maneira; *“É necessário colocar que não e a questão de que não temos uma referencia teórica, mas por entendemos que um movimento ou agrupamento se constrói na sua pluralidade de idéias, no entanto reafirmamos a nossa a vinculação teórica no interior da teoria social de Marx.” (Documento Contribuição ao Seminário Nacional "Eu Quero é Mais", 2002).*

ocorreu na Região VII, e após um período de intensa desarticulação, em 2001 ocorre o Seminário Nacional na Região VI. Em síntese, o trabalho deixa de estar focalizado em algumas regiões, e passa a ser nacional, não privilegiando regiões, mas trabalhando todas igualmente com suas características próprias.” (br.groups.yahoo.com/group/eqmais/files/, "Historico EQM", 2002).

O agrupamento compreende a ENESSO como entidade única formada por uma coordenação nacional e coordenações regionais atuando sob a orientação de uma carta programa, que unifica as lutas estudantis e “... cumpra o papel de articulador entre as questões inerentes à formação político profissional deste coletivo, mas que consiga ser o ponto de interseção com a problemática vivenciada por toda sociedade.” (Tese XXIV ENESS, Eu Quero é Mais 2002).

Também prioriza o debate da formação profissional com a interlocução das Representações Estudantis em ABPESS; “... a representação estudantil em ABEPSS, em conjunto com a ENESSO possui papel fundamental na instrumentação e participação dos estudantes na formação profissional.” (Tese XXIV ENESS, EU Quero é Mais 2002). E ainda defende a participação estudantil nos fóruns da ABEPSS; “... tarefas hoje colocadas para o conjunto do Movimento Estudantil em Serviço Social é participar com força total dos fóruns da ABEPSS,(...) para construir e definir os rumos da nossa formação profissional.(...) uma conquista do Movimento Estudantil em Serviço Social, que tem peso importante nas decisões...” (Tese XXI ENESS, Eu Quero é Mais, 2000),

Compreende que as relações políticas com as entidades da categoria devem estar pautadas em ações “... políticas pontuadas em cima de propostas concretas, e não por fisiologismo. (...) O Movimento Estudantil em Serviço Social deve exercer sua autonomia...”¹⁴⁷ (Tese XXIII ENESS, Eu Quero é Mais, 2001).

¹⁴⁷ Em relação a esta questão no VII ENPESS 2000, ocorreu uma reunião dos estudantes com CFESS organizada pela ENESSO, para discutir a questão sindical no Serviço Social, naquela reunião uma das questões de tensionamento se deu devido a ENESSO ter distribuído no Seminário de Seguridade realizado em Porto Alegre, folder do evento do sindicato (que estava organizando a Assembléia Pro-Federação). Esta tensão foi proporcionada pelos militantes do PDP, no entanto o CFESS, visto da sua relação conflituosa com o setor sindical pressionou a ENESSO também “... como (...) não tivesse uma posição com relação ao MESS e que já ficou bem claro (...) faziam parte e fazem parte até os dias de hoje do PDP como eles afirmam “o PDP é um projeto de vida maior que o MESS” (Lista de discussão, "eqmais@yahoogroups.com.br", 2001). Sendo que para o PDP “... uma articulação orgânica e estreita entre as entidades da categoria” (Debate de chapas, XXII ENESS, Projeto Democrático e Popular, 2000 - fita cassete).

Outro ponto assumido por este grupo refere-se a articulação da política de enfretamento dos estudantes das universidades particulares; *“Acreditamos que a campanha da redução de mensalidades possibilita a discussão com os estudantes das universidades particulares para chegarmos no entendimento que devemos lutar pela universidade pública e sua expansão.”* (Tese XXIII ENESS, Eu Quero é Mais, 2001).

Em relação à intervenção estudantil entende como processual e no cotidiano da militância¹⁴⁸ *“A vida política é quem melhor nos “capacita”. A formação política se dá nas lutas, no processo de organização do movimento, na necessidade de cada estudante de se entender como um sujeito histórico no processo de luta social”* (Tese XXI ENESS, Eu Quero é Mais, 2000).

Analisando a trajetória dos grupos políticos no movimento estudantil, poderíamos dizer que a história dos grupos e a história do divisionismo, no entanto Silva (1998:230-231) nos traz a passagem do filme A Vida de Brian;

“A história, se passa em Jerusalém. A Frente dos Povos da Judéia, uma organização anti-imperialista, planeja o seqüestro da mulher de Pilatos. Quanto seus militantes conseguem entrar no castelo do inimigo romano, encontram outro grupo: Campanha por uma Galiléia Livre. Começam a discutir: ambos reivindicam a paternidade do plano e acusam-se mutuamente. Do bate-boca partem para a agressão. Em meio à confusão Brian brada:

- Irmãos, devíamos lutar juntos!

Atracados uns aos outros, alguém responde: - É, estamos!

Brian, não desiste: - Não devemos lutar uns contra os outros. Devíamos nos unir contra o inimigo comum!

Todos param e perguntam em uníssono: - A Frente dos Povos Judeus?

- Não! Os romanos!, responde Brian.

¹⁴⁸ A Eu Quero é Mais critica a tese da capacitação visto que *“...companheiras(os) que reivindicam uma representação capacitada o fazem por acreditarem que a política é um bem em si, ou seja, acreditam que construindo intelectuais orgânicos ou líderes em potencial eles conseguirão orientar as massas, ou a “base”, para a sua libertação!”* (Lista de discussão, eqmais@yahoogroups.com.br, 2000). E defende o *“... movimento para estudantes na para capas iluminados, ou seja, qualquer estudante que tenha vontade e compromisso político e sujeito à construção do Movimento Estudantil em Serviço Social e da direção da nossa entidade...”* (Documento Contribuição ao Seminário Nacional da Eu Quero é Mais, 2002).

- *Ele tem razão, admite alguém.*

Nesse momento, um soldado romano aproxima-se. Os grupos em pugna aquietam-se.

O vulto distancia-se e o combate recomeça. Chegam outros soldados e observam, perplexos, aquela cena. Brian é o único que sobrevive à luta entre os que, daquele queriam derrubar o Império Romano”. Qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência.

O trecho acima ilustra que em dados momentos as organizações políticas elegem outras organizações como inimigas e submetem seus interesses particulares em detrimento dos interesses gerais, o qual se propôs a representar. No entanto, mesmo que os grupos políticos possam dar em alguns momentos a impressão de “*uma luta por interesses particulares*” nos chama a atenção *Frei Betto* (apud *Silva, 1998:232*); “*É através das dissidências que a história acerta os seus passos. Há um momento em que as possibilidades de uma resposta – religiosa ou política – parecem esgotar-se sob o peso dos anos, da rigidez de seus princípios, da inflexibilidade de sua disciplina, da intransigência de seus dogmas, da prepotência de seus líderes. Como a fonte seca à beira da estrada, incapaz de saciar a sede dos peregrinos que atraiu, a proposta vê-se rejeitada por seus discípulos dispostos a caminhar sem a tutela que lhes atrasa o passo...*”.

No Movimento Estudantil em Serviço Social podemos verificar que os grupos políticos vêm contribuindo para a organização política dos estudantes de Serviço Social. Porém, é necessário deixar bem claro que esses não são responsáveis pela direção política, apenas contribuem, pois a verdadeira direção política do movimento estudantil e de sua entidade ENESSO historicamente quem vem dando nesses anos de luta são os estudantes. Os grupos políticos que se consolidaram no Movimento Estudantil em Serviço Social só ocorreu com a legitimação dos estudantes, dessa forma, não há como colocar que um grupo ou outro seja responsável pelas conquistas estudantis, pois eles apenas vêm ajudando a organização estudantil.

Deve-se atentar aos comentários de Ramos (1996) e Barbosa (1995) que colocam que as disputas políticas às vezes transcendem o campo da política para se tornar, disputas no plano da subjetividade e de forma personalizada de cunho narcisista, que “*... transformam os melhores amigos de ontem nos demônios de*

hoje...” (Silva, 1998:231). Esta é uma via que não contribui a organização política estudantil.

As disputas políticas no Movimento Estudantil em Serviço Social através dos grupos nem sempre são visíveis nem suas diferenças nas propostas defendidas, no entanto, o que notamos e o que vem os diferenciando são as suas práticas, sua metodologia de ação.

Ao longo da história do Movimento Estudantil em Serviço Social demonstrou-se que a disputa pela hegemonia de um grupo à direção política da ENESSO vem se construindo a partir das reivindicações estudantis, sendo que esta se constitui e tem sustentação política quando esta atende os interesses dos estudantes. De outro lado não há hegemonias imutáveis, pois como coloca Marx *“tudo que é sólido se desfaz no ar”*. Dessa forma fica a lição aos grupos que se organizam no Movimento Estudantil em Serviço Social, a hegemonia não se constrói a qualquer custo, mas sim quando atende as reais reivindicações estudantis.

3.5 - A organização política dos estudantes de Serviço Social e sua relação com o debate da formação profissional: “Caminhos e descaminhos”

Como analisamos a organização política dos estudantes de Serviço Social esteve estreitamente vinculada ao debate da formação profissional. Mostramos como a organização estudantil sempre interviu na discussão da formação profissional, através de mecanismos diretos ou indiretos. Caracterizamos mecanismos diretos como: a criação dos seminários nacionais e regionais de formação profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (1991); Campanha do Ante-Projeto pela Formação Profissional (1993); elaboração Pesquisa do Perfil dos estudantes de Serviço Social (1996); criação da Secretaria de Formação Profissional da ENESSO (1993) e da criação da representação nacional estudantil em ABEPSS (1998), bem como as deliberações dos ENESS's em torno da formação profissional. E de forma indireta através dos encontros; CONESS, CORESS, ERESS e ENESS abordando a temática referente à formação profissional.

Essas ações em torno da formação profissional produziram uma consciência

coletiva, que interferiu diretamente na vida acadêmica dos estudantes, nas salas de aula, nos órgãos colegiados ou nas entidades de base C.A's/D.A's.

Analisando as produções referentes à temática tratada em nosso trabalho, apontam a importância da organização estudantil no debate da formação profissional, destacando que; *“Durante toda a história do movimento estudantil de Serviço Social este se posicionou de forma a contribuir para a formação profissional do estudante de Serviço Social”* (Barbosa, 1995:67).

“Como foi trabalhado, o Movimento Estudantil, além de possibilitar um crescimento pessoal e profissional, também contribui para a construção de uma consciência (objetivada) o fortalecimento da Categoria Assistente Social” (Amorim, 2001: 76).

“... as contribuições do movimento estudantil para a formação profissional, através da perspectiva, sempre presente, de abstrair dos eventos nacionais, regionais ou por estado, quais as preocupações prementes dos estudantes brasileiros e que por esse motivo, sempre deram fundamentação as suas lutas” (Oliveira, 1993:22).

“Entendo que a importância da organização político estudantil no processo de formação profissional se dá fundamentalmente em duas dimensões. Uma primeira diz respeito do significado da prática política enquanto pedagogia que aprofunda o nível de consciência e firma a organização política como patamar de luta (...) Uma outra refere-se a importância de sua condição de fórum coletivo de discussão e elaboração das questões políticas brasileiras e do Serviço Social (...) na perspectiva da solidificação do projeto profissional com direção social” (Labigalini, 1995:94).

Ramos (1996:118) analisando depoimentos, concluiu que *“... na sua recente trajetória acompanhou o movimento de renovação profissional gerado anos 80/90 e para ele contribui. Nesta condição, podemos afirmar que, esse processo de renovação profissional que teve ampla repercussão em manifestações da categoria profissional. Como foi o caso das discussões e mudanças no Código de Ética Profissional, nos encaminhamentos dados pelas entidades organizativas (...) contou com a participação efetiva dos(as) estudantes, representados (as), principalmente, pela SESSUNE/ENESSO”*.

Segundo Behring (2000)¹⁴⁹ a organização estudantil tem “... um papel (...) permanente como uma experiência política que se combina à formação profissional e que resulta no profissional pratico critico (...) por exemplo um papel social que forma quadros que vão estar seja na sua vida profissional, seja nas entidades, nas unidades de ensino a frente (...) do projeto político profissional (...) Acho que a compreensão mais profunda das nossas diretrizes curriculares do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro só é possível, quando a gente tem uma militância política...”.

A organização estudantil na sua relação com o debate da formação profissional constituiu-se em três momentos: primeiro situado na década de 80, os estudantes foram um dos protagonistas, sintonizados com a renovação do Serviço Social brasileiro expressando-se nos debates e fóruns estudantis; segundo na década de 90, os estudantes participaram da construção das diretrizes curriculares; terceiro com a aprovação das diretrizes curriculares (1996) e sua implementação a partir de seu conteúdo e objetivos trouxe subsídios para a organização estudantil.

Neste ultimo destacando-se a direção social da formação profissional que aponta a adoção de uma teoria social critica “... a partir das demandas postas pelo movimento da sociedade brasileira, visando promover uma “rearticulação efetiva com um projeto social das classes subalternas em suas relações com as forças atualmente dominantes” ...” (ABESS/CEDEPSS, 1996:146). A questão social como eixo central expressando o conjunto das desigualdades sociais da sociedade capitalista, a organização da classe trabalhadora e a intervenção estatal. E os núcleos da fundamentação das diretrizes curriculares¹⁵⁰; da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional que segundo as diretrizes “ E importante salientar que o primeiro núcleo responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica analisa os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da

¹⁴⁹ Palestra no XXII ENESS – Lins/SP, 2000. Fita Cassete Sonora

¹⁵⁰ Cabe chamar atenção fundamental principalmente pelo Trabalho de Conclusão de Curso de Ítalo Marcos Rodrigues, realizado na PUC-SP, 2002 intitulado “Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social – Formação Profissional na Cidade de São Paulo”, sabemos que a proposta da ABEPSS nas diretrizes curriculares em seu conteúdo apresenta as ementas das matérias, só que não se sabe como isto vem se processando nas unidades de ensino, visto que algumas unidades não apresentaram ou não possui os conteúdos programáticos de como ir aplicar as matérias e até agora não foi realizado nenhum trabalho neste sentido, o mais grave dessa situação se passa nas unidades de ensino particular.

formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1997:63).

Na trajetória da organização estudantil e sua relação com o debate da formação profissional há alguns descaminhos nesse processo, gerando equívocos. Iremos citar alguns exemplos para ilustrar a nossa análise os quais presencia-se nos debates e fóruns estudantis; *“Daí parte a necessidade de novas Diretrizes Curriculares que garanta a indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino, respaldada no Projeto Ético Político do Serviço Social e conseqüentemente vinculado a um projeto de construção de uma nova ordem social” (Documento Projeto Democrático e Popular, “Pré-Tese, 2002), (grifo nosso).*

“Queremos um profissional que tenha condições de fazer uma leitura crítica das contradições de nossa sociedade, capaz de criar alternativas de intervenção visando a transformação social, (...) queremos Assistentes Sociais comprometidos com a construção de uma nova ordem societária, verdadeiramente socialista” (Tese XXIV ENESS. Eu Quero é Mais, 2002), (grifo nosso).

“A Formação política é importante no processo de construção de um profissional crítico e comprometido com os princípios que norteiam um projeto societário socialista” (Tese XXI ENESS. Eu Quero é Mais, 2000), (grifo nosso).

O que chama atenção nas citações acima se refere à formação profissional na perspectiva transformadora ou socialista¹⁵¹, essas categorias pertencem ao debate da formação profissional, no entanto, a partir dos limites institucionais e das mediações necessárias na intervenção profissional. Porém não está explícito, neste sentido pode equivocadamente atribuir a ação profissional uma perspectiva de militância política. De outro lado, utiliza-se da perspectiva da transformação social do projeto profissional para justificar a organização estudantil.

Outro ponto desse equívoco iremos apresentar abaixo como ilustrativo; *“E a intervenção do MESS neste processo de reflexão é de extrema e indiscutível importância, diante dos seus limites e possibilidades, virá para contribuir e fomentar discussões em conjunto com as entidades representativas da categoria...” (Tese XXIV ENESS, Projeto Democrático e Popular 2002), (grifo nosso).*

“Queremos este ME porque acreditamos em sua força, e o consideramos como um aprendizado de experiências e vivências que ampliam nossas perspectivas de ação enquanto agentes transformadores e na capacitação para a prática profissional na defesa irrestrita dos direitos sociais” (Tese XXII ENESS. Eu Quero é Mais, 2000), (grifo nosso).

Os exemplos acima colocam o Movimento Estudantil de Serviço Social entendido no marco de limites e possibilidades, que ao nosso ver acaba comparando com os limites e possibilidades da prática profissional. De outro lado analisa o movimento apenas na perspectiva da profissão. Sendo assim, esta concepção entende a organização estudantil atrelada unicamente ao debate profissional.

Na linha desses equívocos temos a transposição mecânica da experiência da organização estudantil para a ação profissional. Sabemos que a organização estudantil contribui para a intervenção profissional dos futuros Assistentes Sociais, pois possibilita um acúmulo prático e reflexivo, mas transpor essas experiências sem as mediações necessárias, corre-se o risco de cair no “militarismo profissional”.

Este debate não é novo no interior do Serviço Social como sinaliza Silva Ozanira (1995:244); *“Não restam dúvidas de que, na literatura do Serviço Social, encontram-se exemplos de diluição de fronteiras entre a prática profissional e a militância político-partidária, com superdimensionamento do potencial político da profissão, à qual são atribuídas, muitas vezes, tarefas partidárias, ignorando-se as reais possibilidades do exercício profissional”*.

Essa perspectiva voluntarista não percebe que uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho da sociedade capitalista, possui determinadas funções. Sabemos que o projeto profissional sinaliza conforme o Código de Ética *“... opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero.”* (Bonetti,org, 1998:198).

No entanto, devemos estabelecer uma diferença do projeto profissional com as organizações políticas, a exemplo como o partido político, visto que este se

¹⁵¹ Não estamos recusando o debate na perspectiva da transformação social e socialista que contem o Projeto de Formação Profissional, no entanto, ele não tem elementos para se vincular a ação profissional, no

desenvolve num terreno “... de maior homogeneidade, do ponto de vista de classe e do poder. A prática profissional se efetiva num espaço extremamente heterogêneo. A relação (...) no partido, é mediada por programas mais autônomos e independentes. Na profissão, por programas exteriores à perspectiva partidária...” (Teixeira, apud Silva Ozanira, 1995:245).

A perspectiva romântica e voluntarista no Serviço Social segundo Silva Ozanira (1995:226); “A perspectiva da modificação de consciência, no contexto do voluntarismo tende a reforçar um projeto de ação profissional orientado pela “magia” do compromisso, ignorando, muitas vezes, as mediações presentes, nas diferentes conjunturas, no processo de transformação social, percebido não como uma possibilidade histórica, mas como uma categoria vazia da dimensão do real”

Segundo lamamoto (1999:213) “Origina-se daí um duplo dilema até hoje presente na prática profissional: o fatalismo e o messianismo, ambos cativos de uma análise da prática social esvaziada de historicidade. O fatalismo, inspirado em interpretações que naturalizam a vida social, apreendida à margem da subjetividade humana, redundando em uma visão perversa da profissão concebida como totalmente atrelada às malhas de um poder tido como monolítico, resultando disso a impotência e a subjugação do profissional ao instituído. Por outro lado, o messianismo utópico privilegiando os propósitos do profissional individual, num voluntarismo, não permite o desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse movimento, ressuscitando inspirações idealistas que reclamam a determinação da vida social pela consciência”.

A perspectiva da ação profissional vinculada a um caráter voluntarista tem como uma das contribuições a leitura equivocada do pensamento gramsciano referente à categoria “intelectual orgânico”, que conforme lamamoto (1992:153) “... merece especial destaque o equivocado emprego da noção intelectual orgânico para explicar o papel profissional...”.

A categoria “intelectual orgânico” “... implica as relações dos grupos intelectuais com as classes fundamentais e a explicitação de suas funções técnicas. A concepção de organicidade é inerente à formação mesma das suas competências

e das funções que desenvolvem no interior do modo de produção capitalista, inclusive o encaminhamento das lutas junto à classe a que está vinculado. Estar vinculado a organicamente a uma classe não significa agir de fora, externamente, de maneira mecânica. Significa, sim, participar efetivamente de um projeto junto às classes fundamentais: burguesia ou proletariado” (Simionatto, 1995:58).

A leitura superficial dessa categoria, entende somente os intelectuais comprometidos com o projeto da classe trabalhadora e como sinaliza Silva Ozanira, (1995:246) *“Esse entendimento reafirma o caráter político da profissão, a partir da sua inserção nas relações sociais de classe, mas estabelece uma confusão entre especificidades profissionais e militância política. O caráter político da prática profissional não autoriza a sua diluição na militância política”.*

Dessa forma, é preciso deixar bem claro que a formação profissional esta vinculada a uma profissão determinada e que a organização estudantil não esta atrelada às determinações da profissão. Este como um movimento social é muito mais abrangente e tem as possibilidades de avançar nas lutas sociais.

A militância política se faz nas organizações políticas, partidos, sindicatos, movimentos sociais e entidades representativas, etc. Como sinaliza Silva Ozanira (1995:247) *“... considerando que a militância política (...) É desenvolvida na esfera do exercício da “cidadania” e não na esfera da ação profissional. O caráter político da prática profissional se evidencia a partir da função educativa que essa prática assume na sua inserção no contexto das relações sociais, ou seja, a dimensão política do Serviço Social, enquanto profissão, se expressa na sua atuação como prática inibidora ou estimuladora da luta política das classes, considerando a sua inserção no interior das relações sociais contraditórias”.*

Nos caminhos e descaminhos da relação da organização estudantil no debate da formação profissional há outro elemento que qualificamos como a suposta “desqualificação” da intervenção estudantil *“... porque a universidade queira ou não ela é organizada em cima do mérito da competência em cima da qualidade e em muitos espaços os estudantes são desqualificados, basta ver como são escolhidos os representantes das instituições do ensino superior onde o peso do voto estudante é sempre um irrisório...” (Teixeira , 2000)¹⁵², (grifo nosso)*

¹⁵² Palestra no XXII ENESS – Lins/SP, 2000. Fita Cassete Sonora.

E a consideração de Moreira (2002:05) referente ao processo de participação dos estudantes na revisão curricular de 1996; “*A reduzida participação dos alunos neste processo não se deu apenas pela falta de vontade subjetiva desses sujeitos, ela é resultado de vários fatores dentre os quais: a falta de preparo teórico, a falta de condições objetivas, as divergências entre os grupos políticos, dentre outros componentes. Apesar disso, a participação mesmo que precária quantitativamente, não implicou em uma total falta de compromisso...*” (grifo nosso).

As citações acima são apenas para ilustrar uma das diversas falas no meio acadêmico, referente a isso queremos apontar a reflexão do MST “... pois é através da luta espontânea e desqualificada, que as pessoas entram para o Movimento, que aos poucos vai lhes apresentando a estrutura orgânica, (...) tem seu lugar e procurará evoluir em sua participação, na medida em que compreender e assimilar os objetivos que a coletividade estabelece para serem alcançados” (Bogo,1999:134).

Dessa forma, é necessário lembrar a lição histórica de Lênin, no período da revolução Russa; “a nossa classe trabalhadora aprende em uma semana de luta do que em anos de estudos”, pois a massa em movimento cresce. Não estamos aqui defendendo que as intervenções estudantis sejam “desqualificadas”, mas sim colocar a luz a base social desse movimento, pois ao mesmo tempo em que Lênin nos remete a citação anterior devemos recordar aquela que define; “não há luta revolucionária sem teoria revolucionária”.

A respeito disso devemos nos atentar para o perfil dos estudantes, que estão em processo de formação na universidade, são jovens adentrando a sua maturidade. De outro lado há um dado que diferencia o movimento estudantil de qualquer outro movimento social que é a sua rotatividade, pois o período da vida acadêmica esta entre quatro a seis anos. Dessa forma, o estudante tem um pequeno percurso de tempo para aprofundar a sua organização política, este fato coloca ao movimento uma diferença gritante e fundamental para sua análise em relação aos demais movimentos sociais, sindicatos e partidos, etc, configurando-se assim um movimento flexível e heterogêneo. Sendo assim, querer ou pensar o movimento estudantil sem esta análise é não saber a realidade da base social desse movimento, e de outro lado colocando a este atribuições que não fazem parte de sua estrutura social.

O discurso da suposta “desqualificação” em dados momentos serve aos conservadores e neoliberais, visto que a organização estudantil em dados momentos consegue fazer “muito barulho” sintonizado em ações radicais, espontâneas porém localizadas, pesando na correlação de forças no interior da comunidade acadêmica, com repercussão social e política. Nesta direção destacamos a fala de Behring (2000)¹⁵³ “...o movimento estudantil ele tem uma coisa que é sempre importante que deve fazer parte da sua natureza; ele não precisa ter compromisso institucional de ser um movimento bem comportado, não tem que ter atestado de bom comportamento. O movimento pode ser irreverente, pode ser provocativo. Pode e deve acho que isso faz parte da nossa experiência de vida; que a gente passa pelo movimento (...) [o movimento] não tem que ficar ganhando atestado de bom comportamento, do respeito às instituições, quando essas são autoritárias, quando elas são anti-democráticas, preconceituosas ...”.

A natureza da organização estudantil, esta ligada às suas questões concretas e cotidianas como por exemplo; assistência estudantil, gratuidade e qualidade de ensino, verbas para pesquisa e extensão, infraestrutura adequada, espaços democráticos de participação e pelo valor das mensalidades, etc. E num segundo momento as lutas sociais e a formação da consciência social e política. Nesta mesma análise nos relata um dirigente do MST “O que educa o que move o movimento social são as lutas imediatas (ex: como a terra p/ plantar) depois desse processo a gente começa a politizar o debate chamando a atenção para questões que parece abstratas como a ALCA, por exemplo...” (Relatório do XXIV CONESS, Belém/PA, 2002, PUC/SP).

A relação da organização estudantil no debate da formação profissional é permeada por tensões, visto que primeiramente os estudantes estão em processo de formação e de outro lado estão os professores. Esta tensão é vivenciada no cotidiano da militância estudantil nos órgãos colegiados, nos departamentos das unidades de ensino de Serviço Social e nas representações estudantis em ABEPSS. Esta ultima caracteriza-se como agente sócio-educativa e ideo-política no debate da formação profissional nos diversos fóruns estudantis.

¹⁵³ Palestra no XXII ENESS – Lins/SP, 2000. Fita Cassete Sonora.

A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978 – 2002.
Ailton Marques de Vasconcelos

No caso das Representações Estudantis em ABEPSS temos especificidades de cada segmento, pois a ABEPSS possui caráter acadêmico e científico e as representações expressam os anseios do movimento estudantil e só foram constituídas a fim de levar a voz dos estudantes no interior da entidade, sendo assim um caráter de movimento social. Essas diferenças acabam criando situações por qual os estudantes em determinadas circunstâncias precisam estar defendendo a sua participação na entidade.

Neste sentido esta relação da organização estudantil no debate da formação profissional gera uma correlação de forças que em determinados momentos e desigual.

Avaliamos que a organização dos estudantes de Serviço Social como já demonstramos contribuiu na construção do projeto profissional, juntamente com as entidades da categoria profissional. Dessa forma, rejeitamos a tese que coloca a organização estudantil na perspectiva de “alianças”, com outros sujeitos, precisamente com a categoria profissional. Afirmamos ser a organização estudantil um dos agentes que contribui para a consolidação do projeto profissional.

A perspectiva de alianças, segundo a terminologia pressupõe há algo externo, que não faz parte de você e no caso da organização estudantil ela não é externa ao Serviço Social é parte inerente da profissão, como sinaliza Netto (1999:95); *“Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – a respectiva categoria profissional, que inclui não apenas os profissionais de campo, mas que deve ser pensada como o conjunto dos intervenientes que são efetividade à profissão. É através da sua organização (organização que envolve os profissionais em atividade, as instituições que os formam, os pesquisadores, docentes e estudantes da área, seus organismos corporativos e sindicais, etc.) que uma categoria elabora o seu projeto profissional. Se pensamos no Serviço Social brasileiro, a organização da categoria compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABESS, a ENESSO, os sindicatos e demais associações dos assistentes sociais”*.

Considerações finais

O percurso transcorrido neste trabalho situou os desdobramentos do modelo societário predominante a partir da década de 90, através da reorganização do capitalismo, a *acumulação flexível* e as políticas neoliberais. Essas mudanças penetraram nas universidades brasileiras, através da Reforma do Ensino Superior no governo de FHC, delimitadas pelos organismos multilaterais. Deixando marcas profundas e enraizadas sócio-culturalmente, devido seu caráter privatista.

O movimento estudantil e os movimentos e entidades da área educacional, remando contra a maré buscaram resistir à lógica neoliberal que permeou esta reforma. Nesta mesma linha o projeto de formação profissional do Serviço Social, através da ABEPSS juntamente com o CFESS e a ENESSO em seus fóruns e debates sintonizou também esta resistência.

Neste contexto mais do que nunca é necessário que os sujeitos políticos lutem pelo ensino público, gratuito e de qualidade comprometido com toda a população brasileira. No sentido de romper com o ciclo de pobreza e exclusão que amplas parcelas da sociedade brasileira vivem a décadas.

O Movimento Estudantil em Serviço Social na trajetória analisada; iniciada na década de 60, interrompido pela ditadura militar e retomado em 1978 com o I ENESS, constituiu sua intervenção principalmente no debate da formação profissional e posicionando-se nas lutas sociais; a favor dos direitos sociais, democráticos, na defesa da universidade pública e gratuita, e das lutas das classes trabalhadoras na perspectiva de uma nova ordem societária.

Dessa forma este movimento tornou-se um espaço sócio-educativo contribuindo para a formação profissional dos futuros assistentes sociais e de sujeitos políticos comprometidos com valores democráticos, libertários, de justiça social, igualdade social e para uma sociedade além do capital. Somando-se aos demais movimentos sociais, partidos e sindicatos, etc.

Os grupos políticos organizados neste movimento durante o período analisado cumpriram uma tarefa importante, no aprofundamento da organização estudantil e na construção do pluralismo político desse movimento. Esses grupos

possuem contradições internas, inerentes a qualquer organização, possibilitando assim erros que a trajetória desse movimento já demonstrou.

Acreditamos que ao longo deste trabalho ele procurou a responder a algumas indagações que nos colocamos a responder. Neste sentido não temos muito que finalizar. De outro lado também entendemos que há uma necessidade de produções nesta temática no sentido de cobrir as lacunas desse trabalho.

Nesses 25 anos da reorganização do Movimento Estudantil em Serviço Social e 15 anos da jovem entidade SESSUNE/ENESSO os estudantes vêm aprimorando seus mecanismos organizativos, sendo de fundamental importância no debate da formação profissional, na organização política dos estudantes e nas lutas sociais.

Viva os 25 anos da reorganização do MESS!!!

Viva os 15 anos da ENESSO!!!

Bibliografia

Livros, revistas, dissertações e teses

- ABEPSS. *O sistema de educação superior: tendências em 2001*. In: Temporalis Suplemento. Niterói: ABEPSS, 2001.
- ABEPSS. *Política do ensino superior no Brasil: a regulamentação da LDB e as implicações para o serviço social – Relatório Final do Seminário*. In: Temporalis nº 1. Brasília: ABEPSS, 2000.
- ABEPSS. *Relatório da oficina nacional: o ensino do trabalho do assistente social*. In: Temporalis suplemento. Niterói: ABEPSS, 2002.
- ABESS. *Diretrizes curriculares e pesquisa em serviço social*. Caderno ABESS nº 8. São Paulo: Cortez, 1998.
- ABESS. *Proposta básica para o projeto de formação profissional*. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- ABESS. *Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil*. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 14. São Paulo: Cortez, 1984.
- ABESS/CEDEPSS. *Caracterização da área de serviço social*. In: Caderno ABESS nº 7. São Paulo: Cortez, 1997.
- ABESS/CEDEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de serviço social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia geral extraordinária de 8 nov 1996)*. In: Caderno ABESS nº 7. São Paulo: Cortez, 1997.
- ABRAMIDES, Maria B. C. e CABRAL, Maria do S. R. *O novo sindicalismo e o serviço social. Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ABRAMIDES, Maria B. C. *A ANAS e sua relação com o projeto profissional alternativo de serviço social: construção ao debate*. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 30. São Paulo: Cortez, 1984.

- ABREU, Maria M. CARDOSO, Franci G. LOPES, Josefa B. *Avaliação institucional na universidade brasileira e os cursos de graduação em serviço social*. In: *Temporalis* nº 1. Brasília: ABEPSS, 2000.
- Adufmat. *Fundação ameaça gratuidade da universidade*. Cadernos Populares. Cuiabá, 2001.
- AGUIAR, Antônio de. *A filosofia no currículo de serviço social*. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 15. São Paulo: Cortez, 1984.
- ALMEIDA, Antônio de. *Movimentos Sociais e História Popular Santo André nos anos 70 e 80*. São Paulo: Marco Zero, 1992.
- AMORIM, Paula, K. *A construção do projeto ético-político com os estudantes de serviço social: o que somos, porque se luta, contra quem se luta e que formação necessita*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Porto Alegre: PUC/RS, 2001.
- ANAIS do I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS. Rio de Janeiro: CFAS, 1974.
- ANAIS do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS. São Paulo: CFAS, 1979.
- ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: SADER, Emir. e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5 ed. São Paulo-Campinas: Cortez-UNICAMP, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- Associação dos Docentes da USP. *"Dossiê Fundações Privadas"*. Revista ADUSP nº 24. São Paulo: 2001.
- AZEVEDO, Clovis B.de. e SADEK. Maria T. A. *A estrela partida ao meio*. São Paulo:

Entrelinhas, 1995.

BARBOSA, Kátia C. *Trajetória Histórica do Movimento Estudantil em Serviço Social - 1995*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Franca: UNESP, 1995.

BARBOSA, Maria M. *Serviço social utopia e realidade: uma visão da história*. In: Cadernos de Serviço Social nº 2. Belo Horizonte, 1997.

BATISTA, Nogueira P. “O consenso de Washington – A visão neoliberal dos problemas latino-americano”. Caderno Dívida Externa nº 6. São Paulo: 1994.

BOCK, Ana M. B. *Diretrizes curriculares: uma armadilha da política educacional*. In: PUC Viva nº 13. São Paulo, 2001.

BOGO, Ademar. *Lições de luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BONETTI, Dilséa A et alli. *Serviço social e ética: Convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 1999.

BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*. 5 ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

CASSAB, Maria A. T. *Avaliação institucional dos cursos de serviço social: a posição da ABEPSS*. In: Temporalis suplemento. Niterói: ABEPSS, 2001.

CASSAB, Maria. A. T. e LIMA, Kátia R. de S. *O ensino de graduação no serviço social: principais impasses e importantes potencialidades*. In: Temporalis suplemento. Niterói: ABEPSS, 2002.

CATANI, Afrânio M. e OLIVEIRA, João F. de. *A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão*. In: TRINDADE, Héglio (org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis-Porto Alegre: Vozes-CIPEDES, 2001.

CHAUÍ, Marilena de S. *A universidade em ruínas*. In: TRINDADE, Héglio (org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis-Porto Alegre: Vozes-CIPEDES, 2001.

CHAUÍ, Marilena de S. *As humanidades contra o humanismo*. In: SANTOS, Aparecida

S. (org.). *Universidade, formação, cidadania*. São Paulo: Cortez, 2001.

Congresso Nacional da Educação. *Educação, Democracia e Qualidade Social*. “Garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma outra educação é possível”. Caderno de Subsídios IV CONED. São Paulo 23 a 26 de abril de abril de 2002.

Congresso Nacional da Educação. *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública*. Caderno do III CONED, Brasília novembro de 2000.

CUNHA, Luiz A. *O público e o privado na educação brasileira: fronteira em movimento?*. In: TRINDADE, Hégio (org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis- Porto Alegre: Vozes-CIPEDES, 2001.

DINIZ, Tânia M. R. G. *As diretrizes curriculares na região sul II – São Paulo e Mato Grosso do Sul: desafios de uma agenda política para a sua implantação*. In: Temporalis suplemento. Niterói: ABEPSS, 2002.

FALEIROS, Vicente de P. *Aonde nos levam as diretrizes curriculares?*. In: Temporalis nº 1. Brasília: ABEPSS, 2000.

FERNANDES, Bernado M. e STEDILE, João P. *Brava gente: a historia do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERREIRA, Ivanete B. *Implicações da reforma do ensino superior para a formação do assistente social: Desafio para a ABEPSS*. In: Temporalis nº 1. Brasília: ABEPSS, 2000.

GENTILI, Pablo A. A. *O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional*. In: GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz T. da (Orgs.). *Neoliberalismos, Qualidade Total e Educação: visões críticas*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIORGI, Cristiano A. G. *A “crise da educação”, as reformas educacionais e a formação de professores: entre produtivismo e formação cidadã*. In: SANTOS, Aparecida S. (Org.). *Universidade, formação, cidadania*. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da G. *Movimentos sociais e educação*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

- GOHN, Maria da G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1997.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- HOBSBAWM, Eric J. *Revolucionários*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IAMAMOTO, Maria V. e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica*. 11 ed. São Paulo-Lima/Peru: Cortez-CELATS, 1996.
- IAMAMOTO, Maria V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.
- IAMAMOTO, Maria V. *Reforma do ensino superior e serviço social*. In: *Temporalis* nº 1. Brasília: ABEPSS, 2000.
- IAMAMOTO, Maria V. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO de 09/05/02. “Educação à distancia desponta no país”. *Fovest*, p. 4-5.
- LABIGALINI, Vanessa M. *A organização política dos estudantes de serviço social da PUC/SP no período de 92-95, e sua relação com o projeto de profissão que pressupõe uma direção social*. (Trabalho de Conclusão de Curso). São Paulo: PUC/SP, 1995.
- LÊNIN, Vladimir I. U. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Livramento, 1979.
- LESSA, Sergio. *Contra-revolução: trabalho e classes sociais*. In: *Temporalis* nº 4. Niterói: ABEPSS, 2001.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massas: partidos e sindicatos*. São Paulo: Kairos, 1979.
- MARTINELLI, Maria L. *Serviço social: identidade e alienação*. 4 ed. São Paulo: Cortez,

1995.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, 1987.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. São Paulo: CHED, 1980.

MATOS, Maurílio C. de. “*Se muito vale o já feito, mais vale o que sera*” – um estudo sobre a *Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (1988-1995)*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MATTOSO, Jorge E. L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scrita, 1996.

MINTO, César A. *As políticas preconizadas para a formação de professores no Brasil têm o sentido de aligeira-la*. In: ADUNESP nº 1. São Paulo: ADUNESP, 2002.

MOREIRA, Solange S. *O Processo de revisão curricular e a participação do movimento estudantil de Serviço Social nos anos 90*. In: Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Niterói: ABEPSS, 2002.

MURANAKA, Maria A. S. *Querem formar o professor em instituições de quinta categoria*. In: ADUNESP nº 1. São Paulo: ADUNESP, 2002.

NERLING, Marcelo A. *Mestrado profissionalizante*. São Paulo: Lorosae, 2002.

NETTO, José P. *A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea*. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social módulo 1. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD/UNB, 1999.

NETTO, José P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, José P. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José P. *Reforma do estado e impactos no ensino superior*. In: Temporalis nº 1. Brasília: ABEPSS, 2000.

NETTO, José P. *A propósito da disciplina de metodologia*. In: Revista Serviço Social e

Sociedade nº 14. São Paulo: Cortez, 1984.

OLIVEIRA, Cristiane G. de. *Contribuição do movimento estudantil para a formação profissional do assistente social da ESSUSAL (1963-1969)*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Salvador: UCSAL, 1993.

PEQUENO, Andréia C. A. *Historia dos encontros nacionais de estudantes de Serviço Social (1978-1988)*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

PEREIRA, Raimunda B. C. *Proposta curricular do curso de serviço social da UFMA*. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 14. São Paulo: Cortez, 1984.

POERNER, José A. *O Poder Jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. 4 ed. São Paulo: Centro da Memória de Juventude, 1995.

RAICHELIS, Raquel. *Legitimidade popular e poder público*. São Paulo: Cortez, 1988.

RAMOS, Sâmya R. *A ação política do MESS: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos*. (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE, 1996.

RAMOS, Sâmya R. e SANTOS, Silvana M. M. *Movimento estudantil de serviço social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do (a) assistente social brasileiro*. In: Caderno ABESS nº 7. São Paulo: Cortez, 1997.

Relatório da Regional Leste - *Fórum de supervisores: assessores temáticos*. In: Temporalis Suplemento. Niterói: ABEPSS, 2002.

REVISTA EXAME de 03/04/02. "Nota alta". p. 35-45.

RIBEIRO, Arilda I, M. *Formação educacional: instrumento de acesso à cidadania?*. In: SANTOS, Aparecida S. (Org.). *Universidade, formação, cidadania*. São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, Lourdes M. L. N. *Questões contemporâneas do serviço social: síntese da região norte*. In: Temporalis suplemento. Brasília: ABEPSS, 2002.

RODRIGUES, Ítalo M. *Diretrizes curriculares do curso de serviço social: formação*

- profissional na cidade de São Paulo*. (Trabalho de Conclusão de Curso). São Paulo: PUC/SP, 2002.
- SANTOS, Silvana M. M. O movimento estudantil nos anos 80: uma breve análise. (Trabalho apresentado ao Mestrado em Serviço Social). Recife: UFPE, 1992.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais – Um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 1983.
- SERRA, Rose M. S. *Crise de materialidade no serviço social: repercussões no mercado profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SILVA, Lídia M. M. R. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos descaminhos*. (Tese de Doutorado). São Paulo: PUC/SP, 1991.
- SILVA, Ozanira da S. (Org.). *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVA, Tomaz T. da. *A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia*. In: GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz T. da (Orgs.). *Neoliberalismos, Qualidade Total e Educação: visões críticas*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SILVA. Antônio O. *Historia das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. s/d.
- SILVA. Antônio O. da. *Os partidos tendência e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC/SP, 1998.
- SIMIONATO, Ivete. *Gramsci: sua teoria incidência no Brasil, influência no serviço social*. Florianópolis-São Paulo: UFSC/Cortez, 1995.
- SOUZA. Francisco H. de M. *Estratégias do Banco Mundial e definição de políticas educacionais no Brasil*. In: PUC Viva nº 14. São Paulo, 2001.

- TEIXEIRA, Ciro. *As fundações nas universidades públicas: o caso da universidade de São Paulo*. In: Sadi Dal Rosso (Org). Brasília/DF: ADUNB, 2002.
- TOURAINE, Alain. *Em defesa da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- TOURAINE, Alain. *Sociologie de L'action*. Paris, 1965.
- TRINDADE, Hégio. *Universidade, ciência e Estado*. In: TRINDADE, Hégio (org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis-Porto Alegre: Vozes-CIPEDES, 2001.
- TRINDADE, Rosa L. P et alii. *A formação profissional do assistente social na contemporaneidade: a regional ABEPSS/nordeste no debate*. In: Temporalis suplemento. Brasília: ABEPSS, 2002.
- TROTSKY, Leon. *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairos, 1978.
- WANDERLEY, Luiz E. W. *O que é universidade*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- YASBEK, Maria C. (Org.). *Projeto de revisão curricular da faculdade de serviço social PUC/SP*. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 14. São Paulo: Cortez, 1984.

FONTES

SESSUNE/ENESSO¹⁵⁴

1.1 Documentos

- ✓ “Boletim do ERESS e ENESS”, Região VII, (1982).
- ✓ “Relatório X CONESS”, (Rio de Janeiro, 1987),
- ✓ “Informes: região sul”. Coordenação Região VI, Gestão: 1989/1990.
- ✓ “Relatório XIII-CONESS”, Florianópolis/SC 05/90.
- ✓ “Carta aos estudantes de serviço social: em resposta a carta da região VII-SESSUNE”. Gestão: Quem é de luta não cansa 1991/1992.
- ✓ “V CORESS”, Piracicaba 06/06/1992. Coordenação Região VII, Gestão 1991/1992.
- ✓ “Aos C.A’s e D.A’s e estudantes de Serviço Social”, Franca, 18 de setembro de 1991. Coordenação Região VII. Gestão: 1991/1992.
- ✓ “Relatório das discussões a cerca do ante-projeto da campanha nacional pela reestruturação da formação profissional do assistente social no Brasil/ Região VII – SESSUNE, 1993.” Coordenação Região VII. Gestão: 1992/1993.
- ✓ “A executiva nacional SESSUNE , 11/01/92” (alteração da data do CONESS). II CORESS Região VII.
- ✓ “SESSUNE e os desafios postos ao movimento estudantil”. Gestão: Pro dia nascer feliz 1992/1993.
- ✓ “Informes gerais da executiva nacional –SESSUNE”. Gestão: Pro dia nascer feliz 1992/1993.
- ✓ “Pela efetiva organização estudantil nas escolas pagas de serviço social”. Gestão: Pro dia nascer feliz 1992/1993.
- ✓ “Relatório da I reunião da SESSUNE”. Gestão: Pro dia nascer feliz 1992/1993.
- ✓ “Aos (as) estudantes do curso de serviço social – que SESSUNE estamos construindo?”. Gestão: Pro dia nascer feliz 1992/1993.
- ✓ “ENESS: Ardendo a chama da cultura”. Gestão: Enquanto a chama arder 1993/1994.
- ✓ “Balanço da coordenação regional/norte”, ENESSO rasgando o verbo! Construindo uma ENESSO de luta. Coordenação Região I. Gestão: 1993/1994.

¹⁵⁴ As fontes estão organizadas por gestões da SESSUNE/ENESSO. A maior parte destes documentos arquivados na entidade e circula pelo país de acordo com a sede da gestão da ENESSO.

- ✓ “*Dialogando: pressuposto político-pedagógico para construção do M.E de serviço social*”. Gestão: Enquanto a chama arder 1993/1994.
- ✓ “*Avaliação ENESSO*”. Coordenação Região II, Gestão: 1993/1994.
- ✓ “*Análise do questionário sobre o perfil do estudante de serviço social/ ISCA 1993.*” Coordenação Região VII. Gestão: 1994/1995.
- ✓ “*Documento Pro Dia Nascer Feliz*”, 1994.
- ✓ “*Carta aberta à Região VII – ENESSO*”, Franca 28/05/96. Coordenação Região VII, Gestão: 1995/1996.
- ✓ “*Projeto para realização do ENESS 1997*”. Coordenação Região VII, Gestão: 1995/1996.
- ✓ “*Carta das escolas de serviço social de São Paulo para a realização do ENESS 1997 em São Paulo*”. s/d 1996.
- ✓ “*Encontros estudantis de serviço social: um espaço de construção coletiva do mess*” Gestão: Remando Contra a Maré 1996/1997.
- ✓ “*Curso de capacitação política à distância*”. Gestão: Remando contra a maré 1996/1997.
- ✓ “*Curso de formação política: proposta um convite à rebeldia*”. Gestão: Um convite à rebeldia 1997/1998.
- ✓ “*Relatório do 1º CORESS*”, 06/04/98. Coordenação Região VII, Gestão: 1997/1998.
- ✓ “*Informativo sobre os cursos sequenciais*”, 30/06/98. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Texto de avaliação do 47º CONEG – Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE*”, 1999. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Relatório de avaliação _ II fase do planejamento estratégico da ENESSO: Avanços e perspectivas para 1999*”. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Por que a ENESSO compõe o bloco de esquerda de oposição à diretoria da UNE*”, 22/01/99. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Texto de balanço do 27º encontro do conjunto CFESS/CRESS*”, 22/01/99. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*5º reunião do comitê Mercosul da organizações profissionais de trabalho social ou serviço social*”, 22/01/99. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Carta Protesto aos poderes executivos e legislativo do Brasil*”, 01/03/99. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.

- ✓ “*Comissão de especialista de ensino de serviço social*”, 29/03/99. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Elementos para uma análise da conjuntura nacional*”. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Carta aberta à sociedade brasileira*”. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Sobre as diretrizes curriculares do serviço social*”. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*O que fazemos diante do Provão*”. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Pensando o CORESS como troca de experiências entre os C.A’s e D.A’s*”. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*IV encontro de universitários amigos do MST*”. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Eleições 98*”. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*I Fórum Nacional sobre o Provão em serviço social*”. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Coletânea de textos sobre a formação profissional*”. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Ata do II CORESS*”. Coordenação Região VII, Gestão: 1998/1999.
- ✓ “*IV CORESS*”, Campinas 02/05/99, Região VII, Gestão: 1998/1999.
- ✓ “*V CORESS*”. Coordenação Região VII, Gestão: 1998/1999.
- ✓ “*Seminário nacional de avaliação institucional*” Gestão: De norte a sul, construindo muito mais 1999/2000.
- ✓ “*Seminário nacional em ABESS*” Gestão: De norte a sul, construindo muito mais 1999/2000.
- ✓ “*Relatório da reunião das executivas de cursos*”, Curitiba 25 e 26/09/99. Gestão: De norte a sul, construindo muito mais 1999/2000.
- ✓ “*Informativo – ENESSO 7ª Região SP*”. Coordenação Região VII, Gestão: 1999/2000.
- ✓ “*Cartilha sobre formação de C.A/D.A*” Gestão: Compromisso e Resistência 2000/2001.
- ✓ “*Sistematização do planejamento da ENESSO*”, 20/08/00. Coordenação Região VII, Gestão: 2000/2001.
- ✓ “*Texto de avaliação do 49º CONEG – Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE*”. Gestão: Compromisso e Resistência 2000/2001.

- ✓ “*Cartilha da ENESSO*”. Gestão: Compromisso e Resistência 2000/2001.
- ✓ “*I planejamento estratégico da ENESSO*”. Gestão: Compromisso e Resistência 2000/2001.
- ✓ “*Revisão do planejamento estratégico da ENESSO*”. Gestão: Compromisso e Resistência 2000/2001.
- ✓ “*O que é o plebiscito da dívida externa*”. Gestão: Compromisso e Resistência 2000/2001.
- ✓ “*Por que pagar a anuidade?*” Gestão: Na Luta pela Transformação não há limites 2001/2002.
- ✓ “*I Planejamento estratégico da ENESSO*”. Gestão: “Na Luta pela Transformação não há limites” 2001/2002.
- ✓ “*Relatório do I ENESS*”, UEL Londrina/PR 29, 30 e 31/10/1978.
- ✓ “*Relatório do II ENESS*”, UCSAL Salvador/BA 01 e 02/11/1979.
- ✓ “*Resoluções da Plenária final*” do XIV ENESS, UCSAL, Salvador/BA 1992.
- ✓ “*Resoluções da Plenária final*” do XV ENESS, Unisinos, São Leopoldo/RS 1993.
- ✓ “*Deliberações da Plenária final*” do XVI ENESS, Niterói/RJ 24 à 29 /07/94.
- ✓ “*Deliberações*” do XIX ENESS, Campos/RJ 27 a 01/08/97.
- ✓ “*Deliberações*” do XX ENESS, Maceió/AL 07/98.
- ✓ “*Resoluções*” do XXI ENESS, São Luis/MA 25 a 30/07/99.
- ✓ “*Deliberações*” do XXII ENESS, Lins/SP 14 a 20/07/00.
- ✓ “*Deliberações*” do XXIII ENESS Brasília/DF 21 a 26/07/01.
- ✓ “*Deliberações*” do XXIV ENESS, Rio de Janeiro/RJ 21 a 26/07/02.
- ✓ “*Estatuto da SESSUNE*”, Salvador/BA1992.
- ✓ “*Estatuto da ENESSO*”, São Leopoldo/RS1993.
- ✓ “*Estatuto da ENESSO*”, Lins/SP 2000.
- ✓ “*Estatuto da ENESSO*”, Brasília/DF 2001.

1.2 Jornais e Boletins informativos.

- ✓ “*Boletim ÊTA CONESS*”, Teresinha/PI 23/05/89.
- ✓ “*SESSUNE Informa Ativa*”, nº 3 junho de 1991. Gestão: O pulso ainda pulsa e um militante ainda é pouco 1990/1991.
- ✓ “*SESSUNE Informa Ativa*”, nº 1 outubro de 1990. Gestão: O pulso ainda pulsa e um

militante ainda é pouco 1990/1991.

- ✓ “*SESSUNE IN Formativa – Informativo da Subsecretaria de estudantes de serviço social*”, nº 1. Gestão: Quem é de luta não cansa 1991/1992.
- ✓ “*Informativo SESSUNE*”, nº 2. Gestão: Pro dia nascer feliz 1992/1993.
- ✓ “*Informativo SESSUNE*”, nº 3. Coordenação Região VII, Gestão 1992/1993.
- ✓ “*Boletim ENESSO*”, nº 1. Gestão: Enquanto a chama arder 1993/1994.
- ✓ “*ENESSO-Rasgando o verbo! Construindo uma ENESSO de luta*”, (boletim). Coordenação Região I, Gestão: 1993/1994.
- ✓ “*Jornal da ENESSO*”, nº 1 1994. Gestão: Nosso próprio tempo 1994/1995.
- ✓ “*Jornal ENESSO*”, nº 2 fevereiro 1995. Gestão: Nosso próprio tempo 1994/1995.
- ✓ “*Jornal da ENESSO*”, nº 3 julho 1995. Gestão: Nosso próprio tempo 1994/1995.
- ✓ “*Jornal ENESSO*”, nº 4 março 1996. Gestão: Vamos nos permitir 1995/1996.
- ✓ “*Boletim Informativo*”. Coordenação Região III, Gestão: 1995/1996.
- ✓ “*Informativo ENESSO*”, fevereiro 1998. Gestão: Um Convite à rebeldia 1997/1998.
- ✓ “*Jornal ENESSO*”, julho 1998. Gestão: Um Convite à rebeldia 1997/1998.
- ✓ “*Jornal da ENESSO*”, julho/outubro 1998. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Jornal da ENESSO*”, nº 8 março/maio 1999. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Jornal ENESSO*”, 04/07/1999. Coordenação Região II, Gestão: 1998/1999.
- ✓ “*Jornal mural da ENESSO*”, nº 2. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Jornal mural da ENESSO*”, nº 3. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Jornal mural da ENESSO*”, nº 4. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Jornal mural da ENESSO*”, nº 5. Gestão: Nós queremos mais 1998/1999.
- ✓ “*Jornal da ENESSO*”, serviço de comunicação da ENESSO 1º edição, (março) de 2000. Gestão: De norte a sul, construindo muito mais 1999/2000.
- ✓ “*Jornal da ENESSO*”, serviço de comunicação da ENESSO 2º edição, maio de 2000. Gestão: De norte a sul, construindo muito mais 1999/2000.
- ✓ “*Jornal da ENESSO*”, (jornal mural) serviço de comunicação da ENESSO 2º edição, maio de 2000. Gestão: De norte a sul, construindo muito mais 1999/2000.
- ✓ “*Boletim Informativo*”, nº 01 outubro 1999. Coordenação Região VII, Gestão: 1999/2000.
- ✓ “*Boletim Informativo*”, nº 02 abril 2000. Coordenação Região VII, Gestão: 1999/2000.
- ✓ “*Jornal da ENESSO*”, serviço de comunicação da ENESSO 1º edição, outubro de

2000. Gestão: Compromisso e Resistência 2000/2001.
- ✓ “*Jornal da ENESSO*”, serviço de comunicação da ENESSO 2ª edição, maio de 2001. Gestão: Compromisso e Resistência 2000/2001.
 - ✓ “*Jornal da ENESSO*”, serviço de comunicação da ENESSO 3ª edição, julho de 2001. Gestão: Compromisso e Resistência 2000/2001.
 - ✓ “*Jornal da ENESSO*”, serviço de comunicação da ENESSO 1ª edição, fevereiro de 2002. Gestão: Na Luta pela Transformação não há limites 2001/2002.
 - ✓ “*Jornal da ENESSO*”, serviço de comunicação da ENESSO 2ª edição, março de 2002. Gestão: Na Luta pela Transformação não há limites 2001/2002.
 - ✓ “*Jornal da ENESSO*”, serviço de comunicação da ENESSO 3ª edição, julho de 2002. Gestão: “Na Luta pela Transformação não há limites” 2001/2002.

1.3 Correspondência entre regionais e nacional SESSUNE/ENESSO

- ✓ São Paulo 30/10/89.
- ✓ João Pessoa 10/11/89.
- ✓ Ceara 02/01/90.
- ✓ São Paulo 15/04/90.
- ✓ São Paulo 28/08/90.
- ✓ Belo Horizonte 13/02/92.
- ✓ Niterói 02/05/92.
- ✓ Belém 04/05/92.
- ✓ Alagoas (s/d) 1993.

2. Teses apresentadas nos ENESS's e documentos.

- ✓ “*As bases vão à luta na SESSUNE*”, tese ao XIV ENESS Salvador, UFPA julho 1992.
- ✓ “*Caderno de teses*”, XIV ENESS Salvador 19 a 24 julho 1992.
- ✓ “*Alguma coisa esta fora da ordem*”, tese ao XIV ENESS Salvador CASS/UNICAP julho 1992.
- ✓ “*É tempo de ser...!*”, tese ao XV ENESS São Leopoldo, Região VII julho 1993.
- ✓ “*Eu quero é mais*”, tese ao XXI ENESS São Luis/MA julho 1999.
- ✓ “*Projeto democrático e popular: nosso próprio tempo*”, tese ao XVI ENESS Niterói

- 1994.
- ✓ “*Eu quero é mais: contribuição*”, tese ao XIX ENESS Campos/RJ julho 1997.
 - ✓ “*Projeto democrático e popular*”, tese ao XX ENESS Maceió/AL julho 1998.
 - ✓ “*Eu quero é mais*”, tese ao XXI ENESS São Luis/MA julho 1999.
 - ✓ “*Projeto democrático e popular: re encantar-se/ transformando o tédio em melodia*”, tese ao XXI ENESS São Luis/MA julho 1999.
 - ✓ “*Eu quero é mais: mudar é querer sempre mais*”, tese ao XXII ENESS Lins/SP julho de 2000.
 - ✓ “*Projeto democrático e popular: indignação*”, tese ao XXII ENESS Lins/SP julho de 2000.
 - ✓ “*Movimento Eu quero é mais*”, tese ao XXIII ENESS Brasília julho 2001.
 - ✓ “*Projeto democrático e popular*”, tese ao XXIII ENESS Brasília julho 2001.
 - ✓ “*Movimento Eu quero é mais*”, tese ao XXIV ENESS Rio de Janeiro julho 2002.
 - ✓ “*Projeto democrático e popular*”, tese ao XXIV ENESS Rio de Janeiro julho 2002.
 - ✓ “*Uma historia de luta: projeto democrático e popular*”, pré-tese ao XXIV CONESS maio 2002.
 - ✓ “*Contribuição ao seminário nacional do Movimento “Eu quero é mais*”, 16/03/02.
 - ✓ “*Projeto democrático e popular*”, s/d (documento).
 - ✓ “*Eu quero é mais romper amarras*” s/d (documento).
 - ✓ “*Projeto democrático e popular...: Nossa historia nos revela!!!*” s/d (documento).

3. Fontes diversas

(documentos, jornais, boletins. etc.)

- ✓ “*Estatuto da SESSUNE. Uma contribuição ao debate e aprovação*”. UFES, Vitória/ES 21/07/89.
- ✓ “*Jornal do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*”, Natal/RN 10 a 14/04/89.
- ✓ “*ANAS – Associação Nacional dos assistentes sociais*”, circular nº 012/89, São Paulo 24/07/89.
- ✓ “*Jornal nacional das entidades de serviço social – ANAS, CFAS, ABEPSS e SESSUNE*”, nº 0 08/91.
- ✓ “*Por que assessorar o M.E? As razões e as implicações dos (des) encontros*”, Mary Lucia Mesquita/UFRN, Sâmya Rodrigues/URRN e Silvana Mara/UFRN, Natal/RN

03/96.

- ✓ “UNESP-Campus Guaratinguetá”, of nº 559/96 – FEG/DIR, Guaratinguetá 01/06/96.
- ✓ “Jornal ZAPP/ Zênite-Ânimo-Persistência-Poder”, produção autêntica do corpo social da FAPSS/SP, 1997.
- ✓ “Informativo CONESS”. CASS – PUC/SP secretaria do M.E, 02/06/97.
- ✓ “Jornal InFormação/ serviço bimestral de comunicação da ABEPSS/CEDEPSS”, nº 1 julho 1998.
- ✓ “Abrangência e limites legais dos cursos seqüenciais, instituídos pelo inciso I do artigo 44 da lei 939/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional”. CFESS. Parecer jurídico 31/99, 01/09/99. (documento)
- ✓ “Circular nacional do rompendo amarras”, nº 2 20/04/99.
- ✓ Estatuto da ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2000.
- ✓ “Carta do CFESS a Assembléia Nacional Sindical Pró-Federação dos Assistentes Sociais”, Ofício CFESS/n.º 413/200, novembro de 2000.
- ✓ “Carta – Manifesto aprovado pelo Fórum de Executivas e Federações de Curso aos participantes do 50º CONEG”, São Paulo 16/03/01.
- ✓ “Conselho Regional de serviço social, 18ª Região/SE”, of. nº 028/2001 CRESS, Aracaju 29/05/2001 (documento).
- ✓ “Jornal do Plebiscito do Provão”, 17 de abril a 17 de maio de 2002.
- ✓ “Relatório do XXIV CONESS UFPA, 03 a 05/05 Belém/PA”. CASS - PUC/SP 2002.
- ✓ “Relatório Final Gestão 2001-2002”, ABEPSS s/d (documento).
- ✓ “Aos C.A’s e D.A’s e estudantes de serviço social em geral”. Representante discente nacional de graduação em ABEPSS s/d (documento).
- ✓ “Movimento de área – uma contribuição ao debate. A experiência do movimento estudantil de serviço social”, Ádila kariny – estudante de serviço social e militante da FS/PT, Maranhão s/d (documento).
- ✓ “Avaliação do 1º seminário nacional de avaliação institucional” (Fórum de executivas/federações de curso) s/d (documento).
- ✓ “Rompendo amarras. Oposição: por uma M.E democrático e de luta”, s/d (documento).

3.1 - Fitas Cassetes - Sonoro

(Gravações realizadas pela comissão organizadora do XXII ENESS Lins/SP, 2000. Transcritas pelo autor e sem revisão dos autores)

BEHRING, Elaine R. *A importância e os desafios do M.E para a construção de novos horizontes*

Debate das chapas concorrentes a nova gestão da ENESSO.

FERREIRA, Ivanete B. *Avaliação Institucional*.

LESSA, Sergio. *As metamorfoses no mundo do trabalho impostas pelo sistema capitalista e a resistência da classe trabalhadora*.

Plenária final/Revisão do estatuto.

TEIXEIRA, Ney L. *Avaliação Institucional*.

4. Fontes eletrônicas

- ✓ Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. www.enessomess.hpg.com.br, acesso em novembro 2002.
- ✓ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. www.abpess.org.br, acesso em janeiro 2003.
- ✓ Conselho Federal de Serviço Social. www.cfess.org.br, acesso em janeiro 2003.
- ✓ Universidade Virtual Pública do Brasil – Unirede. www.unirede.br, acesso em fevereiro 2003.
- ✓ Universidade Virtual Brasileira – UVB. www.uvb.br, acesso em fevereiro 2003
- ✓ *Ante-projeto de reforma curricular*, parecer nº 412 do Conselho Federal da Educação – MEC sobre o processo nº 7408/82. *Fixa os mínimos de conteúdo e de duração do Curso de Serviço Social*, resolução nº 06, de 23 de setembro de 1982. pessoal.sercomtel.com.br/colman/files/curr82.zip, acesso em janeiro 2003.
- ✓ *Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de filosofia, história, geografia, serviço social, comunicação social, ciências sociais, letras, biblioteconomia e museologia*. Parecer CNE/CES 492/2001-Homologação. www.mec.gov.br/sesu/ftp/pareceres/49201FHGSCCBAM.doc, acesso em janeiro 2003.
- ✓ *Retificação do parecer CES 492/2001 que trata das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de filosofia, história, geografia, serviço social, comunicação social, ciências sociais,*

- letras, biblioteconomia e museologia.* Parecer CNE/CES 1.363/2001-Homologado. www.mec.gov.br/sesu/ftp/parecer/136301FHGSICBAM.doc, acesso em janeiro 2003.
- ✓ *Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de serviço social.* Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. www.mec.gov.br/sesu/ftp/resolucao/1502ServSocial.doc, acesso em janeiro 2003.
 - ✓ *Cadastrros das Instituições de Educação Superior.* www.educacaosuperior.inep.gov.br/curso.stm, acesso em julho 2003.
 - ✓ Grupo de discussão do MESS, seção arquivos. executivamess@yahoogrupos.com.br, acesso em dezembro 2002.
 - ✓ Grupo de discussão do Movimento “Eu quero é Mais”, seção arquivos. eqmais@yahoogroups.com.br, acesso em dezembro 2002.
 - ✓ Grupo de discussão do Movimento “Eu quero é Mais”. *Historia EQM.* br.groups.yahoo.com/group/eqmais/files/historia_eqm.doc, acesso em dezembro 2002.

APÊNDICES:

Apêndice: 01

UNIDADES DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL BRASIL 2003¹

Região	Estado	Instituição	Sigla	Cidade
Norte	Amapá	Instituto Macapaense de Ensino Superior	IMMES ²	Macapá
	Pará	Universidade Federal do Pará	UFPA ¹	Belém
		Universidade da Amazônia	UNAMA ²	Belém
	Amazonas	Instituto Cultural de Ensino Superior do Amazonas	ICESAM ²	Manaus
		Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Manaus
		Faculdade Salesiana Dom Bosco	FSDB ²	Manaus
	Tocantins	Centro Universitário Luterano de Palmas	CEULP ²	Palmas
	Rondônia	Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná	CEULJP ²	Ji-Paraná
Região	Estado	Instituição	Sigla	Cidade
Nordeste	Piauí	Faculdade Ademar Rosado	FAR ²	Teresina
		Universidade Federal do Piauí	UFPI ¹	Teresina
		Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho	ICF ²	Teresina
	Maranhão	Universidade Federal do Maranhão	UFMA ¹	São Luis
	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE ¹	Recife
		Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP ²	Recife
	Paraíba	Universidade Federal da Paraíba	UFPB ¹	João Pessoa
		Universidade Estadual da Paraíba	UEPB ¹	Campina Grande
	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN ¹	Natal
		Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN ¹	Mossoró
		Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte	FACEX ²	Natal
	Ceará	Universidade Estadual do Ceará	UECE ¹	Fortaleza
	Bahia	Universidade Católica de Salvador	UCSAL ²	Salvador

¹ (1) Instituição pública

(2) Instituição privada

		Faculdade Nobre de Feira de Santana	FAN ²	Feira de Santana
	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas	UFAL ¹	Maceió
	Sergipe	Universidade Federal de Sergipe	UFS ¹	São Cristóvão
		Universidade Tiradentes	UNIT ²	Aracaju
Região	Estado	Instituição	Sigla	Cidade
Centro Oeste	Brasília	Universidade de Brasília	UNB ¹	Brasília
		Faculdade Garcia Silveira	FAR ²	Sobradinho
	Goiás	Universidade Católica de Goiás	UCG ²	Goiânia
	Mato Grosso	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT ¹	Cuiabá, Paranatinga
	Mato Grosso do Sul	Universidade Católica Dom Bosco	UCBD ²	Campo Grande
Centro Universitário de Grande Dourados		UNIGRAN ²	Dourados	
Região	Estado	Instituição	Sigla	Cidade
Sudeste	Minas Gerais	Centro Universitário do Triângulo	UNIT ²	Uberlândia
		Faculdades Santo Agostinho	FACISA ²	Montes Claros
		Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES ²	Montes Claros
		Faculdades Integradas de Caratinga	FIC ²	Caratinga
		Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC/MG ²	Belo Horizonte, Contagem
		Universidade de Uberaba	UNIUBE ²	Uberaba
		Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG ¹	Passos
		Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF ¹	Juiz de Fora
		Universidade Vale do Rio Doce	UNIVALE ²	Governador Valadares
		Universidade Presidente Antônio Carlos/ Faculdade Regional do Vale do Aço	UNIPAC/FAR ²	Ipatinga
		Centro Universitário do Sul de Minas	UNIS ²	Varginha
		Faculdade Doctum	----- ²	Teófilo
	Espírito do Santo	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES ¹	Vitória
		Faculdade de Vila Velha	UNIVILA ²	Vila Velha
		Faculdade Salesiana de Vitória	----- ²	Vitória
Faculdade Novo Milênio		FNM ²	Vila Velha	

	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória	EMESCAM ²	Vitória
Rio de Janeiro	Centro Universitário de Volta Redonda	UNIFOA ²	Volta Redonda
	Faculdade de Serviço Social Santa Luzia	----- ²	Duque de Caxias
	Universidade Federal Fluminense	UFF ¹	Niterói, Campos
	Universidade Veiga de Almeida	UVA ²	Rio de Janeiro
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ ¹	Rio de Janeiro
	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ ¹	Rio de Janeiro
	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC/RJ ²	Rio de Janeiro
	Universidade Castelo Branco	UCB ²	Rio de Janeiro
	Centro Universitário Augusto Motta	UNISUAM ²	Rio de Janeiro
	Faculdade Redentor	----- ²	Itaperuna
São Paulo	Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente	----- ²	Presidente Prudente
	Centro Universitário Barão de Mauá	----- ²	Ribeirão Preto
	Universidade de Ribeirão Preto	UNAERP ²	Ribeirão Preto
	União das Faculdades dos Grandes Lagos	UNILAGO ²	São José do Rio Preto
	Centro Universitário de Votuporanga	CEUV ²	Votuporanga
	Centro Universitário de Lins	UniLins	Lins
	Centro Universitário Salesiano de São Paulo	UNISAL ²	Americana
	Faculdade de Ciências Humanas de Aguaí	----- ²	Aguaí
	Faculdade Reunida	FAR ²	Ilha Solteira
	Faculdades Integradas de Botucatu	UNIFAC ²	Botucatu
	Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul	FISA ²	Santa Fé do Sul
	Faculdades Integradas Maria Imaculada	FIMI ²	Piracicaba
	Instituição Toledo de Ensino	ITE-Bauru ²	Bauru
	Instituto Superior de Ciências Aplicadas	ISCA ²	Limeira
	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC/Campinas ²	Campinas
	Universidade de Taubaté	UNITAU ²	Taubaté
	Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP ²	São José dos Campos
Universidade de Marília	UNIMAR ²	Marília	

		Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP ¹	Franca
		Faculdade de Mauá	FAMA ²	Mauá
		Universidade Católica de Santos	UNISANTOS ²	Santos
		Universidade da Cidade de São Paulo	UNICID ²	São Paulo
		Universidade de Santo Amaro	UNISA ²	São Paulo
		Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL ²	São Paulo
		Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP ²	São Paulo
		Faculdade Paulista de Serviço Social	FAPSS ²	São Paulo, São Caetano do Sul
		Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas	UniFMU ²	São Paulo
		Universidade São Francisco	UFS ²	São Paulo
		Faculdade Tijuca	----- ²	São Caetano do Sul
Região	Estado	Instituição	Sigla	Cidade
Sul	Paraná	Faculdade União das Américas	----- ²	Foz do Iguaçu
		Faculdade Educacional de Medianeira	FACEMED ²	Medianeira
		Universidade Estadual de Londrina	UEL ¹	Londrina
		Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG ¹	Ponta Grossa
		Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE ¹	Toledo
		Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO ¹	Guarapuava
		Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR ²	Curitiba
		Faculdades Integradas Espírita	FIES ²	Curitiba
		Centro Universitário de Maringá	CEUMAR ²	Maringá
		Universidade do Estado do Paraná/Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana	UNESPAR/FECEA ¹	Apucarana
		Universidade do Estado do Paraná/Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí	UNESPAR/FAFIPA ¹	Paranavaí
	Santa Catarina	Universidade do Contestado	UNC ²	Caçador, Canoinhas, Curitibanos
		Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL ²	Tubarão, Araranquá, Florianópolis
Universidade do Oeste de Santa Catarina		UNOESC ²	São Miguel do Oeste	

		Universidade Comunitária Regional de Chapecó	UNOCHAPECÓ ²	Chapecó
		Universidade Regional de Blumenau	FURB ²	Blumenau
		Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC ¹	Florianópolis
		Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC ²	Lages
	Rio Grande do Sul	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	URI ²	Frederico Westphalen
		Universidade Luterana do Brasil	ULBRA ²	Canoas, Cachoeira do Sul, Carazinho
		Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS ²	São Leopoldo
		Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC ²	Santa Cruz do Sul
		Universidade de Cruz Alta	UNICRUZ ²	Cruz Alta
		Universidade de Caxias do Sul	UCS ²	Caxias do Sul
		Universidade Católica de Pelotas	UCPEL ²	Pelotas
		Centro Universitário Franciscano	UNIFRA ²	Santa Maria
		Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUC/RS ²	Porto Alegre
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	UNIJUI ²	Santa Rosa		

ESCOLAS de SERVIÇO SOCIAL DIVIDIDA nas 7 REGIÕES da ENESSO 2003

REGIÃO I

1. IMMES, Macapá/AP
2. UFPA, Belém/PA
3. UNAMA, Belém/PA
4. ICESAM, Manaus/AM
5. UFAM, Manaus/AM
6. FSDB, Manaus/AM
7. CEULP, JI-Paraná/RO
8. FAR, Teresina/PI
9. UFPI, Teresina/PI
10. ICF, Teresina/PI
11. UFMA, São Luis/MA

REGIÃO II

12. UFPE, Recife/PE
13. UNICAP, Recife/PE
14. UFPB, João Pessoa/PB
15. UEPP, Campina Grande/PB
16. UFRN, Natal/RN
17. UERN, Mossoró/RN
18. FACEX, Natal/RN
19. UECE, Fortaleza/CE

REGIÃO III

20. UCSAL, Salvador/BA
21. FAN, Feira de Santana/BA
22. UFAL, Maceió/AL
23. UFS, São Cristóvão/SE
24. UNIT, Aracaju/SE

REGIÃO IV

25. UNB, Brasília/DF
26. FAR, Sobradinho/DF
27. UCG, Goiânia/GO
28. UFMT; Cuiabá, Paranatinga/MT
29. UCBD, Campo Grande/MS
30. UNIGRAN, Dourados/MS
31. CEULP, Palmas/TO
32. UNIUBE, Uberaba/MG
33. UNIT, Uberlândia/MG

REGIÃO V

34. FACISA, Montes Claros/MG
35. UNIMONTES, Montes Claros/MG
36. FIC, Caratinga/MG
37. PUC/MG; Belo Horizonte, Contagem/MG
38. UEMG, Passos/MG

39. UNIVALE, Governador Valadares/MG
40. UFJF, Juiz de Fora/MG
41. UNIPAC/FAR, Ipatinga/MG
42. Faculdade Doctum, Teófilo/MG
43. UNIS, Varginha/MG
44. UFES, Vitória/ES
45. UNIVILA, Vila Velha, ES
46. Faculdade Salesiana, Vitória/ES
47. FNM, Vila Velha/ES
48. EMESCAM, Vitória/ES
49. UNIFOA, Volta Redonda/RJ
50. Faculdade Santa Luzia, Duque de Caxias/RJ

51. UFF; Niterói, Campos/RJ
52. UVA, Rio de Janeiro/RJ
53. UFRJ, Rio de Janeiro/RJ
54. UERJ, Rio de Janeiro/RJ
55. PUC-RJ, Rio de Janeiro/RJ
56. UCB, Rio de Janeiro/RJ
57. UNISUAM, Rio de Janeiro/RJ
58. Faculdade Redentor, Itaperuna/RJ

REGIÃO VI

59. Faculdade União das Américas, Foz do Iguaçu/PR
60. FACEMED, Medianeira/PR
61. UEL, Londrina/PR
62. UEPG, Ponta Grossa/PR
63. UNIOESTE, Toledo/PR
64. UNICENTRO, Guarapuava/PR
65. PUC-PR, Curitiba/PR
66. FIES, Curitiba/PR
67. CEUMAR, Maringá, PR
68. UNESPAR/FECEA, Apucarana/PR
69. UNESPAR/FAFIPA, Paranavaí/PR
70. UNC; Caçador, Canoinhas, Curitiba/SC
71. UNISUL; Tubarão, Araranquá, Florianópolis/SC
72. UNOESC, São Miguel do Oeste/SC
73. UNOCHAPECÓ, Chapecó/SC
74. FURB, Blumenau/SC
75. UFSC, Florianópolis/SC
76. UNIPLAC, Lajes/SC
77. URI, Frederico Westphalen/RS
78. ULBRA; Canoas, Cachoeira do Sul, Carazinho/RS
79. UNISINOS, São Leopoldo/RS

80. UNISC, Santa Cruz do Sul/RS
81. UNICRUZ, Cruz Alta/RS
82. UCS, Caxias do Sul/RS
83. UCPEL, Pelotas/RS
84. UNIFRA, Santa Maria/RS
85. PUC/RS, Porto Alegre/RS
86. UNIUI, Santa Rosa/RS

REGIÃO VII

87. Faculdades Integradas Antônio Eufrázio de Toledo, Presidente Prudente/SP
88. Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto/SP
89. UNAERP, Ribeirão Preto/SP
90. UNILAGO, São José do Rio Preto/SP
91. CEUV, Votuporanga/SP
92. UniLins, Lins/SP
93. UNISAL, Americana/SP
94. Faculdades Aguai, Aguai/SP
95. FAR, Ilha Solteira/SP
96. UNIFAC, Botucatu/SP
97. FISA, Santa Fé do Sul/SP
98. FIMI, Piracicaba/SP
99. ITE-Bauru, Bauru/SP
100. ISCA, Limeira/SP
101. PUC/Campinas, Campinas/SP
102. UNITAU, Taubaté/SP
103. UNIVAP, São José dos Campos/SP

104. UNIMAR, Marília/SP
105. UNESP, Franca/SP
106. FAMA, Mauá/SP
107. UNISANTOS, Santos/SP
108. UNICID, São Paulo/SP
109. UNISA, São Paulo/SP
110. UNICSUL, São Paulo/SP

111. PUC/SP, São Paulo/SP
112. FAPSS; São Paulo, São Caetano do Sul/SP
113. UniFMU, São Caetano do Sul/SP
114. UFS, São Caetano do Sul/SP
115. Faculdade Tijuussu, São Caetano do Sul/SP



ENCONTROS ORGANIZADOS PELO MESS 1978 - 2003

Ano	Edição	ENESS	Tema	Edição	CONESS ¹⁵⁵	Edição	Seminários Nacionais/FPMESS
1978	I	UEL - Londrina/PR	<i>"O Serviço Social e a Realidade Brasileira"</i>				
1979	II	UCSAL - Salvador/BA					
1980	III	PUC/BH - Belo Horizonte/MG	<i>"Serviço Social: Formação Profissional e intervenção na realidade"</i>		UCSAL - Salvador/BA		
1981	IV	UFPE - Recife/PE	<i>"Reconceituação do Serviço Social na realidade Brasileira"</i>		PUC/SP - São Paulo/SP		
1982	V	UFES - Vitória/ES	<i>"O Estado e a Política Social e Intervenção do Serviço Social - Relação Teoria x Prática"</i>		UCG - Goiânia/GO		
1983	VI	PUC/BH - Belo Horizonte/MG	<i>"Movimento Político atual e a Formação Profissional"</i>	VI	UCSAL - Salvador/BA		
1984	VII	PUC/RS - Porto Alegre/RS	<i>"Relação de Poder do Serviço Social na sociedade capitalista"</i>	VII	UNB - Brasília/DF		

¹⁵⁵ Em relação ao CONESS esta instância oficialmente só será efetivada depois de 1979. Sendo assim a 1ª realização desse encontro será em 1980, no entanto nos cartazes e folders desses encontros aparecera a edição seguindo as edições do ENESS ou edições à frente do ENESS, aqui não sabemos explicar por que dessa confusão. As edições dos CONESS's que colocamos na tabela seguem as informações de folders, cartazes e produções analisadas.

1985	VIII	UNB - Brasília/DF	<i>"Reforma Universitária e Organização Estudantil"</i>		UFES - Vitória/ES		
1986	IX	UFRJ - Rio de Janeiro/RJ	<i>"Novas Propostas políticas dos Estudantes de Serviço Social - Frente a Atual Conjuntura"</i>	IX	UCSAL - Salvador/BA		
1987		(sem eness)	(sem eness)	X	UFF-Niterói - Niterói/RJ		
1988	X	UFRJ - Rio de Janeiro/RJ	<i>"Se Muito Vale. O que já Feito. Mais vale o que será"</i>		PUC/BH - Belo Horizonte/MG		
1989	XI	UFPA - Belém/PA	<i>"NIMUE NOASU"¹⁵⁶</i>	XI	UFPI - Teresina/PI		
1990	XII	UECE - Fortaleza/CE	<i>"Nada de grandioso se fará. Sem Paixão"</i>	XIII	UFSC - Florianópolis/SC		
1991	XIII	UFMT - Cuiabá/MT	<i>"Serviço Social no desafio do novo"</i>	XIV	PUC/SP - São Paulo/SP	I	UFPE - Recife/PE
1992	XIV	UCSAL - Salvador.BA	<i>"Pensando, Fazendo e Acontecendo"</i>		UNB - Brasília/DF	II	UNB - Brasília/DF
1993	XV	UNISINOS - São Leopoldo/RS	<i>"As novas Formas de organização do Capitalismo e os desafios à Formação Profissional do Assistente Social"</i>	XVI	UFES - Vitória/ES	III	UFPA - Belém/PA
1994	XVI	UFF/Niterói - Niterói/RJ	<i>"Tudo é ousado a quem nada se atreve"</i>	XVII	UECE - Fortaleza/CE	IV	UFRJ - Rio de Janeiro/RJ

¹⁵⁶ Esta na língua tupi-guarani que significa *"Aquele que Constrói seu Próprio Caminho"*.

						V	UCSAL - Salvador/BA
1995	XVII	UFRN - Natal/RN	<i>"O que se vê, não se via, o que se crê, se faz e se cria"</i>	XVIII	UEL - Londrina/PR	VI	UNISINOS - São Leopoldo/RS
1996	XVIII	FURB - Blumenau/SC	<i>"Permanência de poucos e exclusão de muitos"</i>		UFPB - João Pessoa/PB	VII	UERJ - Rio de Janeiro/RJ
1997	XIX	UFF/Campos - Campos/RJ	<i>"Quem quer manter a ordem... Quem quer criar desordem"</i>	XX	UFAL - Maceió/AL	VIII	UECE - Fortaleza/CE
1998	XX	UFAL - Maceió/AL	<i>"Rompi: tratados, trai os ritos... Um grito, um desabafo... E O que importa é não estar vencido"</i>		UCS - Caxias do Sul/RS	IX	UFF/Niterói - Niterói/RJ
1999	XXI	UFMA - São Luis/MA	<i>"Brasil, mostra tua cara"</i>	XXI	UERN - Mossoró/RN		(No ENESS de 98 delibera-se o revezamento entre os seminários regionais e nacionais)
2000	XXII	Unilins - Lins/SP	<i>"Por um novo projeto Societário -Neoliberalismo até quando?"</i>	XXII	UCG - Goiânia/Go	X	UFES - Vitoria/ES
2001	XXIII	UNB - Brasília/DF	<i>"Não há Tréguas nesta luta, pela transformação. Serviço Social: contra a desigualdade pela Cidadania"</i>	XXIII	UNIT - Aracaju/SE	XI	UFSC - Florianópolis/SC
2002	XXIV	UERJ - Rio de Janeiro/RJ	<i>"Globalizando a Resistência e Fortalecendo a Luta"</i>	XXIV	UFPA - Belém/PA		
2003	XXV	UCSAL - Salvador/BA	<i>"O Serviço Social em Busca de uma Construção Coletiva"</i>	XXV	UNESP - Franca/SP	XII	UFMA - São Luis/MA

			<i>na Atual Conjuntura Brasileira”</i>				
--	--	--	--	--	--	--	--

ANEXOS:

ANEXO 01
(Relatório ENESS 1978)

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - IENESS -
29-30-31 de outubro de 1978 - LONDRINA PR

RELATÓRIO

DATA: 29.10.78

LOCAL- ANFITEATRO DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (FUEL)

HORÁRIO: das 9:00 às 12:30 ha - 14:00 às 22:00hs

Nesta data foi feita a abertura do ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL, pela escola sede, com apresentação das escolas presentes e a composição da mesa, que contou com um representante de cada escola.

Em seguida levantou-se questões a serem debatidas, com realção ao tema "O Serviço Social é a Realidade Brasileira":

- 1- Análise de conjuntura,
- 2- Objetivos do Serviço Social,
- 3- Brechas,
- 4- Organização de classes,
- 5- Eleições de 15 de novembro,
- 6- Outras.

Para a discussão dessas questões foram formados 30 grupos de 20 pessoas, seguindo a numeração recebida aleatoriamente, para tal formação, escolhendo-se em cada grupo um relator e um coordenador.

Terminada a discussão em grupos, os relatores reuniram-se e fizeram a síntese das conclusões chegadas nos grupos, para serem levadas à discussão em plenária no dia 30.10.78.

DATA: 30.10.78

LOCAL: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE LONDRINA

HORÁRIO: das 9.00hs às 13:00hs

Discussão da síntese dos grupos a respeito do tema proposto e discutido no dia anterior.

SÍNTESE:

- O Serviço Social foi criado numa época com um modelo de atuação que hoje é questionado.
- O momento político visa a manutenção do status quo,

Neste contexto o Assistente social atua como manipulador, isto é, um ajustador.

• O Serviço Social até o momento tem servido de instrumento de dominação, com trabalho de camuflar as contradições do sistema, servindo a uma ideologia à qual deveria combater,

• A política governamental está voltada para o desenvolvimento econômico, em detrimento dos outros níveis de igual importância, como o social, o político e o cultural,

• O que está acontecendo atualmente é que o Assistente Social muitas vezes apenas executa o que foi planejado por outros profissionais,

• O Assistente Social recebe honorários de uma instituição, trabalha portanto subordinado às normas e padrões dessa instituição, tendo que corresponder ao que é ditado por ela,

• Grande parte dos Assistentes Sociais cumprem papéis meramente burocráticos e administrativos, executando tarefas que qualquer outro funcionário não especializado, poderia executar,

Foi colocado então a necessidade de que o Assistente Social assumira um compromisso com a classe oprimida.

Há uma falta generalizada de consciência de seu próprio papel na sociedade.

Do posicionamento do Assistente Social vai depender o avanço da profissão, em nível de atuação.

Faz-se necessário um trabalho de conscientização do profissional de estudante, para dar-lhe uma maior visão crítica da sociedade onde ele vai atuar.

Foi ressaltado também que o Assistente Social ao trabalhar com o indivíduo, deve agir com total ausência de dogmatismo e preconceitos; deve levar em consideração que ele também é parte da sociedade capitalista, vende sua força de trabalho e é explorado e manipulado enquanto instrumento do regime.

Entre os objetivos do Serviço Social foram colocadas propostas:

• papel do Assistente Social como agente conscientizador da classe com a qual vai trabalhar,

• papel do Assistente Social como educador, uma vez que o papel de conscientizador deve ser revisto, porque o A.S. não deve impor sua visão e consciência a ninguém. Essa educação deve ser aplicada de forma volutiva e nunca como uma domesticação do homem.

• O A.S. não deve impor seu sistema de valores,

• A preocupação do A.S. deve ser de conhecer e atuar na realidade da clientela,

• a posição crítica do A.S. frente à realidade deve ser de um posicionamento político,

• o A.S. deve se posicionar para levar a luta que se trava em todo o país na necessidade de melhores salários, anistia e redemocratização,

. Consideram que o A.S. deve se posicionar como TRABALHADOR SOCIAL, e não como agente social

Foi colocado a pretensão do A.S. enquanto agente transformador, um provocador de mudanças. Essa colocação foi criticada, do ponto de vista que, essa prática transformadora depende de um engajamento político, junto às mobilizações populares, que surgem independentemente de nossa atuação.

. Há uma contradição entre o objetivo profissional (organizar, capacitar, dar uma visão crítica) - e o objetivo do sistema.

2 posições

. Uma que aprova o trabalho aproveitando nas brechas, considera que pode-se trabalhar com o assistencialismo como meio para se aproveitar as brechas.

. Outra que não acredita na falsa abertura da utilização dessas brechas, porque o profissional está por demais comprometido com o sistema e tem medo.

O A.S. enquanto classe:

. há órgãos que deviam nos representar estão comprometidos com a classe dominante,

. há a necessidade da categoria profissional de se organizar para uma reflexão sobre sua própria atuação,

. há necessidade de um fortalecimento da classe, através de um sindicato realmente representativo.

Quanto às eleições de 15 de novembro ficou decidido em plenária, que adotamos a decisão do IV ENE: o voto em candidatos populares do MDB.

DATA: 30.10.78

LOCAL: CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - FUEL

HORÁRIO: 16:00 às 18:30hs

Seguindo o programa do dia, passou-se à discussão sobre a FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

Formaram-se 6 grandes grupos distribuídos em salas de aula, pelos quais passaram os representantes de cada escola presente, colocando os pontos levantados na análise crítica feita por cada uma.

Em seguida (no CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS) os grupos, de acordo com o esquema do dia seguinte, se dividiram para discussão sobre a formação Profissional, tendo como base as colocações críticas levantadas pelas escolas.

XXXXXXXXXXXX

Em plenária, cada grupo fez sua síntese sobre as discussões e abriu-se o debate de questões então levantadas por estes.

As questões giraram em torno de:

. Reformulação do currículo mínimo a nível nacional.

. Campos de estágio,

. Questionamento quanto a abordagem do indivíduo enquanto caso, grupo e comunidade.

. Fortalecimento do centro de estudos de cada realidade,

. Horizontalidade de relação professor-aluno,

. Dicotomia entre teoria e prática,

. Formação não dependente do currículo, mas da estrutura na qual se embasa o ensino,

Terminadas as discussões, foram apresentados e discutidos 2 trabalhos práticos:

1- Escola de Serviço Social de Marília, sobre Medicina Preventiva,

2- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sobre Experiência em favela.

1 Esta foi a última discussão do dia.

DATA: 31.10.78

LOCAL: ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA DE LONDRINA

HORÁRIO: das 9:00 às 18:30 hs

No último dia do encontro, foi fechado os pontos discutidos. Partindo-se da necessidade de unificação de um currículo mínimo para as escolas de S.S., embasado na realidade brasileira, decidiu-se que:

1- Cada escola deverá discutir o seu curso, direcionando esta discussão para o currículo,

2- Decidiu-se também formar uma comissão composta por dois representantes de cada escola do país e a primeira reunião marcada para esta comissão, será no dia 17/12 em Vitória/ES, na qual será feito um relatório como as escolas estão encaminhando as discussões junto às bases. Os representantes devem ser tirados da maneira mais ampla possível.

3- Esta comissão terá como função coordenar as lutas do S.S. e organizar o II ENESS,

4- Londrina ficou encarregada de fazer o relatório do Encontro e encaminhá-lo para 5 escolas e estas passarão às que ficarem sob sua responsabilidade,

5- Foi feita uma crítica a Londrina, por esta ter impresso certificados, pois já havia sido decidido em reunião o preparatório quando seria fornecido, visto que estes não teriam validade.

6- Foram tirados mocções de apoio:

- . Aos colegas da convergência presos em São Paulo
- . Aos colegas de Brasília
- . Ao I Congresso Nacional de Anistia
- . Ao IV ENE

Londrina agradece às escolas presentes e se solidariza com aquelas que de uma maneira ou de outra não puderam comparecer ao IENESS.

MOÇÃO DE APOIO / IENESS

29-30-31/10/1978 - LONDRINA PR

Nós do IENESS apoiamos aos colegas de Brasília, na sua luta pelo direito do voto, e em repúdio a repressão sofrida pelos mesmos no direito assegurado a todo cidadão brasileiro de manifestar-se, conforme consta da Constituição.

Repudiando também a restrição ao direito de participação efetiva da população brasileira, nos vários escalões decisórios.

- PELO DIREITO DO VOTO
- PELA CESSAÇÃO DA REPRESSÃO
- PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

MOÇÃO DE APOIO / IENESS

Londrina PR - 29 a 31/10/78

Nós alunos do S.S., aqui presentes e participantes deste IENESS, vimos de extrema importância nos solidarizar aos presos políticos do Estado de São Paulo, e registrar nosso ato de repúdio às prisões arbitrárias efetuadas ontem, dia 30/10, contra sete companheiros membros da convergência Socialista; um movimento amplo, aberto, e legítimo, sendo que dentre as sete pessoas estão nossos colegas e jornalistas, que nada mais são do que pessoas que lutam por uma sociedade mais justa, pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelo pluripartidarismo, pelo direito à livre manifestação e expressão, pelas liberdades democráticas....

05

(CONTINUAÇÃO)

Nesta hora em que se fala em aberturas e que vemos atos deste cunho nos é mostrada mais uma vez a contradição em que vivemos. Cansados destes atos arbitrários, que nos são impostos, registramos aqui nossa luta pela:

- LIBERTAÇÃO IMEDIATA DE NOSSOS COMPANHEIROS PRESOS
- ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA
- PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

MOÇÃO DE APOIO / IENESS

29 a 31/10/78 - Londrina PR

A questão da anistia vem sendo levantada por diversas camadas sociais, que hoje se posicionam claramente contra o regime anti-povo, há 14 anos instaurado no país.

É neste momento de avanço do Movimento Popular e da grande importância que assume a anistia ampla, geral e irrestrita, para o mesmo que se realizará, em São Paulo, de 2 a 5 de novembro do Iº Congresso Nacional de Anistia e ao qual, nós participantes do IENESS, damos todo o nosso apoio.

- POR ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA
- POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS
- PELO FIM DA DITADURA

06

MOÇÃO DE APOIO / I E N E S S

29-30-31/10/78 LONDRINA PR

O momento na sociedade brasileira é de crise na ditadura militar, que se encontra enfraquecida, enfrentando de um lado a oposição popular e do outro a oposição burguesa.

A reorganização do movimento estudantil se coloca hoje como a nos sa principal tarefa. É necessário lutarmos pela reabertura das nossas entidades estaduais UEEs, Metropolitanas e anos entidade nacional a UNE.

Como sabemos a UNE foi fortemente reprimida pela ditadura em 1968 e hoje devemos unir nossas forças no sentido de reabri-la apoiando o XXX Congresso da UNE na Bahia em maio, e uma apoio mais efetivo' deverá se dar ao acatarmos as deliberações do IV ENE, como forma de en caminhar e fortalecermos o movimento a nível nacional.

A reconstrução da UNE, significará mais um passo para o desgaste do regime militar, e para o avanço da luta por liberdades democráticas, ' que tráz no seu conteúdo a necessidade de organização independente para os trabalhadores oprimidos, na luta pela conquista de uma sociedade jus ta, livre de opressão e dominação.

- PELA REALIZAÇÃO DO II ENE S S
- POR UM APOIO EFETIVO AS DELIBERAÇÕES DO IV ENE
- PELA REALIZAÇÃO DO XXX CONGRESSO PARA A RECONSTRUÇÃO DA UNE
- PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA
- POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS:

RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL
E. N. E. S. S.

O II E.N.E.S.S. foi realizado nos dias 31 de outubro, 1 e 2 de novembro de 1979, em Salvador na Bahia, tendo como sede a Universidade Católica de Salvador (UCSAL).

A pauta do II E.N.E.S.S. constituiu-se do seguinte:

DIA 31.10.79 - Plenária de Abertura

- a) Formação da Mesa
- b) Aprovação do Regimento Interno
- c) Aprovação da Pauta
- d) Informes Gerais

Democratização da Universidade

- a) Reforma Universitária
- Jubileamento
- b) Projeto de Autarquia - Projeto Portela

DIA 01.11.79 - Currículos

- a) Condições de Ensino do S.S. nas escolas
- b) Matérias (carga horária e ementas)
- c) Professores
- d) Estágios
- e) Mercado de Trabalho
- f) Lutas a serem levadas

DIA 02.11.79 - Organização Estudantil

- a) Criação de Entidades de Base
- b) Instâncias de Deliberação
- c) Formas de Participação na UNE
- d) Lutas Gerais a serem levadas

Plenária de Encerramento

- a) Aprovação dos relatórios e moções

Com a plenária de abertura deu-se início ao encontro no dia 31 de outubro de 1979, às 10:00 hs e as escolas: UCSAL - Ba; UCMG - Belo Horizonte; FURNE - Campina Grande Pb; FUEL - Londrina PR; UPP - UCP - Recife PE; FSS - Santos SP - compareceram a mesa na coordenação dos trabalhos.

A mesa convidou o companheiro Candido Vaccarezza, Diretor de Imprensa da UNE (União Nacional dos Estudantes) para fazer parte da mesa e para representá-la no II E.N.E.S.S.

A delegação da escola Instituto de História e Serviço Social de Franca SP, cantou uma música em homenagem ao II E.N.E.S.S.

A escola sede UCSAL, fez o discurso de abertura do II E.N.E.S.S.

Em seguida a mesa fez a apresentação das delegações de escolas presentes ao II E.N.E.S.S., num total de 43 escolas das 54 que temos em todo Brasil, mostrando assim quão representativo esse encontro esteve. São elas:

- 1 - Faculdade de Serviço Social de Florianópolis - Florianópolis - SC
- 2 - UFC - Fortaleza - CE
- 3 - UFC - Faculdade de Serviço Social de Santos - Santos - SP
- 4 - UFM - São Luís - MA
- 5 - Faculdade de Serviço Social - Santo André
- 6 - FUFMT - Cuiabá - MT
- 7 - Instituição Toledo de Ensino - Bauru - SP
- 8 - UnB - Brasília - DF
- 9 - UFF - Recife - PE
- 10 - UCF - Recife - PE
- 11 - UCMG - Belo Horizonte - MG
- 12 - UCSAL - Salvador - Ba
- 13 - Instituto de História e S. Social de Franca - Franca - SP
- 14 - Faculdade de S. Social de Araraquara - Araraquara - SP
- 15 - OSEC - Santo Amaro - SP
- 16 - UCG - Goiânia - GO
- 17 - UFF - Campos - RJ
- 18 - UNAERP - Ribeirão Preto - SP
- 19 - UFAL - Maceió - AL
- 20 - Faculdade Católica do Mato Grosso do Sul - Campo Grande - MS
- 21 - UFRJ - Rio de Janeiro - RJ
- 22 - Faculdade Paulista de Serviço Social - São Paulo - SP
- 23 - UCI - Pelotas - RS
- 24 - Fundação Educacional do Alto do Vale do Peixe - Caçador - SC
- 25 - FUEL - Londrina - PR
- 26 - UFPb - João Pessoa - PB
- 27 - UFE - Belém - PA
- 28 - UFF - Niterói - RJ
- 29 - FURIM - Campina Grande - PB
- 30 - Faculdade de Serviço Social de Lins - Lins - SP
- 31 - F.U - São Paulo - SP
- 32 - FUC - São Paulo - SP

- 34 - UFRS - Vitória - ES
- 35 - Associação de Ensino de Brasília - SP
- 36 - PUC - Rio de Janeiro - RJ
- 37 - UCPr - Curitiba - PR
- 38 - UFS - Aracaju - SE
- 39 - Universidade de Caxias do Sul - Caxias do Sul - RS
- 40 - Faculdade Paulista de S.S. de São Caetano do Sul - SP
- 41 - PUC - Porto Alegre - RS
- 42 - UERJ - Rio de Janeiro - RJ
- 43 - Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora - Juiz de Fora-MG

Discursaram em apoio ao II E.N.E.S.S. em réguida, os representantes das seguintes entidades:

- UNE - União Nacional dos Estudantes;
- DCE - UCSAL
- APASS - Associação Profissional de Assistentes Sociais de Salvador
- CBA - Comitê Brasileiro de Anistia
- SOCIEDADE BRASIL MULHER;
- APASSP - Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo - SP
- Diretoria da FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UCSAL
- ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social.

Gene pressogimento foi discutido o Regimento Inter no para o E.N.E.S.S. e aprovou-se:

DA SEDE E DA DATA-

- Art 1º - O Encontro NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (E.N.E.S.S.), parte da necessidade a nível nacional onde passamos avaliar o ensino, discutir, organizar e encaminhar as lutas a serem travadas tanto a nível específico como geral.
- Art 2º - O local e data do Encontro devem ser discutidos em plenário ao final de cada encontro.

DOS ORGANIZADORES:

- Art 3º - A comissão organizadora do E.N.E.S.S. será composta pelo CONESS (Conselho Nacional de Entidades de Serviço Social), onde cada escola terá direito a 2 representantes e 2 votos.
- Cabe ao CONESS:
 - a - deliberar em questões referentes à organização do E.N.E.S.S.
 - b - reunir-se 1 vez ao ano antes do E.N.E.S.S. ou quando se fizer necessário.

c - convocar o E.N.E.S.S. quando necessário em caso de urgência.

- 4º - A comissão de infra-estrutura será composta pela escola sede do encontro e pela Comissão Executiva e Sub-Secretaria de Serviço Social na Secretaria de Humanas da UNE (União Nacional dos Estudantes)

§1º - Cabe à Comissão Executiva

- a - centralizar informações sobre os encaminhamentos dos problemas de âmbito geral e encaminhamentos das lutas tiradas no E.N.E.S.S. para as 7 regiões brasileiras - A saber:

Região 1 Pará, Maranhão, Piauí, Amazonas, Acre, e territórios;

Região 2 Ceará, Rio Grande do Norte Paraíba e Pernambuco;

Região 3 Sergipe, Alagoas e Bahia;

Região 4 Mato Grosso do Norte, Mato Grosso do Sul, Goiás, Brasília e Minas Gerais;

Região 5 Rio de Janeiro e Espírito Santo;

Região 6 Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Região 7 São Paulo.

- b - Reunir-se toda vez que se fizer necessário com 50%+1 dos representantes de cada região

Cada região deverá escolher seu representante que atuará através de rodízio ano a ano.

§

§2º Cabe à Sub-Secretaria de Serviço Social na Secretaria de Humanas da UNE (União Nacional dos Estudantes)

- a - deliberar em questões relativas ao encaminhamento da lutas gerais em seu ligamento com a UNE.

- b - reunir-se toda vez que se fizer necessário com a presença mínima de 50%+1 dos representantes de regiões. Cada região deverá escolher seu representante que atuará através de rodízio ano a ano.

5º A comissão de divulgação será constituída pela comissão Executiva e Sub-Secretaria na UNE.

DA ORGANIZAÇÃO

- Art. 6º - A comissão de infraestrutura compete:
- Alojar todos os participantes do ENESS;
 - Recepcionar e orientar todos os participantes;
 - Assegurar local para a realização das plenárias e discussões dos grupos;
 - Garantir as refeições (café da manhã, almoço e jantar) durante todos os dias do encontro, cujo preço será incluído na taxa de inscrição.

DA PROGRAMAÇÃO

- Art. 7º - A programação está a cargo da comissão organizadora. Compete ainda à comissão organizadora, no dia anterior à plenária de abertura, recepcionar as delegações, bem como organizá-las para os alojamentos.
- § 1º. No dia da plenária de abertura se discutirão - possíveis reformas deste regimento, a pauta do encontro, após a formação e apresentação da mesa, das entidades de classe e informações sobre o Encontro.
- § 2º. As propostas de modificação do regimento interno deverão ser enviadas à escala pelo menos 15 dias antes do Encontro.
- § 3º. A mesa será composta pela comissão organizadora, CONESS, com 5 pessoas sendo 2 coordenadores e 3 relatores.

DAS DISCUSSÕES

- Art. 8º - A mesa não tem o direito de cortar a palavra sem aprovação da plenária.
- § 1º. Cabe à mesa dirigir, organizar, encaminhar todas as propostas da plenária.
- § 2º. Quanto às propostas, abre-se um período para inscrição, onde serão encaminhados os prós e contras.
- § 3º. Fechadas as inscrições deverão ser lidas as propostas à plenária, em seguida passa-se à fase de votação.
- § 4º. Serão permitidas 2 defesas para cada proposta. Caso a plenária não esteja esclarecida, haverá mais 1 defesa por proposta.
- § 5º. Caso a mesa não cumpra essas deliberações a plenária poderá destituí-la.
- Art. 9º - O uso da palavra só será permitido mediante inscrições, excluindo-se questões de ordem e de encaminhamento, que não necessitam desse critério.
- Art. 10º - Cada orador terá o prazo de 3 minutos com direito a nova inscrição.
- Art. 11º - Os apertes serão concedidos pelo orador, com permissão deste, na duração máxima de 2 minutos computáveis do tempo do orador principal.

Art. 12º - Haverá plenária de encerramento no último dia do encontro.

Constam dessa plenária:

- o relator deverá apresentar para cada ponto de pauta, as propostas para votação;
- só poderá ser inscrita outra proposta durante a plenária se esta for totalmente nova;
- cabe à plenária propostas de encaminhamento.

DA PARTICIPAÇÃO

- Art. 13º - São participantes do E.N.E.S.S.:
- delegações de faculdades de Serviço Social de todo o país;
 - estudantes de outras áreas com direito a participar do encontro sem direito a voz e voto.

DO PROCESSO DELIBERATIVO

- Art. 14º - Nas plenárias todos os estudantes de Serviço Social terão direito a voz.
- § ÚNICO - Cada escola terá direito a 3 (três) votos.

DOS GRUPOS

- Art. 15º - Os participantes do E.N.E.S.S. serão distribuídos em grupo, cabendo à delegação distribuir os participantes de cada escola pelos diversos grupos formados.
- Art. 16º - Cada grupo deverá eleger um coordenador e um relator.
- Art. 17º - O relatório deverá conter as conclusões, propostas e formas de encaminhamento tiradas pelos integrantes dos grupos.

DOS RELATÓRIOS

- Art. 18º - Os relatores deverão reunir-se no final das discussões dos grupos para:
- redação de um relatório único;
 - apresentação da síntese das conclusões dos grupos à mesa.

DOS TRABALHOS PRÁTICOS

- Art. 19º - Os trabalhos práticos deverão ser apresentados impressos e enviados com 15 dias de antecedência à sede do encontro. Cabe à escola autora de trabalho imprimir cópias do mesmo para distribuir às escolas.

DAS MOCÇÕES

- Art. 20º - As mocções serão entregues redigidas à mesa no início da plenária final e submetidas a aprovação por aclamação.

DOS CASOS E LITÍGIOS

- Art. 21º - Os casos e litígios serão resolvidos em plenária, sob a presidência da mesa de deliberações do E.N.E.S.S.

Após a aprovação de todos os tópicos do Regimento Interno, a plenária aprovou a pauta proposta para o II E.N.E.S.S. e foram dados informes necessários, encerrando-se assim a plenária de abertura do II E.N.E.S.S.

No dia 01.11.79 pela manhã houve a discussão do tema "Democratização da Universidade", já que a discussão do Regimento Interno tomou todo o primeiro dia do encontro. Essa discussão foi realizada em grupos, num total de 15. Os resultados e propostas dos grupos, anotadas pelos relatores dos mesmos, foram unificadas numa reunião de relatores e dessa reunião foi tirado o relatório final desse tema, que foi posteriormente aprovado em plenária, e segue na íntegra:

O PAPEL DA UNIVERSIDADE

A educação na Universidade Brasileira é voltada para os interesses do sistema vigente.

A Universidade como instrumento do sistema capitalista tem 3 aspectos:

- 1 - Formação de mão de obra especializada (técnicos e tecnocratas) para atender às necessidades de expansão do capitalismo, isto é, de acordo com o modelo econômico de concentração de renda, voltado para os interesses externos.
- 2 - Reprodução da ideologia dominante que garante a manutenção do sistema vigente.
- 3 - Transformação do sistema educativo numa empresa, que acumula e reproduz capital e que se preocupa com o lucro. A Universidade se interessa por mais alunos, mais matérias e conseqüentemente mais renda. (Por exemplo a FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas SP - que possui 3.000 alunos de Serviço Social

O modelo da Universidade, o método, o conteúdo dos cursos, não estão voltados para a nossa realidade. São meras cópias de países desenvolvidos como EUA e Europa.

A Universidade que temos hoje é reflexo do modelo econômico e político que vigora desde o golpe militar de 1964.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Vão atender a que interesses?

A partir de 1964 a verba para a educação está reduzindo cada vez mais: de 12% para 2,7%. Porque?

As conseqüências são:

- 1 - Maior capitalização da educação: dono do capital e dono da Universidade e escolas particulares. Portanto a escola é voltada para o atendimento do mercado.
- 2 - Maior elitização do ensino. Cada vez mais o estudante pobre é fechado a porta da Universidade.
- 3 - Queda do nível de ensino, pois a Universidade se preocupa com a quantidade e não com a qualidade do ensino.
- 4 - Perda da autonomia universitária.

07

PROJETO DE AUTARQUIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE (PROJETO PORTELA E ENSINO PAGO)

Esse projeto foi elaborado sem a ampla participação de discentes, docentes e outras camadas da população.

Autarquização, segundo o projeto, significa a autonomia política, financeira e pedagógica da Universidade.

- Autonomia Financeira - : enquanto uma fundação se mantém relativamente, numa autarquia a auto-manutenção é absoluta.

Sabemos que uma autonomia financeira dentro do sistema capitalista só é possível em termos de lucro. As Universidades se transformam cada vez mais em empresas capitalistas.

A educação universitária seria sustentada pelos próprios estudantes e seria alvo de investimento das grandes empresas (multinacionais)

Os interesses das multinacionais mais ao investirem na educação brasileira seriam: garantir mão de obra especializada e barata (pelo grande contingente) e reproduzir as condições ideológicas para a manutenção da dominação capitalista.

- Autonomia Política: É falsa, na medida em que a Universidade deve responder sempre aos interesses do capital, que controla o próprio Estado.

- Autonomia Pedagógica: Abre um espaço maior para que se implante definitivamente a educação voltada para o interesse empresarial e não para a maioria da população.

Objetivo da Autarquização: É uma forma de Estado se desobrigar de seus encargos sociais com a educação. Isso é contra a Declaração dos Direitos Humanos, que determina ao Estado, assumir esse encargo.

Conseqüências:

- Monopolização capitalista da Universidade; o capitalismo domina a educação em função de seus interesses.
- Adequação dos currículos ao mercado de trabalho, de acordo com os interesses da empresa capitalista;
- Expansão quantitativa do nível superior;
- Ênfase maior a formação de técnicos, em detrimento da formação científica e social: falência dos cursos de ciências humanas.

08

JUBILAMENTO

Jubilar significa expulsar o aluno da Universidade, quando este não cumprir as normas estabelecidas para a conclusão como: tempo, desempenho acadêmico, disciplina, etc...

O jubilamento é uma forma de repressão e arbitrariedade dentro da universidade.

Exemplos:

- Universitários que participam do Movimento Estudantil e estão comprometidos com suas lutas e que faltam às aulas prejudicando o seu desempenho acadêmico no atraso das disciplinas;
- alunos com deficiência física ou mental/ (uma aluna paraplégica da UFRJ foi prejudicada);
- estudantes que trabalham e têm muito pouco tempo para se dedicar aos estudos;
- alunos de baixo nível econômico que tem problemas de desenvolvimento intelectual relacionados à subnutrição;
- alunos que não tiveram acesso a colégios de melhor nível, etc...

No entanto, como a maioria das escolas não tinha subsídios para aprofundar a discussão e se fosse o caso, tirar formas de luta, foi decidido em plenária que se voltaria às bases e se tentaria obter maiores informações a respeito do jubilamento em cada escola.

CURRÍCULOS

Na discussão de currículos foi tirada uma proposta de currículo mínimo, mas deve-se retomar a discussão em todas as escolas, inclusive junto aos professores para discutirmos uma proposta a nível nacional no próximo ENESC. Que as alterações propostas pelos grupos nesse II ENESC, constem da elaboração desse currículo.

Linhas de currículo

- as matérias devem ser relacionadas ao Serviço Social; devem constar no conteúdo programático a obrigatoriedade de análise crítica de cada matéria.

A linha de currículo deve estar diretamente ligada com o objeto do Serviço Social, que é a explicitação e transformação das contradições internas da classe dominada.

Deve existir um currículo mínimo a nível nacional e disciplinas optativas para atender os conteúdos pertinentes à realidade de cada região onde se localiza a escola.

Currículo Mínimo

Básico:

- Filosofia: conteúdo: o da ABESS, com mudança da palavra "principais" por "todas" as correntes filosóficas.

acréscimos: constar que o profissional de SS tenha um posicionamento dentro de uma corrente filosófica; ter uma corrente filosófica dentro do SS; ter filosofia também no ciclo profissional.

= Antropologia: Conteúdo igual ao da ABESS.

= Psicologia: estudar os diversos pontos da Psicologia dentro das diversas visões. Dar maior ênfase à Psicologia Social. Necessidade de estudo da anti-psiquiatria e anti-psicologia.

= Economia: análise crítica de todo o sistema econômico. Estudo de todas as correntes econômicas.

= Direito Legal e Trabalhista: Esta cadeira não deve se colocar apenas no legal, ou seja, apenas estudar as leis estabelecidas. É importante estabelecer a crítica em aspecto moral de lei e a quem está servindo. Também estudar de que forma a legislação está correspondendo aos direitos sociais de hoje. Direitos, garantias e obrigações dos trabalhadores. Questão: quando entraria a cadeira, no básico ou profissional?

= Sociologia: Que se garanta a Sociologia Rural e Urbana enfocando as mesmas dentro do atual sistema. Que se garanta o estudo de todas as linhas sociológicas.

= Formação Social, Econômica e Política do Brasil: Eliminação desta cadeira no ciclo básico. Que seja estudada a nível regional. Que seja estudada no ciclo profissional.

PROFISSIONAL:

= Introdução ao Serviço Social: Proposta de que as três cadeiras: introdução ao SS, teoria ao SS e Procedimentos Operativos do SS sejam fundidas na cadeira de Teoria do SS nos quatro anos do curso. Sendo vista nas disciplinas necessárias para o curso.

= Teoria do SS: Relação teoria-prática. Deve corresponder às expectativas do SS.

= Procedimentos Operativos do SS: Capacitar o aluno e referências teóricas.

= Juntar introdução e teoria numa só matéria a ser estudada no ciclo básico.

= Metodologia Científica no profissional e unificação dos métodos Caso Grupo e Comunidade.

= Investigação: Igual ao da ABESS, com reforço para outras visões e perspectivas de investigação e pesquisa em um ano. Com mudança em relação ao da ABESS, quanto a fundamentação científica.

= Planejamento: Junção com administração. Acrescentando ao da ABESS: instrumentação para elaboração do processo participativo público-profissional na elaboração de planos, programas e projetos. Extinção.

= Administração: Extinção. Continuar dando ênfase a como organizar e fazer o planejamento dentro de uma comunidade. Englobar o planejamento.

= Desenvolvimento de Comunidade: Igual ao da ABESS.

= Ética: Idem a da ABESS, acrescentando crítica ao código de ética existente e um conteúdo programático ética x moral.

= Política Social: Idem à proposta da ABESS. Carga horária de dois períodos.

= Estágio Supervisionado: Obrigatório desde o básico (no básico como observação). Interligar a teoria e a prática com a supervisão. Observação a partir do 2º período e obrigatório na porção que fosse dada as disciplinas metodológicas no seu nível dois. Criar campo de estágio em comunidades de base com supervisão de professores da escola.

= Orientação em Trabalho de Conclusão de Curso: Tirar o TCC e incluir relatório final. Tirar TCC e incluir relatório semestral ou anual. Manter com professores de estágio e assessores técnicos do campo.

PROPOSTAS GERAIS DE CURRÍCULO

= Um período de estatística aplicada a SS,

= Proposta desvinculada da ABESS, uma vez que esta não representa os alunos, e encaminhada ao MEC.

= Aceitar a proposta da ABESS e tirar uma comissão para 11

= Escola fornecer cursos de atualização para professores.

= Professores que abordem todas as linhas e não "bitolem" o aluno.

= Lutar com os professores para exigir melhores salários e condições de ensino.

= Luta deve ser a nível da escola.

= Cursos grátis de orientação do SS em áreas específicas de atuação prática.

ESTAGIO:

= Criação de departamento de estudante dentro dos sindicatos visando verificar remuneração, condições de estágio (forma de organização do estagiário onde se discutiria o seu problema).

= Garantir estágio em quantidade e qualidade criando departamento específico para isto.

= Que a UNE encampasse a luta pelo estágio remunerado.

= Liberdade de escolha para o estágio.

= Exercer funções de estagiário realmente.

= Mais supervisão.

= Criação de escritório modelo nas escolas.

MEERCADO DE TRABALHO

= Piso Salarial Nacional.

= CRAS exercer fiscalização rigorosa no campo de trabalho para evitar os abusos de leigos que ocupam cargo de profissionais.

= Assistente Social se posicione de maneira séria ao lado do trabalhador.

= Que seja viabilizada a execução do currículo mínimo com as alterações colocadas pelos grupos e que seja garantido este conteúdo a nível nacional de todas as universidades.

Estas foram as várias propostas tiradas pelos grupos e que constam do relatório final de currículo.

As escolas devem discutir estas propostas e levarem uma posição na reunião regional.

o dia 02.11.79 durante a manhã foi discutido em grupos o tema "Organização Estudantil". Após a reunião dos relatores foi aprovado em plenária o seguinte relatório:

I - Organização a Nível das Escolas

- Incentivo à criação do Conselho de Representantes de turmas;
- Incentivo à criação de entidades desvinculadas da burocracia universitária e que procurem eleger suas diretorias sem hierarquias;
- Incentivo à criação de Grupos de Estudos de Serviço Social e a promoção de calouradas, semanas de estudos, cursos e debates;
- Incentivo à continuidade dos encontros nacionais;
- Incentivo ao intercâmbio de informações e materiais entre as escolas de Serviço Social de todo país.

II - Instâncias de Deliberação a Nível Nacional

- Instância máxima de deliberação: plenário do E.N.E.S.S.;
- Segunda instância deliberativa: Conselho Nacional de Entidades de Serviço Social (CONESS)
- Cabe ao CONESS:
 - 1-Deliberar em questões referentes à organização do E.N.E.S.S.;
 - 2-Reunir-se uma vez ao ano antes do E.N.E.S.S., ou quando se fizer estritamente necessário;
 - 3-Convocar o E.N.E.S.S. quando necessário em caso de urgências.
- Tercera Instância Deliberativa:
Comissão Executiva e Sub-Secretaria de Serviço Social na Secretaria de Humanas da UNE (União Nacional de Estudantes)
- Cabe à Comissão Executiva:
 - 1-Controlizar informações sobre os encaminhamentos

- docentes nos conselhos universitários;
- Contra a burocratização da Universidade;
- Pela melhoria nas condições de moradia estudantil;
- Pela participação mais ativa em nossa realidade, através de debates e palestras sobre as lutas atuais.

- Divulgação nas escolas do repúdio ao Projeto de Autarquia da universidade (Projeto Portela)
 - a) Que as escolas presentes no II E.N.E.S.S. divulguem para as escolas que não estavam presente;
 - b) Que estas escolas estimulem, através dos órgãos estudantis a divulgação em todos os outros cursos;
 - c) Divulgação através da promoção de debates, seminários sobre esse projeto e sobre a questão do Ensino Pago;
 - d) Tirar de cada escola uma contra-proposta que deverá ser aprovada junto a outros cursos no Seminário Nacional da UNE a ser realizado antes da votação no Congresso.

Encaminhar a UNE para estudo da viabilidade de ser levado a nível de todos os cursos em todo o país as seguintes propostas:

- Apresentar documento de repúdio por um representante de cada escola no dia da votação;
- Encaminhar uma grande mobilização contra o projeto (através dos meios de comunicação para divulgação à comunidade e estudantes de outros níveis, mobilizando políticos, e ainda advogados para esclarecimentos jurídicos, informando a sociedade através de manifestações públicas e cartas abertas etc.) realizando o dia nacional contra o Ensino Pago e que pode culminar numa greve nacional liderada pela própria UNE.

Quanto ao Curso de Serviço Social

- Pela implantação do currículo mínimo unificado junto ao M.E.C.;
- Pela participação dos estudantes na ABESS (Associação Brasileira do Ensino de Serviço Social) com direito a voz e voto;
- Pela criação em todo país de comissões paritárias (alunos e professores) para a elaboração do currículo mínimo e para encaminhamentos gerais;
- Por melhores condições de estágio: remunerado e com vínculo empregatício;
- Garantia do estágio e do campo de estágio pela faculdade;
- A favor da valorização, autonomia e definição do Serviço Social enquanto profissão;
- Pelo estudo da legislação que regulamenta a profissão;
- Pela unificação da legislação.

os problemas de âmbito geral e encaminhamentos das lutas tiradas no E.N.E.S.S. para as 7 regiões brasileiras.

A comissão Executiva será composta por um representante de cada região, que serão escolhidos nos encontros regionais.

Haverá entre as escolas da região um rodízio anual para a representação da mesma.

Cabe ainda às escolas da região destituírem o seu representante se este não estiver funcionando no envio de documentos (relatórios) para divulgação das lutas e encaminhamentos organizativos no geral.

Critérios para ser escola representante da região:

- Grau de mobilização;
- Fácil localização;
- Infraestrutura eficiente.

2- Reunir-se toda vez que se fizer necessário com a presença de 50% mais um dos representantes.

3- Convocar a reunião anual do CONESS.

Cabe à Sub-Secretaria de Serviço Social na Secretaria de Humanas da UNE:

- 1- Deliberar em questões relativas ao encaminhamento de lutas gerais em seu ligamento com a UNE.
- 2- Reunir-se toda vez que se fizer necessário com a presença de 50% mais um dos representantes.

III - Formas de participação na UNE

Através da criação da Sub-Secretaria de Serviço Social os estudantes de todo Brasil, estarão representados na UNE (União Nacional de Estudantes) nos encaminhamentos de lutas, fornecendo e recebendo apoio da nossa entidade máxima, consolidando assim a nossa união na defesa dos interesses estudantis na busca de uma sociedade melhor.

VI- Lutas gerais a serem levadas

Quanto à sociedade:

- Pelo cumprimento da Declaração dos Direitos Humanos;
- Pelas libertações democráticas;
- Pela Anistia, ampla, geral e irrestrita;
- Por uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana;
- Apoio à luta dos trabalhadores.

Quanto à Universidade:

- Contra o Ensino Pago
- Pelo Ensino Público e gratuito para todas
- Pela federalização das escolas particulares;
- Pela anistia ao Crédito Educativo;
- Pela luta contra as sobre-taxas;
- Pelo fortalecimento das resoluções tiradas no XXXI Congresso da UNE (União Nacional de Estudantes);
- Pela participação discente em igual número a dos

- Pela participação estudantil nas associações de profissionais.

À tarde do dia 02/11/79 houve a plenária de encerramento que concluiu os tópicos pendentes de todas as discussões dos dias anteriores.

Foi formalizado:

- Recomendou-se a discussão nas escolas do que é a ALAESS (Associação Latino Americana de Escolas de Serviço Social) a sua importância e se devemos participar dela nos filiando ou não. Esse assunto será discutido na pauta da 1ª Reunião do CONESS.

- A 1ª Reunião da Comissão Executiva e Sub-Secretaria na UNE, será convocada pela Faculdade de Serviço Social de Santos.

- Foi eleito como Presidente de Honra do II ENESS o Operário metalúrgico Santo Dias da Silva.

- O III E.N.E.S.S. será nos dias 15/16/17 de outubro de 1980. Local: Belo Horizonte. Escola sede: Universidade Católica de Minas Gerais.

Foram aprovadas ainda as seguintes moções por aclamação de toda a plenária:

- MOÇÃO DE REPÚDIO ao assassinado, pelas forças policiais do Governo, do operário Santo Dias da Silva ocorrido dia 30/10/79, quando este tentava conversar com colegas em frente à fábrica Sylvania (Santo Amaro SP), para que aderissem à greve dos metalúrgicos da capital que reivindicavam melhores salários.

- MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE à greve dos trabalhadores da CHESF (Centrais Hidrelétricas do São Francisco) Recife-PE, que reivindicam melhores condições de trabalho e melhores salários.

- MOÇÃO DE REPÚDIO à demissão arbitrária cometida pelo Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social do Estado da Bahia contra uma Assistente Social, pelo fato da mesma ter se recusado a delatar colegas que se reuniram para discutir e reivindicar melhores condições de trabalho e de salários.

- MOÇÃO DE REPÚDIO ao ato do Governo Federal de fechar a entidade representativa do professorado fluminense: O Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro como punição à greve por melhores salários e condições de trabalho, realizada em agosto último.

- MOÇÃO DE APOIO à greve pelo recebimento dos salários atrasados, por melhores condições de ensino e pela democratização e moralização da Universidade; efetuada pelos professores de Serviço Social da UCSAL - Ba desde o começo de outubro de 1979.

- MOÇÃO DE APOIO às escolas que estão se mobilizando contra o aumento das mensalidades e das sobre-taxas na luta contra o ensino pago.

- MOÇÃO DE REPÚDIO à demissão de uma estagiária de Serviço Social da PUC-SP do Educandário Dom Duarte, por estar denunciando as torturas e espancamentos sofridos pelos menores nessa instituição.

Após essas últimas resoluções o II E.N.E.S.S. foi encerrado pelo presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) Ruy Cesar Costa Silva. Ao término houve a aclamação geral de: "A UNE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ!!"

**COORDENAÇÕES NACIONAIS E REGIONAIS DA SESSUNE/ENESSO¹⁵⁷
1988-2003**

1988-1989	COORDENAÇÃO NACIONAL/SESSUNE
	<p>Coordenação Geral: <i>Márcia Torres (UFRJ)</i> Secretaria Geral: <i>Denise Costa (PUC/BH)</i> Tesouraria: <i>Lúcia Barbosa (UFF/Niterói)</i> Coordenação de Imprensa: <i>Teresa Cristina (UFJF)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Carlos Figueiredo (UNESPA¹⁵⁸)</i> Região II: <i>Verônica Pereira (UFPB)</i> Região III: <i>Magna Santana (UFS)</i> Região IV: <i>Leonil Heliodoro (UFMT)</i> Região V: (não houve coordenação regional, justificado devido a região ter assumido a coord. nacional) Região VI: <i>Márcia Branco (PUC/RS)</i> Região VII: <i>Cristina Maria (PUC/SP)</i></p>
1989-1990	COORDENAÇÃO NACIONAL
	<p>Coordenação Geral: <i>Raimunda N. C. Ferreira (UECE)</i> Secretaria Geral: <i>Verônica P. Gomes (UFPB)</i> Tesouraria: <i>Mabel P. Rodrigues (UFPB)</i> Coordenação de Imprensa: <i>Alcinélia M. de Souza (UECE)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Marinilde C. Rocha (UFMA)</i> Região II: <i>Silvana M. Santos (UECE)</i> Região III: <i>Suely N. Silva (UFAL)</i> Região IV: <i>Leonil Heliodoro (UFMT)</i> Região V: <i>Lucia Barbosa (UFF/Niterói)</i> Região VI: <i>Lúcia G. Cobatto (UFSC)</i> Região VII: <i>Tânia Costa (PUC/SP)</i></p>
1990-1991	COORDENAÇÃO NACIONAL
	<p><i>“O pulso ainda pulsa e um militante ainda é pouco”</i></p>

¹⁵⁷ Esta tabela foi organizada pelos dados de Ramos (1996:178-182), que vão até 1995 e o restante organizado pelo autor.

¹⁵⁸ Hoje UNAMA.

	<p>Coordenação Geral: <i>Sâmia R. Ramos (UECE)</i> Secretaria Geral: <i>Antoinete de Brito (UFRN)</i> Coordenação de Finanças: <i>Fernanda M. Queiroz (UECE)</i> Coordenação de Imprensa: <i>André França (UFPB)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Evandro L. Silva (UFPA)</i> Região II: <i>Ramonildes A. Gomes (UEPB)</i> Região III: <i>Cristina Gonçalves (UCSAL)</i> Região IV: <i>Maisa M. Silva (UCG)</i> Região V: <i>Claúdia M. Costa (UFES)</i> Região VI: <i>Iliam Hofstaetter (UNIOESTE)</i> Região VII: <i>Angélica Figueiredo (PUC/SP)</i></p>
1991-1992	COORDENAÇÃO NACIONAL “ <i>Quem é de luta não cansa</i> ”
	<p>Coordenação Geral: <i>Evandro L. Silva (UFPA)</i> Secretaria Geral: <i>Pedro N. B. Júnior (UFPA)</i> Coordenação de Finanças: <i>Claudinor L. Dias (UFPA)</i> Coordenação de Imprensa: <i>Maria G. Silva (UFPI)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Lila C. X. Luz (UFPI)</i> Região II: <i>André França (UFPE)</i> Região III: <i>Maria T. F. Pimentel (UCSAL)</i> Região IV: <i>Anair F. Silva (UFMT)</i> Região V: <i>Lílian C. Diniz (PUC/BH)</i> Região VI: <i>Marco A. Rocha (Fac. Ciências humanas Curitiba¹⁵⁹)</i> Região VII: <i>Taciane Pelizaro (UNESP)</i></p>
1992-1993	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO “ <i>Pro Dia nascer Feliz</i> ”
	<p>Coordenação Geral: <i>Ângela T. Madeiro (UECE)</i> Secretaria Geral: <i>Sâmbara P. F. Ribeiro (UECE)</i> Coordenação de Finanças: <i>Derleide Andrade (UECE)</i> Coordenação de Imprensa: <i>Rosângela R. Amorim (UNICAP)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS

¹⁵⁹ Hoje FIES.

	<p>Região I: Aurora A. Brito (UFMA) Região II: Patrícia L. Santos (URRN¹⁶⁰) Região III: Luciana M. C. Melo (UFAL) Região IV: Anadete G. Reis (UNB) Região V: Marcelo B. M. Reis (UFRJ) Região VI: Telma A. M. Ricci (Toleto) Região VII: Rosana P. Santos (PUC/SP)</p>
1993-1994	COORDENAÇÃO NACIONAL <i>“Enquanto a chama arder”</i>
	<p>Coordenação Geral: Maria T. F. Pimentel (UCSAL) Secretaria Geral: Patrícia C. Vieira (UCSAL) Coordenação de Finanças: Gabriela V. Guerreiro (UCSAL) Coordenação de Imprensa: Liane M. Souza (UCSAL) Secretaria de Formação Profissional: Luciana P. A (UECE) e o C.A UFS</p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p><u>Região I:</u> Coordenação: Zélia Dias (UFPA) Vice-coord: Aurora A. Brito (UFMA) <u>Região II:</u> Coordenação: Valdênia Guimarães (UFPB) Vice-coord: Erlênia Sobral (UECE) <u>Região III:</u> Coordenação: Cristina P. L. Freitas (UCSAL) Vice-coord: <u>Região IV:</u> Coordenação: João C. Neto (UFMT) Vice-coord: <u>Região V:</u> Coordenação: Adriana Vasconcelos (UERJ) Vice-coord: Maurílio C. Matos (UFRJ) <u>Região VI:</u> Coordenação: Adriana F. P. Silva (UNISINOS) Vice-coord: <u>Região VII:</u> Coordenação: Vanessa M. Labigalini (PUC/SP) Vice-coord: Priscila F. G. Cardoso (PUC/SP)</p>
1994-1995	COORDENAÇÃO NACIONAL <i>“Nosso Próprio Tempo”</i>
	<p>Coordenação Geral: Marcelo B. M. Reis (UFRJ) Secretaria Geral: Adriana Vasconcelos (UERJ) Coordenação de Finanças: Elizabete L. Amorim (UFJF) Coordenação de Imprensa: Maurílio C. Matos (UFRJ) Secretaria de Formação Profissional: Luciana P. A (UECE) e o C.A UFRJ</p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS

¹⁶⁰ Hoje UERN

	<p><u>Região I:</u> Coordenação: Marizângela R, Taveira (UFMA) Vice-coord: Glaucejane G. Cruz (UFMA)</p> <p><u>Região II:</u> Coordenação: Alzira N. Silva (UECE) Vice-coord: Rosângela R. Amorim (UNICAP)</p> <p><u>Região III:</u> Coordenação: Josiane S. Santos (UFS) Vice-coord: Gabriela Nogueira (UCSAL)</p> <p><u>Região IV:</u> Coordenação: Ana P. F. Moreira (UNB) Vice-coord: Lúcio D. Cunha (UFMT)</p> <p><u>Região V:</u> Coordenação: Renata C. Baptista (UFJF) Vice-coord: Cláudio C. P. Tostas (UFRJ)</p> <p><u>Região VI:</u> Coordenação: Adriana Z. Wilbert (UFSC) Vice-coord: Rosane M. Oliveira (UEL)</p> <p><u>Região VII:</u> Coordenação: Raquel H. Q. Oliveira (FAPSS - São Caetano do Sul) Vice-coord: Kátia C. Barbosa (UNESP)</p>
1995-1996	<p style="text-align: center;">COORDENAÇÃO NACIONAL “Vamos nos permitir”</p>
	<p>Coordenação Geral: Cristina Nascimento (UECE) Secretaria Geral: Alzira Nogueira (UECE) Coordenação de Finanças: Fátima Sousa (UECE) Coordenação de Imprensa: Valdênia Santos (UECE) Secretaria de Formação Profissional: Sandra Mara (UECE)</p>
	<p style="text-align: center;">COORDENAÇÕES REGIONAIS</p> <p><u>Região I:</u> Coordenação: Aure R. Soares (UFPA) Vice-coord: Lucilene Rodrigues (UFPA)</p> <p><u>Região II:</u> Coordenação: Dalvanir Avelino (UFRN) Vice-coord: Silvia Cavalcante (UFPE)</p> <p><u>Região III:</u> Coordenação: Cheila Queiroz (UCSAL) Vice-coord: Quitéria Justina (UFAL)</p> <p><u>Região IV:</u> Coordenação: Ana P. F. Moreira (UNB) Vice-coord: Raquel Murça (UCG)</p> <p><u>Região V:</u> Coordenação: Márcia Matos (UFF/Niterói) Vice-coord: Adriana Anderia (UERJ)</p> <p><u>Região VI:</u> Coordenação: Loiva B. Diedrich (UNISINOS) Vice-coord: Sibele C. Weber (FURB)</p> <p><u>Região VII:</u> Coordenação: Verônica Oliveira (UNESP) Vice-coord: Hermerson H. Oliveira (UNESP)</p>
1996-1997	<p style="text-align: center;">COORDENAÇÃO NACIONAL “Remando contra a maré”</p>
	<p>Coordenação Geral: Emanuel P. Sabóia (UECE) Secretaria Geral: Andréa P. Mesquita (UECE) Coordenação de Finanças: Mirian O. Inácio (UFRN) Coordenação de Imprensa: Dalvanir Avelino (UFRN) Secretaria de Formação Profissional: Sandra Mara (UECE)</p>
	<p style="text-align: center;">COORDENAÇÕES REGIONAIS</p>

	<p><u>Região I:</u> Coordenação: Daniel M. C. Souza (UFMA) Vice-coord: Maria D. S. Dourado (UNAMA)</p> <p><u>Região II:</u> Coordenação: Caroline F. L. Mendonça (UFPE) Vice-coord: Adriano H. F. Rodrigues (UFPE)</p> <p><u>Região III:</u> Coordenação: Alessandra M. Costa (UFAL) Vice-coord: Albany M. Silava (UFS)</p> <p><u>Região IV:</u> Coordenação: Zelma M. Penha (UCG) Vice-coord: Ana P. F. Moreira (UNB)</p> <p><u>Região V:</u> Coordenação: Kátia R. Silva (UERJ) Vice-coord: Tânia C. Castro (PUC/BH))</p> <p><u>Região VI:</u> Coordenação: Sérgio M. Bernardo (FURB) Vice-coord: Valéris C. Costa (UEL)</p> <p><u>Região VII:</u> Coordenação: Rosilene A. Santos (FMU¹⁶¹) Vice-coord: Maria J. A. Ribeiro (FAPSS/SP)</p>
1997-1998	<p style="text-align: center;">COORDENAÇÃO NACIONAL “Um convite à rebeldia”</p>
	<p>Coordenação Geral: Dalvanir Avelino (UFRN) Secretaria Geral: Elizabete Cruz (UECE) Coordenação de Finanças: Fátima Tomás (UFRN) Coordenação de Divulgação e Imprensa: Mirla Cisne (UECE) Secretaria de Formação Profissional: Tatiana Raulino (UECE)</p> <p style="text-align: center;">COORDENAÇÕES REGIONAIS</p> <p><u>Região I:</u> Coordenação: Ana L. R. Santos (UFPA) Vice-coord: Jenny S. Silva (UFPI)</p> <p><u>Região II:</u> Coordenação: Luciana Oliveira (UFPB) Vice-coord: Katlenn L. Vasconcelos (UFPB)</p> <p><u>Região III:</u> Coordenação: Elisângela M. Soares (UCSAL) Vice-coord: Albany M. Silava (UFAL)</p> <p><u>Região IV:</u> Coordenação: (não houve coordenação regional) Vice-coord:</p> <p><u>Região V:</u> Coordenação: Loraine R. Vigo (UERJ) Vice-coord: Tathiany V. Oliveira (UFF/Campos))</p> <p><u>Região VI:</u> Coordenação: Simone Bolgenhagen (UFSC) Vice-coord: Adrianet P. Leile (FIES)</p> <p><u>Região VII:</u> Coordenação: Sandra Heráclia (PUC/SP) Vice-coord: Renato Paulo (FAPSS/SP)</p>
1998-1999	<p style="text-align: center;">COORDENAÇÃO NACIONAL “Nos queremos mais”</p>
	<p>Coordenação Geral: Charles T. Souza (UFRJ) Secretaria Geral: Gabriele S. Bastos (UFF/Niterói) Coordenação de Finanças: Loraine R. Vigo (UERJ) Coordenação de Div. e Imprensa: Jaime P. S. Neto (UFRJ) Secretaria de Formação Profissional: Wanusa P. Santos (UFES)</p>

¹⁶¹ Hoje UniFMU.

	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Ádila Kariny (UFMA)</i> <i>Rian Kleber (UNAMA)</i></p> <p>Região II: <i>Danielly Spósito (UNICAP)</i> <i>Eliana Andrade (UFRN)</i></p> <p>Região III: <i>Aline Maria (UCSAL)</i> <i>Cecilma Regina (UFS)</i></p> <p>Região IV: <i>Amália Soares (UCG)</i> <i>Janaína Rodrigues (UFMT)</i></p> <p>Região V: <i>Renato Andrade (UFES)</i> <i>Janaína Rodrigues (UFRJ)</i></p> <p>Região VI: <i>Elias Oliveira (UNIOESTE)</i> <i>Tatiana Reidel (UNISINOS)</i></p> <p>Região VII: <i>André Nascimento (UNISANTOS)</i> <i>Patrícia Moura (PUC/Campinas)</i></p>
1999-2000	COORDENAÇÕES REGIONAIS “De norte a sul, construindo muito mais”
	<p>Coordenação Geral: <i>Daniela A Vieira (UFMA)</i> Secretaria Geral: <i>Maria. A. B. Carvalho (UNAMA)</i> Coordenação de Finanças: <i>Yara R. F. Felipe (UFPI)</i> Coordenação de Div. e Imprensa: <i>Edson G. Silva (UFPA)</i> Secretaria de Formação Profissional: <i>Andréia C. S. Ewerton (UFMA)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Leila M. Souza (UFPI)</i> <i>Nara C. N. Nascimento (UFAM)</i></p> <p>Região II: <i>Mirla Cisne (UECE)</i> <i>Jacira P. Araújo (UFRN)</i></p> <p>Região III: <i>Gislaine V. Carvalho (UFS)</i> <i>Mericélia R. Silva (UCSAL)</i></p> <p>Região IV: <i>Amália Soares (UCG)</i> <i>Patrícia Oliveira (UNB)</i></p> <p>Região V: <i>Janaína G. Faria (UFES)</i> <i>Luciana S. L. Oliveira (UFRJ)</i></p> <p>Região VI: (sem coordenação regional)</p> <p>Região VII: <i>Ítalo M. Rodrigo (PUC/SP)</i> <i>Andréia P. Rocha (UNESP)</i></p>
2000-2001	COORDENAÇÃO NACIONAL “Compromisso e resistência”
	<p>Coordenação Geral: <i>Tatiana B. Andrade (UFS)</i> Secretaria Geral: <i>Maria C. B. Souza (UFS)</i> Coordenação de Finanças: <i>Aiane J. R. Oliveira (UCSAL)</i> Coordenação de Div. e Imprensa: <i>Erica M. Silva (UCSAL)</i> Secretaria de Formação Profissional: <i>Karlene L. Sampaio (UFS)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS

	<p>Região I: <i>Agostinho S. Belo (UFPA)</i> <i>Mariana C. Sousa (UFMA)</i></p> <p>Região II: <i>Daline M. Souza (UFRN)</i> <i>Marcela Valença (UFPE)</i></p> <p>Região III: <i>Agnes A. Freire (UFS)</i> <i>Ana Carolina (UNIT)</i></p> <p>Região IV: <i>Wellington A. Rodrigues (UNB)</i> <i>Elinilva M. Costa (UFMT)</i></p> <p>Região V: <i>Kátia C. Dores (UFES)</i> <i>Luciana Paula (UFJF)</i></p> <p>Região VI: <i>Keli Regina (UFSC)</i> <i>Ana Beatriz (UEL)</i></p> <p>Região VII: <i>Gisele Muniz (PUC/SP)</i> <i>Ana P. Soares (FPTE/Lins)¹⁶²</i></p>
2001-2002	<p style="text-align: center;">COORDENAÇÃO NACIONAL “<i>Não Luta pela transformação não há limites</i>”</p>
	<p>Coordenação Geral: <i>Juliana D. Cosac (UCG)</i> Secretaria Geral: <i>Fernanda S. Fernandes (UNB)</i> Coordenação de Finanças: <i>Gisele F. Silva (UCG)</i> Coordenação de Div. e Imprensa: <i>Wellington A. Rodrigues (UNB)</i> Secretaria de Formação Político Profissional: <i>Leile S. C. Teixeira (UCG)</i> Coordenação de Movimentos Sociais: <i>Elivânia P. Lima (UFMT)</i> Coordenação de Relações Internacionais: <i>Ludimila W. S. Levyski (UNB)</i></p>
	<p style="text-align: center;">COORDENAÇÕES REGIONAIS</p>
	<p>Região I: <i>Maria L. F. Barroso (UFPA)</i> <i>Jeanne S. Nascimento (UFMA)</i></p> <p>Região II: <i>Nivia C. P. Silva (UFPB)</i> <i>Cíntia Fonseca (UECE)</i></p> <p>Região III: <i>Gilselene E. Santos (UCSAL)</i> <i>Ana Paula Refosco (UFAL)</i></p> <p>Região IV: <i>Thiago B. A. Caixeta (UNB)</i> <i>Jonas S. Camargo (FAGS)</i></p> <p>Região V: <i>Valéria R. A. Pereira (UERJ)</i> <i>Ciro A. Silva (UFF/Campos)</i></p> <p>Região VI: <i>Ana P. Gonçalves (PUC/PR)</i> <i>Carolina L. Ferrandis (PUC/RS)</i></p> <p>Região VII: <i>Franciane D. T. Mendes (UNESP)</i> <i>Mônica F. Albuquerque (FAPSS/SP)</i></p>
2002-2003	<p style="text-align: center;">COORDENAÇÃO NACIONAL “<i>Na luta e na ação eu quero é mais transformação</i>”</p>

¹⁶² Hoje Unilins.

	<p>Coordenação Geral: <i>Joel A. B. Oliveira (UNIVALE)</i> Secretaria Geral: <i>Kátia C. Dores (UFES)</i> Coordenação de Finanças: <i>Luciano S. Azevedo (UFES)</i> Coordenação de Div. e Imprensa: <i>Ronan C. G. Costa (UNIPAC)</i> Secretaria de Formação Político Profissional: <i>Ana P. Procópio (UERJ)</i> Coordenação de Movimentos Sociais: <i>Moara P. Zanetti (UERJ)</i> Coordenação de Relações Internacionais: <i>Rafaela C. Binoti (UFF/Campos)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Jordânia Fróes (UFMA)</i> <i>Kátia S. F. Gomes (UFPA)</i> Região II: <i>Ana N. F. Malheiro (UEPB)</i> <i>Andréia K. T. Eutáquio (UFRN)</i> Região III: <i>Alison T. G. Brito (UFS)</i> <i>Joana D. M. Vieira (UNIT)</i> Região IV: <i>Maria J. A. Silva (UCG)</i> <i>Vanda M. Burginski (UFMT)</i> Região V: <i>Graziele R. Silva (UFES)</i> <i>Greicy H. S. Assis (UNIFOA)</i> Região VI: <i>Caroline F. S. Silva (ULBRA/Canoas)</i> <i>Rodrigo F. Pereira (UFSC)</i> Região VII: <i>Adriana S. Oliveira (PUC/SP)</i> <i>Luciana M. Gonzaga (UNESP)</i></p>

1998-2000	REPRESENTAÇÃO NACIONAL ESTUDANTIL EM ABEPSS
	<p>Titular: Michele Alves (PUC/RJ) Suplente: Solange Moreira (UFRJ)¹⁶³</p>
2001-2002	
	<p>Titular: Andréia Everton (UFMA/MA) Suplente: Marcela Reis (UFF- Niterói/RJ)</p>
2003-2004	
	<p>Titular: Luisa Cabriela (PUC-SP) Suplente: Erica Mello (UERN/RN)</p>

¹⁶³ Nesta gestão a titular se formou em 1999, dessa forma a Solange passou para a titular e para preencher a suplência no Seminário Nacional da ABEPSS 1999, os estudantes reunidos, devido a circunstancia elegem o estudante Marcelo Sitcovsky (UFPE) para o cargo.

Estatuto da SESSUNE
Uma contribuição ao debate e aprovação

é lógico que uma entidade não se constrói com um bom Estatuto. Porém a elaboração do Estatuto pode representar um grande passo na construção da entidade, pois se supõe que ao estar se aprovando um Estatuto todas as questões de fundo do Movimento, como concepção do ME, papel do ME, papel da própria entidade, visão de sociedade, projetos políticos, etc., deverão estar implícitas em tais discussões. Isto ainda acrescido de toda a experiência que a organização dos estudantes de Serviço Social vem obtendo desde 1970, quando se realizou o primeiro ENESS, em Londrina. Tudo isto deverá ser avaliado, refletido, e aí sim, aprovado. Caso a elaboração/discussão e aprovação do Estatuto não cumpra este papel, não devemos aprová-lo. Afinal este não desempenhará papel tão decisivo no comportamento da entidade e não há como discordar disto. As dificuldades que nossa organização vem enfrentando ao longo destes 11 anos, não são devido a falta de um Estatuto e sim as mesmas que todas as entidades gerais, seja de estudantes, seja do Movimento Popular, seja do Movimento Sindical, vem enfrentando, com ou sem Estatuto. Lembrando que mesmo assim, o Serviço Social não é exemplo de desorganização.

Outro aspecto a ser levado em conta é os problemas, que nesse imenso e difícil país, quase sempre terão as entidades nacionais, como falta de recursos, falta de disponibilidade para reuniões, falta de militância que sobrecarrega os que assumem, não há um local realmente central, etc. Uma entidade nacional não é uma tarefa fácil, mesmo identificando os problemas, pois resolvê-los vai muito além da boa vontade.

Destacamos alguns pontos para discussão:

1- Da definição e atribuições

é importante frisar aqui o comprometimento da entidade com a luta geral travada na sociedade, o compromisso da entidade com os interesses históricos dos trabalhadores. A entidade não ser uma coisa neutra, um "clubinho" do Serviço Social, que qualquer um, independente de posição ideológica possa "administrar" tranquilamente.

A autonomia da entidade em relação a única deve ser encarada de forma sã, e com certa subordinação. A SESSUNE deve participar da UNE, traçar a política para os estudantes de Serviço Social, porém sem se contrapor a nossa entidade maior que é a UNE. A autonomia não pode ser confundida com a não participação da construção e fortalecimento da UNE, com o descompromisso com sua bandeiras.

01

2- Organização das Regionais

A composição das regiões não devem ser encaradas como imutável, cada região deve avaliar se sua composição se realmente tem facilitado o trabalho conjunto (CORESS, ERESS). Há um tempo atrás, Uberlândia tinha interesse em passar para Região V, isto só como um exemplo. A composição das regionais pode desempenhar um papel muito importante na nossa organização. Não devemos ter receio algum em, se necessário, alterá-la.

3- Das instâncias da SESSUNE

O último ENESS avançou nesta questão, ao acabar com aquela Executiva formada por todas as Escolas-Polo que era praticamente imóvel e sem referência. Com base no último ENESS é que apresentamos as seguintes instâncias:

ENESS - que é o fórum máximo da entidade, onde deve ser aprovado todas as diretrizes gerais para a SESSUNE, mesmo alterar seus Estatutos.

CONESS - é a reunião de todos os Centros e Diretórios Acadêmicos de Serviço Social. é um órgão que pode ter um caráter fiscalizador da Coordenação Executiva e também discutir e deliberar questões políticas mais amplas nos períodos inter-ENESS.

COORDENAÇÃO EXECUTIVA, que tem a seguinte composição:

-Coordenação Nacional
-Coordenadores Regionais

Coordenação Nacional, é composta de:
.....Coordenador Geral
.....Secretário Geral
.....Tesoureiro
.....Secretário de Imprensa

Obs.: Todos os membros da Coordenação Nacional devem obrigatoriamente pertencer a uma mesma Região.

Coordenadores Regionais, serão 01(um) por Região.

Obs.: Caso o número de regiões não se altere, a COORDENAÇÃO EXECUTIVA hoje seria, e é, composta por 10 (dez) estudantes.

A ELEIÇÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA SERÁ NO ENESS, E POR APRESENTAÇÃO DE CHAPAS.

SERÁ ADOPTADO O CRITÉRIO DA PROPORCIONALIDADE PARA OS PREENCHIMENTOS DOS CARGOS, CHAPAS COM MAIS DE 25% DOS VOTOS TERÃO DIREITO A COMPOR A EXECUTIVA.

A COORDENAÇÃO NACIONAL, APESAR DE SER COMPOSTA POR 04(QUATRO) ESTUDANTES, CONTA COMO SE FOSSE 01 (um) CARGO.

02

Para clarear observemos como é hoje a COORDENAÇÃO EXECUTIVA:

.....Coordenação Nacional (Região V)
.....Coordenador Regional (Região I)
.....Coordenador Regional (Região II)
.....Coordenador Regional (Região III)
.....Coordenador Regional (Região IV)
.....Coordenador Regional (Região VI)
.....Coordenador Regional (Região VII)
Esses são os cargos.

ERESS - é o fórum máximo da região para tratar de todos os assuntos gerais da região, implantação da política, do ENESS, discussão da pauta do próximo ENESS. No ERESS que será eleita a Executiva Regional.

CORESS - Ao contrário do que pensam alguns, a criação da Executiva Regional não acaba com o CORESS (Conselho de Entidades Regional de Estudantes de Serviço Social). O CORESS pode não ter a obrigatoriedade de se reunir ordinariamente, porém deve ser convocado sempre que houver necessidade. Inclusive pode ser o órgão fiscalizador da Executiva Regional.

EXECUTIVA REGIONAL - órgão executivo da Região, que desempenharia o papel que as Escolas-polo cumpriam no passado, esperamos que melhor.

O Estatuto da SESSUNE não deve definir um tipo de estrutura para a Executiva Regional. O ERESS tem que ter autonomia para definir a estrutura que melhor se adegue para cada Região. Cada Região define a forma de sua Executiva Regional no ERESS, que é onde a Executiva Regional será eleita.

4- Eleição da Coordenação Executiva

Como já foi dito, deve ser por apresentação de chapas.
O critério será a proporcionalidade.

5- Número de votos por Escolas nos ENESS e ERESS.

O número de votos por Escola deve ser de acordo com o número de estudantes que esta tem matriculados. Não é justo que uma Escola que tenha 50 alunos tenha a mesma quantidade de votos de uma que 1000 alunos. Isto é anti-democrático.

6- Contribuição Financeira

A experiência tem mostrado que não adianta estabelecer cotas para as entidades seja baseada em piso salarial, salário mínimo, otn, btn, etc., não só devido a instabilidade de nossa economia, mas pela precariedade financeira que têm as entidades. Deve ficar o compromisso de todas as entidades em colaborar das campanhas financeiras que a SESSUNE promova

03

através da Coordenação Nacional, que deve elaborar uma política financeira para ser implementada no seu mandato.

7- Mandato das Coordenação Nacional

O mandato de um ano impossibilita uma atuação eficaz de qualquer coordenação.

Achamos que o mandato deva ser ampliado para dois anos.

O mandato de dois anos também tem seus problemas:

1- Estudantes que se formariam nesse intervalo.

Solução: caso desejassem terminariam seus mandatos.

2- Estudantes que se desligassem por quaisquer motivos da Coordenação Nacional.

Solução: seriam substituídos no ENESS inter-mandato, observando os critérios de composição da Coordenação Nacional.

3- Prejuízo dos estudantes que ficarem 02 anos numa entidade nacional.

Solução: geralmente os militantes estudantis acabam sempre fazendo este sacrifício, sempre achando que vale a pena.

As idéias aqui expostas não são propostas de resolução, apenas idéias para um debate que deve acontecer. Como dissemos uma pequena contribuição que deverá se somar a muitas outras. Nosso objetivo com isto não é aprová-las, nem defendê-las contra tudo e contra todos. Nosso objetivo é enriquecer o debate, apenas isto.

Vitória, 21/07/89

Ana Targina Ferraz
Gilberto Souza Netto
Maristhela Bergamin

UFES

SUBSECRETARIA DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL
Rua: Olavo Bilac, 1133 - São Gerardo - CEP: 60.000 - Fort. Ce
Fone: (085) 223-3933 - FAX: (085) 225-8390

ESTATUTO DA SESSUNE

TÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADES

Art. 1º - A Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes - SESSUNE, foi criada em 05 de Agosto de 1988, no X Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social.

Parágrafo Único - A SESSUNE tem como sede a Escola do Coordenador Geral.

Art. 2º - A SESSUNE tem como finalidades:

- a) Articular os estudantes de Serviço Social no país;
- b) Promover o debate acerca dos problemas específicos dos estudantes de Serviço Social;
- c) Coordenar e Organizar os Encontros Estaduais Nacionais, Regionais e Estaduais junto a Escola Sede dos eventos;
- d) Buscar uma maior articulação dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos Assistentes Sociais, suas Entidades Nacionais e Latino-Americanas e outras Executivas de curso;
- e) Promover a conscientização dos estudantes e trabalhar através das entidades do curso junto ao Movimento Sindical e Movimento Popular para reforçar sua luta;
- f) Promover o fortalecimento das Entidades de Base (CA'S e DS'S).

TÍTULO II

DO VÍNCULO COM A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE

Art. 3º - A SESSUNE está ligada à Secretaria de Ci

SUBSECRETARIA DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL NA UNE
Rua: Olavo Bilac, 1133 - São Gerardo - CEP: 60.000 - Fort. Ce
Fone: (085) 223-3933 - FAX: (085) 225-8390

ências Humanas da UNE, trabalhando no sentido de fortalecer e encaminhar as lutas legítimas levadas pelos estudantes, respeitando as deliberações do Movimento Estudantil, assim como, as do ENEB - Encontro Nacional de Entidades de Base, e as do CONEG - Conselho Nacional de Entidades Gerais.

TÍTULO III

DA DIVISÃO REGIONAL DAS ESCOLAS

Art. 4º - REGIÃO I - Pará, Maranhão, Plauí, Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima

REGIÃO II - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

REGIÃO III - Alagoas, Sergipe e Bahia.

REGIÃO IV - Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal, Uberlândia (MG) e Tocantins.

REGIÃO V - Rio de Janeiro, Espírito Santo, Belo Horizonte e Juiz de Fora.

REGIÃO VI - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

REGIÃO VII - São Paulo

A- Presidente Prudente, Lins, Bauru e Marília

Sub-regiões

B- Franca, Ribeirão Preto, Araraquara e São José do Rio Preto.

C- Limeira, Botucatu, Americana, Piracicaba e Campinas.

D- Taubaté e São José dos Campos

E- OSEC, FMV e PUC/SP

TÍTULO IV

INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÕES

Art. 5º - Do Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS) :

- a) Reúne representantes de todas as Entidades estudantis de Serviço Social, a nível de cada Região da SESSUNE.
- b) No CORESS deve ser apresentada e definida a pauta do ERESS.
- c) O CORESS poderá ser acionado em caráter excepcional pela Coordenação Regional ou por 1/3 dos CA's e DA's da região.

Art. 6º - Do Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social - ERESS:

- a) É a instância máxima de discussão e deliberação em cada região;
- b) Deve ser convocado anualmente ou quando se fizer necessário;
- c) O ERESS, é a nossa primeira instância de discussão de todas as questões não só referentes ao Movimento Estudantil, mas também questões referentes a Conjuntura Nacional e Internacional, devem ser nele contempladas e aprofundadas, com objetivo de ser apresentado nos outros fóruns de deliberações e discussões;
- d) Deve haver discussão sobre os Coordenadores Regionais da SESSUNE no ERESS.

Art. 7º - Do Conselho Nacional de Entidades de Estudantes de Serviço Social - CONESS:

- a) Reúne representantes de todas as Entidades de Estudantes de Serviço Social, a nível nacional;

b) No CONESS, deve ser apresentada e definida a pauta do ENESS;

c) O CONESS poderá ser acionado em caráter excepcional pela Executiva Nacional, por 1/3 dos CA's e DA's, ou por intermédio da Executiva Nacional considerando as necessidades da escola sede do ENESS.

Art. 8º - Do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS:

Parágrafo Único - É a instância máxima de deliberações dos Estudantes de Serviço Social. Portanto, superior a Executiva Nacional da SESSUNE.

- a) O ENESS tem por objetivo reunir os estudantes do país em torno de temas pertinentes a Formação Profissional, Realidade Nacional e Internacional e do Movimento Estudantil;
- b) Deliberar sobre o Movimento e Organização dos Estudantes de Serviço Social no País;

c) A preparação da infra-estrutura do ENESS é de responsabilidade da Diretoria da SESSUNE, da Escola Sede do ENESS e demais escolas das regiões da SESSUNE;

d) Participam do ENESS os estudantes de Serviço Social de todo o Brasil com direito a voz e voto; com direito a voz poderão participar: estudantes de outros cursos, categorias profissionais e a comunidade de forma geral;

e) Cabe a Plenária Final deliberar o local do próximo CONESS e ENESS, como avaliar, traçar planos de lutas, programa da SESSUNE e eleger a próxima Diretoria da SESSUNE;

TÍTULO V

DA DIRETORIA

Art. 9º - A Diretoria da SESSUNE é responsável pela Coordenação e execução das atividades referentes aos estudantes de Serviço Social, com base nas diretrizes e políticas de ação

provadas pelo ENESS.

Art. 10º - A Diretoria da SESSUNE eleita anualmente no ENESS, compõe-se:

- 01(UM) Coordenador Geral;
- 01(UM) Secretário Geral;
- 01(UM) Tesoureiro
- 01(UM) Coordenador de Imprensa, sendo todos do mes mo Estado ou Região, tantos Coordenadores Regionais quantas forem as Regiões.

Dos Regionais:

Art. 11º - Os Regionais serão constituídos pelos Coordenadores Regionais, um Vice-Coordenador e um Secretário indicados pelas Escolas que compõem a Região.

Art. 12º - É sede da Coordenação Regional a Escola onde está o Coordenador Regional da SESSUNE

TÍTULO VI

COMPETE A DIRETORIA

Art. 13º - Compete ao Coordenador Geral:

- a) Fazer cumprir as resoluções do ENESS;
- b) Coordenar a elaboração e execução do Programa de Trabalho e outras atividades que se fizerem necessárias ao funcionamento da Entidade;

Art. 14º - Compete ao Secretário Geral:

- a) Secretariar reuniões, assembleias, encontros e outros eventos promovidos pela SESSUNE;
- b) Preparar e expedir a correspondência e demais expedientes da SESSUNE;
- c) Organizar os dados e documentos necessários aos

05

serviços de Secretaria.

Art. 15º - Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber contribuições, auxílios e subvenções destinadas à Entidade;
- b) Organizar e acompanhar a execução do plano anual receitas e despesas da SESSUNE, após a competente aprovação;
- c) Movimentar as contas bancárias assinando cheques;
- d) Manter em dia toda a escrituração da SESSUNE, e apresentar balanço no ENESS ou quando solicitado pelas entidades de base.

Art. 16º - Compete ao Coordenador de Imprensa:

- a) Sistematizar e divulgar as informações das escolas, do Movimento Estudantil, da Categoria de Assistentes Sociais, bem como da realidade Nacional e Internacional, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;
- b) Manter contatos com representantes e Entidades de outros cursos responsáveis pelas informações do movimento Estudantil;
- c) Buscar formas de sustentação e manutenção desta coordenação.

Art. 17º - Compete aos Coordenadores Regionais:

- a) Elaborar e fazer executar o programa de trabalho integrado à programação nacional e outras atividades que sejam necessárias ao funcionamento regional;
- b) Encaminhar propostas à Diretoria da SESSUNE de interesse do Movimento Estudantil;

06

c) Sistematizar e divulgar as informações das Escolas do M.E., da Categoria de Assistentes Sociais, bem como, da realidade regional, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação.

TÍTULO VII DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

Art. 18º - A contribuição será paga anualmente de 0,5% sobre o salário mínimo vigente, com base no número de estudantes frequentes no curso sob a responsabilidade dos Diretórios ou Centros Acadêmicos.

Art. 19º - O valor da contribuição do regional será repassado pela tesouraria da seguinte forma:

a) 40% para os Centros ou Diretórios Acadêmicos; 30% para os Regionais e 30% para a Executiva.

Art. 20º - Só terá direito a voto no ENESS a Escola estiver em dia com a SESSUNE.

Parágrafo Único - O prazo para o repasse da contribuição financeira da SESSUNE para os Coordenadores Regionais será 50% até 90 dias depois do ENESS e 50% até o ERESS.

TÍTULO VIII DO PATRIMÔNIO

Art. 22º - O Patrimônio da SESSUNE será constituído: Bens móveis e imóveis, doações e legados, contribuições dos membros, subvenções e auxílios e será administrado pela Diretoria

TÍTULO IX DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

Art. 22º - Serão inscritas chapas com programa durante o ENESS

Art. 23º - Será eleita a chapa vencedora, com maior número de votos das escolas presentes

Parágrafo Único - A eleição da diretoria da SESSUNE se dará com eleição dos Coordenadores Regionais nas bancadas regionais e da Executiva na plenária com todas as escolas.

TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24º - A Diretoria não é remunerada pelos serviços prestados.

Salvador, 24 de Julho de 1992.

**EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES
DE SERVIÇO SOCIAL**

PARQUE COSTA VERDE, RUA C, CASA 15,
PIATA - CEP. 41650 - 010 SALVADOR - BA
FONE- (071) 249 6354

ESTATUTO DA KNESSO

TÍTULO I - DA NATUREZA E FINALIDADES

Art. 1- A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO, que a partir de XV Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS passou a assim denominar-se, foi criado em 05 de Agosto de 1988 no X ENESS com a denominação de SESSUNE.

Parágrafo Único - A ENESSO tem como sede a Escola do Coordenador Geral.

Art. 2- A ENESSO tem como finalidade:

- Articular os estudantes de Serviço Social no país;
- Promover o debate acerca dos problemas específicos dos estudantes de Serviço Social;
- Coordenar e organizar os encontros estaduais, regionais e nacional junto à escola sede do evento;
- Garantir um contato permanente dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos Assistentes Sociais, suas entidades nacionais e latino-americanas e outras executivas de curso;
- Viabilizar canais para maior conscientização dos estudantes através das entidades do curso junto aos movimentos sociais, reforçando e ampliando sua luta;
- Promover o fortalecimento das Entidades de Base (C.A.s e D.A.s).

TÍTULO II - DO VINCULO COM A UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE

Art. 3 - A ENESSO está ligada à Secretaria de Ciências Humanas da UNE, trabalhando no sentido de fortalecer e encaminhar as lutas legítimas levados pelos estudantes, respeitando as deliberações do Movimento Estudantil, assim como as do CONEB - Conselho Nacional das Entidades de Base e as do CONEG - Conselho Nacional de Entidades Gerais.

Parágrafo Único: Consolidar o contato com as demais Executivas de Curso a fim de reforçar o papel destas na UNE e no Movimento Estudantil.

TÍTULO III - DA DIVISÃO REGIONAL DAS ESCOLAS

- Art. 4 - Região I - Pará, Maranhão, Piauí, Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima;
- Região II - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;
- Região III - Alagoas, Sergipe e Bahia;
- Região IV - Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Tocantins e Uberlândia(MG);

01

**EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES
DE SERVIÇO SOCIAL**

PARQUE COSTA VERDE, RUA C, CASA 15,
PIATA - CEP. 41650 - 010 SALVADOR - BA
FONE- (071) 249 6354

- Região V - Rio de Janeiro, Espírito Santo, Belo Horizonte, e Juiz de Fora(MG);
Região VI - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
Região VII - São Paulo.
Sub-Regiões da Região VII -
a) Presidente Prudente, Lins, Marília e Bauru;
b) Franca, Ribeirão Preto, Araraquara e São José do Rio Preto;
c) Limeira, Campinas, Americana, Piracicaba e Botucatu;
d) Taubaté e São José dos Campos;
e) PUC-SP, OSEC, FMU, FZL, São Caetano, Barra Funda, São Francisco e UNISANTOS.

TÍTULO IV - INSTANCIAS DE DELIBERAÇÕES

Art. 5 - Do Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS):

- Reúne representantes de todas as Entidades Estudantis de Serviço Social a nível de cada região da ENESSO;
- No CORESS deve ser apresentada e definida a pauta do ERESS, além de privilegiar a discussão da formação política e profissional;
- O CORESS poderá ser acionado com caráter excepcional pela Coordenação Regional ou por 1/3 dos C.A.s e D.A.s da região.

Art. 6 - Do encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social (ERESS):

- É a instância máxima de discussão e deliberação em cada região; b) Deve ser convocado anualmente ou quando se fizer necessário;
- O ERESS é a nossa primeira instância de discussão de todas as questões não só referente ao Movimento Estudantil, mas também questões referentes a Conjuntura Nacional e Internacional e Juventude que devem ser nele contemplados e aprofundados com o objetivo de ser apresentado nos outros fóruns de deliberações e discussões;
- Devem haver discussões sobre os coordenadores Regionais da ENESSO no ERESS.

Art. 7 - Do Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS):

- Reúne representantes de todas as Entidades Estudantis de Serviço Social a nível nacional;
- No CONESS deve ser apresentada e definida a pauta do ENESS, além de privilegiar a discussão da formação política;

02



EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES
DE SERVIÇO SOCIAL

PARQUE COSTA VERDE, RUA C, CASA 15,
PIATA - CEP. 41650 - 010 SALVADOR - BA
FONE- (071) 249 6354

- c) O CONESS poderá ser acionado em caráter excepcional pela Executiva Nacional, por 1/3 dos C.A.s e D.A.s ou por intermédio da Executiva Nacional considerando as necessidades da escola sede do ENESS;
- d) O CONESS deverá ser convocado com prazo mínimo de 60 dias de antecedência pela Executiva Nacional considerando as necessidades da escola sede do ENESS ou por caráter excepcional quando garantido por 1/3 de C.A.s e D.A.s.

Art. 8 - Do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS):

Parágrafo Único: É a instância máxima de deliberação dos estudantes de Serviço Social, portanto, superior à ENESSO.

- a) O ENESS tem por objetivo reunir os estudantes de todo o país em torno de temas pertinentes a Formação Profissional, Realidade Nacional e Internacional e do Movimento Estudantil;
- b) Deliberar sobre o Movimento e Organização dos Estudantes de Serviço Social no país;
- c) A preparação da infra-estrutura do ENESS é de responsabilidade da diretoria da ENESSO, da escola sede do ENESS e de demais regiões e do ENESSO;
- d) Participam do ENESS os estudantes de Serviço Social de todo o país, com direito a voz e voto segundo o regimento interno do ENESS e com direito a voz poderão participar os estudantes de outros cursos, categorias profissionais e a comunidade de forma geral;
- e) Cabe à Plenária Final deliberar o local do próximo Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil, CONESS e ENESS, bem como avaliar, traçar planos de lutas, discutir programa da ENESSO e eleger a próxima diretoria da ENESSO.

TÍTULO V - DA DIRETORIA

Art. 9 - A diretoria da ENESSO é responsável pela coordenação e execução das atividades referentes aos estudantes de Serviço Social, com bases nas diretrizes e políticas de ação aprovadas no ENESS.

Art. 10 - A diretoria da ENESSO, eleita anualmente no ENESS, compõe-se de:

- 01 (Um) Coordenador Geral;
 - 01 (Um) Secretário Geral;
 - 01 (Um) Tesoureiro;
 - 01 (Um) Coordenador de Imprensa, sendo todos da mesma escola ou região;
- Tantos Coordenadores Regionais quantos forem as regiões;



EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES
DE SERVIÇO SOCIAL

PARQUE COSTA VERDE, RUA C, CASA 15,
PIATA - CEP. 41650 - 010 SALVADOR - BA
FONE- (075) 249 6354

01 (Uma) Secretaria de Formação Profissional formada pelo C.A. da região sede da ENESSO, pelo Coordenador Nacional de Representantes Estudantis da ABESS, que será eleito pelos próprios representantes estudantis da ABESS na Convenção Nacional da ABESS;

Parágrafo Único: Os candidatos à Diretoria da ENESSO juntamente com os Regionais só poderão ser eleitos se estiverem devidamente credenciados ao ENESS.

DOS REGIONAIS

Art. 11 - Os Regionais serão constituídos pelos Coordenadores Regionais, um Vice-Coordenador e Secretários indicados pelas escolas que compõe a região;

Art. 12 - É sede da Coordenação Regional a Escola onde está o Coordenador Regional da ENESSO.

TÍTULO VI - COMPETE A DIRETORIA

Art. 13 - Compete ao Coordenador Geral:

- a) Encaminhar as resoluções do ENESS;
- b) Coordenar a elaboração do Programa de trabalho e outras atividades que se fizerem necessárias ao funcionamento da entidade.

Art. 14 - Compete ao Secretário Geral:

- a) Secretariar reuniões, assembleias, encontros e outros eventos promovidos pela ENESSO;
- b) Preparar e expedir correspondência e demais expedientes da ENESSO;
- c) Organizar os dados e documentos necessários aos serviços da Secretaria.

Art. 15 - Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber contribuições, auxílios e subvenções destinadas à entidade;
- b) Organizar e acompanhar a execução do plano anual de receitas e despesas da ENESSO, após a competente aprovação;
- c) Movimentar as contas bancárias assinando cheques;
- d) Manter em dia toda a escrituração da ENESSO e apresentar balanço no ENESS ou quando solicitado pelas entidades de base.

Art. 16 - Compete ao Coordenador de Imprensa:

- a) Sistematizar e divulgar as informações das Escolas, do Movimento Estudantil, da Categoria dos Assistentes Sociais, bem como da realidade nacional e internacional, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;



EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES
DE SERVIÇO SOCIAL

PARQUE COSTA VERDE, RUA C, CASA 15,
PIATA - CEP. 41650 - OIO SALVADOR - BA
FONE- (075) 249 6354

- b) Manter contato com representantes e Entidades de outros cursos responsáveis pela informação do Movimento Estudantil;
- c) Buscar formas de manutenção e sustentação desta coordenação.

Art. 17 - Compete à Secretaria de Formação Profissional:

- a) Trabalhar especificamente pela questão de Formação Profissional, ante-projeto e coordenação dos representantes estudantis de ABESS;

Art. 18 - Compete aos Coordenadores Regionais:

- a) Elaborar e fazer executar o programa de trabalho integrado a programação nacional e outras atividades que sejam necessárias ao funcionamento do regional;
- b) Encaminhar propostas à Diretoria da ENESSO de interesse do Movimento Estudantil;
- c) Sistematizar e divulgar as informações das Escolas, do Movimento Estudantil, da Categoria de Assistentes Sociais, bem como da realidade regional, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação.

TITULO VII - DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

Art. 19 - A contribuição financeira será paga anualmente e terá valor de um salário mínimo vigente sob a responsabilidade dos L.A.s e C.A.s.

Art. 20 - O valor da contribuição do regional será repassado pela tesouraria da seguinte forma:

- a) 50% para os regionais e 50% para a Executiva.

Art. 21 - Só terá direito a voto no ENESS a escola que estiver em dia com a ENESSO.

Parágrafo Único: O prazo para o repasse da contribuição financeira da ENESSO para os coordenadores regionais de 50% até 90 dias após o ENESS e 50% até o ERESS, ou integralmente até o ERESS.

TITULO VIII - DO PATRIMONIO

Art. 22 - O patrimônio da ENESSO será constituído: de bens móveis e imóveis, doações e legados, contribuições dos membros, subvenções e auxílios. e será administrada pela diretoria.



EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES
DE SERVIÇO SOCIAL

PARQUE COSTA VERDE, RUA C, CASA 15,
PIATA - CEP. 41650 - OIO SALVADOR - BA
FONE- (075) 249 6354

TITULO IX - DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

Art. 23 - Serão inscritas chapas com programa durante o ENESS.

Art. 24 - Será eleita a chapa vencedora com maior número de votos das escolas presentes.

Parágrafo Único: A eleição da diretoria da ENESSO se dará com eleição dos coordenadores regionais nas bancadas regionais e da Executiva na plenária com todas as escolas.

TITULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 - A Diretoria não é remunerada pelos serviços prestados.

São Leopoldo, Julho de 1993

ESTATUTO DA ENESSO

TÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO, é a entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social do país, eleita anualmente no Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESS.

§ 1º A ENESSO reconhece a UNE como instância máxima do Movimento Estudantil.

§ 2º A ENESSO tem como sede a escola do Coordenador Geral

Art. 2º A ENESSO tem como finalidade:

- a) fomentar e potencializar a formação política e profissional dos estudantes de Serviço Social, bem como suas entidades representativas;
- b) promover o fortalecimento político-organizacional das entidades de base (CA's ou DA's);
- c) promover o debate acerca dos problemas específicos dos estudantes de Serviço Social;
- d) garantir o contato permanente dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos Assistentes Sociais, suas entidades nacionais e latino-americanas;
- e) viabilizar a integração com os movimentos populares e sociais como forma de crescimento político dos estudantes e de reforço e ampliação das lutas desses movimentos;
- f) consolidar o contato com as demais executivas de curso a fim de reforçar o papel destas na UNE e no Movimento Estudantil;

- g) coordenar e organizar os Encontros Estaduais, Regionais e Nacionais junto às escolas sede dos eventos, buscando a articulação com as demais entidades da categoria para realização dos mesmos.

TÍTULO II

DA DIVISÃO REGIONAL DAS ESCOLAS

Art. 3º Como forma de divisão organizacional para efeito de melhor atingir seus objetivos, a ENESSO será dividida em regionais, com a seguinte distribuição:

- a) Região I – Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí;
- b) Região II – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;
- c) Região III – Alagoas, Sergipe e Bahia;
- d) Região IV – Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Uberaba e Uberlândia);
- e) Região V – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro;
- f) Região VI – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- g) Região VII – São Paulo.

Parágrafo Único – A Coordenação Nacional da ENESSO deverá fornecer a relação atualizada das escolas de Serviço Social de todo o país a todos os estudantes participantes nos ENESS.

TÍTULO III

DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS

Art. 4º São instâncias deliberativas da ENESSO:

- a) ENESS
- b) CONESS
- c) ERESS
- d) CORESS

Seção I

Do Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social

Art. 5º O Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESS, é a instância máxima de deliberação do Movimento Estudantil de Serviço Social, que tem por objetivo reunir anualmente os estudantes de todo o país em torno dos temas pertinentes à conjuntura, movimento estudantil, universidade, formação profissional, cultura e outros temas relevantes ao Serviço Social, previamente definidos pelo CONESS, deliberando sobre o movimento e a organização política dos estudantes de Serviço Social no país;

§ 1º A preparação da infra-estrutura do ENESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e Representação Estudantil em ABEPSS).

§ 2º Participam do ENESS os estudantes de Serviço Social de todo o País com direito a voz e voto, com direito somente a voz os estudantes de outros cursos, categorias profissionais e comunidade em geral.

1 – O regimento interno do encontro determinará o processo eleitoral e submeterá à plenária a aprovação do mesmo.

§ 3º Só terá direito a voto no ENESS o estudante da escola que estiver quite com as finanças da Executiva de acordo com as alíneas a e b do artigo 21 desse estatuto.

- a) os CA's/DA's que não estiverem quites com as finanças da Executiva, de acordo com as alíneas a e b do artigo 21 deste Estatuto, poderão fazer acordo com a Executiva e submeter à plenária a legitimidade desse acordo;
- b) que nas escolas onde não existam entidades de base (CA's/DA's), o voto não seja atrelado ao pagamento da anuidade.

Art. 6º A plenária final do ENESS deverá:

- a) deliberar o local do próximo CONESS e ENESS;
- b) avaliar, traçar planos de lutas, discutir o programa da ENESSO e eleger a próxima diretoria da ENESSO;
- c) deliberar o local e o tema do próximo Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social – SNFPMESS.

Seção II

Do Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social

Art. 7º O Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social – CONESS, reúne, anualmente, representantes de todas as entidades estudantis de Serviço Social a nível nacional para definir a pauta do ENESS e realizar discussões de formação política e profissional.

§ 1º O CONESS poderá ser acionado em caráter extraordinário, com pelo menos 35 dias de antecedência pela ENESSO ou por 1/3 dos CA's/DA's, considerando as necessidades da escola sede do ENESS.

§ 2º A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores regionais num prazo de 15 dias, o relatório das resoluções da plenária final do CONESS.

§ 3º A comissão organizadora deverá divulgar a data do CONESS num prazo mínimo de 60 dias e o folder com a pauta em, no mínimo 45 dias.

§ 4º Os participantes do CONESS deverão apresentar ata de posse do CA/DA ou ata da assembléia que deliberou o representante da escola.

§ 5º O CONESS será realizado na primeira quinzena do mês de maio e o ENESS na segunda quinzena do mês de julho.

Seção III

Do Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social

Art. 8º O Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social – ERESS, é a instância máxima de deliberação em cada região, que tem por objetivo reunir, anualmente, os estudantes de toda a região em torno de temas referentes à conjuntura, universidade, movimento estudantil, formação profissional, cultura e outras questões específicas de cada região previamente definidas pelo CORESS, aprofundando a discussão das prioridades da Coordenação Regional da ENESSO;

§ 1º A preparação da infra-estrutura do ERESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e representação estudantil em ABEPSS).

§ 2º Participam do ERESS os estudantes de Serviço Social da região com direito a voz e voto, com direito somente a voz os estudantes de outras regiões, bem como de outros cursos, categorias profissionais e comunidade em geral.

1 – O regimento interno do encontro determinará o processo eleitoral e submeterá à plenária a aprovação do mesmo.

§ 3º Só terá direito a voto no ERESS o estudante da escola que estiver quite com as finanças da Executiva de acordo com as alíneas a e b do artigo 21 desse estatuto.

§ 4º A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores regionais num prazo de 30 dias o relatório das resoluções da plenária final do ERESS, incluindo prestação de contas.

Art. 9º A plenária final do ERESS deverá:

- a) deliberar o local do próximo CORESS e ERESS;
- b) apresentar indicativos de nomes para compor a próxima coordenação regional da ENESSO;
- c) deliberar o local e o tema do próximo Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social – SRFPMESS;
- d) aprovar propostas somente como contribuição para o ENESS.

Seção IV

Do Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social

Art. 10 O Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social – CORESS, reúne, anualmente, representantes de todas as entidades estudantis de Serviço Social a nível regional para definir a pauta do ERESS e realizar discussões de formação política e profissional.

§ 1º O CORESS poderá ser acionado em caráter extraordinário pela Coordenação Regional ou por 1/3 dos CA's/DA's, sendo convocado com pelo menos 15 dias de antecedência, considerando as necessidades da região.

§ 2º A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores regionais num prazo de 15 dias, o relatório das resoluções da plenária final e a prestação de contas do CORESS.

§ 3º Os participantes do CORESS deverão apresentar ata de posse do CA/DA ou ata da assembléia que deliberou o representante da escola.

§ 4º Só terá direito a voto no CORESS as entidades de base (CA's/DA's) que estiverem quites com as finanças da Executiva de acordo com as alíneas a e b do artigo 21 desse Estatuto.

§ 5º O regimento interno do encontro determinará os procedimentos adotados durante o mesmo.

Seção V

Da Diretoria

Subseção I

Da Composição

Art. 11 A diretoria da ENESSO, eleita anualmente no ENESS, compõe-se de:

- a) 01 (um/a) Coordenador (a) Geral;
- b) 01 (um/a) Secretário (a) Geral;
- c) 01 (um/a) Coordenador (a) de Finanças;
- d) 01 (um/a) Coordenador (a) de Imprensa;
- e) 01 (um/a) Secretário (a) de Formação Político-Profissional;
- f) 01 (um/a) Coordenador (a) de Movimentos Sociais;
- g) 01 (um/a) Coordenador (a) de Relações Internacionais;
- h) 14 (catorze) Coordenadores (as) Regionais.

§ 1º Os cargos descritos nas alíneas a a g deverão ser ocupados por estudantes pertencentes a uma mesma escola ou região, consoante divisão estabelecida no Artigo 3º desse Estatuto e compõem a Coordenação Nacional da ENESSO, sendo esta diretoria um modelo colegiado.

§ 2º Os cargos descritos na alínea h deverão ser ocupados dois por cada região, consoante divisão estabelecida no Artigo 3º desse Estatuto e seus ocupantes serão eleitos pelas escolas em plenária regional autônoma durante a plenária final do ENESS, de acordo com os critérios definidos no Regimento Interno deste Encontro.

§ 3º A Diretoria se reunirá de acordo com as suas necessidades com o objetivo de viabilizar formas de encaminhar as deliberações do ENESS, bem como tratar de questões referentes aos estudantes e fornecer subsídios para a formação profissional e política dos estudantes.

Subseção II

Da Competência

Art. 12 Compete ao Coordenador (a) Geral:

- a) encaminhar as deliberações do ENESS;
- b) coordenar a elaboração do programa de trabalho e outras atividades que se fizerem necessárias ao funcionamento da Entidade.

Art. 13 Compete ao Secretário (a) Geral:

- a) secretariar reuniões, assembléias, encontros e outros eventos promovidos pela ENESSO;
- b) preparar e expedir correspondências e demais expedientes da ENESSO;
- c) organizar os dados e documentos necessários aos serviços da Secretaria, bem como documentar material produzido enquanto registro da história do Movimento Estudantil via CA's/DA's e Coordenações Regionais;

- d) requerer às escolas sedes dos encontros nacionais/regionais, as atas, sistematizações e outras documentações destes para os anais da ENESSO.

Art. 14 Compete ao Coordenador (a) de Finanças:

- a) controlar o recebimento de contribuições, auxílios e subvenções destinadas à Entidade;
- b) organizar e acompanhar a execução do plano de receitas e despesas da ENESSO;
- c) movimentar as contas bancárias;
- d) manter em dia toda a escrituração da ENESSO e apresentar prestação de contas no ENESS ou quando solicitado pelas entidades de base.

Art. 15 Compete ao Coordenador (a) de Imprensa:

- a) sistematizar e divulgar as informações da ENESSO, das escolas, dos movimentos estudantil, sociais e populares, da categoria dos Assistentes Sociais, bem como de entidades nacionais e internacionais estudantis e profissionais de Serviço Social, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;
- b) manter contatos com os representantes e entidades de outros cursos responsáveis pela informação do Movimento Estudantil;
- c) fomentar uma política cultural que crie mecanismos de aglutinação dos estudantes no sentido de ampliar a produção e o acúmulo de conhecimento, permitindo a abertura ao diálogo ideológico, suscitando pois a manifestação de diferentes níveis de expressão.

Art. 16 Compete ao Secretário (a) de Formação Político-Profissional:

- a) contribuir para o processo de intervenção político-pedagógica dos estudantes, em conjunto com as representações estudantis em ABEPSS, no sentido de garantir, ampliar e afirmar a respeitabilidade acadêmica diante da categoria profissional e do movimento estudantil;

- b) fomentar e potencializar junto às representações estudantis em ABEPSS no processo de formação acadêmica a nível de produção científica de ensino e extensão e dos desafios postos à formação profissional.

Art. 17 Compete ao Coordenador (a) de Movimentos Sociais:

- a) garantir a articulação do Movimento Estudantil de Serviço Social com os demais movimentos sociais;
- b) ampliar e reforçar a importância da participação dos estudantes de Serviço Social em movimentos sociais;
- c) garantir que os movimentos sociais sejam um dos âmbitos de luta do Movimento Estudantil de Serviço Social;
- d) organizar e acompanhar a participação da ENESSO e entidades de base junto aos fóruns e entidades desses movimentos sociais.

Art. 18 Compete ao Coordenador (a) de Relações Internacionais:

- a) articular o Movimento Estudantil de Serviço Social com outros movimentos estudantis e de trabalhadores da América Latina e de demais países;
- b) buscar formas de enfrentamento junto aos estudantes de outros países, ampliando as possibilidades de luta do Serviço Social, garantindo a perspectiva de totalidade;
- c) incentivar a participação nos fóruns internacionais de estudantes e da categoria do Serviço Social.

Art. 19 Compete às Coordenações e Sub Coordenações Regionais:

- a) efetivar um trabalho entre os Coordenadores e CA's/DA's, potencializando a dimensão político-organizacional da região;

- b) elaborar e fazer executar o programa integrado à programação nacional e outras atividades que sejam necessárias ao funcionamento da região;
- c) encaminhar propostas à diretoria da ENESSO no que se refere ao Movimento Estudantil e à Formação Profissional;
- d) sistematizar e divulgar as informações das escolas, do Movimento Estudantil, da categoria dos Assistentes Sociais, bem como da realidade regional, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;
- e) assessorar as escolas para potencializar a formação política dos CA's/DA's.

TÍTULO IV

DAS INSTÂNCIAS ORGANIZATIVAS

Art. 20 A ENESSO realizará, bienalmente e de forma alternada Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, reunindo os estudantes de Serviço Social a nível nacional ou regional, bem como suas entidades representativas, categorias profissionais em nível nacional ou regional e a comunidade em geral.

§ 1º Esses Seminários se constituem numa instância de discussão e proposição acerca da formação profissional, do movimento estudantil e, em especial, da formação político-pedagógica dos estudantes e de suas entidades representativas;

§ 2º Nestes fóruns resguardar-se-ão espaços destinados à apresentação de produções discentes, oriundas da iniciação científica, extensão, estágio curricular e monografias de conclusão de curso, proporcionando a socialização da produção acadêmica no âmbito nacional ou regional colocado no tripé ensino, pesquisa e extensão;

§ 3º A definição e o formato da apresentação ficam a cargo da Comissão Organizadora do evento, que deverá divulgar os critérios de apresentação com pelo menos 90 dias de antecedência.

§ 4º O Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social acontecerá em anos ímpares e o Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social em anos pares.

§ 5º A comissão organizadora deverá enviar aos Coordenadores Regionais, num prazo de 30 dias um relatório do encontro e prestação de contas, o que garantirá o direito ao voto dos estudantes da escola sede, comprovando a isenção da anuidade.

TÍTULO V

DAS FINANÇAS E PATRIMÔNIO

Art. 21 Compõem as finanças da ENESSO:

- a) uma anuidade, paga pelas entidades de base, preferencialmente, direto a Coordenação de Finanças, no valor equivalente ao salário mínimo vigente no país, da seguinte forma: 50% no ENESS e 50% até o Seminário de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, nacional ou regional, sendo 50% para a Coordenação Nacional e 50% para a Coordenação Regional;
- b) repasse do lucro líquido do ENESS, CONESS e ERESS, a ser feito pela escola sede e divididos da seguinte forma: 40% para ENESSO, sendo 20% para a Coordenação Nacional e 20% para a Coordenação Regional, e 60% para a escola sede, no prazo de 30 dias após a realização de cada evento;
- c) repasse do lucro líquido do SNFPMESS a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 30% para a ENESSO, sendo 15% para a Coordenação Nacional e 15% para a Coordenação Regional, 10% para a Representação Estudantil em ABEPSS Nacional e 60% para a escola sede;
- d) repasse do lucro líquido do SRFPMESS a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 30% para a ENESSO, sendo 15% para a Coordenação Nacional e 15% para a Coordenação Regional, 10% para a Representação Estudantil em ABEPSS Regional e 60% para a escola sede;

- e) quaisquer doações feitas à ENESSO, que não fira a autonomia e independência do Movimento Estudantil, sendo referendada nos encontros deliberativos.

Parágrafo Único – As escolas que não pagarem 50% da anuidade no ENESS e não houver qualquer acordo com a ENESSO, exceto os casos omissos, não terão direito a voto, garantindo o direito a voz.

Art. 22 As escolas sede do ENESS, ERESS, CONESS e Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional de Movimento Estudantil de Serviço Social não pagarão anuidade descrita na alínea a do artigo 21.

Art. 23 O patrimônio da ENESSO será administrado pela diretoria.

TÍTULO VI

DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

Art. 24 A eleição da ENESSO será realizada na plenária final do ENESS e a chapa eleita terá mandato de um ano.

Art. 25 São elegíveis todos os estudantes de Serviço Social devidamente credenciados no ENESS, desde que ainda estejam no curso ao término do mandato.

Parágrafo Único – São inelegíveis os membros da Comissão Eleitoral.

Art. 26 As chapas deverão ser inscritas juntamente à Coordenação Nacional da ENESSO durante o ENESS, até 24 horas antes do início da plenária final, preenchendo os seguintes requisitos:

- a) indicar um fiscal por chapa;
- b) b) preencher e especificar os cargos determinados no Artigo 11 desse Estatuto, devendo constar os nomes completos dos componentes da chapa e respectivas escolas.

- c) **Art. 27** A Comissão Eleitoral é composta por dois representantes de cada chapa e um representante da diretoria da ENESSO, 24 horas antes do início da plenária final.

Parágrafo Único – O representante da diretoria da ENESSO é escolhido em reunião.

Art. 28A Comissão Eleitoral encaminhará o regime de votação.

Art. 29O processo eleitoral se dará por votação.

Art. 30A chapa inscrita será eleita se obtiver 50% mais um (01) dos votos.

Parágrafo Único – Caso a chapa não obtenha 50% mais um (01) dos votos, será submetido à plenária o novo processo de eleição dos inscritos presentes.

Art. 31 Ao final do pleito, a comissão eleitoral deverá apresentar um relatório final com os resultados do pleito que será entregue à Comissão Organizadora do Encontro.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 32 Havendo prejuízo na organização do ENESS, ERESS, CONESS e Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, este deverá ser dividido pelas escolas sede, Coordenação Nacional e Coordenação Regional, conforme percentuais definidos na alínea b e c do Artigo 21 desse Estatuto.

Art. 33 As representantes estudantis em ABEPSS são colaboradores políticos permanentes na Comissão Organizadora dos eventos regionais e nacionais, estando incluídas nas isenções do Artigo 20 e responsabilidades previstas no Artigo 21 desse Estatuto.

Art. 34 O secretário de escola será eleito pela Unidade de Ensino, podendo estar incorporado ao CA/DA, respeitando a autonomia dos mesmos.

Art. 35 O Sub Coordenador de cada região será eleito pelo conjunto de estudantes reunidos em ERESS de cada região, tendo suas competências descritas no Artigo 19, alíneas a, b, c, d e e.

Art. 36 A diretoria não é remunerada pelos serviços prestados.

Art. 37 Este Estatuto será revisto a cada 3 anos, salvo mediante solicitação de pelo menos 1/3 das Escolas ou pela ENESSO, extraordinariamente.

Art. 38 Este Estatuto rege a entidade e entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.

Brasília/DF 2001

Editorial

PORTE PAGO
PRT/IMG - 7040/91

Este jornal vem somar-se às iniciativas das Entidades Nacionais dos (as) Assistentes Sociais, voltadas para o esforço conjunto de aprofundar as discussões sobre uma nova estrutura organizativa da categoria.

Toda a estruturação e dinâmica da sociedade capitalista leva a dificultar a obtenção de uma visão totalizadora de seu próprio desenvolvimento. expressão desta limitação perpassa todas as esferas da vida social, fragmentando-a de maneira que limitadamente nos apropriamos e elaboramos esta realidade em nosso pensamento. Uma manifestação concreta desta fragmentação se expressa na forma como as categorias profissionais organizam.

Especificamente a de Serviço Social se apresenta segmentada em três dimensões: o exercício profissional, a formação acadêmica e a prática sindical.

Como um dos produtos dos fóruns de debates promovidos nos últimos anos sobre o tema, o jornal é resultado de um avanço promissor no sentido de romper com esta fragmentação, buscando formas de organização que concretize uma visão global da profissão.

No atual estágio de compreensão das questões que envolvem, a profissão do

Serviço Social, os Assistentes Sociais vem apresentando demandas que as entidades nacionais, assim estruturadas, não conseguem responder. Demandas estas ligadas ao entendimento da relação teórico/prática como elementos de um processo indissociável e realimentador.

Esta preocupação demonstra ainda que a categoria cada vez mais insere no movimento social como um segmento da sociedade civil participa das discussões que as classes trabalhadoras organizadas promovem em direção ao fim do corporativismo e rumo a uma estrutura mais democrática de representação.

Na atual conjuntura este debate vincula-se à proposta de uma nova organização sindical dos trabalhadores em geral defendida pela CUT com sua proposição de associação a partir dos ramos de atividade econômica ou produção. Esta questão discutida no interior desta Central vai implicar numa forma de organização classista dos trabalhadores em contraposição à atual estrutura corporativista.

As pontuações aqui feitas levam a deixar como uma preocupação o desafio da construção coletiva de uma forma de organização que rompa com o corporativismo e resgate o projeto profissional da categoria.

SESSUNE: História, desafios, lutas...

A Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes - SESSUNE - foi criada em 05 de agosto de 1988 no X Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, tendo como finalidades: articular os estudantes de Serviço Social no país; promover o debate acerca dos problemas específicos dos estudantes de Serviço Social; coordenar e organizar os encontros nacionais, regionais e estaduais, junto a escola sede dos eventos; buscar uma maior articulação dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos assistentes sociais e suas entidades nacionais e latino-americanas; promover a conscientização dos estudantes e trabalhar através das entidades do curso junto ao movimento sindical e movimento popular para reforçar sua luta.

De acordo com o estatuto da SESSUNE, aprovado no XI ENESS - Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - em Belém (Julho/89), a divisão regional das escolas se dá em 7 regiões.

Alguns momentos importantes marcaram fortemente essa breve trajetória histórica da SESSUNE, contribuindo para o fortalecimento da entidade e do processo organizativo dos estudantes de Serviço Social do país. Um desses momentos foi a participação da primeira gestão da SESSUNE (88-89 - Sede: Rio de Janeiro) no VI CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - e (1989/Natal-RN) enquanto Comissão Organizadora, ao lado das entidades representativas da categoria dos assistentes sociais (ABESS, ANAS e

CFAS).
Fruto de uma discussão acerca do Movimento Estudantil enquanto espaço de formação, foi realizado, pela terceira e atual gestão da SESSUNE (90-91 - Sede: Ceará), o I Seminário Nacional sobre Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (1991/Recife-PE), que constituiu-se em outro marco fundamental no processo de consolidação da executiva nacional dos estudantes de Serviço Social.

Eileta no XII ENESS (1990/Fortaleza-CE), a atual gestão da SESSUNE ("E o pulso ainda pulsa e um militante ainda é pouco") vem procurando dar respostas positivas ao difícil processo organizativo dos estudantes de Serviço Social, do Movimento Estudantil e da sociedade civil brasileira.

Esse processo se expressa através da tentativa de fortalecimento das entidades de base (CAs e DAs); da promoção de maior intercâmbio entre a SESSUNE e as entidades da categoria (ABESS, ANAS e CFAS); de uma maior discussão acerca da SESSUNE nas escolas; de um incentivo à promoção de eventos culturais e formas alternativas de comunicação no M.E.; do lançamento de boletins informativos (SESSUNE, INFORMA ATIVA); da proposta de lançamento de uma campanha nacional sobre Movimento Estudantil e Formação Profissional; da realização de seminários, debates e encontros regionais e nacionais; e etc.

Diante de tudo isso, não são poucos os obstáculos que se colocam nesse processo, sendo um dos mais problemáticos: a não

implementação da política financeira da entidade. Isso reflete a desarticulação de boa parte das entidades de base e a falta de consciência dos estudantes de que o sustento e andamento das suas entidades representativas dependem deles mesmos.

E, portanto, no confronto com esses desafios e conquistas cotidianas que a SESSUNE se consolida se fortaleça e reassuma seu compromisso com a organização estudiantil e a sociedade civil, no intuito de criar um movimento contra-hegemônico na sociedade brasileira, que lute pela transformação radical da estrutura na qual vivemos.

XIII ENESS num contexto ecológico

O XIII ENESS - Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social realizou-se de 11 a 16 de agosto desse ano em Cuiabá - MT.

A pauta do encontro traz importantes discussões, dentre elas: a ecologia e os 500 anos de colonização; a conjuntura nacional; a formação político-teórica-metodológica do assistente social e o pluralismo; a entidade única; a assistência pública e privada a interdisciplinaridade; a universidade e os caminhos alternativos para o Movimento Estudantil. Serão, também, abordados alguns temas alternativos: a criança e o adolescente; juventude: sexualidade e afetividade; a reforma agrária e a mulher e a participação política.

CURSO DE CAPACITAÇÃO POLÍTICA A DISTÂNCIA

**Remando
CONTRA A Maré**

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL
- ENESSO - 06/07

01

APRESENTAÇÃO

ANEXO: 08
(Capacita 96)

O Curso de Capacitação à distância surgiu no intuito de investir na capacitação político-profissional dos dirigentes das entidades estudantis, bem como os estudantes de Serviço Social em geral. O curso tem como finalidade, contribuir no processo de organização estudantil, possibilitando um embasamento teórico-metodológico no enfrentamento das questões relacionadas ao Movimento Estudantil, à Universidade, à conjuntura, à cultura e aos valores apontando para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

O Curso tem como objetivos:

- Refletir sobre a participação política dos estudantes universitários nas Unidades de Ensino e na sociedade;
- Fornecer subsídios teóricos metodológicos para a intervenção no MESS;
- Contribuir na capacitação ético-político dos estudantes de Serviço Social;
- Estimular a reflexão crítica sobre a vida cotidiana, os valores e a cultura.

Apontamos como metodologia para melhorar o aproveitamento do curso, no primeiro momento, a construção dessa cartilha básica de introdução dos temas como política, conjuntura, formação profissional, universidade, movimento estudantil, cultura e valores. No segundo momento, a construção de mais 5 módulos específicos: Módulo I (Conjuntura), Módulo II (Universidade), Módulo III (Movimento Estudantil), Módulo IV (Formação Profissional) e Módulo V (Cultura e Valores) o que possibilitará o acesso a bibliografias.

A didática do curso ainda está por ser definida, no entanto, apresentamos como proposta inicial a construção de grupos regionais, onde cada região aprofundará um tema, produzindo assim relatórios e textos complementares a partir das discussões travadas nos encontros locais e regionais.

Saudações Estudantis
ENESSO

02

Curso de Formação Política — Proposta —

UM CONVITE À REBELDIA

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
Gestão: 97/98

JUSTIFICATIVA

O curso de Movimento Estudantil e Formação Política planejado pela ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social surge na perspectiva de contribuir com a formação político-profissional do(a)s estudantes e com o fortalecimento de suas entidades representativas. Sua relevância consiste em propiciar aos Centros e Diretórios Acadêmicos um instrumento capaz de potencializar e estimular a discussão política e a formação de novos militantes no interior das nossas escolas bem como a elaboração de estratégias criativas para uma intervenção qualificada no cotidiano do MESS e da profissão.

OBJETIVOS

- Refletir sobre as concepções de política e suas implicações nas práticas dos movimentos organizados da sociedade civil;
- Debater questões de caráter político-cultural que estimulem a reflexão crítica sobre a vida cotidiana;
- Refletir sobre a participação ético-política da juventude universitária e do(a)s estudantes de Serviço Social em particular, na cena política brasileira.

METODOLOGIA

O curso será desenvolvido através de:

1. Exposições com apresentação de noções básicas;
2. Leitura da bibliografia básica;
3. Debates;
4. Dinâmicas e filmes de acordo com a temática abordada, bem como outros instrumentais que nos possibilitem refletir criticamente os temas sugeridos, relacionados com questões do cotidiano;
5. Sugere-se duas seções para cada módulo que poderão ser adaptadas a partir da realidade local, bem como contato com professores(as), assistentes sociais e/ou profissionais de áreas afins que se identifiquem com a temática e possam contribuir com as reflexões.

CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO NO CURSO

Poderá se inscrever todo(a) e qualquer estudante regularmente matriculado(a) no curso de Serviço Social da sua Unidade de Ensino.

AVALIAÇÃO

O curso poderá ser avaliado ao longo de cada módulo através de dinâmicas e debates.

ELABORAÇÃO

Executiva Nacional de Estudantes de Serviço social.

ASSESSORIA E COLABORAÇÃO

•Silvana Mara de Moraes dos Santos - Profª da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Serviço Social, Ex-Coord. Regional da SESSUNE (2ª gestão 89/90), Vice Presidente da ABESS-NE e Assessora da Coordenação Nacional da ENESSO.

•Sâmia Rodrigues Ramos - Profª da Universidade Regional do Rio Grande do Norte, Mestre em Serviço Social, Ex-Coord. Geral da SESSUNE (3ª gestão), Supervisora da ABESS na Região Nordeste e Assessora da Coordenação Nacional da ENESSO.

•Elaine Roscetti Behring - Profª da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Doutoranda em Serviço Social (UFRJ) e Membro do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

EXECUÇÃO

C.A ou D.A do Serviço Social.

MÓDULOS

•MÓDULO I

Concepções de política e os desafios do fazer política na contemporaneidade.

- INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

OLINDA, Ercília Maria B. de. A dimensão educativa do partido político. Expressão Gráfica Editora Ltda.; Fortaleza; 1991.

SEÇÃO I:

Apresentação e discussão do programa do curso;
Dinâmica de apresentação;
Exposição do tema.

SEÇÃO II:

Debate e conclusão do tema;
Dinâmica (motivação para o módulo seguinte).

• MÓDULO II

Ética e Política.

-INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

MESQUITA, Marylúcia. Ética na organizações populares: o desafio de ser cidadão. 1995, mimeo.
SUNG, Jung Mo e SILVA, Josué Cândido da. Ética e Política. In Conversando sobre ética e sociedade Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SEÇÃO I

Exposição do tema;
Debate.

SEÇÃO II

Conclusão do tema;
Dinâmica (motivação para o próximo módulo).

• MÓDULO III

Tendências do capitalismo contemporâneo: reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo.

-INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O Processo de Globalização e Seus Rebatimentos no Estado. Belém/Pará, maio de 1997, pags. 1 à 25.

SEÇÃO I:

Exposição do tema;
Debate.

SEÇÃO II:

Conclusão do tema;
Dinâmica (motivação para o próximo módulo).

•MÓDULO IV

O Brasil hoje: traços recorrentes da economia e da política.

-INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O Processo de Globalização e Seus Rebatimentos no Estado. Belém/Pará, maio de 1997, pags. 26 à 54.

SEÇÃO I:

Exposição do tema;
Debate.

SEÇÃO II:

Conclusão do tema;
Dinâmica (motivação para o próximo módulo).

•MÓDULO V

A Universidade Brasileira: papel social, gestão democrática e avaliação institucional.

-INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Plano Nacional de Educação - A Proposta da Sociedade brasileira. II Congresso Nacional de Educação; Belo Horizonte, 1997.

A Universidade, seu papel e a crítica da situação atual / Gestão democrática / Avaliação institucional: interna e externa. In Cadernos Andes, N° 2, Brasília; 1997.

SEÇÃO I:

Exposição do tema;
Debate.

SEÇÃO II:

Conclusão do tema;
Dinâmica (motivação para o próximo módulo).

•MÓDULO VI

A contribuição do M.E. para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social (formação profissional, exercício e organização política).

-INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

ABESS 07 *

Tese "O Tempo não Pára". 40° CONUNE, Brasília, 1989, mimeo.

SEÇÃO I:

Exposição do tema;
Debate.

SEÇÃO II:

Conclusão do tema;
Dinâmica (motivação para o próximo módulo).

MÓDULO VII

Cultura e Valores: em busca de uma nova cidadania.

SUGESTÃO DE TEMAS: sexualidade; parceria civil entre pessoas do mesmo sexo; direitos reprodutivos; descriminalização da maconha; gênero etc.

-INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: Cadernos ABESS 04 - ABESS/CEDEPSS, Cortez Editora, SP, 1991.

SUPLICY, Marta. Câmara dos Deputados, Projeto de Lei n° 1.151, 1995.

NAHRA, Sinara. Moral e homossexualidade. 1996, mimeo.

SEÇÃO I:

Exposição ou trabalho em grupo

SEÇÃO II:

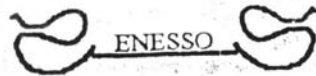
Conclusão do Tema;
Avaliação do encontro.

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

- GIDDENS, Anthony. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. In Caderno CRH N° 21; No limiar de um novo milênio; Centro Editorial e Didático - UFBA, 1994.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In Revista Serviço Social e Sociedade N° 50.
- O CFESS frente a reforma do Estado no Brasil. Opinião N° 01, Brasília, 1997.
- OLIVEIRA, Manoel Araújo de. Os desafios éticos e políticos da sociedade brasileira. In Revista Serviço Social e Sociedade N° 56.
- Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira. Cadernos ANDES N° 02, Brasília, 1997.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil. SP: Brasiliense, 1994.


FENESSO - Federação Nacional dos Estudantes de Serviço Social
Rua... Um Convite à Rebelião 97/98
Av. Voluporanga 481, Santa Cruz, CEP 59129-430 Natal/RN
Fone FAX (084) 215 3531 Fone (084) 2 1 3061

TIMBRE:



EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES
DE SERVIÇO SOCIAL
REGIÃO VII - ESTADO DE SÃO PAULO

TÍTULO DA ATIVIDADE: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

INTRODUÇÃO / JUSTIFICATIVA (Completar com detalhes):

Com a realização do I ENESS na cidade de Londrina/PR no ano de 1978, o movimento de caráter estudantil de Serviço Social inicia sua trajetória de discussões e aprofundamento teórico referente à formação de agentes profissionais capacitados para a intervenção na realidade objetiva da Conjuntura Nacional.

No decorrer dos anos seguintes, vários fóruns de debates foram criados, cujo intuito era dado à formação intelectual e profissional de estudantes de Serviço Social (Encontros Regionais e Seminários de Formação Profissional); favorecendo desta forma uma integração maior com os estudantes da referida área, propiciando a formação de uma Organização Estudantil, através da SESSUNE (Sub-Secretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE), criada em 1988. No ano de 1990 a SESSUNE é extinta, dando origem a atual ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), sendo esta reconhecida nacionalmente pelas instituições de ensino e profissionais (CRESS, CFESS, ABESS).

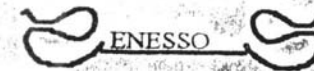
São Paulo, situado no contexto desta organização estudantil, comporta, hoje em 1996, 23 Unidades de Ensino de Serviço Social, caracterizando-se como a maior região do Movimento Estudantil, a qual sua especificidade concentra-se no caráter particular, sendo 22 desta Unidades Particulares, e apenas a Faculdade de Serviço Social, situada em Franca, tem a predominância pública em sua gestão.

Desde 1978 (I ENESS) até então, São Paulo nunca obteve a oportunidade de sediar tal evento, cuja principal impossibilidade de realização, situa-se na ausência de uma Unidade de Ensino que contribua com uma infra-estrutura adequada para comportar tal evento de cunho nacional.

Por isso, faz-se tal projeto, no intuito de que a realização do ENESS/97 ocorra na Unidade de Ensino da cidade de Guaratinguetá (Faculdade de Engenharia - UNESP), pois sua infra-estrutura possibilita a efetivação de um evento voltado para a formação profissional de futuros interlocutores da realidade, além de propiciar e colaborar no debate entre as categorias de Serviço Social.

01

TIMBRE:



EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES
DE SERVIÇO SOCIAL
REGIÃO VII - ESTADO DE SÃO PAULO

TÍTULO DA ATIVIDADE: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES (CONTEÚDO, DESENVOLVIMENTO, PROGRAMAS E ATIVIDADES ESPACÍFICAS):

1) POPULAÇÃO ALVO:

- Comunidade Acadêmica de Serviço Social, em âmbito nacional;
- Profissionais, professores e entidades da categoria e áreas afins.

2) METODOLOGIA DE AÇÃO:

a) Formas de Atuação:

- Palestras;
- Formação de grupos de estudos;
- Momentos culturais (shows, teatros, danças, folclore regionais)

b) Procedimentos a serem desenvolvidos:

- Através da Comissão Organizadora, proceder as seguintes etapas:
 - 1- Informar ao público alvo da realização do evento;
 - 2- Contactar professores/palestrantes, para conduzir trabalhos teóricos/metodológicos do evento;
 - 3- Angariar fundos, via patrocinadores;
 - 4- Organizar o espaço físico do evento (sede, alojamento, etc.)

c) Formas de acompanhamento:

Formação de equipes/comissões de trabalhos:

- Comissão Organizadora (responsável pela coordenação geral do evento);
- Coordenadoria de Trabalhos (responsável no andamento dos trabalhos das equipes);
- Equipes de:
 - 1) Recepção;
 - 2) Inscrição;
 - 3) Alojamento;
 - 4) Alimentação;
 - 5) Limpeza;

02

- 6) Turismo;
 - 7) Informações.
- d) Pontos de integração com o ensino:

O evento propicia um espaço privilegiado para discussões e problematizações referentes à teorização do Serviço Social, como forma de contribuir para o senso crítico e uma sensibilidade do real ao corpo discente, frente aos acontecimentos do cotidiano. Desta maneira, tem-se como objetivo final, uma real e máxima formação profissional, além de possibilitar a integração ente o corpo discente e docente, vide-versa.

3) Resultados e/ou produtos pretendidos:

- Propiciar uma concreta formação profissional para possíveis interventores da trama social;
- Enriquecer discussões e/ou debates entre as várias entidades da categoria de Serviço Social (ABESS, CRESS, CFESS, ENESSO);
- Favorecer as trocas de experiências entre profissionais, professores e alunos das mais diversas regiões brasileiras;

4) Outras informações:

Após 18 anos de Encontros Nacionais, os quais nunca São Paulo fora sede, realizar tal evento em nosso Estado, significa contribuir positivamente para a produção de conhecimento para o meio acadêmico, além de introduzir considerações históricas dentro do Movimento Estudantil de Serviço Social

5) Aprovação dos Órgãos Competentes:

Para a concretude da realização deste evento, faz-se necessário ter a aprovação das seguintes instâncias:

- 1) Encontro Regional de Estudantes de S. Social;
- 2) Considerações favoráveis da Direção da FHDSS-Unesp-Franca;
- 3) Aval da Reitoria - Unesp;
- 4) Aprovação da Direção da Faculdade de Engenharia-Unesp-

Guaratinguetá

5) Ser votado e aprovado pelo Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - Blumenau/SC -1996.

03

(Ofício/UNESP de aprovação p/realização do ENESS 97 em SP)

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE GUARATINGUETÁ
Faculdade de Engenharia
Av. Ariberto Pereira da Cunha, 333, Caixa Postal 205
CEP: 12500-000 - Guaratinguetá - SP - BRASIL

FAX: (012) 525-2466 TEL: (012) 525-2800 DATA (date): 01 /07 /96

PARA (TO): Profª Drª NEIDE A. DE SOUZA LEHFELD
SETOR (LOCATION): DIRETORA DA FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL - CAMPUS DE FRANCA
FAX Nº: (016) 723-6645

DE (FROM): PROF. DR. FERNANDO AUGUSTO SILVA MARINS
SETOR (LOCATION): DIRETOR DA FACULDADE DE ENGENHARIA - CAMPUS DE GUARATINGUETÁ

Nº de páginas incluindo esta / number of pages, including this one: 02

TEXTO (MESSAGE):

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE GUARATINGUETÁ
FACULDADE DE ENGENHARIA

Guaratinguetá, 01 de junho de 1996.

OFÍCIO Nº. 559/96 - FEG/DIR

Prezada Senhora:

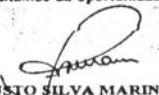
Em atendimento ao Ofício nº.80/96-DTA informamos V.Sª, que ficamos muito honrados pela indicação do Campus de Guaratinguetá, para a realização do XIX Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS).

Conforme entendimentos mantidos com o acadêmico Emerson Honorato de Oliveira - Coordenador Regional da ENESSO, estamos enviando, em anexo, as informações gerais sobre a infraestrutura disponível no Campus, para que a coordenação do XIX ENESS julgue se são satisfatórias e suficientes para abrigar os 1200 participantes previstos. Além disso, há necessidade de que haja um comprometimento por parte da Diretoria do Campus de Franca da UNESP, com respeito ao comprometimento de despesas que se façam necessárias, caso hajam danos no patrimônio deste Campus de Guaratinguetá.

Como sugestão, encaminhamos o período de 20 a 27 de julho de 1997, para a realização do referido evento, visto que este período está inserido no Período de Férias Escolares, previsto no Calendário Escolar de 1997.

Sendo o que se apresenta para o momento, e colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos, aproveitamos da oportunidade para apresentar a V.Sª protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,


Prof. Dr. FERNANDO AUGUSTO SILVA MARINS
-Diretor -

Ilm. Sr.
Profª. NEIDE A. DE SOUZA LEHFELD
DD. Diretora da Faculdade de História, Direito e Serviço Social
Campus de Franca - UNESP
Franca - SP



"NIMUENDAJU"



"Aquele que constrói seu próprio caminho"

De Sigur hepi gaural.

HELIPAL.89



ENESS

XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

24 a 28 de julho.89

CENTUR - Belém-Pará

SEM FINANÇAS NÃO DÁ!



CAMPANHA NACIONAL DE FINANÇAS

Promoção:
Sub-Secretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE



GESTÃO:
"PRO DIA NASCER FELIZ"

XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL
ENESS
11 a 16 de agosto
UFMT - Cuiabá MT
"O SERVIÇO SOCIAL NO DESAFIO DO NOVO"



"O POVO JÁ NÃO TEM MAIS CARAS
O POVO JÁ NÃO TEM MÁSCARAS
PRA AGUENTAR A DESLAVADA CARA
PRA AGUENTAR A DESCARADA
OPRESSÃO..."
ANTÔNIO BRUNO

XIV ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

19 a 24 de Julho

CADERNO DE TESES



Salvador - Bahia,

21º Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

Brasil, mostra tua cara.

25 a 30 de julho/99 - São Luís-MA

PROMOÇÃO

Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
Rep. Estudantis em ABEPSS
Centros Acadêmicos de Serviço Social Região I
(UFMA, UFPA, UFAM, UFPA, UNAMA)
Comissão organizadora XXI ENESS

APOIO

Gráfica Universitária
UFMA
CRESS - 2ª Região
Departamento e Coordenação de Serviço Social
DCE/UFMA "Pra não pagar mensalidade"

21º Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

Brasil, mostra tua cara

25 a 30 de julho/99 - Complexo Educacional Edson Lobão - São Luís-MA

PROMOÇÃO
Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
Rep. Estudantis em ABEPSS
Centros Acadêmicos de Serviço Social Região I
(UFMA, UFPA, UFAM, UFPA, UNAMA)
Comissão organizadora XXI ENESS

APOIO
Gráfica Universitária
UFMA
CRESS - 2ª Região
Departamento e Coordenação de Serviço Social
DCE/UFMA "Pra não pagar mensalidade"

COMITÊ ORGANIZADOR
UFMA - UFPA - UFAM - UFPA - UNAMA
CRESS - 2ª Região
CASS - PUC-SP
CASS - LINS
CASS - LINS - (14) 520-3254
E-MAIL: sampaenesso@bol.com.br

COMITÊ ORGANIZADOR
UFMA - UFPA - UFAM - UFPA - UNAMA
CRESS - 2ª Região
CASS - PUC-SP
CASS - LINS
CASS - LINS - (14) 520-3254
E-MAIL: sampaenesso@bol.com.br

XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL



Data: 14 a 20 de julho de 2000 - Lins/ SP
Local: Fundação Paulista de Tecnologia e Educação
Realização: CASS-LINS / ENESSO 7ª Região
Informações: CASS-PUC-SP (11) 3670-8223
CASS-LINS (14) 520-3254
E-MAIL: sampaenesso@bol.com.br

Apoio: FPTE-Lins - Prefeitura de Lins - Cress 9ª região - **CORTEZ EDITORA**
Comprometida com a educação



XXIV ENESS

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL



GLOBALIZANDO A RESISTÊNCIA E FORTALECENDO A LUTA

Foto: J. R. Ripper Fórum Social Mundial 2002

Rio de Janeiro - RJ
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
21 a 26 de Julho de 2002

XXI CONESS

CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES ESTUDANTIS DE SERVIÇO SOCIAL



PERÍODO: 14 A 16/05/99

LOCAL: CAMPUS CENTRAL - URRN

PROMOÇÃO: C.A. DE SERVIÇO SOCIAL - URRN
EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

APOIO: FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FASSO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO
DCE / URRN
DELEGACIA SECCIONAL DO CRESS 14ª REGIÃO
ADFURRN - SS ANDES
SINDIPETRO - RN

XXIII CONESS
Conselho Nacional de Entidades
Estudantis de Serviço Social



COMISSÃO ORGANIZADORA
 CENTRO ACADÊMICO DE
 SERVIÇO SOCIAL
 "JOÃO BOSCO SEABRA SANTOS"
 ENESO - 2000/2001

Local: Teatro Tiradentes
 Data: 25, 26 e 27 de maio de 2001



XXIV CONESS

Conselho Nacional
 de Entidades Estudantis
 de Serviço Social



UFPA/BELÉM-PA,
 Período: de 03 à 05 de Maio de 2002.

APOIO:


 PREFEITURA MULTICAMPI
 UFPA PROAD
 KUARUP
 Bens Empreendimentos Imobiliários

REALIZAÇÃO:

CASS-UFPA
 CASS-UNAMA
 ENESO
 ABEPSS

1º Seminário
Nacional Sobre
Formação
Profissional e M.E.
em Serviço Social.

18 a 20/JAN/91
 Auditório do CCSA
 da UFPE - Recife

PROMOÇÃO: SESSUNE

IX SEMINÁRIO NACIONAL DE
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E
MOVIMENTO ESTUDANTIL
EM SERVIÇO SOCIAL



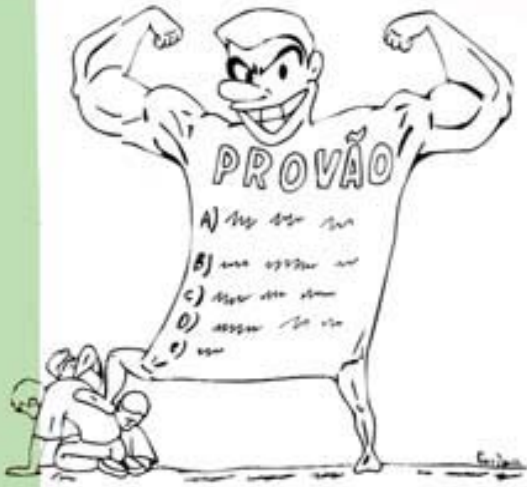
30 e 31 DE OUTUBRO
1º E 2 DE NOVEMBRO
1998

Universidade Federal Fluminense
Niterói, RJ

X Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social

12 a 15 de Outubro de 2000
Universidade Federal do Espírito Santo

Organização
CALSS
&
ENESSO



Avaliação Institucional:
Construindo e Propondo
Estratégias para o Serviço Social



XI SNFPMESS



INFORMAÇÕES : (48) 331-9087 (CALISS)

WWW.CALISS.CJB.NET

REALIZAÇÃO



ENESSO

**Educação não é mercadoria!
Eu não sou mercadoria!**

REDUÇÃO JÁ !!!

MENSALIDADES



ENESSO

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES
DE SERVIÇO SOCIAL,
EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO

POR UMA
PROVÃO
SERVIÇO SOCIAL
NÃO FAZ!
AVALIAÇÃO DE VERDADE

ENESSO
GESTÃO: COMPROMISSO E RESISTÊNCIA 00/01

**DIGA
NÃO
À
ALCA**

ENESSO É PRA LUTAR

ENESSO - EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES
DE SERVIÇO SOCIAL GESTÃO: "NA LUTA PELA
TRANSFORMAÇÃO NÃO HA LIMITES - 01/02



EXECUTIVA NACIONAL DOS
ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL